



Julia Lery Miranda

**Entre o "bandido" e o "trabalhador":
mediação, ideologia e moral no telejornal
policial vespertino**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Vera Lucia Follain de Figueiredo

Rio de Janeiro
Setembro de 2022



Julia Lery Miranda

**Entre o "bandido" e o "trabalhador":
mediação, ideologia e moral no telejornal
policial vespertino**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Comunicação do Departamento
de Comunicação Social do Centro de Ciências
Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo:

Prof^a. Vera Lucia Follain de Figueiredo

Orientadora

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Alexandre Augusto Freire Carauta

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof^a. Itala Maduell Vieira

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Marcio de Vasconcellos Serelle

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG

Prof. Paulo Roberto Tonani do Patrocínio

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Julia Lery Miranda

É graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela PUC Minas, mestra em Comunicação Social pela mesma instituição. Atuou como professora nos cursos de jornalismo da UFOP e da PUC Minas, e desenvolve pesquisas voltadas, especialmente, para mediação e televisão aberta brasileira.

Ficha Catalográfica

Miranda, Julia Lery

Entre o "bandido" e o "trabalhador" : mediação, ideologia e moral no telejornal policial vespertino / Julia Lery Miranda ; orientadora: Vera Lucia Follain de Figueiredo. – 2022.

224 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2022.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Telejornal policial vespertino. 3. Gênero televisivo. 4. Violência. 5. Mediação. 6. Narrativa. I. Figueiredo, Vera Lucia Follain de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

*A Genivaldo de Jesus dos Santos, assassinado pela
Polícia Rodoviária Federal em Sergipe no dia 25 de
maio de 2022, em uma câmara de gás improvisada em
uma viatura, e a todas as vítimas de violência policial.*

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à Capes e aos contribuintes brasileiros, que financiaram a pesquisa que deu origem a esta tese, com o desejo e a luta para que a Universidade se reerga no país.

A cada professor que participou da minha formação, em especial a professora Vera Figueiredo, minha orientadora, e ao professor Márcio Serelle, que me orientou em todos os processos anteriores.

Ao professor Renato Cordeiro, em memória, pelo início deste trabalho comigo.

Aos membros da banca pela leitura.

Aos colegas do grupo de pesquisa Mídia e Narrativa, da PUC Minas, pelos anos de discussões que desembocaram aqui.

À Lígia Lana, que cedeu as gravações de *Brasil Urgente* do ano de 2005, tão caras para o *corpus* desta pesquisa. Agradeço também pelas palavras de incentivo em momentos certos e em direções opostas. Cada uma das nossas conversas me foi muito construtiva.

À minha mãe, Juliana Lery, em memória, pela dedicação investida em minha formação.

Ao meu pai, que embora não acompanhe de perto meu trabalho, sempre me deu todo o suporte possível para que eu pudesse desenvolvê-lo.

Aos amigos que me ajudaram a persistir quando o processo pareceu difícil: Bruno de Moraes, Caíque Pinheiro, Glória Gomide, Camila Bastos e Terêncio de Oliveira.

Ao Rafael Schuch, por todo o apoio na reta final.

.

Resumo

Miranda, Julia Lery; Figueiredo, Vera Lucia Follain de. **Entre o "bandido" e o "trabalhador": mediação, ideologia e moral no telejornal policial vespertino**. Rio de Janeiro, 2022. 224p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Partindo da noção amplamente aceita hoje de que o espectador é uma parte ativa no processo comunicacional (embora a relação entre uma mídia oligopolizada e seu público seja assimétrica), esta pesquisa tem como principal questionamento as razões da cumplicidade e do conluio da audiência com os discursos excludentes e violentos proferidos em telejornais policiais vespertinos. Estudamos, assim, a mediação do programa *Brasil Urgente* por um período prolongado, de 2003 a 2020, de forma a apreender continuidades e rupturas no discurso como partes de um processo de circulação de significados, que diz da conexão entre o produto televisivo e a sociedade que o cerca. A tese passa por uma investigação do gênero televisivo e suas matrizes culturais, em busca das tradições mantidas ou rompidas pelo programa; uma reflexão acerca da violência institucional, para compreender as origens dos discursos de violência defendidos em *Brasil Urgente*; e um exame das relações entre política e narrativa, de forma a entender a razão populista dos discursos, o papel da classe social na categorização dos indivíduos retratados e os critérios de verdade que sustentam os posicionamentos do programa e do apresentador – figura central no telejornal policial vespertino. A pesquisa desenvolve uma metodologia materialista de análise de discurso, que o coloca em perspectiva histórica, observa as disputas de poder e a interpelação do espectador pelo programa. Esta metodologia, somada ao uso do gênero televisivo como operador analítico, visa apreender, para além do texto, as relações sociais que ele propõe e estabelece.

Palavras-chave

Telejornal policial vespertino; gênero televisivo; violência; mediação; narrativa.

Abstract

Miranda, Julia Lery; Figueiredo, Vera Lucia Follain de (Advisor). **Between the "bandit" and the "worker": mediation, ideology and moral in the afternoon police news.** Rio de Janeiro, 2022. 224p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Starting from the widely accepted notion today that the spectator is an active part in the communication process (although the relationship between an oligopolistic media and its audience is asymmetric), this research has, as main question, the reasons for the complicity and collusion of the audience with the exclusionary and violent discourses uttered in afternoon police news. Thus, we studied the mediation of *Brasil Urgente* for an extended period, from 2003 to 2020, in order to apprehend continuities and ruptures in the discourse as parts of a process of circulation of meanings, which speaks of the connection between the television product and society. The thesis goes through an investigation of the television genre and its cultural matrices, in search of traditions maintained or broken by the program; a reflection on institutional violence, to understand the origins of the discourses of violence defended in *Brasil Urgente*; and an examination of the relations between politics and narrative, in order to understand the populist reason of the speeches, the role of social class in the categorization of the individuals portrayed and the criteria of truth that support the positions of the program and the presenter - central figure in the afternoon police news. The research develops a materialist methodology of discourse analysis, which places it in historical perspective, observes the power struggles and the viewer's interpellation by the program. This methodology, added to the use of the television genre as an analytical operator, aims to apprehend, beyond the text, the social relations that it proposes and establishes.

Keywords

Afternoon police news; television genre; violence; mediation; narrative.

Sumário

Introdução	10
1. Mediação, cumplicidade, interação	31
1.1. Se a mediação implica um espectador ativo.....	31
1.2. Uma abordagem materialista dos gêneros televisivos.....	42
1.3. Entre o popular e o comercial: os gêneros televisivos como mediação	57
1.4. Rupturas e continuidades: se é preciso falar das matrizes do gênero.....	61
2. Crime, castigo e violência urbana: a cidade e seus marginalizados	94
2.1. Também é preciso falar das matrizes das ideias: discursos sobre a punição	94
2.2. Repressão e participação - da biopolítica à psicopolítica	107
2.3. Polícia que mata	120
2.4. Violência urbana e a ordem: o crime comum e o estado de exceção	130
3. Política e narrativa: classe, populismo e regimes de verdade.....	144
3.1. Por que ainda falar de classe?	145
3.2. Classe e trabalho	155
3.3 Populismo e (é) discurso - o bandido, o cidadão de bem e a interpelação	171
3.4. Verdade e narrativa	193
4. Considerações finais	207
5. Referências bibliográficas	217

Lista de figuras

Figura 1: Datena propõe a enquete "você é a favor deste tipo de protesto?"	18
Figura 2: Datena propõe a enquete "você é a favor de protesto com baderna?"	19
Figura 3 - Assalto à mão armada em frente ao Mercado	50
Figura 4: Postagem da reportagem sobre tortura.....	55
Figura 5: Comentários da reportagem.....	55
Figura 6: Comentários da reportagem.....	56
Figura 7: Comentários da reportagem.....	56
Figura 8: Execuções públicas Bacurau	66
Figura 9: Tela dividida em 2019	74
Figura 10: Cenário em 2005.....	74
Figura 11: Cenário branco de 2020.....	76
Figura 12: Datena nos ajuda	78
Figura 13: Usuários do facebook parabenizando polícia.....	83
Figura 14: Camiseta "descanse em paz".....	84
Figura 15: Frame de Pulp Fiction	88
Figura 16: Enquete 23 de julho de 2012	102
Figura 17: Imagem como jogo de videogame	106
Figura 18: Datena chama para twitter da emissora.....	110
Figura 19: Matéria de <i>Brasil Urgente</i> postada no <i>Facebook</i>	111
Figura 20: <i>Instagram</i> de Datena, foto com tatuagem de Cristo	111
Figura 21: Comentários de matéria sobre feminicídio	119
Figura 22: Frame de <i>Brasil Urgente Bahia</i>	140
Figura 23: Postagem de página criada para dispersar greve	159
Figura 24: Não Breca Meu Trampo	160
Figura 25: Datena e Rodolfo Schneider	165
Figura 26: Preço da cesta básica	181
Figura 27: Repercussão postagem cesta básica.....	183
Figura 28: Datena presidente	187
Figura 29: Página de <i>Brasil Urgente</i> no site da Band em 2015.....	191
Figura 30: Datena entrevista Bolsonaro em UTI	192
Figura 31: Suspeitos algemados no chão em <i>Brasil Urgente</i>	206

Introdução

— Esse aqui parece que tá ferido. Esse aqui, Baretta, (risadinha) por incrível que pareça fui entrevistar um cara que já tá morto (risadinha). Tá aqui, esse morreu. Tá aqui, morreu aqui agora. A gente não tem ainda a documentação dele pra saber se é menor ou maior.¹

Com essa transcrição da fala de um repórter do programa *Tolerância Zero*, transmitido pela TV Altalaia, afiliada da Record em Sergipe, Eliane Brum inicia sua coluna do dia 8 de junho de 2015 no jornal *El País*. Em *O morto que denunciou o repórter*, Brum questiona a falta de empatia do telejornalismo policial vespertino, as perguntas direcionadas à sustentação de um discurso político conservador², a confirmação televisiva da segregação social que faz com que algumas vidas valham mais do que outras – sem que isso, em momento algum, seja questionado na estrutura do programa. Ela critica, também e principalmente, a posterior repercussão do caso, que tratou a tentativa de entrevistar o morto como uma simples gafe do repórter, algo cômico, e não como uma maneira de criticar “esse tipo de programa de TV e suas implicações” (BRUM, 2015, n.p.). Para a jornalista, esse gênero “se autoriza a desumanizar”, e, com base em suposições e jargões, tenta estabelecer um *não-valor* para a vida de determinadas pessoas.

Este incômodo, que partilhamos com a colunista de *El País*, relativo à desvalorização da vida e à legitimação de uma violência institucional por meio de discursos de indignação, por si só motivaria uma pesquisa. Mas o papel dos espectadores, ponto em que discordamos da colunista, suscita uma questão ainda mais desconfortável. Se para Eliane Brum o público simplesmente *crê* nos discursos do programa e *adere* a eles, acomodando-se³, propomos entender a audiência dos produtos midiáticos como ativa, dotada de poder de negociação e significação, parte atuante da construção dos discursos midiáticos (embora, é claro, lembremos das assimetrias de poder dessa relação). Os espectadores seriam, então, cúmplices (SILVERSTONE, 2002) desses discursos excludentes, violentos e pouco empáticos, na medida em que compactuam com suas propostas e com sua exibição.

¹ Transcrição de um trecho do programa *Tolerância Zero* feita por Eliane Brum na coluna *O morto que denunciou o repórter*, veiculada no jornal *El País* de 08 de junho de 2015.

² Saber se o criminoso morto era maior ou menor de idade servia a um discurso de apoio à redução da idade penal proferido pelo apresentador, conforme explicita a colunista.

³ “Do público se exige crença, não crítica. Adesão, em vez de interrogação. Certeza, no lugar de dúvida. Paralisia, não movimento. Muito barulho para nada mudar.” (BRUM, 2015, n.p.).

Em segunda hipótese, agiriam em conluio com a mídia, quando se engajam ativamente nesses significados propostos de maneira a usarem aqueles discursos em seu benefício em alguma medida. É como se o ato de assistir à violência urbana e aos discursos punitivistas proferidos na televisão vespertina bastasse para aliviar as angústias geradas por essa violência.

A ideia aqui não é que se faça um estudo de recepção. O que propomos é um estudo da vínculo entre público e meio televisivo, das convocações, das relações propostas pelo programa à audiência e da forma como ele se reconfigura de modo a atender determinadas demandas. A pergunta que nos orienta é sobre o papel da audiência e da circulação dos discursos *na estrutura* do programa, e não nos cabe chegar a conclusões sobre o comportamento do público sem uma pesquisa de recepção. Pensamos, assim, em como a mediação e o público estão presentes no programa em si, que se adapta ao longo do tempo, entre outras razões, para atender melhor às demandas comerciais e da audiência.

Para pensar nesse público ativo, mas em clara desvantagem na relação de disputa de significado com uma mídia concentrada e oligopolizada, nossa proposta é pensar a mediação, ou seja, a circulação dos significados proferidos nos programas de telejornalismo policial vespertino. Entre as mediações estudadas, enfatizaremos o gênero televisivo, pensando na manutenção de tradições de narrativas de crime e do cotidiano urbano, e a ideologia, essa reprodução das condições de vida e de produção ligada à naturalização de condições que, na verdade, são históricas (CHAUI, 2006).

É fácil confirmar que há, de fato, engajamento ativo do público, mesmo em um primeiro contato com esse gênero de telejornalismo, já que as enquetes propostas por *Brasil Urgente* contavam com ampla participação dos espectadores, que na maior parte das vezes tomavam a iniciativa de votar no site ou telefonar para a emissora para apoiar o apresentador e corroborar sua fala. Na atualidade, essas enquetes se transformaram em participação nas redes sociais do programa, e pelo *Facebook* e *Intagram* somos capazes de rastrear posicionamentos majoritariamente favoráveis, mas em alguns momentos diversos aos do programa (e em alguns momentos, ainda, discursos muito semelhantes aos repetidos pelo apresentador, mas que se voltam contra outras pessoas, e não contra as que o programa classificou como "bandidos").

A questão que se levanta aqui é, então, acerca da relação que o telejornalismo policial vespertino propõe ao público. Quais são as formas de interpelação do público que são usadas pelos apresentadores e roteiristas, e a que tipo de mobilização elas convidam? Quais são as representações propostas pelos programas de telejornalismo policial e a quais expectativas sociais a que elas atendem? Se o contrato estabelecido por esses programas é tão explicitamente excludente, como ele não é desafiado pelos espectadores? Se existem tantos programas televisivos desse gênero, que se declara jornalístico, e se eles têm uma audiência considerável entre diferentes classes sociais⁴, o que faz com que esses programas sejam aceitos, mesmo que legitimem uma violência institucional que pode, a qualquer momento, se voltar contra as pessoas que os assistem e cancelam? Qual o poder de persuasão desses discursos de violência, ou, ainda, que tipo de lastro social e cultural os sustenta? Como esses programas interpelam o público? Como esse gênero se relaciona ao contexto cultural e às relações de poder? Quais as representações da realidade apresentadas no programa e como elas se relacionam com o exercício do poder e a busca por uma hegemonia política?

Embora a crítica de Eliane Brum (assim como nosso incômodo, ao propor esta pesquisa desde o primeiro momento) não se volte especificamente para o programa *Brasil Urgente*, que analisamos aqui, ela atenta para um gênero televisivo consolidado na cultura midiática brasileira: o telejornalismo vespertino, tratado como telejornalismo policial (ALVES; SILVA, 2012) ou telejornalismo dramático ou cotidiano (LANA, 2007). Propomos, neste universo, estudar o programa *Brasil Urgente*, especialmente por quatro razões: a primeira é que o programa, exibido na Rede Bandeirantes desde 2001, tem veiculação nacional, mesmo tratando principalmente do cotidiano da grande São Paulo, o que mostra que a relação entre programa e espectador se coloca para além da questão informativa local. A segunda é a observação do fato de que o "programa do Datena" parece ser popularmente

⁴ De acordo com a tabela disponibilizada em 2016 no site da Rede Bandeirantes para orientar os anunciantes, 31% dos espectadores de *Brasil Urgente* pertencem às classes A e B, 43% à classe C e 26% às classes D e E. Em comparação com outros produtos da emissora, a audiência do programa é bem distribuída entre classes sociais. De acordo com a mesma tabela, 52% dos espectadores são homens e 48% são mulheres, estatística na qual notamos, novamente, uma proposta de universalidade do programa. Apenas na distribuição etária dos espectadores é que podemos observar uma segmentação: 32% dos espectadores têm entre 25 e 49 anos, 53% têm mais de 50 anos e os outros 15% distribuem-se nas faixas etárias inferiores a 24 anos, indicando, por tanto, uma audiência mais velha do que a maior parte dos outros produtos da emissora.

entendido, em falas informais, como o representante de todo um gênero televisivo. Seria, portanto, um programa de referência do gênero. A terceira razão é o interesse na figura de José Luiz Datena, que apresenta *Brasil Urgente* desde 2003 e é identificado por Jáuregui (2015) como o responsável pelo tom adotado no programa, bem como pelos posicionamentos expressos. Datena anunciou, em meados de 2015, sua pré-candidatura à prefeitura de São Paulo em 2016, indicando a afinidade entre o discurso proferido em *Brasil Urgente* e um discurso de pretensões político-partidárias, e a partir disso foi pré-candidato a todas as eleições que se seguiram: 2018, 2020 e 2022. Essa ambição eleitoral, que acabou por não se concretizar até o momento, já que o apresentador abandona as candidaturas, não é, por si só, motivadora de interesse para a abordagem que propomos dar ao estudo do programa *Brasil Urgente*, mas indica uma convicção de Datena de que a leitura da sociedade e as demandas que ele apresenta no programa representam as convicções políticas de uma fração considerável do eleitorado. Em suma, o apresentador acredita no *engajamento ativo* de seu público no discurso que ele apresenta, representa e veicula⁵. A quarta razão é a afinidade entre os discursos proferidos por Datena, que são discursos armamentistas, violentos e de forte tom moralizante, que recorrem sempre às instituições religião e família, e os discursos de Bolsonaro, presidente eleito em 2018 com 55% dos votos válidos, 39% do total. Isso mostra que, mesmo que não esteja necessariamente materializado na figura de Datena, o tom do programa tem apelo político-eleitoral e relação direta com uma ideologia que se expressou nas urnas.

A relevância social da pesquisa está na penetração dos discursos veiculados na TV aberta em nosso cotidiano e pelo modo como eles dão a ver aspectos da nossa sociedade. Compreendemos a televisão não como uma "velha mídia", que, em oposição às redes sociais, fica obsoleta e relacionada apenas a uma ideia moderna de massas. Entendemos o meio televisivo como parte integrante e importante de um sistema híbrido de comunicação que atua de maneira complementar (CHADWICK, 2013). O que buscamos aqui, assim, não é um entendimento da comunicação a partir da perspectiva da comunicação de massas, embora, para fins da compreensão da

⁵ Datena acabou por anunciar, em janeiro de 2016, a desistência da candidatura. O argumento foi ter descoberto que o PP, partido ao qual se filiou, tinha recebido propina da Petrobrás. ESTADÃO. **Datena desiste de disputar prefeitura e diz que vai sair do PP.** Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,datena-desiste-de-disputar-prefeitura-e-diz-que-vai-sair-do-pp,10000007372>>. Acesso em 22 de junho de 2016.

historicidade da televisão, passemos pelos conceitos da escola de Frankfurt ao longo do primeiro capítulo, em que se discute a mediação e as características próprias da mediação televisiva. Nosso argumento é o de que o que se diz na televisão não está isolado do que se diz nas redes sociais ou nas ruas, por isso trazemos, aqui, o esforço de olhar para esses discursos de maneira integrada. A chave para essa abordagem é a compreensão da mediação, ou seja, da circulação dos significados propostos por *Brasil Urgente* que se faz, assim, uma maneira de olhar para os modos de vida de seus espectadores por um viés comunicacional, compreendendo os valores que sustentam discursos midiáticos voltados para valores morais extremamente fortes, mas seletivos, muitas vezes contrários aos direitos humanos e legitimadores da repressão e de uma violência institucional. Além do programa, olhamos para o seu entorno: as interações dos espectadores pelas mídias sociais, os usos político-eleitorais dos discursos, acontecimentos políticos paralelos, como o breve estudo de caso que desenvolvemos, no terceiro capítulo, sobre a greve dos entregadores de aplicativos. Enfim: a pesquisa busca as relações sociais que sustentam os discursos do programa.

Academicamente, o esforço de apreender a mediação sem isentar o espectador de cumplicidade para com o conteúdo veiculado é relevante para que se pense o lugar do público como agente, sempre reafirmando, contudo, uma relação assimétrica com os veículos de comunicação. O esforço de estudar a mediação vem tencionar a ideia de que o público estabelece uma relação de confiança irrestrita com a mídia, trazendo uma discussão que aprofunda nos pontos de cumplicidade e de tensão, bem como em uma concepção histórica que aponta para permanências e rupturas nas tradições. Há exercício de poder, assimetria na relação entre mídia e espectador, expressão de uma ideologia dominante no discurso de Datena, mas se isso acontece é porque há também engajamento por parte do espectador - que, em um momento de hibridismo com as redes sociais, já não ocupa mais o papel de mero espectador.

A reflexão sobre a mediação em um programa televisivo, levando em consideração um público ativo, mas também sujeito a uma ideologia que o afasta da percepção da transitoriedade dos fenômenos aos quais está exposto, é um esforço de relacionar de maneira mais estreita (já que nunca estiveram desligadas) a perspectiva dos Estudos Culturais de valorização dos produtos populares e

compreensão da sua circulação a uma discussão sobre ideologia, considerando que essa ideologia não é consenso social, mas expressão de uma disputa, a luta de classes. Estudar a ideologia é estudar essa disputa, e o questionamento sobre o papel dos espectadores é, em última instância, um questionamento sobre o engajamento político popular, sobre espaço para mudanças e para a luta política.

Passamos, assim, por uma discussão acerca da violência, tema que consideramos chave para o programa que, ao longo do período estudado, se volta cada vez mais para a criminalidade urbana - observação que fazemos a partir do estudo de *Brasil Urgente* por um intervalo prolongado de tempo. Abordamos, a partir de Zizek (2014), a invisibilidade da violência do Estado, e, pensando especificamente a realidade brasileira, apontamos para a discrepância entre esta percepção e o crescimento da violência institucional desde o fim da Ditadura Militar no Brasil. Chegamos, assim, a um questionamento de classe: apenas um determinado grupo de pessoas pode morrer nessas ações institucionais violentas para que o país seja considerado livre e democrático. Tendo em vista nosso objeto de estudo, a mediação proposta por *Brasil Urgente*, que dá valor apenas a determinadas vidas, a questão é como o programa se coloca para o público de forma a mostrá-lo que *sua* vida não é dispensável, apenas as *outras*? Como, na circulação dos discursos, se separam os dignos dos indignos, e o público compreende que não está, ao assistir o programa, incitando o próprio extermínio?

Para traçar caminhos possíveis, passamos pela discussão de Souza (2009) sobre as classes sociais brasileiras, e a percepção de que há, no Brasil, uma classe ainda mais à margem do que a classe trabalhadora. A marginalização extrema de alguns indivíduos, assim, aparece nos discursos de Datena somada a uma percepção generalizada da criminalidade, e dá origem a uma retórica que constrói equivalências e diferenças. Vemos a criação discursiva de um grupo que corresponde a um "nós", honestos e trabalhadores e que se opõe diametralmente a um "eles", bandidos e canalhas. Só a partir dessa diferença é possível criar uma identidade, apagando, com a oposição, toda a heterogeneidade desse grupo que somos "nós". É um discurso político, sobre a criação de uma ideia de povo (LACLAU, 2013).

O objetivo desta pesquisa, portanto, é que busque um estudo em profundidade de *Brasil Urgente* não à partir de julgamento de gosto, de uma

oposição entre alta e baixa cultura, uma análise ética ou de uma crítica à produção centralizada (ressaltando que esses dois últimos pontos são críticas importantes e que já parecem consolidadas, mas insuficientes para a apreensão de certos aspectos do programa). A pesquisa de mediação pretende se voltar para o modo como esses discursos circulam, quais suas dimensões políticas e quais as implicações dos discursos moralizantes ali proferidos.

O que fazemos aqui é, assim, um estudo das mediações em *Brasil Urgente* por meio da análise da relação proposta pelo televisivo com as audiências, refletindo sobre as matrizes genéricas do telejornalismo policial vespertino, a ideologia, a cumplicidade estabelecida socialmente com o público, as rupturas dessa cumplicidade e as dimensões políticas dos discursos moralizantes ali proferidos.

Para isso, o caminho seguido por esta tese passa pelos seguintes movimentos: (1) o exame do programa e seus discursos por meio de um estudo do gênero midiático como uma mediação, contextualizando-o com base em suas matrizes, origens narrativas, tradições e relações culturais que estabelece; (2) estudo da violência institucional defendida no programa e o que a legitima perante o público, a partir de um estudo dos discursos sobre o perigo das cidades (e os *perigosos* das cidades) proferidos em *Brasil Urgente*; (3) a abordagem da ideologia como uma mediação, buscando entender como as representações propostas são úteis na sustentação de determinados discursos sociais que se estendem para além do texto midiático, a partir da compreensão da organização dos discursos populistas que separam "trabalhadores" e "bandidos", e da organização dos discursos de acordo com determinados regimes de verdade; (4) o desenvolvimento de uma metodologia que possibilite o estudo da mediação usando o gênero televisivo como operador de análise, levando em conta uma perspectiva materialista e histórica.

Nossa pesquisa, assim, se difere dos estudos prévios sobre *Brasil Urgente*, que tendem a abordar o programa seguindo alguns principais eixos temáticos: (a) a linguagem sensacionalista, a espetacularização e a expressão das paixões no discurso jornalístico (JÁUREGUI, 2015) (NEGRINI, 2008); (b) a propagação do discursos de violência e medo como formas de controle social (ALVES; SILVA, 2012) (CARDOSO, 2018); (c) a busca pelo popular ou pelo cotidiano no discurso adotado, compreendendo o programa como um extrato da cultura midiática que

disponibiliza sentidos para a elaboração de hábitos e convenções da vida em sociedade (LANA, 2007).

Esta pesquisa, diferindo dessas abordagens já consolidadas, embora em diálogo com esse terceiro eixo temático, também proveniente dos Estudos Culturais, se faz em torno da mediação (SILVERSTONE, 2002a; 2002b) (MARTÍN-BARBERO, 2015) no programa *Brasil Urgente*. Buscaremos identificar em especial a cumplicidade do espectador com os significados propostos pelos discursos do programa, a atuação da ideologia como mediação e as implicações e apropriações políticas dos discursos. Partimos, então, da premissa de um espectador emancipado e agente. Esse espectador agente pode, assim, ainda que em uma relação assimétrica, confrontar a mídia quando ela não corresponde a seus valores e aspirações: ele tem espaço ativo nessa arena de disputa por significados.

Couldry (2015) considera a possibilidade de agência do público como algo já dado nos estudos de comunicação e afirma que a relação de confiança que o espectador estabelece com a mídia já não precisa ser afirmada, mas questionada e problematizada. A questão que nos move é, portanto, a ideia de que por vezes o espectador *opta* por não confrontar alguns dos significados reivindicados por um programa de TV. Não é uma relação de manipulação direta ou de impossibilidade de reação, mas de ideologia, cumplicidade e conluio. É importante mapear e historicizar, assim, os pontos de adesão e discordância.

Um episódio específico de *Brasil Urgente*, em toda a história do programa, ficou marcado por uma discordância entre a opinião do público e a do apresentador. Foi no dia 13 de junho de 2013, quando Datena mostrava imagens da manifestação do Movimento Passe Livre, que lutava contra o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo (e que sofreu forte repressão policial, dando origem, então, às manifestações com pautas múltiplas que ficaram conhecidas como *Jornadas de Junho*). O apresentador afirmava enfaticamente, na ocasião, ser contra “baderna”⁶. Quando pediu que a produção colocasse na tela a pesquisa de opinião, apareceu a pergunta “você é a favor desse tipo de protesto?” em um *lettering*. Enquanto o número de respostas “sim” subia rapidamente, o apresentador defendia inutilmente

⁶ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>>. Último acesso em 06 de julho de 2016.

seu posicionamento: “isso é vandalismo. Esse tipo de protesto com baderna eu sou contra. Eu votaria no não” (FIG.1).

Datena pediu, então, para que a produção alterasse a pergunta para "você é a favor de protesto *com baderna*⁷?", tentando obter uma resposta favorável ao posicionamento que afirmava. Não teve sucesso. Quando o número de espectadores que concordavam com a manifestação se mostrou muito maior do que os que discordavam (FIG.2), mesmo com a nova formulação, ele concluiu que "as pessoas estão apoiando o protesto porque não querem o aumento da passagem". A partir desse momento, nos programas seguintes, o discurso de Datena sobre os manifestantes ficou mais ameno, sinalizando que a maior parte deles eram trabalhadores inconformados com os aumentos, e apenas alguns eram vândalos.



Figura 1: Datena propõe a enquete "você é a favor deste tipo de protesto?"

Fonte: Youtube⁸

⁷ Grifo nosso

⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W8nDbxgT9Fw>>. Último acesso em: 01 de outubro de 2019



Figura 2: Datena propõe a enquete "você é a favor de protesto com baderna?"

Fonte: Youtube⁹

Esse caso ilustra, assim, a possibilidade de que o espectador de *Brasil Urgente* se oponha às reivindicações do apresentador. Mas se o público pode enfrentar Datena para afirmar seu apoio às manifestações de junho de 2013, por que não o faz quando o apresentador defende a violência policial? Quando faz inferências sem embasamento sobre a vida de supostos bandidos, afirmando que já devem ter cometido muitos outros crimes? Quando atribui ao próprio público a responsabilidade de julgar, sem provas suficientes, a culpa e a pena de um acusado?

Em 2007 *Brasil Urgente* colocou no ar uma enquete perguntando “que pena você daria nesse caso?”, sobre o assassinato de um casal no Morumbi, e disponibilizou apenas as opções de prisão perpétua ou pena de morte, ignorando o fato de que nenhuma das duas são previstas na legislação brasileira. Um grande número de espectadores, porém, participou, e a opção que venceu, com mais de dezoito mil votos de diferença, foi a pena de morte¹⁰. Por que quando Datena reivindica uma violência institucional, a violência sistêmica (ZIZEK, 2014) não há também sinais de enfrentamento por parte dos espectadores? O que entendemos como "violência", segundo Zizek, invisibiliza a ação violenta do Estado. Nas falas de Datena, essas ações violentas institucionalizadas, ao contrário, são celebradas.

⁹ Idem

¹⁰ Cristina Padiglione. **Datena promove enquete que inclui pena de morte**. Estadão, 27 de junho de 2007. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/cristina-padiglione/datena-promove-enquete-que-inclui-pena-d/>>. Acesso em: 22 de junho de 2016.

Evitamos, assim, a pecha condenatória dos programas policiais como “sensacionalistas”, como se fosse isso que os rebaixasse (ou como se fosse crítica suficiente). Acreditamos, que, conforme afirma Leonel Azevedo de Aguiar (2008), o sensacionalismo pode contribuir para a redefinição do público e do privado, para a cognição da vida cotidiana em sociedade, além de se fazer uma ferramenta mercadológica importante e de cumprir o papel de entretenimento que o jornalismo acumula.

As ressalvas em relação ao programa policial aqui apresentadas não são pelo uso do sensível, mas por uma ética de representação que estimula a violência institucional e não contempla os direitos humanos. Por um discurso moldado para moralizar, mais do que informar. E por uma moral que sustenta um sistema excludente, violento, estamental. Questionamos, assim, a orientação do discurso político presente no programa, que se volta para a reivindicação dos lugares fixos do “bandido” e do “trabalhador” na sociedade, mas, ao mesmo tempo, não orienta seu discurso sobre o trabalhador para uma questão de classe, afastando a realização do trabalho e qualquer demanda de classe possível do próprio conceito de trabalhador. Na organização populista (LACLAU, 2013) do discurso de Datena, trabalhador é ele mesmo, além do espectador e de qualquer vítima da violência urbana, independente do papel que ocupa na divisão do trabalho ou desses grupos terem, entre eles, alguma origem comum. “Bandido”, por outro lado, é uma categoria oposta, que engloba pessoas que cometeram crimes de qualquer natureza e cujas ações o apresentador tende a explicar como questões individuais e de caráter.

É possível esboçar alguns caminhos que levam à compreensão das origens culturais de certos discursos excludentes de Datena. Vera Lúcia Follain de Figueiredo (2012) afirma que a adoção dos gêneros de narrativa policial em telejornais e reportagens funciona para emprestar sentido a uma violência indiscriminada que não se deixa representar.

[os noticiários e reportagens policiais] Aproximam-se também do melodrama, de seu tom edificante e maniqueísta, como forma de conferir uma organicidade à realidade fragmentada que nos cerca: no caso, os gêneros como guia das expectativas do público, como um molde no qual os acontecimentos são enquadrados. Ou seja, os telejornais aproximam-se cada vez mais das representações de realidade cunhadas pelos relatos ficcionais. (FIGUEIREDO, 2012, p. 128).

A categorização entre bons e maus, mocinhos e bandidos, dignos e indignos, “cidadãos de bem” e criminosos, se explicaria, assim, em parte, pela influência do melodrama como matriz narrativa do jornalismo policial, questão que abordaremos em maior profundidade no primeiro capítulo. O problema estaria, então, no momento em que esses recursos da ficção passam a ser usados para enquadrar uma realidade, que deixa de ser representada em sua complexidade e se apresenta limitada a uma fórmula narrativa. O discurso, assim, se transforma em um esforço para atribuir papéis, dando sentido a significantes em disputa, e se organiza de maneira a construir um “nós”, um discurso populista de criação de identidade, mas que só faz sentido em oposição a um “eles”, com a criação de um inimigo comum.

Rocha e Torres (2009), por sua vez, por uma abordagem sociológica, em contraste com a abordagem narrativa de Figueiredo (2012), justificam essas categorizações maniqueístas como um fenômeno afeito ao discurso da classe que Jessé Souza (2009) chama de ralé brasileira. Esse discurso que separa bandidos e “cidadãos de bem” estabelece um mecanismo de projeção simbólica que aponta para “bodes expiatórios”, responsáveis não apenas pelo próprio insucesso em uma sociedade falsamente meritocrática, mas que também representam a fonte de toda a maldade, de tudo que impede o progresso dos que ainda buscam alguma distinção social, a despeito de uma situação de classe desvantajosa:

As virtudes reativas do pobre honesto dependem muito desse mecanismo de projeção simbólica. A mulher e o homem honestos, os bons-moços de nossa ralé, não precisam apenas de um bode expiatório de vícios e degradações (o delinquente) para sentir orgulho de ‘não matar, não roubar, não beber, não se prostituir etc. Também é necessário que esse bode expiatório seja apontado como fonte de toda a maldade (ROCHA; TORRES, 2009, p.237).

Se para Silverstone (2002b) a ética e a moral são questões conformadas pela vida cotidiana e nela se sustentam, o estudo de um programa televisivo que tem como principal temática o cotidiano (LANA, 2007) se faz um lugar privilegiado para o estudo das mediações como disputas acerca de valores morais. Os recortes, seleções e enfoques que *Brasil Urgente* apresenta sobre o cotidiano de uma grande cidade são, assim, indicativos desses valores éticos e morais de uma considerável parcela da população que opta por consumir e, de alguma forma, dialogar com o discurso do programa, aceitando-o ou negando-o, parcial ou totalmente. Assim, a

mediação se relaciona à elaboração de juízos (SILVERSTONE, 2002a), provém recursos simbólicos para a significação cotidiana, para a cognição das complexidades da vida, para a formulação de identidades e para o reconhecimento da alteridade.

Usamos, até certo ponto, em consonância com Zizek (2014), na obra intitulada *Violência: seis reflexões laterais*, o conceito de alteridade para compreender a dificuldade da comunicação. Para o autor, a comunicação é, em si, violenta, pois a violência *está* no contato com o Outro. Silverstone (2002a), em um movimento parecido, mas pensando especificamente na mídia, afirma que ela é incapaz de encontrar uma distância adequada para a abordagem do Outro. Essa representação, para o autor, se dá entre duas possibilidades, ambas insuficientes e questionáveis: a primeira envolve a incorporação e a domesticação completa da alteridade, com o apagamento das particularidades que geram o estranhamento da vida em sociedade. Um assimilacionismo irrestrito, no qual, para entender o Outro como humano e dotado de direitos, é necessário que se apaguem as diferenças entre o Eu e o Outro. A segunda e igualmente nociva maneira adotada pela mídia para representar a alteridade é a anulação de qualquer possibilidade de diálogo ou compreensão do Outro – que é representado, assim, como um “monstro”, alguém que não é humano como o espectador, que está além de nossa capacidade de compreensão. A primeira parece ser a maneira como Datena trata os personagens vítimas de um crime. A segunda, a maneira como trata os criminosos, mostrando como o programa rejeita qualquer tipo de paradoxo em sua forma de narrar – característica descrita por Silverstone como um problema da mídia, que não consegue encontrar uma terceira via, uma maneira respeitosa de tratar a alteridade. Para Zizek (2014), essa impossibilidade está dada pela comunicação *a priori*.

O conceito de alteridade, contudo, é insuficiente para que se pense nas representações propostas por *Brasil Urgente*. Tanto quanto o conceito de identidade, que já descartávamos desde a elaboração do projeto que deu origem a esta pesquisa, a noção de alteridade não dá conta da marginalidade social de muitos dos representados - especialmente muitos dentre os que são representados *como bandidos*. Se a audiência do programa se dá, conforme já afirmamos, por pessoas de diferentes classes sociais, os representados são, em sua imensa maioria,

marginalizados (ou, em outro extremo, políticos acusados de corrupção, já que a corrupção é, no discurso do programa, a causa de todos os outros crimes).

Se foi fácil perceber que o conceito de alteridade, amplamente usado na contemporaneidade para que se pense a diferença, não nos servia, por estar necessariamente ligado a um movimento de reivindicação do domínio simbólico por um determinado grupo (e a alguns grupos marginalizados é impedida essa organização), notamos posteriormente que a noção de alteridade, comumente usada para pensar a diferença no estudo de grupos menos articulados, apresenta problemas de aplicabilidade relacionados a uma dificuldade de definição do Outro.

Como compreender como alteridade apenas um “outro social”? Esse movimento apagaria diversos tipos de diferenças, além de tirar a potência da questão de classe, evitando discussões sobre a luta, o enfrentamento dos mecanismos de perpetuação das desigualdades e a violência simbólica. A ética levinasiana, à qual Silverstone (2002a) se refere ao pensar a alteridade, propõe que a relação com o Outro seja a relação com uma *face*. Essa *face* é uma idealização, despida de qualquer mérito, qualidade, moral ou inscrição cultural. Isso reforça a ideia de uma relação ética de cuidado incondicional e desinteressado, que não espera simetria, pois os participantes da relação não são iguais (LÉVINAS, 1980). A *face* contempla uma diferença máxima: um reconhecimento da existência de um Outro que não sou eu, que eu não controlo, mas que compartilha comigo a humanidade, e isso me torna responsável por ele. O conceito de *face*, porém, justamente por ser despido de qualquer qualidade, não contempla as diferenças sociais. O Outro não é necessariamente alguém de outra classe social. Não é necessariamente um marginalizado. E o conceito de alteridade parece, portanto, insuficiente para pensar a extrema desigualdade social que vemos em nossos produtos midiáticos, e que aparece na representação dos criminosos em *Brasil Urgente*.

Desenvolvemos, assim, ao tratar da dimensão política do programa, uma separação conceitual: falamos, neste trabalho, de *povo*, de *classe* e de *alteridade*, em diferentes contextos. A noção de povo é cara quando abordamos, em um primeiro momento, as matrizes culturais do programa. É funcional para que se pensem as tradições, que são fortes mediações, e as maneiras como essas tradições se expressam por meio do televisivo. Esse conceito faz sentido, ainda, quando

pensamos a comunicação a partir de Laclau (2013), abordando o esforço populista da criação de maiorias por meio do discurso, uma vez que a ideia da construção da hegemonia por uma retórica populista se dá pela criação de uma identidade, de um povo. A alteridade, por sua vez, é um conceito operativo ao pensarmos, em um primeiro momento, na criação de uma diferença, uma separação entre quem está incluído e quem é colocado para fora dessa noção de povo. É a alteridade, o rebaixamento de um "outro", que cria a possibilidade de que exista uma identidade, um povo, a partir de um discurso que Laclau (2013) chama de lógica da equivalência e da diferença. A alteridade é, para Žižek (2014) e Agamben (2004), uma chave para que se pense a violência, e, para nós, uma maneira operativa de abordar um discurso com fortes dicotomias. Ignorar, contudo, que muitas dessas diferenças são questões relacionadas à classe social seria o oposto do que propomos quando realizamos um estudo de mediação: significaria separar o discurso de sua realidade social material.

Nosso estudo, assim, envereda pela questão de classe a partir de duas principais perspectivas: a primeira, a de Souza (2009), entende classe social como uma origem e um destino comum a um determinado grupo de pessoas. É uma noção potente para que se pense os limites da mobilidade social, e funciona, aqui, para apontar para fronteiras que separam o espectador para quem Datena se dirige e a pessoa marginalizada exposta pelo programa - já que, percebemos, o critério economicista para determinar a classe social não dá conta dessas diferenças. Uma segunda perspectiva, alinhada a uma tradição materialista, entende a classe como o lugar ocupado na divisão social do trabalho. A partir dela, levantamos questionamentos acerca da figura do trabalhador, muito usada no discurso do programa, mas esvaziada de sentido.

Abordamos, ainda, as demandas por um estado securitário, um estado de exceção (AGAMBEN, 2004), o medo dos assédios (ŽIZEK, 2014) e os desdobramentos desses discursos no que diz respeito ao extermínio da população periférica (que *Brasil Urgente* condena, quando é notícia, como no caso estrangeiro do assassinato de George Floyd, mas contraditoriamente estimula, legitimando ações policiais arbitrárias e afirmando sempre, sem apuração ou nenhuma ancoragem real, que são os bandidos que atiram primeiro, e portanto as ações policiais acontecem sempre como defesa).

Brasil Urgente opera de modo a se fundamentar no pequeno, nos *fait-divers*, mostrando o crime comum; no espontâneo, apagando o rigor da produção em detrimento de um apresentador que dirige e improvisa; no cotidiano, como afirma Lana (2007), mostrando a cidade diariamente. Esses novos paradigmas de valor, que vêm romper com a lógica do iluminismo, porém, aparecem disciplinados, sob explicações enfáticas do apresentador e relações nem sempre coerentes, mas repetidas à exaustão. Discutiremos, assim, o lugar desses temas pequenos, e a colagem dos fragmentos pelo fio narrativo, impositivo e generalizante da fala de Datena, a promessa de verdade do programa espontâneo e ao vivo (e que, por vezes, simula o vivo), a forma como o programa se nutre de situações de desamparo para se colocar como mediação entre povo e Estado.

A ideia de estudar todas essas perspectivas a partir da noção de mediação e da circulação dos discursos se dá por acreditarmos que o significado da comunicação não se esgota na recepção, mas que sua circulação é contínua e tem íntima ligação com as movimentações sociais e culturais. A mídia se faz, assim, uma instituição social inserida em relações mais amplas, mas que configura um campo privilegiado para se observar suas tendências, formas de pensamento e transformações. Tendo em mente, assim, que toda essa mediação está atravessada pela questão da marginalidade social no Brasil, fazemos o esforço de pensar uma metodologia materialista de análise de discurso, que permita trazer para o centro da reflexão a questão de classes. Empreendemos este esforço, então, buscando não perder de vista a heterogeneidade de nossos principais referenciais teóricos, e colocando-os, assim como fazemos com o objeto empírico, em perspectiva histórica.

É possível notar a historicidade no pensamento sobre o papel do espectador entre nossos textos de referência. Para Althusser (1996), que em 1968 formula suas notas para uma investigação sobre os *Aparelhos Ideológicos de Estado*, já existe uma potência, um lugar de resistência nos AIE que não existe no Aparelho Repressor. O autor, mesmo que defenda a ideia de manipulação ideológica, afirma que os *Aparelhos Ideológicos de Estado*, entre os quais se encontra a mídia, são terreno de *disputa* para a luta de classes, que se materializa em ações e rituais. Há, portanto, um caminho, uma possibilidade de surgimento de vozes dissonantes,

embora o texto traga, também, uma concepção de mídia como fonte de manipulação.

Contemporaneamente se entende que não há um início ou fim nos processos comunicativos propostos pela mídia, e que os significados são constantemente atualizados e compartilhados. De acordo com Simone Rocha e Letícia da Silveira (2012).

...embora os indivíduos cristalizem e materializem os processos comunicativos, na verdade, estes não se encerram nos indivíduos, não tendo necessariamente nem um começo e nem um final. Os sentidos a todo momento estão sendo compartilhados, produzidos e atualizados durante os processos de interação social. (ROCHA; SILVEIRA, 2012, p.3)

Uma pista para a investigação dessa circularidade dos discursos proferidos em *Brasil Urgente* pode ser encontrada em dados do *DataFolha* divulgados no dia 03 de novembro de 2016, que apuram que 57% da população brasileira concorda com a afirmação “bandido bom é bandido morto”¹¹. É possível ver, assim, como a reivindicação das categorias de “bandido” e “cidadão de bem” por Datena está em diálogo com anseios e demandas de uma considerável parcela da população. Ou, em outras palavras, como os significados reivindicados pelos discursos proferidos em *Brasil Urgente* circulam, e estão, materialmente, dentro e fora do programa. Por isso, defendemos, se faz relevante o estudo da mediação.

Como fica explicitado por Simone Rocha e Letícia da Silveira (2012), o maior desafio do estudo da mediação é de ordem metodológica. Acatamos aqui, conforme proposto pelas autoras, a possibilidade de se usar os gêneros televisivos como operadores analíticos. Contudo, essa não será nossa única orientação. Os principais caminhos metodológicos que propomos estão ligados a uma historicização, uma busca por rupturas e continuidades, que nos falam tanto do gênero quanto possibilitam a observação da transitoriedade de fenômenos tidos como naturais. Esse caminho é transversal, pois nos permite pensar aqui as duas principais mediações que buscamos apreender: a do gênero televisivo como resgate de tradições e a da ideologia.

¹¹ **Para 57% dos brasileiros, bandido bom é bandido morto.** G1, 02 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/para-57-dos-brasileiros-bandido-bom-e-bandido-morto-diz-datafolha.html>>. Último acesso em 4 de novembro de 2016.

Falaremos, assim, de texto e contexto. Há uma análise de discurso de base materialista, ancorada em Pêcheux (1996), que compreende a mídia como um Aparelho Ideológico de Estado e busca suas condições de reprodução e transformação, intimamente ligadas às mudanças e manutenções da ideologia. O autor propõe que se pense a interpelação dos sujeitos pela mídia e a impossibilidade de autoconstituição dos indivíduos - eles são determinados externamente antes mesmo que possam dizer quem são. Assim, *no* discurso do programa, buscaremos por esses momentos de *interpelação*, que fazem a ligação entre a ideologia e o Aparelho Repressivo, bem como as tentativas de atribuição de lugares sociais específicos para indivíduos e instituições.

Para Althusser (1996), que embasa o pensamento de Pêcheux (1996), embora o Aparelho Repressivo de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado sejam claramente diferentes, sendo o primeiro a base, a infra-estrutura rígida do Estado, e os segundos sua organização ideológica, há pontos de interseção. O Aparelho Repressivo funciona primeiro e maciçamente pela repressão, mas não prescinde da ideologia para garantir sua unidade, sua reprodução e seus valores, que lhes garantem apoio e condições materiais de existência. Da mesma forma, os AIE funcionam principalmente pela ideologia, ainda que possa adotar métodos repressivos como castigos e censura. Esse duplo funcionamento de ambos os aparelhos, que passam pela repressão e pela ideologia, permite tecer combinações mais ou menos sutis entre o AR e os AIEs. Combinações e disputas que pretendemos usar como operadores analíticos.

Atentaremos, assim, para os momentos em que a hierarquia entre Aparelhos Ideológicos de Estado é tencionada, para a forma como a disputa de poder entre instituições aparece no discurso, disputa que Pêcheux (1996) identifica como aspectos da luta de classes e do movimento contínuo da dialética. Observaremos, ainda, a relação entre ideologia e Aparelho Repressivo, a partir da compreensão de que há uma dupla faceta na repressão, que não age sem uma base ideológica. Esses discursos do programa serão analisados ao lado de falas dos espectadores na página do *Facebook* e no *Instagram* do programa, com notícias *sobre Brasil Urgente* em outros veículos e com posicionamentos institucionais da emissora - todos observados por meio dessas mesmas categorias.

Afim de cumprir o objetivo proposto, que envolve não só uma análise de discurso, mas de mediação, essa metodologia não pode se esgotar na análise de texto (brevemente apresentada acima e explicada em maior profundidade no primeiro capítulo). Propomos também uma análise extratextual que visa dar conta da maneira como esses posicionamentos circulam social e culturalmente. Assim, para apreendermos os desdobramentos dos discursos em interações, seguiremos a linha de Rocha e Silveira (2012), de usar o gênero televisivo ao qual pertence o programa como um operador analítico, uma vez que ele funciona como um indicativo da maneira como produto midiático e sociedade se relacionam.

De acordo com Yvana Fachine (2013), que usa uma noção bakhtiniana de gênero, o conceito designa estratégias de comunicabilidade, modos de comunicação estabelecidos culturalmente, sem os quais nenhuma comunicação seria possível. Isso porque a construção dos enunciados é sempre anterior e externa ao processo de fala, e é o domínio da classificação desses atos de fala, possibilitado pelo amplo entendimento dos gêneros, que permite o entendimento mútuo. O gênero midiático é compreendido aqui, assim, como mediação, pois sua consolidação é processo que coloca em diálogo características de uma dada cultura com os textos midiáticos que ela produz.

Segundo Itânia Gomes e Valéria Araújo (2015), não é possível que se pense em um exemplo máximo, modelo indefectível de determinado gênero, pois o gênero é algo da ordem da virtualidade. Todos os produtos feitos sob determinado rótulo são espaços de negociação entre as regularidades genéricas e as especificidades, marcas do modo como cada programa constrói sua relação com o público. “Cada produto televisivo, enquanto atualização de um gênero televisivo, contribui para construí-lo e é, sempre, um lugar em que marcas genéricas são negociadas e disputadas” (GOMES; ARAÚJO, 2015, p.111). É essa disputa, que acontece nas renegociações genéricas de um produto, que nos interessa metodologicamente, pois conseguir apreendê-la significa apreender a relação entre programa e público.

Para Martín-Barbero (2002), o entendimento das chamadas mídias massivas por meio do conceito de gêneros permite pensar o popular, as tradições, e especialmente as maneiras como eles se manifestam na cultura midiática, não por meio de uma imposição cultural, mas fazendo da TV uma arena de embates por representações e significados. Em detrimento do meio e do texto, o conceito de

gênero propõe pensar as mediações, as demandas representativas que os populares impõem à indústria cultural, a complexidade das dinâmicas que envolvem o fazer comunicativo, não apenas como uma imposição dos interesses dominantes, mas como uma negociação. Os processos de aculturação, para o autor, nunca são totalmente impositivos.

Os gêneros são, para Martín-Barbero (2002), “um lugar específico de interseção entre as matrizes culturais e as práticas comerciais” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p.168)¹². Na lógica da hipótese aqui proposta talvez seja possível, ainda, acrescentar a essa definição o lugar de cumplicidade social no qual os gêneros se fazem. São práticas enunciativas, e não estão ligadas à tradicional ideia desenvolvida em estudos de literatura do gênero como característica intrínseca do texto. Os gêneros são espaços de configuração dos efeitos de sentido que indicam a diversidade dos modos de se comunicar, e perpassam a competência comunicacional tanto de produtores quanto do público. Dessa forma, os gêneros se fazem presentes e analisáveis no texto, embora não estejam *contidos* nele.

A ideia é que, para analisarmos os programas de jornalismo policial vespertinos usando o gênero como operador analítico, estudemos as matrizes culturais que os constituem, ou seja, as tradições que lhes dão origem, pensando em manutenções e rupturas como frutos de uma longa negociação entre interesses dos produtores e interesses e tradições do público. Nosso corpus de análise será cronologicamente extenso, a fim explicitar essas mudanças que entendemos como frutos das negociações genéricas, e, ainda, apresentar uma perspectiva histórica, e não naturalizante da forma do programa estudado. Os primeiros registros estudados serão de 2003, ano em que Datena começou a apresentar *Brasil Urgente*, e os últimos de 2021.

Essa extrapolação do programa, essa busca pela circulação, se dá porque de acordo com a genealogia genérica de Mittell (2004) é necessário estudar os discursos sobre gênero que se estendem para além do programa. Nosso corpus de análise completo (apresentado de maneira mais detalhada no primeiro capítulo) consiste em descrições de reportagens de 2003, programas gravados em 2005 e 2018, decupagens de 2017, 2019, 2020 e 2021, vídeos de trechos dos programas e

¹² Tradução nossa. Original: “un específico lugar de ósmosis entre matrices culturales y formatos comerciales”.

reportagens exibidas em *Brasil Urgente* de 2007, 2013, enquetes de 2005, 2007 e 2013, participações via *Facebook* de 2016, 2017, 2018 e 2019, comentários em postagens do *Instagram* de 2020 e 2021 e reportagens de outros veículos sobre Datena e *Brasil Urgente* publicadas durante todo este período. Temos, assim, em nosso material de análise, falas institucionais da Rede Bandeirantes sobre *Brasil Urgente*, comentários do público sobre o gênero feitos nas páginas de Datena no *Facebook* e no *Instagram*, críticas feitas nos cadernos de TV de jornais e revistas, e mesmo artigos acadêmicos.

1. Mediação, cumplicidade, interação

1.1. Se a mediação implica um espectador ativo

Mediation, in this sense of the term, is both technological and social. It is also increasingly pervasive, as social actors become progressively dependent on the supply of public meanings and accounts of the world in attempting to make sense of their own.¹³

Roger Silverstone, Complicity and collusion in the mediation of everyday life.

Para que se possa pensar a maneira como circulam os significados dos discursos materializados nos programas de telejornalismo vespertinos, propomos começar discorrendo sobre a mediação. Williams (2007), em um esforço de rastrear os diversos usos da palavra "mediação", aponta para três principais sentidos da palavra: o primeiro diz respeito a encontrar um ponto central entre dois opostos. É a ideia da mediação de conflitos. O segundo uso da palavra mediação é negativo, e estabelece um contraste entre situações "reais" e situações "mediadas". É a noção da mediação como ideologia, como interferência deliberadamente interposta na compreensão da realidade. Esse uso da palavra se difundiu especialmente com a expansão da mídia moderna e da chamada comunicação de massas, e a noção que discutiremos mais adiante de que a produção midiática centralizada é impositiva e manipuladora. Embora esta lógica massiva não seja mais a nossa compreensão da comunicação midiática, pois compreendemos a atividade do espectador, a noção de ideologia permanece cara para a compreensão de discursos que circulam na mídia oligopolizada. O terceiro sentido de mediação, para Williams (2007), é positivo e de certa maneira, autônomo. A mediação *está* na coisa, em sua *forma*, uma vez que todas as coisas são mediadas por situações sociais específicas, mas não podem ser reduzidas a essas relações, pois existem para além delas. Williams entende, assim, a *forma* como uma mediação por ser uma expressão da história, um reflexo, não necessariamente direto, de aspectos vivos da sociedade. A compreensão da forma como mediação é o entendimento de que nada é possível fora de seu tempo, e nada é independente das relações estabelecidas ao redor.

¹³ Tradução nossa: Mediação, neste sentido do termo, é ao mesmo tempo tecnológica e social. É também cada vez mais difundida, já que os atores sociais se tornam cada vez mais dependentes de um repertório público de significados e relatos do mundo para gerar os próprios sentidos. Roger Silverstone, Cumplicidade e conluio na mediação da vida cotidiana.

Nos estudos de comunicação há momentos em que a palavra "mediação" surge neste primeiro significado, como sinônimo de intermédio. Martín-Barbero (2015), discorrendo sobre a literatura de cordel, afirma que ela não é só meio, mas também mediação, “Por sua linguagem, que não é alta e nem baixa, mas a mistura das duas. Mistura de linguagens e religiosidade” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.152).

Nos interessa especialmente, contudo, uma busca pela relação entre o segundo e o terceiro desses usos listados da palavra mediação. Se o segundo pode ser resumido como "ideologia", e o terceiro como "forma", a escolha de "mediação" em lugar destes sinônimos não se dá ao acaso. Um estudo da mediação deve abranger tanto o estudo da forma, da coisa em seus próprios termos como produto da história, quanto da ideologia, dos sentidos que a cercam e a materializam. É um estudo de um produto, mas também do contexto. De como o produto é moldado por este contexto. É, ainda, um estudo de misturas: da cultura erudita com a cultura popular, dos novos interesses mercadológicos com as tradições, e, no nosso caso, do jornalismo de serviços com os contos de horror.

Silverstone (2002) define mediação como um processo que é ao mesmo tempo tecnológico e social, que engloba a circulação de significados (pela mídia e por outros meios) e determina um repertório comum disponível, a partir do qual os indivíduos são capazes de interpretar e criar sentidos. O autor ressalta, assim, a importância do papel da mídia na maneira como as pessoas veem, são ou agem, uma vez que essa mídia tem participação direta nos significados disponíveis para que essas pessoas compreendam o mundo. A mediação para Silverstone (2002) se transforma, assim, em parte constitutiva da vida cotidiana, e se torna impossível separá-las.

A mediação midiática é dialógica, ou seja, é possível entender o lugar privilegiado dos meios de comunicação de massas na criação de sentidos, mas é importante considerar também o comprometimento contínuo e por vezes criativo dos espectadores. Esse papel dos espectadores ganha uma nova possibilidade de apreensão a partir das redes sociais, onde, percebemos, há uma continuidade de determinados movimentos de reivindicação de significados presentes na "velha" mídia. Os discursos proferidos nos meios de comunicação "de massas" extrapolam os meios, e, mais do que uma divisão entre os discursos da TV, os dos espectadores

e os das redes, observamos uma atuação complementar e híbrida (CHADWICK, 2013), em que os significados perpassam as diversas tecnologias de comunicação. Um exemplo do uso prático dessa continuidade entre diferentes mídias está no fato que, a partir de 2016, *Brasil Urgente* passa a exibir constantemente um *lettering* no canto superior esquerdo com a página do *Facebook Datena Oficial*, uma estratégia midiática que explora o hibridismo da comunicação. Nesta página encontramos uma continuidade dos discursos do programa, comentada por usuários, e durante o programa o apresentador se refere indiretamente a esses comentários, dizendo, por exemplo, que sabe que é criticado por alguns posicionamentos (que reitera ou flexibiliza), quando algum tema ecoa fortemente nas redes sociais.

A relação entre público e grandes conglomerados midiáticos, contudo, é desigual, tanto no que diz respeito à televisão quanto às empresas multinacionais das redes sociais, porque o poder de luta e resistência popular contra os significados dominantes consagrados pela mídia também é desigual. É importante lembrar que tratamos de uma mídia cada vez mais oligopolizada, que conta com poder econômico e alianças políticas, e que, quando pensamos na televisão, dá aos espectadores uma cartela restrita de escolhas de produtos midiáticos para consumirem. Isso fica ainda mais claro quando pensamos na TV aberta brasileira. Ainda assim, o próprio sucesso comercial dos produtos midiáticos depende de um engajamento dos espectadores, e esse engajamento é buscado pela emissora. Por isso eles se mantêm em diálogo constante: os produtos midiáticos passam por transformações e renegociações genéricas, de forma a não se afastarem muito do gosto, dos anseios e das demandas populares. A mediação midiática se mantém entre interesses comerciais e políticos e as tradições e os gostos populares. Já não se assiste mais ao *Big Brother Brasil* sem comentar no *Twitter*, por exemplo. E a televisão organiza, pauta e se pauta pelo que é discutido nas redes, como em outro momento, já se pautou, ainda que em menor medida, por uma maior dificuldade de apreensão, pelo que era discutido nas ruas, nos salões de beleza ou nas famílias.

A mediação é, portanto, a participação dos meios de comunicação na vida das pessoas e o contexto das emissões. Ela é tecnológica, no sentido de que a TV, por exemplo, é uma mediação, uma maneira de se acessar realidades distantes (ou mesmo geograficamente próximas, mas) que, de outra forma, não nos seriam visíveis - uma mudança considerável na maneira de se entender o cotidiano. E

social, no sentido de que está estritamente relacionada ao seu entorno, à oferta social de significados para que as pessoas compreendam o mundo, à circulação de sentidos, ao que se diz sobre a própria TV e sobre os assuntos que seus programas abordam. É ideologia, na medida em que se interfere no senso comum, se interpõe entre público e acontecimento, delimita as compreensões de mundo, orienta interpretações e forma ideias de acordo com interesses nem sempre populares. E é forma, já que a coisa em si não se separa de seu contexto.

Martín-Barbero (2001) aponta para a necessidade e para a penetração cotidiana dessa mediação tecnológica da televisão, quando afirma que vivemos em cidades enormes, disseminadas e impossíveis de abarcar. É só na televisão, na câmera do helicóptero, que conseguimos ter noção da densidade do tráfego nas avenidas ou da vastidão e desolação dos bairros de invasão. É na televisão ou no rádio, mesmo depois do surgimento dos meios digitais, que cotidianamente conectamos com o que sucede e nos implica na cidade “em que vivemos”¹⁴. Essas imagens de helicópteros, visões da cidade que nos são impossíveis sem a mediação da televisão, são um dos principais recursos visuais de *Brasil Urgente*.

Ainda pensando a mediação no sentido tecnológico, podemos afirmar que ela é, para Siverstone (2002), em análise da cultura midiática contemporânea, responsável por nos colocar em contato constantemente com situações muito duras, mas também por retirar parte de sua dureza ao não exigir uma tomada de posição por parte do espectador. A mediação midiática garante a sensação, mas sem exigir responsabilidade ou engajamento, pois mostra a dor, mas sem romper com uma distância confortável para o espectador. Vemos na televisão uma viatura atirar contra um homem. Não precisamos, porém, lidar com a dor de sua perda, com o luto de sua família, com o corpo e o sangue no chão em frente à casa, com o trauma de quem presenciou. O helicóptero que filma a ação se afasta minutos depois e se volta para a próxima perseguição policial.

É essa mídia que mostra e afasta, contudo, que provê as bases para as decisões éticas da vida cotidiana: a distância mediada torna-se, assim, componente essencial da moralidade contemporânea. Pensamos a mediação em seu sentido tecnológico como o acesso que temos a uma determinada realidade que não

¹⁴ Entre aspas, pois na mesma cidade há múltiplas separações, barreiras físicas, culturais, materiais, imaginárias, que se impõem dividindo as realidades.

podemos, de outra forma, alcançar, e a mediação no sentido social como componente importante de uma certa moralidade. As noções estão profundamente imbricadas, e, ainda, a moralidade se desdobra em materialidade quando defendida por meio de ações.

Em consonância com as preocupações de Silverstone (2002) com uma ética das mediações, Martín-Barbero (2015) aponta para um problema da crítica midiática, que parece pensar que a produção centralizada de um produto tido como popular define, por si só, seu caráter de mera manipulação. Embora a centralização da produção não possa de forma alguma ser descartada em uma análise, o autor propõe complexificar a compreensão dessa circulação de significados entre massivo e popular para que seja possível, ou mesmo pertinente, pensar sobre a mediação. Se aceitássemos simplesmente a noção de manipulação midiática, a discussão sobre a apropriação dos significados, a disputa, a cumplicidade ou mesmo as tradições não teria sentido.

Para esse entendimento ampliado da relação entre mídia e sociedade, Martín-Barbero (2015) historiciza a relação entre cultura popular e alta cultura, e busca as diferenças entre o povo e a massa, sendo esta segunda entendida como abstração sem tessitura que se manifesta em uma uniformização cultural de indivíduos. Como um dos marcos do debate, o autor aponta que a ideia de uma sociedade de massas data de muito antes do que os manuais de comunicação adeptos ao discurso tecnólogo tendem a atribuir (anos 1930/1940). Na verdade esse “medo das turbas” surge com os liberais franceses e ingleses, e se consolida entre o período pós-napoleônico e a primavera dos povos de 1848.

A história do conceito de massa passa por Toqueville, que propôs uma pergunta que Martín-Barbero (2015) considera fundamental sobre o sentido da modernidade: pode-se separar o movimento pela igualdade social e política do processo de homogeneização e uniformização cultural? Stuart Mill (*apud* Martín-Barbero), por sua vez, falava em uma tendência da sociedade a converter-se numa vasta e dispersa agregação de indivíduos isolados. Desagregação e uniformização; uma mediocridade coletiva que domina.

Nas décadas de 1930 e 1940 acontece um deslocamento teórico no que diz respeito à questão das massas, e ela passa a ser formulada por autores estadunidenses de maneira comunicacional: "em lugar de ter como espaço de

compreensão de seu estatuto social o religioso, as crenças se recolocam no espaço da comunicação, de sua circulação na imprensa. A massa é convertida em público e a crença em opinião.” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.60). Surge, então, como objeto de estudo, o efeito psicológico da difusão da opinião, a adesão mental das massas, que de acordo com esses autores se daria por meio da sugestão - e, com a expansão dos meios de comunicação de massas, a possibilidade de uma adesão à distância.

A crítica midiática que parte apenas do lugar de produção para caracterizar um produto como mera manipulação parece estar estagnada, presa a essa noção de uma comunicação que conta com uma adesão mental, sem considerar o que Martín-Barbero chama de um "o processo histórico de formação do popular e o sentido social das diferenças culturais: a exclusão, a cumplicidade, a dominação e a impugnação" (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 40)

Se Silverstone (2002) fala da cumplicidade e do conluio do público em relação às representações propostas pela mídia, é porque a passividade do espectador já foi descartada. Tanto a cumplicidade quanto a dominação acontecem de forma bem mais complexa do que se pensava. O autor aponta para a diferença entre o público acreditar numa narrativa ou relato, que significa acreditar no ocorrido factual, e acreditar nas estruturas midiáticas, nas quais o ocorrido pode ficar em segundo plano, superado pela estética, pela autoridade do gênero e do apresentador, por uma suposta confiabilidade em uma emissora.

A cumplicidade não exige uma crença completa, mas uma confiança em determinados aspectos das instituições sem a qual o cotidiano fica insustentável. Mesmo essa confiança no sistema abstrato que é a mídia, porém, parece estar em crise na contemporaneidade, o que nos mostra que a simples adesão do público aos discursos midiáticos é uma abstração irreal. No atual cenário político brasileiro (e no mundial) as chamadas *fake news* se confundem com jornalismo com facilidade, e nos comentários de grandes portais de notícias os leitores chamam de *fake news* quaisquer notícias que contrariam suas convicções políticas, por mais bem apuradas que sejam. É um momento de tensão que contraria argumentos sobre a passividade do público - sem, contudo, afirmar que essa não-passividade seja necessariamente fruto de uma boa formação ou de um senso crítico apurado.

Rancière (2014), que também pensa na potência de um espectador ativo, acredita que o papel das imagens de violência é o de tirar o espectador de seu lugar de passividade. Isso não é feito, é claro, por qualquer imagem, e é importante pontuar uma diferença epistemológica: o autor se refere a imagens que circulam no meio artístico, e não a programas televisivos. Ainda assim, o que nos interessa aqui, quando argumentamos em favor da ideia de um espectador não necessariamente manipulado, é a noção de que

O ceticismo atual [em relação à possibilidade de tirar o espectador de um lugar de passividade] é resultado de um excesso de fé. Nasceu da crença desenganada numa linha reta entre percepção, emoção, compreensão e ação. A confiança nova na capacidade política das imagens pressupõe a crítica desse esquema estratégico. As imagens da arte não fornecem armas de combate. Contribuem para desenhar configurações novas do visível, do dizível e do pensável e, por isso mesmo, uma paisagem nova do possível. Mas o fazem com a condição de não antecipar seu sentido e seu efeito (RANCIÈRE, 2014, p. 100)

No programa estudado, o efeito das imagens de violência é antecipado e há um esforço do apresentador para fechar o sentido e reduzir a polissemia. Apesar da aparente fragmentação em muitas reportagens, cortes rápidos e falas interrompidas, o discurso de *Brasil Urgente* se embasa na reivindicação de realidade de matérias de interesse pontual e na construção de uma narrativa que as universaliza, papel do apresentador. José Luiz Datena relaciona as reportagens a algo maior do que sua temática original, como a falência moral da sociedade e a corrupção política, em uma tentativa de fechar as interpretações. Aqueles fragmentos de realidade, que caberiam em uma editoria de cidades, se tornam, assim, temas de interesse nacional quando atreladas a um discurso que reivindica uma generalidade dos problemas ali diagnosticados. O esforço da produção é para que os sentidos sejam fechados, mas isso não significa que eles permaneçam assim em sua circulação.

Assim, tendo a consciência de que o programa em estudo não se configura de modo a estimular a atividade do espectador, o que propomos aqui é um lugar de análise que fuja dos opostos complementares que são o ceticismo, da ideia de que é impossível tirar o espectador de sua inatividade, quanto do excesso de fé, da ideia de que simples exposição da imagem do sofrimento humano vai levá-lo à ação. Propomos olhar para os lugares de cumplicidade e diálogo, mas também de dominação que se estabelecem entre programa e público. Olhamos ainda para as

discordâncias, os momentos em que essa cumplicidade e essa dominação se rompem ou não se dão por completo.

Martín-Barbero (2015) afirma que as primeiras noções de que a cultura poderia ter uma concepção instrumental e se transformar em um instrumento de luta cotidiana veio dos anarquistas. “É um primeiro traço-chave dessa imagem é a lúcida percepção da cultura como espaço não só de manipulação, mas de conflito, e a possibilidade então de transformar em meios de liberação as diferentes expressões ou práticas culturais” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.44). Notamos, na leitura dos escritos de 1968 do marxista Althusser (1996), a mesma noção instrumental da cultura e da mídia. Segundo o autor, em comparação com o Aparelho Repressivo, os AIE da mídia e da cultura estão muito menos sob o poder direto da classe dominante, já que não estão necessariamente submetidos diretamente ao poder estatal. Eles podem, assim, se tornar instrumentos da luta de classes.

Para Martín-Barbero a própria denominação "popular" se refere ao urbano contemporâneo, à cultura de massas, e desafia os críticos a pensarem “a necessidade de incluir no estudo do popular não só aquilo que culturalmente *produzem* as massas, mas também o que *consomem*, aquilo de que se alimentam” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.70)¹⁵.

Lana (2007) busca, na origem dos programas do mesmo gênero de *Brasil Urgente*, a concepção de popular. Para a autora, o programa pode ser compreendido como parte de um fenômeno de crescimento da participação de anônimos na cultura televisiva que teve início na década de 1990, com programas de auditório dominicais, *reality shows*, telejornalismo dramático (que aqui denominamos telejornalismo policial vespertino) e programas de aconselhamento psicológico.

A autora identifica o programa *Aqui Agora* (SBT, 1991-1997) como precursor do gênero de telejornalismo que criou produtos como *Cidade Alerta* (Record, 1996 - presente) e *Brasil Urgente* (Band, 2001 - presente). As principais características que Mayer (2006) observa em *Aqui Agora*, de fato, se mantêm em *Brasil Urgente*, tais como o tom sensacionalista, a estética de realidade, a dramaticidade, a temática urbana. *Aqui Agora* tratava de crimes (roubos, assassinatos, estupros), reclamações do consumidor e problemas de trânsito. O

¹⁵ Grifo nosso.

slogan: “o telejornalismo brilhante que mostra a vida como ela é”, já trazia, em si, uma promessa de cotidiano muito diferente do telejornalismo tradicional.

No rádio, Gil Gomes, antes de se tornar um dos apresentadores de *Aqui Agora*, desde 1968 dramatizava as reportagens policiais a partir da entonação da voz e da redução de personagens a arquétipos maniqueístas (MAYER, 2006). Quando *Brasil Urgente* surge em 2001, com o apresentador Roberto Cabrini, sua proposta não é, assim, de toda uma novidade.

Datena, antes o *Repórter Cidadão* da Rede TV!, e apresentador de *Cidade Alerta* da Record, foi contratado pela Band em 2003 para a apresentação de *Brasil Urgente*, e trouxe para a emissora muitos pontos de audiência. A fidelidade dos espectadores nos programas populares parece estar muito vinculada à figura do apresentador, mais do que ao programa. Essa alta audiência e a quase generalizada ocupação da programação televisiva por imagens, temas e modos das figuras populares se tornou, é claro, objeto de disputa. Frente a alta audiência, as acusações da crítica eram (e ainda são) de sensacionalismo. Mayer (2006) aponta para o fato de que a crítica a *Aqui Agora* na época de sua exibição considerava o programa "como um exemplo do 'denominador mais baixo' da programação da televisão e como uma ferramenta política da direita" (MAYER, 2006, p.17)

Essa preocupação com uma crítica cultural que condena programas populares como manipulação remete aos frankfurtianos que, frente à experiência do nazismo, passam a entender o capitalismo não só como sistema econômico, mas também em suas dimensões políticas e culturais. Os autores da Escola de Frankfurt reconhecem o lugar estratégico atribuído à cultura. “Os procedimentos de massificação vão ser pela primeira vez pensados não como substitutivos, mas como constitutivos da conflitividade estrutural do social” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.71).

Interessa especialmente, no estudo da mediação, pensar a herança benjaminiana, como dissidência interna da Escola de Frankfurt, pois é a partir daí que se pensa o popular na cultura não como negação, mas como experiência de produção. Benjamin (1955) considera a experiência como mediação. Em contraste com o estudo e a interpretação da alta cultura, cuja chave está na obra, Benjamin percebe que para a cultura popular a chave de interpretação se acha na percepção e no *uso*. Surge, assim, a preocupação com a mediação em seu sentido de circulação.

Benjamin se propõe então à tarefa de pensar as mudanças que configuram a modernidade a partir do espaço da percepção, misturando para isso o que se passa nas ruas com o que se passa nas fábricas e nas escuras salas de cinema e na literatura, sobretudo na marginal, na maldita (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.81)

Benjamin não cai em um otimismo tecnológico, mas no texto *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* rastreia a percepção como mediação. O problema, para Benjamin (1955), não é se a fotografia pode ser considerada arte ou não, mas como a fotografia altera a concepção sobre a arte, sobre seus modos de produção e sobre seu papel social. A modernidade, para o autor, altera o modo de recepção, que antes se focava no valor de culto da obra, e agora se volta para o expositivo. De acordo com Benjamin (1955), "A reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte" (BENJAMIN, 1955, p. 10). Isso porque a aura, o valor sagrado da originalidade da arte deixa de ser central em um momento em que um negativo fotográfico pode dar origem a diversas revelações. A questão da originalidade se perde, e a resposta para essa perda da função de culto é quase uma teologia da arte: a novidade de uma valorização da arte pela arte. A recepção dessa nova arte, como efeito do choque do cinema, passa a ser mais "distraída" e mais tátil, como acontece com a arquitetura, e há toda uma reestruturação do sistema perceptivo.

Esse texto de Benjamin (1955) parece um princípio, um marco teórico inicial para uma pesquisa de mediação, pois busca rastrear a percepção, a circulação, as apropriações de uma nova técnica e o que muda no valor social da arte e na maneira como ela é apreendida.

A partir dessa discussão temos a intenção de apontar para a compreensão de que o que se dá na chamada mídia de massas¹⁶ não é (e não deve ser interpretado como) um fenômeno afastado do popular.

Não podemos continuar construindo uma crítica que separa a massificação da cultura do fato político que gera a emergência histórica das massas e do contraditório movimento que ali produz a não-exterioridade do massivo ao popular, seu constituir-se em um de seus modos de existência. Atenção, porque o perigo está

¹⁶ Ressaltamos que o uso da expressão "mídia de massas" se dá, aqui, no contexto de uma revisão bibliográfica que coloca em perspectiva histórica o entendimento da mediação midiática/televisiva, e não indica a adesão a uma ideia de recepção conjunta ou acrítica, que este trabalho busca refutar.

tanto em confundir o rosto com a máscara - a memória popular com o imaginário de massa - como em crer que possa existir uma memória sem um imaginário, a partir do qual se possa ancorar no presente e alimentar o futuro (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.29)

Martín-Barbero (2015) propõe que o pensamento sobre a mediação seja, também, um pensar sobre as brechas, os diálogos entre o massivo e o popular, as apropriações populares dos discursos midiáticos, as rupturas, mas também as permanências de matrizes, gêneros, tradições.

Danielle Brasiliense (2014) fala sobre uma espécie de "contágio semântico" de ideias, conceitos e modos de narrar. Para a autora nós tendemos, de alguma forma, a reproduzir o passado no nosso tempo, mantendo vivas tradições, noções e conceitos do passado, como se existisse uma espécie de "genética" de descrições e ideias, que perpassa tanto a ficção quanto relatos de acontecimentos. (Afinal, como afirma Morin, "O real está banhado, rodeado pelo irreal. O irreal está moldado, determinado, racionalizado, interiorizado pelo real"¹⁷ (MORIN, 2001, p.16).)

A autora, que retomaremos mais tarde para tratar mais especificamente das narrativas midiáticas de crimes, argumenta que por meio dessa "genética de descrições" as formas do romance policial do século XIX organizaram os sentidos das narrativas policiais contemporâneas. Gomide (2006) enfatiza, ao tratar especialmente de narrativas brasileiras sobre crimes, que embora a matriz esteja presente, toda narrativa policial é sobre um crime, mas nem toda narrativa sobre crime é uma narrativa policial. Durante a década de 1970, por exemplo, os livro-reportagens sobre crimes se popularizaram e, no Brasil, a perspectiva policial para narrar o crime a partir da investigação é desacreditada - uma vez que a própria investigação policial o é.

Brasiliense (2014) mostra, contudo, ao buscar no romance burguês uma das origens das narrativas contemporâneas sobre crimes, uma noção que parte de perspectivas teóricas diferentes, mas se aproxima bastante da de Martín-Barbero (2015): a de que podemos observar uma certa continuidade no popular. Martín-Barbero, contudo, observa essas continuidades - e também rupturas - na fronteira entre a cultura popular e a massiva.

¹⁷ Tradução nossa. Original: "Lo real está bañado rodeado de lo irreal. Lo irreal está amoldado, determinado, racionalizado, interiorizado por lo real"

(...) a constituição histórica do massivo, mais que à degradação da cultura pelos meios, acha-se ligada ao longo e lento processo de gestação do mercado, do Estado e da cultura nacionais, e aos dispositivos que nesse processo fizeram a memória popular tornar-se cúmplice com o imaginário de massa (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.132)

Rupturas e continuidades serão justamente, aqui, orientações metodológicas, na medida em que serão usadas como categorias de análise. Pêcheux (1996), em um esforço para apresentar bases para uma teoria materialista do discurso, com a qual pretendemos dialogar, aponta para a ideologia como um dos campos em que acontecem a reprodução e a transformação das relações de produção. O autor enfatiza que trata da reprodução e da transformação juntas porque não acredita que o que contribui para a reprodução seja passível de separação do que contribui para a transformação. Essa é a lógica da luta de classes, que perpassa o âmbito da produção como um todo, e será a lógica usada em nossa análise.

1.2. Uma abordagem materialista dos gêneros televisivos

Para estabelecer as bases de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux (1996) afirma que é preciso partir da noção de que a ideologia não é o "espírito" de um tempo, ou mesmo um sistema dominante de ideias, como se isso precedesse ou dispensasse a luta de classes. A ideologia se faz na disputa por hegemonia, nas condições de manutenção e transformação das relações de produção. Ela está, assim, muito mais no campo material, na *práxis*, do que no mundo das ideias.

Usando a terminologia de Althusser (1996), Pêcheux denomina as instituições Aparelhos Ideológicos de Estado, e explica que eles não são uma mera expressão da ideologia dominante, mas o *local* e o *meio* pelo qual acontece a dominação. Mesmo assim, esses Aparelhos Ideológicos de Estado não são *puros instrumentos* da classe dominante, que simplesmente reproduzem as relações de produção existentes. Neles, acontece tanto a manutenção quanto a transformação da ideologia, uma vez que sua instauração não se faz automaticamente, mas como resultado da luta de classes. O método de análise proposto pelo autor precisa, então, passar pela historicização, pelo movimento contínuo da dialética.

Os Aparelhos Ideológicos de Estado como religião, escola, família, leis, política, sindicatos, cultura e mídia são, assim, são os lugares onde acontecem a reprodução e a transformação ideológica, e estão em constante disputa. Da mesma forma estão em disputa questões e visões internas a esses Aparelhos Ideológicos, as relações de desigualdade e subordinação *entre* essas regiões do saber constituem o que está em jogo na luta ideológica de classes.

Um exemplo dessas desigualdades hierárquicas entre os Aparelhos Ideológicos de Estado é o que Luis Felipe Miguel (2018) aponta como um deslocamento contemporâneo de poder de diversas instituições para a família. Para ele, essa hipertrofia da instituição familiar estimulada pelos discursos de uma direita neoconservadora (deslocamento que podemos observar claramente por exemplo, pela criação de um Ministério da Família pelo governo Bolsonaro onde antes haviam separadas as pautas da mulher e dos direitos humanos) serve como compensação para a redução do Estado, pauta neoliberal que vem sendo crescentemente implementada no Brasil. Esse tipo de relação de subordinação entre diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado interessa em uma análise de discurso que se pretende materialista.

Além de compreendermos a mídia (e o programa estudado, como parte dessa mídia) como um Aparelho Ideológico de Estado e buscarmos compreender as relações de transformação e reprodução ideológicas características dela, entendemos ainda que, nos discursos ali proferidos, outros AIE aparecem e têm sua hierarquia discutida. Quando Datena afirma, por exemplo, que "é difícil separar o joio do trigo da política"¹⁸, ao noticiar que o senador Bezerra Coelho (MDB-PE) colocou seu cargo à disposição do Presidente Jair Bolsonaro após ser alvo de operação da Polícia Federal, o discurso do apresentador age pela descridibilização do AIE política. Datena mistura casos de diversas denúncias a políticos diferentes ao comentar a notícia, cita como herói o Ministro da Justiça Sérgio Moro, menciona sua atuação como juiz, e afirma que ele certamente teria autorizado a operação, e que portanto descridibilizar a atuação da Polícia Federal seria ir contra Moro. O apresentador afirma que "a polícia federal não foi lá de graça", dando muito mais credibilidade para a polícia do que para o político, embora não apresente com

¹⁸ No programa de sexta-feira, 18 de setembro de 2019, o único da semana em que Brasil Urgente tratou diretamente de questões envolvendo política partidária.

clareza evidências ou detalhes da operação. E completa: "deixa a polícia fazer o trabalho deles (...) se não a polícia que se ferra, o promotor que se ferra, o juiz que se ferra". Vemos, neste caso, um forte discurso de descridibilização da política em prol da polícia e do judiciário. Em outros momentos da análise, apontaremos para pontos em que o AIE judiciário estava sob ataque, já que observamos rupturas e descontinuidades no discurso do programa, que não é completamente homogêneo.

A mistura entre Aparelho Repressivo e Aparelhos Ideológicos interessa especialmente. Embora Pêcheux (1996) não se debruce em profundidade sobre ela, Althusser (1996) enfatiza o duplo funcionamento tanto do Aparelho Repressivo quanto dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Mesmo funcionando sob a lógica da força física, o Aparelho Repressivo não prescinde de uma justificativa ideológica que mantenha seus executores alinhados à missão: o policial, o soldado e o juiz precisam de uma justificativa que mantenha a unidade, os valores e possibilite a reprodução daquele Aparelho. Da mesma forma, os Aparelhos Ideológicos de Estado podem recorrer à repressão e à força quando necessário, como acontece, por exemplo, em casos de censura midiática.

Mais um exemplo de momento em que os discursos de Datena mostram essa participação ativa na reorganização da hierarquia entre os AIE é quando, no dia 18 de setembro de 2019, como comentário a uma matéria que mostrava uma veterinária espancada pelo ex-namorado, o apresentador afirmou que já pediu para o amigo dele, o senador Kajuru (Patriota - GO)¹⁹, que também já foi apresentador de televisão, para propor que não haja mais redução de pena para assassino de mulher. O âncora reivindica, assim, importância legislativa para si, e, conseqüentemente, para a mídia, disputando uma reorganização dos AIE. A relação interpessoal entre apresentador e senador funciona, ainda, como um argumento de autoridade, uma relação patrimonialista que ofusca as fronteiras entre mídia privada e política pública. A demanda é por mais repressão, e parte do AIE mídia, mostrando o duplo funcionamento dos aparelhos. O programa se pauta no discurso da necessidade de

¹⁹ O senador Jorge Kajuru passou por 3 partidos até setembro de 2019, momento de escrita. Ele foi eleito pelo PRP, assumiu o cargo pelo PSB, mudou para o Patriota e, enquanto este texto era escrito, estudava convites do Cidadania e do Podemos. Mais informações em: <<https://www.emaisgoias.com.br/jorge-kajuru-vai-se-filiar-ao-quarto-partido-em-menos-de-nove-meses-como-senador/>>, último acesso em 23 de setembro de 2019.

penas mais longas e rigorosas e o sistema punitivo se justifica nesses discursos, de forma a borrar as fronteiras.

Pechêux (1996) considera, ainda, que uma teoria materialista do discurso deve evitar a ideia aparentemente evidente, tácita, de que o sujeito se auto constitui. Não há, assim, uma evidência da existência espontânea do sujeito, tampouco a evidência do sentido, a ideia de que uma palavra nomeia algo ou tem um significado dado, ignorando a ação dos efeitos ideológicos sobre os discursos. Podemos dizer, como exemplo, que a expressão "cidadão de bem", constantemente repetida no programa *Brasil Urgente*, significa muito além do sentido de cada uma de suas palavras. É uma categoria social, uma expressão cuja carga semântica remete a um discurso conservador que classifica indivíduos como dignos ou indignos a partir de concepções morais baseadas em valores capitalistas, patriarcais e racistas.

Pechêux estabelece, com base em Althusser (1996), um vínculo entre a constituição do sentido e a constituição do indivíduo. Para a análise materialista do discurso, "... se fala do sujeito e (...) se fala ao sujeito antes que o sujeito possa dizer: 'Eu falo'" (PÊCHEUX, 1996, p.149). Assim, o autor pensa na constante interpelação dos sujeitos como figura, o que torna palpável o vínculo entre o Aparelho Repressivo e os Aparelhos Ideológicos de Estado. A polícia interpela o sujeito, quando diz "mãos ao alto!". A mídia o interpela, por exemplo, quando Datena diz "eu não vou acender vela para defunto ruim (...). Eu tô preocupado *é com você*, cidadão de bem que está me assistindo"²⁰.

Buscamos, assim, em nossa análise, essa noção da constituição prévia do sujeito, que estabelece para ele um lugar social antes mesmo que ele possa ter voz. Olhamos para as formas de interpelação dos sujeitos, que aproximam ideologia e repressão. Pensamos, ainda, nas condições de reprodução e de transformação da ideologia, conscientes de que é impossível isolá-las. Estabelecemos aqui um diálogo entre essa concepção materialista da análise de discurso, que observa a reprodução e a transformação como partes de um mesmo processo ideológico, e os Estudos Culturais, que compreendem a mediação como um lugar de diálogo, que envolve permanências, especialmente sob a forma de tradições, e rupturas, que se

²⁰ Fala do apresentador de Brasil Urgente, José Luiz Datena, sobre um homem, supostamente traficante, que teria sido baleado pela polícia na Rodovia dos Inconfidentes na segunda-feira, dia 16 de setembro de 2019.

dão tanto por demandas populares quanto por interesses comerciais. (MARTÍN-BARBERO, 2015).

Extraímos dessas considerações três principais categorias analíticas a partir das quais abordaremos o corpus da pesquisa: (1) a busca por *rupturas e continuidades* é a primeira dessas categorias. Ela nos permitirá a observação das renegociações genéricas no produto, dos diálogos entre tradição e mercado (MARTÍN-BARBERO, 2015), dos resultados - temporários - das disputas por significado em torno do programa e a compreensão, relativa ao conceito de mediação, de que a forma (WILLIAMS, 2007) como o *Brasil Urgente* se apresenta em cada ocasião é resultado da história; (2) os *momentos de interpelação*, segunda categoria analítica, nos dão a ver, conforme explicamos anteriormente, os pontos de contato entre ideologia e repressão (PÊCHEUX, 1996), cumplicidade (SIVERSTONE, 2002b) e dominação, e por isso são importantes para o questionamento sobre a atividade do espectador. Nesta categoria, além da busca pelos momentos em que o discurso do programa convoca os espectadores, estudaremos ainda algumas respostas a essas convocações, seja por meio de participações em enquetes ou comentários em redes sociais. Pensaremos, assim, para além do televisivo, compreendendo que o programa é parte integrante de um sistema híbrido de comunicação (CHADWICK, 2013); (3) as *disputas hierárquicas* entre Aparelhos Ideológicos de Estado ou entre os AIE e o Aparelho Repressivo (ALTHUSSER, 1996), terceira categoria, se tornam um operador de análise para que possamos levantar questões sobre as disputas por deslocamentos de poder e, nesta categoria, a investigação pretende se ampliar para texto e contexto, de modo a relacionar o discurso do programa à difusão de determinados discursos no panorama político nacional.

As categorias aqui apontadas são transversais. Isso significa que podem ser usadas tanto para a análise do discurso televisivo, quanto para os comentários em redes sociais, matérias jornalísticas sobre o programa estudado e o apresentador ou o discurso institucional da página do programa no site da Rede Bandeirantes, já que buscamos entender o programa como parte integrante de um sistema de comunicação que em muito o extrapola. O estudo que propomos, mesmo dos comentários das redes sociais, é uma análise de discurso, que busca significados e não implica métodos quantitativos. Por isso, as mesmas categorias usadas para a

compreensão dos discursos de Datena são aplicadas aos comentários nas redes sociais. Essas categorias estão, ainda, imbricadas, de forma que, em alguns casos, os fragmentos expostos poderiam ser classificados em mais de uma delas. A escolha, nestes casos, sobre em qual categoria estudar cada um desses trechos, não deve distorcer o resultado final da pesquisa, uma vez que esta proposta não é taxonômica. A exposição de resultados será feita, ao longo do texto, a partir de critérios qualitativos, e não quantitativos. Não é de nosso interesse (e seria um trabalho impossível, dado o tamanho e a pouca uniformidade do *corpus*) quantificar os momentos que se encaixam em cada um dos critérios, mas usar esses critérios como lentes a partir das quais observaremos *tendências*. Essas tendências serão expressas aqui a partir de citações ilustrativas, exemplos, descrições de momentos do programa que nos permitam abordar nossas proposições teóricas, confirmando-as ou refutando-as. A proposta é uma análise de discurso, e não de conteúdo, e será apresentada em um texto não segmentado, o que favorece a aproximação de situações que entendemos como semelhantes. O objetivo é apontar proposições sobre a mediação, e não concepções fechadas e quantificadas sobre a estrutura do programa ou o comportamento do público nas redes sociais ou nas enquetes. A pesquisa de mediação, assim, embora trate da circulação social de discursos do programa, não pode se confundir com um estudo de recepção.

Ainda no que diz respeito ao método, a pesquisa de mediação nos leva a colocar os gêneros televisivos como uma questão central, um referencial de codificação que nos ajuda na delimitação do corpus de pesquisa. Para Simone Rocha e Letícia da Silveira (2012), que propõem usar os gêneros televisivos como operadores metodológicos para uma análise cultural da televisão, o processo comunicativo não se encerra no indivíduo, e não tem, necessariamente, um começo ou um fim. A mediação seria, assim, um processo circular. O conceito de mediação das autoras também vem de Martín-Barbero (2015), e a definição se aproxima de um lugar de cruzamento entre matrizes culturais e formatos industriais, bem como lógicas de produção e competências de recepção. Para a sua apreensão, assim, a análise deve extrapolar o produto:

Pesquisar um gênero como mediação cultural requer a análise das várias opiniões da crítica, da audiência e de discursos institucionais sobre o uso de categorias genéricas, e o mapeamento das mudanças nos discursos acerca de uma

categoria em particular em diferentes contextos históricos (ROCHA e SILVEIRA, 2012, p. 10)

As autoras propõem que se investigue as demandas culturais e sociais que as pessoas fazem à televisão, pois essa seria a única forma de entender o que a televisão faz com elas. Para esta pesquisa de mediação, portanto, contamos com um corpus amplo, que citaremos aqui em ordem mais ou menos cronológica:

- (a) A descrição detalhada de duas matérias exibidas em *Brasil Urgente* em junho 2003, poucos meses depois de Datena assumir a apresentação do programa, que Lígia Lana faz no capítulo Denúncia e dramatização do cotidiano em *Brasil Urgente* do livro *Narrativas televisivas: programas populares na TV*, organizado por Vera França. (LANA, 2006)
- (b) A gravação de uma semana do programa *Brasil Urgente* que vai do dia 29 de agosto de 2005 até o dia 2 de setembro de 2005, gentilmente cedida pela pesquisadora Lígia Lana.
- (c) Reportagens e vídeos que repercutem as enquetes usadas por *Brasil Urgente* entre 2007 e 2013.
- (d) Decupagem²¹ dos programas *Brasil Urgente Minas* e *Brasil Urgente* nacional no dia 30 de junho de 2017. Aqui os programas já não contam mais com enquetes, e desde 2016 as páginas oficiais de Datena e de *Brasil Urgente* estão presentes no *Facebook*, por isso começamos a buscar o engajamento do público nas redes sociais.
- (e) Gravações de uma semana de programa, que vai do dia 29 de janeiro ao dia 2 de fevereiro de 2018, e comentários no *facebook* sobre as reportagens exibidas.²²
- (f) Decupagem do programa exibido no dia 11 de fevereiro de 2019, dia da morte de Ricardo Boechat e comentários das matérias deste dia no *facebook*.²³
- (g) Decupagem de programas exibidos na semana de 16 a 20 de setembro de 2019 e comentários no *Facebook*.

²¹ O que descrevemos como decupagem aqui são anotações descritivas de todo o programa, realizadas por mim durante a transmissão ao vivo. Essas descrições envolvem falas, imagens e sons, e, considerando a impossibilidade de uma descrição completa de um programa televisivo, foram feitas com o objetivo de privilegiar as questões que envolvem a problemática desta tese.

²² Essas gravações foram compradas de uma agência de clipping quando surgiam notícias de que o apresentador Datena deixaria *Brasil Urgente* e se dedicaria a um programa dominical. O programa chegou a ser lançado, mas a Rede Bandeirantes voltou atrás no remanejamento de Datena e ele retornou a *Brasil Urgente*.

²³ A decisão de fazer a decupagem de *Brasil Urgente* desse dia partiu de uma inquietação pessoal acerca da morte de Boechat, amigo pessoal do apresentador Datena. A ideia era verificar se a cobertura da morte de um amigo se aproximava da que era feita sobre a morte de anônimos, o que poderia indicar a percepção da produção do programa acerca de como é feita a cobertura policial.

- (h) Decupagens de programas exibidos nos dias 22 e 28 de maio, 1 de junho, 13 e 19 de agosto de 2020 e comentários nas páginas do *Facebook* e *Instagram* do apresentador.
- (i) Reportagens sobre o programa e sobre Datena, que envolvem críticas, notícias de processos e fofocas, que vão desde 2003 a 2022.
- (j) Página do programa *Brasil Urgente* no Site da Rede Bandeirantes

O processo de levantamento de corpus foi dificultado porque a rede Bandeirantes, quando contactada, afirmou que não mantém arquivo dos programas, só de algumas matérias que são postadas nas redes sociais, e que por isso não poderia colaborar com a pesquisa. Isso, além de mudanças tecnológicas (as redes sociais passam a substituir as enquetes), justificam a pouca uniformidade do corpus, o que é também um dado para a pesquisa. A negativa da Band em ceder acesso ao arquivo não deixa de ser um discurso institucional sobre o programa, que constantemente enfrenta processos judiciais por violações de direitos humanos, incitação a violência e falsas acusações. As transcrições de Lígia Lana de programas de 2003, as gravações de 2005 e os trechos de programas encontrados online, contudo, possibilitam o estudo do programa por um tempo estendido.

Entendemos ainda que, mesmo sem considerarmos as enquetes, há um momento no próprio programa em que a fala da audiência pode ser ouvida - embora, é claro, inquirida e editada pelos produtores: o momento da entrevista de personagens nas reportagens. Em nossas categorias analíticas a entrevista pode ser entendida como uma *interpelação*, e a partir de sua observação lançamos luz sobre a relação entre programa e audiência. A busca da produção por uma fala (selecionada) do público é justamente a intenção do recurso que o telejornalismo chama de povo-fala, usado em múltiplas reportagens, em que pessoas que passam na rua são ouvidas a respeito de um determinado assunto. Ouvir a opinião de transeuntes sobre um acontecimento é inquirir a moralidade do público e mesmo readequar o discurso caso necessário (ou, é claro, selecionar falas que sustentem o argumento do repórter e do programa).

No programa do dia 19 de setembro de 2019, quinta-feira, foi ao ar uma matéria do repórter Marcelo Moreira em frente ao Mercado de São Paulo. Era uma suíte, ou seja, uma repercussão de um caso do dia anterior, recurso muito usado em *Brasil Urgente*, que tende a acompanhar o desdobramento de muitos dos casos

abordados. O mesmo crime aparece na tela diversas vezes, inclusive com repetições dos takes das imagens e mesmo os comentários do apresentador são feitos várias vezes. O caso do dia anterior era um assalto a mão armada naquela localidade, e o programa tinha exibido imagens feitas por celular por um motorista que estava parado atrás do carro assaltado (FIG.3) enquanto o apresentador comentava o caso em estúdio. Esse recurso é denominado nota coberta no telejornalismo. A especificidade do caso é que Datena tinha desafiado a polícia, na quarta-feira, dia 18 de setembro, a encontrar o assaltante *ainda durante o programa*, e a vítima, que viu o caso na televisão, tinha entrado em contato com a produção para se pronunciar.



Figura 3 - Assalto à mão armada em frente ao Mercado
Fonte: Fotografia da televisão no dia 19 de setembro de 2019

Na quinta-feira, que já era o dia seguinte ao crime e à primeira repercussão, sem que a polícia tivesse encontrado o homem, a reportagem mostrava a ação de supostas gangues que assaltavam no local, e o repórter interpelava motoristas que passavam de vidro aberto, perguntando se não tinham medo. "De vidro aberto, de vidro fechado, a gente tem medo de todo jeito", respondeu um homem não creditado. Para uma mulher, Marcelo Moreira perguntou se ela assistia o programa, e ela disse que sim, que estava acompanhando o caso dos assaltos. Vemos, assim, que esse momento serve como "termômetro" da audiência nas ruas, e que pode ser útil metodologicamente na pesquisa de mediação - desde que não descartemos as edições, a ação da produção do programa sobre as respostas. Foi possível saber, a partir deste momento, que as falas de Datena sobre o perigo de andar perto do Mercado encontraram algum eco na população. Foi possível, entre os transeuntes, que o repórter encontrasse um espectador e falasse com ele, e este dado é metodologicamente útil para compreendermos a busca do programa pelo contato

com a audiência - desde que não assumamos o olhar ingênuo de ignorar a edição. Certamente a mesma pergunta foi feita a vários transeuntes até que se encontrasse um espectador.

O povo-fala serve para interpelar o público, mas há um momento em que, de forma não intencional e talvez até mais frutífera para a análise, parte deste público é interpelado se manifesta de maneira um pouco mais livre: o momento em que o espectador se converte em parente ou amigo de uma das vítimas. Quando um crime acontece e a reportagem entrevista alguém próximo à vítima, há uma grande chance de que a pessoa já esteja familiarizada com o programa, que tem grande audiência. Como referência, no dia 5 de setembro de 2019, *Brasil Urgente* atingiu 7,2 pontos de audiência de pico²⁴, o que significa que nos momentos de maior audiência havia cerca de cinco milhões de espectadores.²⁵

No momento de sofrimento e despreparo de quando o espectador se converte em familiar ou amigo de uma vítima - ninguém espera ser colocado em tal situação - a moralidade comum se expressa, tanto em pontos semelhantes quanto em pontos diversos dos expressos pelo programa. É possível perceber ecos das falas de Datena nas falas dos parentes das vítimas, que atribuímos tanto à moralidade socialmente difundida quanto a uma autoridade do gênero televisivo. As pessoas conhecem a estética do programa e sabem as normas básicas sobre como se colocar ali. Há, é claro, certo direcionamento dos repórteres, mas ele é limitado. As perguntas, quando aparecem na edição, parecem vagas, e as sonoras são longas a ponto de ser possível que o entrevistado fale sobre diversos assuntos. Algumas chegam a dois minutos, um tempo muito estendido quando se trata de edição televisiva. Apenas como referência, é relevante mencionar que no telejornalismo tradicional as falas de especialistas raramente ultrapassam 10 segundos.

Na quarta-feira, dia 18 de setembro de 2019, foi ao ar uma reportagem sobre um jovem de 18 anos, jogador de basquete, assassinado por um casal de adolescentes. De acordo com a matéria, ele teria se envolvido com a menina de 17

²⁴ SECCO, Duh. Brasil Urgente com Datena levanta audiência da Band. Disponível em: <<https://rd1.com.br/brasil-urgente-com-datena-levanta-audiencia-da-band/>>. Último acesso em 27 de setembro de 2019.

²⁵ MEIO E MENSAGEM. Ponto de audiência tem novo valor em 2019. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2019/01/03/ponto-de-audiencia-tem-novo-valor-em-2019.html>>. Último acesso em 27 de setembro de 2019.

anos, então, ela e o namorado de 15, teriam matado o jovem a facadas e ateado fogo ao corpo. A mãe da vítima, chorando, contava que o garoto tinha dito que a amava antes de morrer. O padrasto afirmava o tempo todo a dignidade do enteado, dizendo: “se fosse um menino que ficasse perambulando pela rua atrás de coisa ruim até vamos dizer que dava pra considerar alguma coisa ruim (sic) que causasse essa brutalidade, mas não, não justifica”.

Essa forma de se expressar do padrasto mostra certa compreensão do funcionamento dos discursos proferidos em *Brasil Urgente*: o homem entende que o julgamento moral é parte constitutiva do programa, e que a reportagem poderia usar elementos que afirmassem a inocência da vítima frente à brutalidade dos criminosos. Ele compreendia a ênfase do programa a esse tipo de julgamento moral, e possivelmente temia que o enteado fosse mal interpretado por ter se envolvido com uma menina que tinha namorado, então reafirmava que o menino não ficava “perambulando pela rua” e, em outras oportunidades, dizia que ele era esportista e que tinha um futuro pela frente.

Neste momento em que uma pessoa comum familiarizada com a estética de *Brasil Urgente* (um possível espectador, ainda que eventual) tem voz *no e por meio* do programa, observamos, ainda a partir da categoria *interpelação*, pontos de cumplicidade, que se materializam na geração, por parte da fonte, de um conteúdo que atende às expectativas da produção. O programa *interpela* diretamente, por meio da entrevista, uma pessoa que poderia ser parte de sua audiência, e ela responde a partir de suas convicções, mas também de lugares pré-determinados para ela. Ao mesmo tempo, notamos uma relação de conluio, de *uso* daquela mídia, na medida em que os entrevistados usam aquele espaço para defender a conduta moral de seus entes queridos. Há, assim, para além da expressão de uma ideologia e uma moral na fala do entrevistado, uma finalidade prática, uma defesa do familiar assassinado.

Neste ponto compreendemos a crueldade da circulação de discursos de *Brasil Urgente* e dos usos que os espectadores fazem do programa. Junto ao luto, quase que naturalmente os parentes justificam as vítimas, reafirmam seu valor e sua honestidade, diziam que eram boas pessoas, que não mereciam morrer. Eles se preparam para defender as vítimas de um julgamento moral que sabem que vai incidir sobre elas a partir do momento em que aparecerem no programa. Julgamento

que, em alguns momentos, vem do apresentador (que, contudo, na maior parte das vezes apresenta as vítimas como imaculadas, e os bandidos como desumanos), mas em outros momentos vem do público, que por vezes entra em dissenso em relação ao que é apresentado no programa.

Os comentários dos espectadores no facebook de *Brasil Urgente* sobre o jovem jogador de basquete não o criticavam. Em relação a uma outra matéria, exibida no dia seguinte, porém, não é possível afirmar o mesmo. Na quinta-feira, dia 19 de setembro de 2019, Datena põe no ar imagens de um homem sofrendo tortura e explica o caso. O homem teria roubado um pedaço de carne no supermercado e sido torturado pelo segurança. As imagens, vazadas, foram enviadas à produção de *Brasil Urgente*. O apresentador se posiciona claramente contra a tortura, diz que a culpa é do supermercado, sim, que não adianta afastar o segurança terceirizado, que a empresa é responsável pelo que acontece lá dentro. No dia seguinte uma nova matéria sobre o tema vai ao ar e o apresentador reitera seus posicionamentos. Diz que "o cara que rouba para comer não é bandido", e pede para a repórter dizer o nome do supermercado, o Extra do Morumbi. Quando a matéria é postada na página do *Facebook*, contudo, diversos usuários da rede parecem discordar da classificação feita pelo apresentador a respeito de quem era a vítima e quem era o criminoso, e por vezes os comentários renderam discussões. Essa dissidência só ganhou espaço a partir do momento em que as enquetes foram substituídas pela participação nas redes sociais, já que, antes, a consulta do programa em geral não passava pela culpa ou não dos acusados (que era sempre pressuposta antes do julgamento), mas pelas penas que seriam mais adequadas.

A figura 4 mostra a capa da postagem no *Facebook* de *Brasil Urgente*. Na figura 5, vemos o *Usuário 1* usando um jargão comum entre as falas de Datena: "está com dó? Leva para casa". Eles parecem discordar, contudo, do contexto em que a frase é usada. *Usuário 1* reivindica que o homem torturado seja tratado como bandido, e não como vítima. Datena, neste caso, considerou criminoso o torturador, e não o homem que furtou. Na figura 6, *Usuária 2* afirma que a necessidade não justifica o roubo, ignorando que o ponto central da pauta era a tortura e fazendo um

juízo moral da vítima. *Usuário 3*, na figura 7, parabeniza o torturador e lamenta que tenha sido "só" choque²⁶.

Ainda na figura 7, outra usuária do facebook, *Usuária 4*, questiona o comentário de *Usuário 3*, afirmando que quem tem família não pode dar "palpite maldoso", porque homem torturado pelos seguranças e depois chamado de bandido nas redes sociais poderia ser "um dos seus". Esse comentário é pertinente para o estudo pois revela a força da ideia de que os familiares podem precisar ser defendidos daqueles discursos a qualquer momento. É o receio de que a vítima seja transformada em "bandido" ou tenha a moralidade questionada, traço marcante dos discursos de *Brasil Urgente* e do público que acompanha, que faz com que os familiares, quando entrevistados, tentem mostrar que as vítimas eram pessoas dignas. A radicalização dos discursos contra os considerados indignos, marca amplamente reconhecida do gênero, causa esse medo.

Entendemos, assim, por meio da categoria *interpelação*, que a forma como o programa fala do e ao sujeito, está diretamente relacionada ao que o sujeito fala quando interpelado pelo programa. Com o conhecimento daquela forma comunicativa que difere bons e maus, dignos e indignos, o padrasto do jovem jogador de basquete defende o enteado morto antes que ele possa ser interpretado como indigno, como foi o homem torturado no supermercado. A fala do padrasto entrevistado tem o tom de defesa pois tenta enquadrar o enteado em uma daquelas categorias que falam do sujeito antes que ele mesmo possa falar (ou, no caso da morte da vítima, depois que ele já não pode). Elas são categorias prontas, por meio das quais aquele jovem será lido e entendido, antes ou até independentemente do que se diga. Existe uma ideologia, um contexto social, e mesmo um recurso discursivo adotado pelo programa e seus espectadores voltado para essas classificações.

²⁶ Para pensar na circulação social dos discursos, é impossível ignorar que Jair Bolsonaro, quando deputado, também parabenizou um torturador na sessão de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. No dia 17 de abril de 2016 o então deputado dedicou seu voto favorável ao impeachment ao coronel Carlos Brilhante Ustra, que chamou de "o terror de Dilma Rousseff", fazendo referência ao período em que a ex-presidenta foi torturada pela ditadura militar. Como propomos uma pesquisa de mediação, compreendemos que as falas podem ser historicizadas e que seu sentido não se encerra na recepção, é relevante apontar para momentos importantes da política nacional em que o mesmo discurso foi mobilizado, sustentando a noção de que os significados circulam, estão em disputa e se manifestam em diversos momentos da vida social.



Figura 4: Postagem da reportagem sobre tortura

Fonte: Página oficial de *Brasil Urgente* no Facebook



Figura 5: Comentários da reportagem²⁷

Fonte: Página oficial de *Brasil Urgente* no Facebook

²⁷ As tarjas brancas ocultam os nomes dos usuários da rede, as fotografias de perfil e as menções a outros usuários em respostas. Os comentários mencionados na tese identificam cada um dos sujeitos com os dizeres "Usuário" e um número. Os comentários não numerados não são citados na análise.

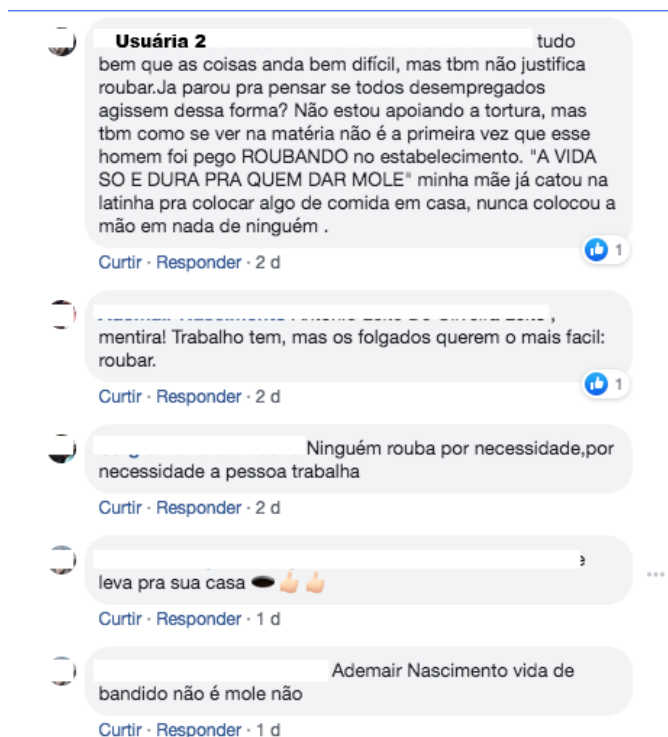


Figura 6: Comentários da reportagem

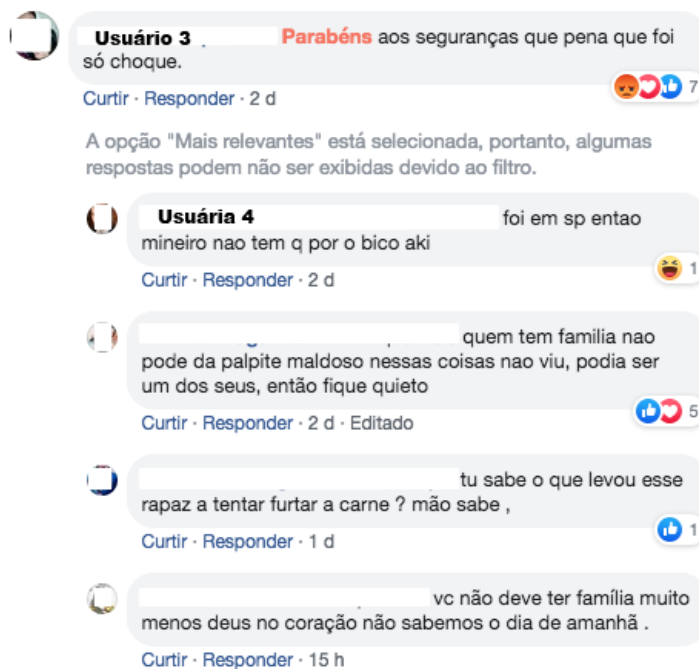
Fonte: Página oficial de *Brasil Urgente* no Facebook

Figura 7: Comentários da reportagem

Fonte: Página oficial de *Brasil Urgente* no Facebook

1.3. Entre o popular e o comercial: os gêneros televisivos como mediação

Rocha e Silveira (2012) têm Mittel (2004) como base para a proposta metodológica de estudo de mediação a partir dos gêneros televisivos. As autoras apontam para três práticas discursivas que Mittel (2004) identifica como essenciais para constituir os gêneros televisivos: a definição (por exemplo, posso afirmar que o *Programa do Jô* era um *talk show* pois passava à noite, tinha entrevistas em clima descontraído, piadas, plateia, apresentador e banda); interpretação (quando digo, por exemplo, que minha vida é uma novela, estou interpretando o que entendo do gênero telenovela, enfatizando a característica da dramaticidade e aplicando a uma situação cotidiana); e avaliação (quando se faz um juízo de valor, como quando alguém diz que se espremer um telejornal vespertino sai sangue).

Ao pensar sobre os gêneros televisivos, Mittel (2004) afirma que sua única expressão possível se dá por meio de materialidades simbólicas. Os gêneros, contudo, não *são* a materialidade simbólica em si, e por isso depende, além da definição, da interpretação e da avaliação, fenômenos que acontecem "fora" das emissões. Os gêneros existem, mas não como pura materialidade. São formas abstratas e exteriores à obra, a partir de onde o sentido é produzido. O nosso desafio, aqui, é portanto fazer uma análise de algo que não é intrínseco ao texto:

Essa abordagem discursiva do gênero exige que descentralizemos o texto como seu lugar primário, mas não ao ponto de ignorarmos os textos televisivos - os textos midiáticos funcionam como locais importantes dos discursos genéricos, e precisam ser examinados junto com outros lugares, como audiências e práticas industriais (MITTEL, 2004, p.14).²⁸

Mittel (2004) afirma que "os gêneros transcendem as barreiras entre texto e contexto, com práticas de produção, promoção, exibição, crítica e recepção todas trabalhando para categorizar os textos midiáticos em gêneros"²⁹ (MITTEL, 2004,

²⁸ Tradução nossa. Original: "This discursive approach to genre necessitates that we decenter the text as the primary site of genre, but not to the extent that we ignore television texts – media texts function as important locales of generic discourses and must be examined on par with other sites, such as audience and industrial practices"

²⁹ Tradução nossa. Original: "Genres transect the boundaries between text and context, with production, promotion, exhibition, criticism, and reception practices all working to categorize media texts into genres" p.10

p.10). Por isso os compreendemos como uma mediação e um lugar possível para a apreensão da circulação de sentidos veiculados em um produto midiático.

O autor afirma que os gêneros são práticas discursivas, e que o conceito se aproxima da noção de formação discursiva de Foucault (1986). Foucault examina formações discursivas sobre a sexualidade, a insanidade, a criminalidade, argumentando que são sistemas históricos, categorias conceituais que funcionam para definir as experiências de poder em uma cultura. Para ele, essas formações discursivas emergem não de uma estrutura centralizada de poder, mas são construídas de baixo para cima em micro-instâncias. Assim elas parecem ser naturais, e começam a fazer parte do “regime de verdade” de uma sociedade. Seguindo a ideia da genealogia do autor, as formações discursivas devem ser estudadas não a partir de uma análise estrutural profunda, mas de suas manifestações superficiais e articulações comuns.

Foucault (1986) enfatiza que o discurso é uma prática, portanto devemos analisá-lo em ação, e não em um isolamento abstrato. A partir disso reafirmamos a importância de uma pesquisa de mediação, e a razão de entendermos os gêneros televisivos, assim como a ideologia, como mediações. Entender a história de um gênero é estudar como ele é culturalmente operativo. A pergunta não é “o que ele realmente quer dizer?” mas “como ele se relaciona ao contexto cultural e às relações de poder?”. Daí, ainda, a importância da criação das três categorias *transversais*, que nos permitem estudar o que é dito *no* programa, mas também em seu entorno.

Se Mittel (2004) busca, em sua proposta de compreensão dos gêneros televisivos, um embasamento foucaultiano a partir do conceito de formações discursivas, um outro caminho possível - e frequentemente usado por pesquisadores brasileiros é a retomada da perspectiva de Bakhtin. Yvana Fachine (2013), que adota essa perspectiva, afirma que para a análise dos gêneros televisivos há duas dimensões envolvidas: uma semiótica, associada às estratégias de organização internas à linguagem, e uma sociocultural, compreendendo o gênero como fenômeno histórico.

Os gêneros, para a autora, podem ser definidos como estratégias de comunicabilidade, um modo de comunicação culturalmente estabelecido, envolvendo: (a) um conjunto de regras para produção e recepção; (b) um conjunto

de propriedades textuais que permitem seu reconhecimento; (c) um sistema de expectativas. É possível aproximarmos as duas abordagens se percebemos que aqui também o extra-textual é parte importante da compreensão do gênero. O que Fechine (2013) denomina sistema de expectativas (c) é o que compreendemos aqui como a mediação do gênero televisivo, sua circulação social.

O que nos importa dessa discussão (e justifica essa aproximação entre as perspectivas foucaultiana e bahktiniana de gênero) é que a criação de um sistema de expectativas é papel essencial dos gêneros. Não há comunicação possível sem gêneros discursivos, pois não se pode criar todo um sistema de regras e expectativas toda vez que se precisa expressar algo. Se um aluno não compreende o que é uma aula e qual o papel que ele deve adotar naquela comunicação, por exemplo, não há aula possível. A partir do momento em que ele compreende, contudo, se torna capaz de generalizar aquela experiência e passa a reconhecer uma aula e saber o que esperar (e o que espera-se dele) em escolas, universidades ou cursos distintos, sem que seja necessário explicar aquele modelo de comunicação todas as vezes em que ele se apresenta. É essa compreensão genérica que torna a aula possível. Assim, podemos dizer que os gêneros têm certo valor normativo, pois são formas organizativas que precedem a realização da fala. São norteadores da produção de conteúdo em qualquer mídia, tanto tradicional quanto digital, e funcionam como guia das expectativas do público.

Os gêneros como sistemas de classificação de atos de fala são parte do repertório compartilhado entre indivíduos pertencentes a uma dada cultura. Esse conhecimento empírico do sistema classificatório envolve algumas regras que proporcionam o amplo reconhecimento de suas categorias. Pensando em gêneros televisivos, por exemplo, todos (ou quase todos) os indivíduos adultos de nossa sociedade são capazes de identificar um *talk show*, um *reality show*, uma telenovela, um seriado, um telejornal ou um programa de variedades com base em suas formas e propriedades textuais – e assim criam um sistema de expectativas que guia a interpretação do texto. Isso não significa, porém, que essas regras e formatos sejam inflexíveis. É característica dos gêneros o fato das regras que guiam sua produção e recepção poderem ser rompidas e flexibilizadas, mas especialmente renegociadas e alteradas ao longo do tempo.

Foi pensando nos gêneros como repertório comum partilhado que afirmamos, anteriormente, que as entrevistas dos familiares das vítimas de *Brasil Urgente* eram orientadas, mesmo que de maneira não deliberada, para aquele tipo de programa e público. Nas falas, além de buscarem comover, os familiares e amigos defendiam a moral das vítimas com base em valores constantemente reafirmados naquele tipo de programa: "bom aluno", "trabalhador", "esportista", "pai/mãe de família", "não vivia na rua", etc.

Não foi coincidência que Datena, ao noticiar a morte de Roberto Leal, na segunda-feira, 16 de setembro de 2019, tenha deixado muito claro que, embora fosse falar de um encontro que teve com o cantor, em que tinha saído à noite e bebido vinho, esse não era um hábito dele. "Eu não sou de festa, mas quando vou, vou com a Matilde", afirmava o apresentador sobre a companhia da esposa. Também disse que não era de beber, mas que na noite em que conheceu Roberto Leal tinha tomado vinho e tinha ficado muito feliz. O excesso de justificativas da fala lembra a que mencionamos anteriormente, do padrasto do jovem jogador de basquete assassinado. Quando o homem diz que o garoto não "ficava perambulando pela rua atrás de coisa ruim", é essa compreensão de valores do gênero que ele expressa. Ele mostra o domínio do horizonte de expectativas gerado pelo telejornal vespertino, e mostra que apreendeu e generalizou aqueles discursos quase que naturalmente, mesmo em um momento de dor. Faz parte deste gênero a marca forte da pré-determinação do sujeito nos discursos, a relação entre a constituição do sentido e a constituição do indivíduo (PÊCHEUX, 1996), a planificação do indivíduo a partir de seu enquadramento em determinadas características morais, que nos levou a criar a categoria analítica da *interpelação*. Ao dizer "eu não sou de beber" e ressaltar a presença da esposa, o apresentador se antecipa a um ruído característico do gênero que poderia, sem cuidado, se sobrepor a sua voz.

Os gêneros, como estamos abordando aqui, implicam uma série de continuidades. Implicam, também, movimento, já que é mediação e está em constante negociação. Para Fecine (2013)

A condição do gênero é o movimento. Embora representem os modos de organização mais estáveis dentro de um determinado meio e de uma determinada esfera de comunicação, todo gênero está também em contínua transformação, pois cada enunciado individual (re)atualiza a forma padrão a partir da qual se formou

ou renova a forma típica dos enunciados dos quais ele é uma manifestação ‘viva’. (FECHINE, 2013, p.198)

Os gêneros têm a função de “replicantes culturais”: suas formas evoluem a partir da repetição e da combinação dos modos organizativos que os definem. Cabe, contudo, aplicar aqui a lógica que ressaltamos antes, a de que é impossível separar transformação e reprodução. Nessa combinação de modos organizativos, alguns são mantidos, outros abandonados. Alguns se alteram mais rápido, outros se mantêm por mais tempo como representativos do gosto popular. O gênero “dá conta de um processo cultural que envolve disputas de valor e sentido. (...) Gêneros mobilizam disputas de valores, julgamentos de gosto, práticas políticas, culturais, econômicas” (GOMES e ARAÚJO, 2015, p.109). São, como argumentamos aqui, lugares em que podemos ver a cumplicidade e a discordância do público, a circulação de sentidos e as demandas comerciais.

Martín-Barbero (2002) afirma a centralidade do elemento gênero na compreensão da relação entre comunicação e cultura. Entender os gêneros como estratégias de interação permite reconhecer como a cultura midiática, ao mesmo tempo que se impõe às pessoas através das emissoras, grandes grupos e lógicas de produção, também se faz com base nas experiências, gostos e costumes populares que configuram a lógica de consumo dos produtos da mídia.

Para pensar essa função de “replicantes culturais” dos gêneros televisivos e em como eles se fazem lugares de relação entre comunicação e cultura, é necessário pensar nas matrizes culturais que os formam, nos recursos técnico-expressivos do meio e em uma grade de programação que indica expectativas *do* e *sobre o* público. Esses critérios, de acordo com Fachine (2013) são referências para a produção e responsáveis pela criação de um horizonte de expectativas de recepção.

1.4. Rupturas e continuidades: se é preciso falar das matrizes do gênero

Williams (2016), em um pioneiro estudo dos gêneros televisivos, enfatiza que, para além de uma combinação entre as formas provenientes de outros tipos de atividades culturais (como os programas televisivos que buscam suas matrizes nos jogos e gincanas, nos jornais ou nos romances), a televisão cria formas próprias, mudanças qualitativas em relação às matrizes que as originaram. Para compreender

a televisão, ele afirma, é necessário olhar para esses dois âmbitos: tanto para as matrizes quanto para as novidades. O que o autor chama "formas", é importante ressaltar, não é um sinônimo do gênero, mas suas manifestações mais concretas na televisão. As formas não dizem respeito diretamente à circulação, como os gêneros, mas são o que vemos quando ligamos a tela, e que nos indicam os gêneros, a mediação e as expectativas que podemos ter acerca daquele produto.

Para citar um exemplo de um momento em que a tecnologia cria formas qualitativamente novas, podemos pensar nos enredos dos *reality shows*. Williams (2016), quando aponta para o que chama de "formas novas e mistas" criadas pela televisão, nota o que chama de drama-documentário: uma

sobreposição intrínseca entre o que é classificado como reportagem e o que é classificado como apresentação dramática. Essa sobreposição é muitas vezes confusa, e uma boa dose de atenção foi dada a suas consequências negativas: a seleção e a distorção da notícia, a promoção ou difamação dos indivíduos (WILLIAMS, 2016, p. 82).

Como exemplo de drama-documentário, o autor cita *An American Family*, programa de 1973. Ressaltamos aqui que o *copyright* desta obra de Williams é de 1974, portanto o programa era novo quando o livro foi lançado. Hoje, observando com um distanciamento temporal mais confortável para a análise, *An American Family* é considerado precursor do gênero *reality show*. E se naquele momento a fusão entre realidade e ficção já era considerada uma novidade e criticada (crítica que Williams (2016) considera ingênua ou hipócrita, pois já não há, de qualquer forma, uma linha rígida que separe realidade e ficção), o desenvolvimento do gênero criou ainda mais nuances.

Surgiram diversos subgêneros dos *realities*, desde os que mostram a vida dos famosos, aos que se aproximam dos shows de calouros e, ainda, os de confinamento, que criaram uma forma totalmente própria da televisão e qualitativamente diferente de tudo que se via antes. São programas que colocam os participantes confinados em uma casa e criam competições com eliminações semanais. A forma se distanciou do documentário, matriz originária, de tal maneira que já não têm quase nada em comum. E esse distanciamento não se deu em qualquer direção, pois, como ressaltamos no início deste capítulo, a mediação *está*

na forma (WILLIAMS, 2007) como uma expressão da história; a forma se desenvolve como resultado do mundo que a cerca.

Hoje compreendemos o *reality show* de confinamento como um gênero, pois, além da forma, ele conta com um reconhecimento classificatório que orienta as expectativas de recepção. E, de acordo com Sílvia Viana Rodrigues (2011), o desenvolvimento dos *reality shows* de confinamento se dá em consonância com os valores meritocráticos do capitalismo neoliberal, sistema no qual o gênero surgiu e com o qual ele dialoga intimamente. A ideia de eliminação e a humilhação que o acompanha, o trabalho não remunerado em troca de um prêmio que só um participante pode conseguir, a promessa de fama, o reforço da meritocracia, os rituais de sofrimento impostos aos participantes como paralelo aos sofrimentos do mercado de trabalho, tudo isso é apontado pela autora como características que tornam o *reality* quase uma metonímia do sistema econômico. Não há *reality* de confinamento fora do neoliberalismo, pois eles estão em diálogo estrito.

Explicamos aqui este ponto para mostrar como, além da tecnologia de televisão criar novas formas, o desenvolvimento dessas formas em gêneros se dá em estreito diálogo com a sociedade na qual esse gênero se desenvolve. Agora, a partir da nossa proposta metodológica que propõe o estudo do gênero como referencial de codificação, nos debruçaremos sobre uma descrição que dá a ver marcas genéricas em *Brasil Urgente*.

Há, no programa, algumas formas características da tecnologia televisiva, que não dizem respeito a nenhuma das matrizes que dão origem ao programa. As imagens de helicóptero ao vivo são, junto com o apresentador em estúdio, a base telejornalismo vespertino de *Brasil Urgente*. São quase como as dançarinas seminuas dos programas de auditório: estão presentes em todas as edições e, quando o diretor não sabe para onde cortar e o apresentador não está pronto, aquelas são as imagens que entram no ar. Essas imagens ao vivo de helicópteros não têm uma matriz não-televisiva. A possibilidade mesma de mostrar a cidade do alto só surge nas telas, e a demanda por essas imagens acompanha estreitamente o avanço tecnológico que as torna possíveis, na medida em que cada vez vivemos em cidades maiores e mais difíceis de apreender em totalidade, conforme observou Martín-Barbero (2001). O interesse por imagens que dêem conta de mostrar uma parte cada

vez maior da grande cidade surge no mesmo momento histórico em que a tecnologia torna isso possível.

O apresentador-diretor (LANA, 2007) também é uma ruptura com as matrizes: em nenhum outro tipo de atividade cultural uma figura ganhou tanta centralidade por assumir funções diversas como o âncora do telejornal vespertino. Datena, além de apresentador, assume ao vivo as funções de diretor, editor, entrevistador, na medida em que orienta quais são as imagens que vão passar naquele momento e quais repórteres entrarão com links ao vivo (sempre parecendo de improviso); ele interpela diretamente os entrevistados desses repórteres, bem como entrevista fontes oficiais, em geral militares, por telefone; discute com a produção casos semelhantes aos exibidos e pede que as matérias antigas sejam buscadas no arquivo e colocadas no ar (é frequente, em *Brasil Urgente*, a reciclagem de matérias antigas de temática semelhante, questão que abordaremos mais adiante); ele decide quando serão usadas as imagens ao vivo do helicóptero, e ele, também, é quem as comenta (o apresentador já afirmou que tem, virado para ele, junto à tela do retorno, uma tela com as imagens desse *link* ao vivo); Datena ainda dá o tom da enunciação, criando conexões narrativas entre as matérias, mostrando indignação frente a determinados temas, falando alto (JÁUREGUI, 2015). O bordão pelo qual o apresentador ficou conhecido, proferido sempre em tom de indignação, mostra mesmo esse papel de diretor: "eu quero imagens!".

Pensando na estrutura narrativa do programa – e a partir daqui já não falamos apenas de formas novas, específicas da TV, mas buscaremos suas matrizes - podemos dizer que, se sobrepondo a todos os repórteres, Datena se coloca como o narrador principal. É ele que comanda, de todas as maneiras possíveis, o desenrolar do programa. Sua fala é responsável pelo tom de indignação constante, pontuado por Jáuregui (2015), tanto pelo conteúdo quanto pela forma. A voz de Datena é empastada, ele fala alto e gesticula muito. Por vezes, interpela diretamente o espectador, chamando "você aí em casa" e apontando para a lente da câmera.

Lana (2007) identifica o gênero de *Brasil Urgente* como telejornalismo dramático, se referindo ao tom da enunciação, ou telejornalismo cotidiano, se referindo à temática, pois argumenta que o que é mostrado no programa é, nada mais nada menos, do que aquilo que irrompe no cotidiano de uma grande cidade, com seus crimes, acidentes, notícias de trânsito. Assistindo aos programas gravados

pela pesquisadora em 2005, compreendemos a diferença que nos fez optar por tratar o gênero, aqui, como telejornalismo policial vespertino: no início, a temática do programa era muito mais diversificada. Enveredaremos, a partir deste ponto, em uma breve análise que se enquadra na categoria que denominamos *rupturas e continuidades*: as matérias de *Brasil Urgente* do dia 4 de julho de 2003 descritas por Lana (2006) tratam do uso de drogas por caminhoneiros e de falta de vagas em hospitais públicos. No dia 01 de setembro de 2005, foi ao ar em *Brasil Urgente* uma matéria especial sobre a Ditadura Militar no Brasil, com entrevistados que sofreram repressão. No dia 29 de agosto do mesmo ano, o depoimento de uma mulher com deficiência falando sobre a superação de desafios do dia-a-dia, e mesmo imagens de uma corrida de touros na Espanha. Essas matérias especiais ou de interesse humano vão desaparecendo, mesmo que o tempo de duração do programa tenha aumentado de 45 minutos em 2005 para duas horas em 2019³⁰. Essa mudança de linha editorial é, conforme propomos compreender, resultado da mediação: o programa, com boa audiência, ganhou mais tempo na grade de programação. A escolha das temáticas privilegiadas e das abandonadas também dizem sobre o apelo que cada uma delas tinha perante o público. Mesmo que o custo de produção de matérias de temática policial seja mais alto, pois são, em sua maioria, matérias não agendadas, costumam envolver o uso de helicóptero e por vezes até viagens, como a do repórter Marcelo Moreira à casa de um chefe do tráfico em Angra dos Reis, elas parecem render mais engajamento do público, mais indignação do apresentador e foram ganhando mais espaço ao longo dos anos.

A inclusão de "vespertino" na nossa categorização do gênero se deu, ainda, para diferenciá-lo de outros programas jornalísticos de temática policial. A estrutura de *Brasil Urgente* não se aproxima, por exemplo, de *Linha Direta* (Rede Globo, 1999-2007), programa que era voltado para dramatizações de crimes, ou *Polícia 24h* (Band, 2013 - presente), um híbrido entre jornal policial e *reality show*. Os telejornais policiais da tarde são os que reúnem as características que apontamos como centrais em *Brasil Urgente*: as reportagens policiais, a centralidade do

³⁰ Duas horas é o tempo que *Brasil Urgente* dura em sua exibição na Band Minas, das 17h às 19h. Quando acaba o noticiário local e o programa começa a ser exibido, ele entra bruscamente, no meio de reportagens, o que significa que já estava no ar. Ao fim, acontece o mesmo: o programa é interrompido, a programação local volta ao ar e Datena parece continuar em estúdio, apresentando o telejornal para outras regiões. O apresentador afirma, durante algumas emissões, que o programa tem 3h30 de duração total.

apresentador, o tom moralizante, a importância dada para a transmissão ao vivo. Pensando na espetacularidade, é comum que esses telejornais vespertinos estejam passando durante a tarde em televisões de estabelecimentos comerciais, como lanchonetes, salões de beleza, consultórios, além de serem assistidos em casa.

A forma das matérias, como já identificava Lana (2007), se assemelha à do telejornalismo tradicional, mas com uso de *BG* (som de fundo, que marca momentos de dramaticidade, simula o barulho de helicópteros ou pontua a tensão) e *letterings* que resumem as pautas na tela. Essas formas já se tornaram tão características do gênero que chamamos de telejornalismo policial vespertino que no filme *Bacurau*, de Kléber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, no momento em que aparece uma televisão em uma casa, é possível ler em *lettering* na tela: "Ao vivo // São Paulo - Últimas notícias // Execuções públicas recomeçam às 14h - Vale do Anhangabaú" (FIG. 8), e, no meio daquela distopia, conseguimos identificar, em uma cena de segundos, o gênero do programa que estaria passando, tanto pela estética da tela quanto pela temática punitivista, que abordaremos adiante.



Figura 8: Execuções públicas Bacurau

Fonte: Frame do filme Bacurau

Os efeitos sonoros cuidadosamente fabricados são, de acordo com Martín-Barbero (2015), característica da matriz melodramática. No melodrama em sua forma de teatro popular, as músicas marcam momentos solenes e cômicos, caracterizavam o traidor, preparavam a entrada da vítima, serviam para ampliar a tensão ou relaxar. Em *Brasil Urgente* o *BG* ocupa a mesma função. Por vezes o próprio som do helicóptero que sobrevoa as cenas de crime é inserido na edição para dar o efeito de agitação e para simular a imagem ao vivo. O áudio que

acompanha essas imagens é a voz de Datena em estúdio, e não o áudio da câmera do helicóptero, mas com a inserção artificial do som, a tensão fica criada.

A forma-padrão das reportagens de *Brasil Urgente* é a seguinte: o repórter apresenta o crime em uma narração em *off*, coberta por imagens das vítimas em momentos felizes, em geral fotos retiradas das redes sociais (antes, cedidas pela família). Depois, entram imagens de câmeras de segurança ou celulares do momento do crime ou de suspeitos fugindo. A continuidade se dá com uma passagem do repórter no lugar do crime, quase sempre na Grande São Paulo (como a própria citação de Bacurau critica), descrevendo o local e o que acontecia ali no momento em que o crime aconteceu. Em seguida entram sonoras longas de familiares, falando da dor da perda, enaltecendo e defendendo a honestidade e a integridade moral da vítima, e policiais, dando detalhes sobre o crime e a investigação. Essas sonoras não obedecem o tempo curto do telejornalismo tradicional, e podem durar alguns minutos.

Entre essas reportagens, Datena faz um discurso organizador. Em estúdio, comenta cada uma das reportagens, generaliza os casos, lembra de outros semelhantes, faz reivindicações políticas, como alterações de leis, reforça valores morais, culpa a corrupção pelos males do país e se revolta contra os acontecimentos. Por meio desses discursos, o apresentador relaciona uma reportagem a outra, e chama, assim, o próximo caso.

Brasil Urgente, ao estender uma cobertura entendida por outros veículos de comunicação como local para o âmbito do nacional, flexibiliza a proximidade como um valor-notícia. Ainda que, pensando nas variáveis da noticiabilidade, essa escolha editorial pareça se dar mais pela economia de recursos (interesse da organização) do que por uma tentativa de manipulação política, a maneira como ela reverbera no produto final é significativa.

Uma vez que a seleção e o agrupamento das notícias em *Brasil Urgente* não atende ao critério de proximidade (ou mesmo o de atualidade), há uma grande liberdade da produção para a escolha temática das matérias. É possível que se faça, por exemplo, uma seleção de notícias de crimes cometidos por adolescentes para sustentar um argumento político em prol da redução da idade penal no Brasil.

No programa do dia 30 de junho de 2017, há um agrupamento temático de duas notícias ocorridas em lugares distintos. Dois roubos de bebês são noticiados: um na fila de uma agência de empregos, em outra cidade da grande São Paulo, no momento em que a mãe deixou a criança com uma mulher desconhecida para fazer uma entrevista. O segundo em um hospital, por uma enfermeira, em Brasília. A enfermeira afirmava ter mentido para a família e para o namorado sobre uma gravidez, e por isso resolveu roubar um recém-nascido. Os casos são bastante distintos e, em ambos, os bebês já haviam sido recuperados e as responsáveis, presas. Como maneira de unir as duas matérias, o apresentador diz, várias vezes, que as mães de bebês não devem confiar em ninguém para deixarem seus filhos. “Até com gente conhecida é perigoso, imagina com gente desconhecida! Já teve caso aqui de pai que fugiu com o bebê”, disse o apresentador. Entendemos, a partir dessa colocação do apresentador, que esses agrupamentos temáticos sustentam uma forma de *interpelação* do espectador. É como se Datena dissesse: “veja a frequência com que isso acontece! A qualquer momento será com você, mãe que me assiste”.

É interessante ressaltar, ainda, uma vez que pensamos no gênero televisivo e em suas matrizes como uma forma de observar *rupturas e continuidades*, que o tema do roubo de bebês é um popular clichê das telenovelas. A matriz melodramática, assim, se faz presente, uma continuidade não só dentro do próprio programa, mas também entre *Brasil Urgente* e tradições anteriores, formas que existem para além da televisão e lhe são prévias.

A ideia transmitida pela omissão do critério de proximidade e pelo agrupamento temático de matérias de roubos de bebês é a de que casos iguais aconteceriam em todos os lugares. As especificidades dos casos são apagadas e a ênfase recai sobre o reforço de valores morais (a mãe, única responsável pela criança, deve se esforçar mais para protegê-la, pois vivemos em um país perigoso).

Os agrupamentos temáticos de notícias continuam existindo em 2019. No dia 19 de setembro de 2019, há uma sequência de três reportagens que mostram crimes contra motoristas de aplicativos. Duas das matérias não eram novas, e já tinham sido exibidas em outros dias daquela semana. Uma terceira trazia, nas imagens de câmeras de segurança, a data do dia anterior. O discurso do apresentador, que justifica a matéria, precisa ser o da violência generalizada, ou não

haveria razão para que crimes cometidos em algumas cidades específicas fossem transmitidos para todo o país.

É significativo ressaltar que, no dia 30 de junho de 2017, em que realizamos a decupagem de um episódio de *Brasil Urgente* na cidade de Belo Horizonte, e por isso através da transmissão da Band Minas, o programa local não trazia nenhuma reportagem. *Brasil Urgente Minas*, transmitido antes da edição nacional, foi todo dedicado a uma festa junina que ocorria no estacionamento da emissora. O apresentador Stanley Gusman, vestido à caráter, mostrava um grupo de quadrilha, entrevistava a banda de forró que tocava na festa e agradecia aos fornecedores de paçocas e pipocas. A colunista Geralda Francisca, da BandNews FM, fazia poses na barraca do beijo, e produtores, repórteres e alguns espectadores previamente selecionados se alternavam em uma competição de touro mecânico.

No dia 16 de setembro de 2019, quando voltamos a decupar *Brasil Urgente Minas*, havia notícias, mas todas eram pautas agendadas, frias ou não contavam com imagens suficientes. O programa cobriu duas manifestações – sendo que uma delas foi noticiada em uma nota coberta com fotografias –, um simulado da escola de enfermagem da UFMG sobre traumatismo craniano, as novas regras para tirar CNH. Todas essas matérias foram reaproveitadas pelo *Jornal Band Minas* à noite. As pautas policiais não tinham imagens, eram apenas notas em estúdio. A principal matéria policial, anunciada antes de cada intervalo, era sobre uma jovem com paralisia cerebral estuprada por um amigo do pai. A matéria exibida no final do programa era, contudo, uma simples nota coberta. Não havia reportagem. Ninguém foi entrevistado, as imagens que apareciam na tela eram apenas as do boletim de ocorrência e o texto lido pelo apresentador usava o BO como fonte única.

Fica evidente, assim, que a cobertura de crimes em âmbito local não é feita por *Brasil Urgente*. O valor-notícia proximidade é negligenciado e, no lugar dele, o que se vê é uma fala moralizante do apresentador que universaliza os crimes noticiados, argumentando que acontecem em todo o Brasil. Quando a notícia é o roubo de uma motocicleta em uma cidade do interior da Bahia, sem ferimentos graves e sem mortes, a justificativa do apresentador para que aquilo seja noticiado em rede nacional é que aquela é uma “nova modalidade de roubo” para a qual o espectador deve estar atento, ainda que o crime seja bastante simples: o ladrão empurrou o condutor da motocicleta, que andava em velocidade muito baixa, subiu

na moto e acelerou. As imagens de câmera de segurança, contudo, eram boas e nítidas, o que explicita o critério de escolha.

Os crimes locais são, assim, universalizados, e por isso se desprendem da proximidade como valor-notícia. A ideia presente no discurso do apresentador, que age como um fio condutor entre as matérias, é a de uma violência generalizada, que, aliada à impunidade, se torna um problema em todo o país. Ainda que a escolha de universalizar casos locais seja, provavelmente, por uma questão de economia de recursos, para que a emissora possa viabilizar uma cobertura policial sem manter uma equipe em cada estado do país (e isso justifica, também, a razão da ênfase em crimes cometidos na grande São Paulo e o uso de tantas imagens de câmeras de segurança com narrativas em *off*), o *efeito* do apagamento do valor-notícia proximidade em *Brasil Urgente* não se limita à redução de custos.

Pela perspectiva da compreensão da seleção noticiosa como baseada nos valores culturais de uma dada sociedade (SILVA e FRANÇA, 2014), não há necessidade de proximidade com o ocorrido para que ocorra identificação. O traço moralizante da notícia (HALL et al, 1993) se torna o principal eixo gerador de interesse, ainda que o acontecimento esteja fisicamente distante do público. Os comentários do apresentador, generalizando a violência (e constantemente ligando-a, em relações de embasamento frágil, à impunidade e à corrupção política, tema que abordaremos adiante), suprem a falta de conexão imediata entre o acontecimento e os espectadores.

O mesmo que dizemos sobre a proximidade não ser um critério de noticiabilidade, podemos dizer sobre a atualidade. No dia 4 de maio de 2017, ao noticiar um caso de estupro coletivo na cidade de Uruçuí, no interior do Piauí, Datena afirmou que um caso parecido havia sido reportado por *Brasil Urgente* há cerca de 2 anos. Ele chamou a matéria antiga, que ficou por cerca de *dez minutos* no ar, e concluiu dizendo que esses casos se repetem, ressaltando o fato de que, em ambos os casos, os criminosos tinham menos de 18 anos e não podiam ser presos. A razão da matéria antiga ter sido trazida à tona por causa do gancho do novo acontecimento era, assim, a sustentação do discurso político proferido pelo apresentador, que reivindicava a redução da idade penal, baseando-se num discurso de fundo moral que opunha a noção de justiça a uma suposta inimizabilidade dos adolescentes. Esses discursos a respeito da redução da idade penal mínima são

entendidos, aqui, como parte da categoria analítica das *disputas hierárquicas* entre Aparelhos Ideológicos de Estado. Há uma reivindicação política do aumento da repressão policial em detrimento de mecanismos ideológicos (a reivindicação é prisão, e não escola) e, ao mesmo tempo, uma reivindicação de poder legislativo para a imprensa, que toma para si a função de "representante legítima do povo" quando apresenta demandas punitivas.

Por fim, ainda no programa de 4 de maio de 2017, Datena afirmou, em uma conexão frágil, mas que ganhava convicção pelo tom indignado que o apresentador adotava, que crimes como esses acontecem porque políticos estão soltos, dando o exemplo de impunidade para a sociedade. Datena chamou, então, uma matéria sobre a soltura de José Dirceu, logo em seguida da reportagem que falava sobre um estupro coletivo, e criou um discurso de causa e consequência entre as duas. Na fala do apresentador, a libertação do ex-ministro (que ainda não havia sido julgado e estava em prisão preventiva) dava o exemplo de impunidade que permitia que ocorressem crimes como estupros. A fala do apresentador funciona, novamente, de forma a rebaixar a política institucional/partidária e a apontar como causa de problemas sociais a partir do exemplo moral. A relação estabelecida pela fala de Datena entre política institucional e vida comum não passa pelas políticas públicas e suas consequências nas vidas das pessoas, mas por uma ideia de que os políticos precisam dar bons exemplos de conduta. O esvaziamento do AIE política está quase sempre presente, e em seu lugar são propostos o aumento da repressão ou o controle dos AIE família, igreja e escola.

De volta ao nosso estudo das marcas genéricas, a repetição é muito usada na estrutura narrativa de *Brasil Urgente*, tanto nessa retomada de reportagens antigas, quanto na estrutura interna das reportagens, que por vezes trazem a mesma informação mais de uma vez e repetem imagens, quanto, ainda, na unidade de cada programa, que retoma o mesmo assunto em momentos distintos. Mesmo as falas de parentes das vítimas nas matérias, quando se repetem, não são editadas. Várias reportagens com a mesma temática podem entrar no ar em um mesmo dia, trazendo detalhes informativos muito pequenos como diferença entre uma e outra. Tomando como exemplo o dia 16 de setembro de 2019, foram ao ar seis reportagens falando sobre a prisão de André do Rap, supostamente um traficante do PCC que enviava drogas para a máfia italiana via Porto de Santos. As reportagens são tão semelhantes

que, no trabalho de decupagem, as nomeei da seguinte forma: (1) Mansão do tráfico: casa de chefe do PCC preso; (2) Ostentação de André do Rap; (3) Prisão de André do Rap; (4) Função de André do Rap no tráfico; (5) Condomínio André do Rap; (6) Prisão André do Rap 2. A primeira foi ao ar às 17h, logo que o programa começou, e a última às 18h55, sendo interrompida para que começasse a transmissão local do *Jornal Band Minas*. Entre essas matérias, o delegado responsável pelo caso, Osvaldo Nico, entrou ao vivo por telefone duas vezes, uma no início e uma no fim do programa, e nas duas parabenizou a equipe que investigou e executou a prisão. O repórter Marcelo Moreira entrou no ar outras duas vezes em *links* ao vivo, sem entrevistados, na delegacia. Foram no total dez notícias sobre o mesmo assunto, entre reportagens, entrevistas e links. E ao fim de cada uma delas Datena anunciava a mesma coisa: "foi um duro golpe no crime organizado". Ele também afirmava, sem explicar a razão desse jornalismo que se ocupa de previsões do futuro, que, em breve, teria outro traficante ocupando o lugar de André. No dia seguinte ele repetia as mesmas frases enquanto o programa se organizava em torno das imagens de helicóptero que mostravam a transferência de André do Rap para um presídio de segurança máxima.

Essas repetições, além da necessidade de que o programa ocupe um tempo longo, dão pistas sobre a espetatorialidade do programa: é comum que a televisão esteja ligada no telejornal vespertino em estabelecimentos comerciais ou nas salas das casas enquanto as pessoas realizam outras funções. Williams (2016), quando fala do fluxo televisivo, pontua essa relação desatenta do espectador com a televisão, e fala dela como uma exposição contínua. A forma como assistimos a *Brasil Urgente* para a pesquisa, mapeando cada minuto do programa, não é uma espetatorialidade típica. O recurso da repetição, que nossa observação das *rupturas e continuidades* aponta que só aumentou de 2005 a 2019, indica uma adequação do programa à maneira desatenta como ele é consumido. Se em 2019 chegamos a mapear seis reportagens sobre o mesmo tema em uma única edição do programa, em 2005 essas repetições se davam apenas na fala do apresentador - as reportagens eram cada uma sobre um tema diferente.

Outro recurso técnico-expressivo muito característico de *Brasil Urgente* e que não estava presente nos programas em 2005 é a divisão de tela. É comum vermos, ao mesmo tempo, quatro camadas de sentido diferentes no enquadramento:

um *lettering* explicativo embaixo, a imagem de Datena em estúdio em primeiro plano e, em um telão no fundo, imagens divididas (FIG. 9). No exemplo que usamos, da terça-feira, 17 de setembro de 2019, enquanto o *lettering* informa sobre a prisão de dois integrantes do PCC, um delegado dá entrevista por telefone, Datena se dirige diretamente ao espectador, e a tela no fundo se divide entre imagens de helicóptero que mostram a transferência de André do Rap para um presídio de segurança máxima (à direita) e imagens da operação policial que prendeu outros dois homens (à esquerda).

Essa configuração da tela, muito diferente da de 2005, (FIG. 10) dá ainda mais centralidade para a figura do apresentador, que muitas vezes aparece enquadrado, assistindo as reportagens enquanto elas passam. Ele comenta e interrompe reportagens no meio, muitas vezes para colocar no ar outras que, embora dêem a sensação de serem ao vivo, também são gravadas. A sensação de simultaneidade que enfatiza a urgência do nome do programa já existia em 2005 e ganha mais força ao longo do tempo, estabelecendo um clima de tensão constante que, junto da mudança temática de um telejornalismo cotidiano dramático para um noticiário decididamente policial, dá uma impressão de aumento da violência ao longo do tempo. O discurso, que já tinha forte tom de indignação (JÁUREGUI, 2015), conforme podemos ver a partir da postura de interpelação do apresentador nas duas imagens, parece se justificar na medida em que a temática do programa se volta cada vez mais para os crimes. Se para Pêcheax (1996) a *interpelação* é a figura que relaciona Aparelhos Ideológicos e Aparelho Repressivo de Estado, é fácil perceber o posicionamento dos discursos de Datena mesmo sem ouvi-los, olhando para a postura corporal do apresentador nas duas imagens abaixo, que parece o tempo todo dizer "ei, você aí de casa!". A indignação de Datena é uma continuidade desde 2005, e o programa é estruturado de forma a dar cada vez mais razão ao apresentador-diretor, na medida em que o cotidiano urbano é cada vez mais retratado exclusivamente a partir da chave dos crimes violentos e das prisões. É como se ele tivesse cada vez mais razões para estar indignado.



Figura 9: Tela dividida em 2019

Fonte: fotografia da televisão durante a exibição do programa de 17 de setembro de 2019.



Figura 10: Cenário em 2005

Fonte: fotografia de gravação em videocassete cedida por Lígia Lana do programa do dia 31 de agosto de 2005.

A ideia de múltiplas telas compondo o cenário de *Brasil Urgente* já aparecia em 2005, mas todas elas mostravam o logotipo do programa. O apresentador aparecia na tela apenas *entre* as reportagens e notas, ao contrário de 2019, em que ele fica em evidência durante um tempo maior, já que o vemos assistir, em estúdio, partes da reportagem, enquanto ela passa no telão. Em 2005, Datena tinha um espaço mais limitado na apresentação, uma vez que as imagens permitiam que apenas um tema fosse abordado de cada vez. Ele não era visto ou ouvido *durante* a exibição das reportagens. Entendemos essas mudanças como uma resposta à alta popularidade do apresentador, que é visto (e se coloca como) uma mediação entre povo e Estado. Ele aparece como representante indignado que demanda penas mais justas para os bandidos que aterrorizam a população, e que usa de sua influência política para isso.

A partir de julho de 2020, acontece uma nova mudança no cenário do programa. As múltiplas telas permanecem, mas o estúdio todo é pintado de branco (FIG. 11). Essa mudança deixa o cenário mais leve em um momento em que o jornalismo de *Brasil Urgente* precisa novamente voltar a dividir o espaço do noticiário policial com a prestação de serviços. Com a pandemia da Covid-19 o programa começa a noticiar, a cada edição, o número de mortes diárias, além de apresentar matérias que se opõem a aglomerações em lugares públicos. Esses novos posicionamentos, que refletem no cenário, parecem o desdobramento de um movimento de ruptura entre o apresentador e o presidente Jair Bolsonaro, opositor do isolamento social e de medidas de controle da pandemia.



Figura 11: Cenário branco de 2020

Fonte: Fotografia da televisão durante programa do dia 13 de agosto de 2020

No dia 22 de maio de 2020, depois de acusações do ex-ministro da justiça do governo Bolsonaro, o ex-juiz Sérgio Moro, a imprensa teve acesso ao vídeo de uma reunião ministerial. Nele, o presidente fez uma fala interpretada pela imprensa como declaração de intervenção política na Polícia Federal e defendeu o armamento da população contra prefeitos que adotaram medidas sanitárias de controle da pandemia. O então ministro da educação Abraham Weintraub acabou por perder o cargo após aparecer, no vídeo da reunião, defendendo a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal, e Ricardo Salles, ministro do meio ambiente, afirmou que a pandemia era uma "oportunidade para ir passando boiada e mudando todo o regramento" a respeito da legislação de proteção ambiental.

No programa deste mesmo dia, em reação ao vídeo amplamente divulgado, Datena afirmou que não entrevistaria Bolsonaro novamente, porque o presidente não "respeitava o cargo"³¹. Essa mudança de posicionamento acontece depois de um período de apoio e entrevistas exclusivas ao longo de 2019, e reflete também nos discursos do apresentador a respeito da pandemia, que se afastam progressivamente dos do presidente. Novamente, Datena toma para si esse papel de

³¹ Datena diz que não quer nunca mais entrevistar Bolsonaro após divulgação de vídeos. Folha de S. Paulo, 23 de maio de 2020, último acesso em 13 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2020/05/datena-diz-que-nao-quer-nunca-mais-entrevistar-bolsonaro-apos-divulgacao-de-videos.shtml>>.

mediador entre povo e Estado, anunciando publicamente esse rompimento, justificado como uma discordância em relação à postura, que considerou um desrespeito com o povo brasileiro.

O anúncio da ruptura, que será trabalhada em maior profundidade adiante, quando tratarmos dos posicionamentos políticos do apresentador, é uma *descontinuidade* que a linha editorial opta por deixar bem demarcada no programa, ao mesmo tempo diz e omite. Diz que não vai mais dar espaço a Bolsonaro, já que Datena (e conseqüentemente o programa) não mais concorda com a postura do presidente. Omite, contudo, que só é possível deixar de fazer algo que antes se fazia. Omite que programa se colocava ao lado de Bolsonaro, mesmo que o posicionamento político-partidário não fosse assumido, e que este não seja o papel de um telejornal. Ao, veladamente, assumir um posicionamento anterior, que já era claro na estrutura do programa, o apresentador se coloca muito menos como um jornalista e muito mais como um mediador moral. A razão apresentada para a ruptura, como todo o posicionamento do apresentador, é da ordem da moral: a falta de respeito.

Esse posicionamento de mediação não é novidade, e fica evidente em outros momentos da história do programa, por exemplo, no já mencionado momento em que Datena afirma que conversou com o senador Kajuru para que propusesse um projeto de lei. Ou, ainda, quando o apresentador pediu ao vivo que a polícia encontrasse um assaltante até o fim do programa. E fica claro que o público acata essa mediação quando, nas entrevistas aos repórteres ou mesmo nos comentários do *Facebook*, as pessoas pedem ajuda ao apresentador. A Usuária 5 (FIG 12), a exemplo de diversos outros, comentou a reportagem postada na rede sobre o jovem jogador de basquete assassinado da seguinte maneira: "Justiça agora!!!! Datena nos ajuda nesse caso terrível". Desde 2003, na verdade, é possível rastrear essa relação do reconhecimento do público de uma prestação de serviço do programa e, mais especificamente, da figura de Datena. Lana (2006) transcreve uma entrevista da mãe de uma criança que morreu por falta de atendimento hospitalar. A fala é a seguinte: "Dona Sandra: Eu preciso da ajuda de vocês para que venha a ter justiça, a única lembrança do meu filho é essa... Ah, Datena, eu te agradeço muito" (LANA, 2006, p.97).

A produção, parece, assim, explorar e estimular cada vez mais essa relação, usando de novas formas para dar ao apresentador um papel ainda mais relevante de mediador entre população e poder público.

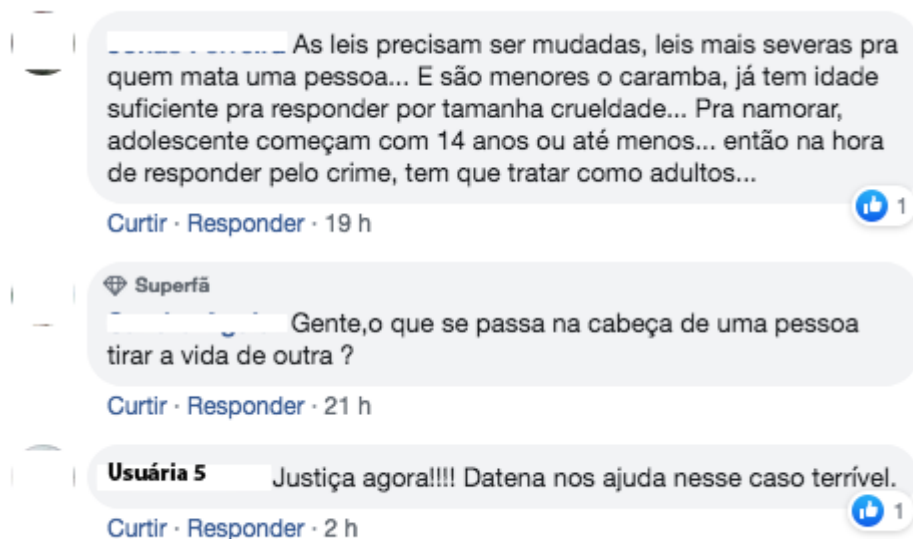


Figura 12: Datena nos ajuda

Fonte: Página no Facebook do programa *Brasil Urgente*

Datena é um narrador quase onisciente, já que tem voltada para si uma tela com imagens aéreas da cidade e a imagem, na estrutura do programa, têm o estatuto de verdade. A questão da falácia da imagem-prova será discutida em maior profundidade adiante, mas aqui, pensando na estrutura narrativa de *Brasil Urgente*, nos importa pontuar que essa postura de autoridade do narrador que tudo vê é reivindicada constantemente nas falas, junto com a experiência de muitos anos de profissão. O papel que ele assume não é o de jornalista, que faz uma apuração, mas o de narrador que sabe e conta o que acontece, aconteceu e acontecerá, e que detém o monopólio da visão aérea da cidade.

É comum, por exemplo, a afirmativa de que o criminoso será reincidente caso não seja pego pela polícia. Essa afirmativa, uma conjectura, se sustenta apenas pela autoridade: do gênero e do apresentador-narrador-onisciente. Elas ancoram as generalizações que Datena faz a respeito de cada um dos crimes que noticia. O apresentador-narrador parece, ainda, dotado de poder de intervenção no desdobramento da história, por isso os espectadores pedem sua ajuda.

Essa pretensão do narrador de representar a realidade de uma maneira transparente é, de acordo com Figueiredo (2012), característica do romance realista

típico. O narrador é responsável por uma reflexão de ordem moral, pela tomada de posição contra alguns personagens, e, ao contrário do que acontece no romance moderno, em nenhum momento se coloca em xeque sua autoridade.

Se Datena é narrador, o papel de herói é desempenhado pela polícia. Os elogios à força policial são cada vez mais frequentes quando acompanhamos a cronologia do programa - provavelmente resultado de um estreitamento de relações com a corporação, principal fonte das notícias. Há uma *continuidade*, e também uma intensificação dessa relação. Em 29 de agosto de 2005, Datena já dizia, comentando matéria sobre o uso de drogas nas ruas de São Paulo:

Droga racha a família no meio. É por isso que eu penso que tem que ter polícia na rua. Eu não sei porque tem uma meia dúzia de intelectualóides que dizem ah... Datena, o problema, a polícia na rua não vai resolver, a polícia na rua não vai resolver. Então pra quê que tem polícia? Tem que ter polícia na rua sim. Tem que ter policiamento na rua. Agora, que o tecido social está esgarçado, que este é um país injusto, que é pobre, que a diferença social precisa ser diminuída, disso eu não tenho dúvida nenhuma. Esse é um país injusto, é um país de pouca gente com muita grana e a maioria sem nada, sem nada, nem dono do dinheiro do corpo, concordo com isso. Mas nós temos que combater o que está de mal aí também.

Em 2019, para além dessa defesa do policiamento, a troca de elogios (que antes não acontecia da mesma forma) entre o apresentador e a polícia é constante. Na sexta-feira, 20 de setembro de 2019, por exemplo, Datena, depois de pedir que a polícia pegasse o responsável por um assalto à mão armada em frente ao Mercado em São Paulo, fala por telefone com o delegado Antônio Sucupira. Ao chamar a entrevista, declara: “o Dr. Sucupira está empenhado em botar esse homem na cadeia”. O entrevistado, por sua vez, começa dizendo: “é um prazer falar com você, Datena, que eu sempre digo que é um dos maiores comunicadores da televisão brasileira”. Ao fim, Datena conclui que tem certeza de que “aquele cara e os outros” serão presos, afirmando a competência do Aparelho Repressor.

Pensar a estrutura narrativa, o papel que se dá à figura do narrador e à figura do herói (e outras, que abordaremos adiante) é, metodologicamente, parte da nossa orientação de pensar o gênero televisivo como operador analítico. Da mesma forma que extrapolar o texto e pensar em sua circulação, o que já fizemos por meio do estudo de entrevistas de familiares das vítimas, de recursos como o *povo-fala* e de

comentários em redes sociais, pensar a estrutura narrativa é pensar na forma como o produto é compreendido socialmente, com quais tradições ele dialoga. Essa estrutura narrativa que se aproxima do romance em alguns momentos, e do melodrama em outros, é, assim, uma mediação, uma forma do programa de se colocar perante o público e suas demandas, e por isso a estudamos dentro de nossa categoria de análise de *rupturas e continuidades*.

Comprendemos, assim, que celebrando o papel de herói, Datena elogia constantemente a polícia. O apresentador afirma, em todas as trocas de tiros noticiadas, que foram os bandidos que atiraram primeiro, mostra e celebra o armamento usado pela polícia, os helicópteros e números de viaturas em cada operação. Na terça-feira, 17 de setembro de 2019, Datena contou com entusiasmo 8 viaturas e um helicóptero em um comboio que fazia a transferência de André do Rap. No dia seguinte, o apresentador dedicou alguns minutos do programa para falar de um cão policial que tinha farejado drogas. Ele pedia para que colocassem a imagem do pastor alemão na tela e dizia: “o Aruk vai pegar vocês, seus vagabundos sem vergonha! Vai mandar vocês pro inferno! Quer brincar com a divisão K-9?”. Ainda na quarta-feira, em Carapicuíba, na Grande São Paulo, três pessoas tinham sido baleadas pela polícia, e o helicóptero do programa mostrava imagens aéreas da viatura de onde partiram os tiros. O repórter dizia que os três baleados estavam “*possivelmente* envolvidos com o tráfico de drogas”, e quando anuncia que um deles estava em estado gravíssimo, Datena afirma: “está vendo o capeta de perto. Já está lá pertinho”. Alguns minutos depois, quando volta a abordar o caso, o apresentador diz que “um deles está mais perto do inferno do que do hospital”, e em seguida o repórter entra anunciando a morte do homem. Datena comentou a questão da seguinte forma: “essa questão da polícia matar ou da polícia não matar, o cidadão tem o direito de se entregar (...) a polícia tem o direito e o dever de responder ao tiro do bandido. Um deles morreu, antes ele do que eu, mandou bala na polícia, a polícia respondeu e ele acabou morrendo”. Ressaltamos, aqui, que o homem morto pela polícia e que Datena afirmou que teria sido “mandado para o inferno”, era apenas um suspeito que nunca chegou a ser julgado.

A relação de confiança irrestrita nas ações policiais, mesmo as que envolvem mortes e violam direitos humanos, é marca da estrutura narrativa que estabelece sempre, para a polícia, o papel de herói. Não se questiona os tiros contra

pessoas "possivelmente" envolvidas em algum crime. Não se levanta a hipótese que sejam inocentes. Não se questiona a substituição do julgamento pela execução policial. E, na fala do apresentador, o homem assassinado pela polícia tem tanta culpa que já está a caminho do inferno. O apresentador julga neste mundo e em outro.

O esforço do programa, que Silverstone (2002a) aponta ser uma característica marcante do meio televisivo como um todo, é o de reduzir os paradoxos em suas formas de narrar. E neste movimento de redução dos paradoxos e planificação da realidade, não aparece, em momento algum do discurso, a afinidade entre herói e bandido. Não se mencionam ou denunciam acordos entre polícia e tráfico, o surgimento de milícias, ou o problema de um treinamento militar para uma polícia que atua entre civis. Mesmo as questões que dizem respeito aos direitos dos policiais não são levantadas pelo programa: não se mencionam os baixos salários ou as demandas da categoria, embora as ações de repressão sejam amplamente defendidas. Não há tessitura alguma na figura do herói.

Em uma breve digressão, queremos citar aqui versos compostos em 1974, pelos humoristas Arnaut Rodrigues e Chico Anísio, que integram a canção Cidadão da Mata, do satírico disco Baiano e os Novos Caetanos:

A esperança não é a última que morre
Quem morre por último é o herói
E o herói é o cabra que não teve tempo de correr
(RODRIGUES, ANÍSIO, 1975)³²

Para Renato Cordeiro Gomes (2012), a capacidade de reciclar violência da nossa sociedade, sem a qual nossas formas de vida cederiam ao peso da crueldade, está intimamente ligada à exposição de suas imagens. Essas imagens apresentadas no cinema, na televisão e na literatura, permitem que os heróis substituam os assassinos e os guerreiros, e portanto possibilitam a sobrevivência social, à revelia do peso da violência. Os relatos policiais estudados por Gomes (2012) se dividem entre os relatos moralistas, como os que estudamos aqui, e os que se apresentam como um registro cru, sem redenção e sem permitir ao público a empatia. Para Gomes (2012) o papel do herói na narrativa é o de redenção. É a existência da figura

³² RODRIGUES, Arnaut; ANÍSIO, Chico. Cidadão da Mata. In: Baiano e os novos Caetanos. Rio de Janeiro: Som Livre, 1975.

do herói que nos permite conviver com uma violência cuja representação, de outra forma, seria intolerável. Em *Brasil Urgente*, percebemos que a polícia é representada como redentora em uma sociedade de violência generalizada, uma forma de dar sentido à brutalidade pura e simples. A força policial aparece como única forma possível de lidar com a violência, e, com os recursos que tem, ela é que faz prevalecer a verdade.

Na sexta-feira, dia 20 de setembro de 2019, comentando a notícia de um crime que foi resolvido muitos anos depois por meio de um exame de DNA, Datena deixa clara essa expectativa de redenção social por meio da ação policial: “uma garotinha veio pedir que a justiça fosse feita através de exame de DNA. Os mortos falam, precisam falar mais ainda”, afirmou o apresentador, defendendo, de maneira emocionada e com uma metáfora sobrenatural, a ideia de que a investigação policial é o caminho para uma justiça redentora da violência urbana que nos assola - e omitindo o dado importante que trataremos adiante de que a imensa maioria dos homicídios cometidos no Brasil não são solucionados pela investigação policial, porque não são sequer investigados.

A relação do programa com a polícia é amplamente endossada pelos espectadores que comentam nas redes sociais (FIG.13). Os comentários abaixo são relativos à prisão de André do Rap, em uma matéria postada na segunda-feira, 16 de setembro de 2019. Os usuários parabenizam a polícia, comemoram a prisão, agradecem a Deus e questionam os políticos, mesmo que esse não seja o assunto da reportagem. Os discursos são bastante alinhados aos do apresentador.

Segundo o Usuário 6, o traficante André do Rap, em comparação aos políticos, era um criminoso menor. O Usuário 7 afirma que o preso "aprendeu com o Lula". Essas ligações arbitrárias e pouco embasadas entre crimes e política que vemos no discurso dos espectadores são muito parecidas às feitas por Datena. Se o apresentador, em 2017, estabelecia uma lógica de causa e consequência entre a libertação de José Dirceu da prisão preventiva e um estupro coletivo, seus seguidores nas redes sociais fazem o mesmo. Quando o Usuário 7 afirma que o traficante aprendeu com Lula, ele faz justamente o mesmo movimento que o apresentador, de inferir que os políticos como classe, e em especial os que não têm o apoio do programa, são responsáveis pelo mau exemplo moral que causa todos os crimes do Brasil. Ao comparar o traficante e a classe política, o Usuário 6 faz a

mesma reivindicação que vimos Datena fazer por tantas vezes: a do esvaziamento do AIE política, especialmente em prol da repressão.

Ressaltamos, com essa breve análise dos comentários de uma matéria postada no facebook, a importância da transversalidade das nossas categorias de análise: tanto Datena quando os internautas que se manifestam na página costumam enfatizar o poder da mídia e diminuir o prestígio da política, além de enfatizar o uso Aparelho Repressivo e de participar ativamente na representação da polícia como o herói da narrativa de Datena.



Figura 13: Usuários do facebook parabenizando polícia

Fonte: Página de Brasil Urgente Facebook

De acordo com Danielle Brasiense (2014) a estrutura do romance policial do século XIX é parte da organização de sentidos das narrativas policiais jornalísticas contemporâneas e, conquanto elas já tenham se desenrolado e dado

origem aos novos gêneros, esta matriz é uma das fontes da narrativa que não permite outras formas de compreensão além da crença na monstrosidade do culpado, solidariedade com as vítimas e exaltação do herói. Mostramos até aqui que o papel do narrador e a exaltação do herói não parecem ser questionados pelo público. Os papéis de culpado e vítima, entretanto, aparecem um pouco mais nuançados, não na narrativa de Datena, mas na mediação posterior. Conforme argumentamos anteriormente, as famílias das vítimas parecem sentir necessidade de argumentar em prol da inocência do ente querido para que ele não caia no outro extremo da organização maniqueísta e não seja considerado também culpado.

A mãe de Aline, uma jovem de 19 anos que foi assassinada saindo de uma farmácia, fez o que diversos parentes de vítimas fazem: uma camiseta com uma fotografia da filha, anunciando o luto, e a usou em todas as entrevistas (FIG. 14). Essas camisetas mostram o papel ativo dos parentes na classificação das vítimas como vítimas. A mãe, vestida com a camiseta, afirmou várias vezes, no programa de terça-feira, 17 de setembro de 2019, que Aline era uma mãe dedicada, que quase não saía de casa, que tinha saído para comprar fraldas. Sair de casa, conforme já vimos em falas do apresentador sobre a própria conduta, parece um ato que precisa ser justificado para que não seja compreendido como comportamento indigno.



Figura 14: Camiseta "descanse em paz"

Fonte: Captura de tela de reportagem postada na página de *Brasil Urgente* no Facebook

Essa defesa moral das vítimas feita pelos parentes se mostra importante já na matéria seguinte do jornal do mesmo dia: uma motorista de aplicativo é

assassinada ao buscar passageiras em baile funk. Os comentários desta matéria nas redes sociais considerados "mais relevantes" pelo algoritmo, e portanto exibidos primeiro, são os de outros motoristas de aplicativo dizendo que a vítima errou, que não deve atender chamadas vindas de bailes funk, que ela não pensou na família que a esperava em casa. Outros comentários ignoravam totalmente a vítima e o crime, como o de um usuário, que disse: "Baile funk só vai gente que não presta xerox de demônios". Notamos, assim, que se na narrativa do programa a solidariedade para com a vítima é incondicional (afinal, é a produção do programa que escolhe os que serão tratados como vítimas), na circulação de significados essa relação não é tão direta.

Martín-Barbero (2015) afirma que, na estrutura do melodrama, a vítima é a heroína. Ela é a encarnação da inocência e da virtude, e quase sempre é uma mulher. Essas características, talvez o gênero em menor escala (embora crimes contra a mulher sejam, desde as primeiras gravações a que temos acesso, muito noticiados em *Brasil Urgente*) parecem ser buscadas incessantemente pelos espectadores, e por isso sempre reforçadas pelos parentes das vítimas. Quando a complexidade do que há de real nas matérias de *Brasil Urgente* - pois é, ao fim e ao cabo, um telejornal - interfere na organização perfeita da narrativa, e os personagens não se encaixam com precisão em seus papéis pré-concebidos, a aceitação do discurso fica comprometida. A motorista de aplicativo que buscava passageiras no baile funk não era a vítima perfeita, não se pareceu suficientemente com a personagem feminina típica clamando por proteção que o melodrama exige. Não estimulou a proteção do público. Aline, quando descrita por sua mãe como mulher dedicada à maternidade, parecia uma vítima mais adequada - e não há, nos comentários da matéria sobre o crime que a matou, ninguém que questione esse papel.

O culpado, como apontamos anteriormente, também está em negociação na mediação. As principais categorias de culpados reivindicadas por Datena são: os bandidos, os políticos, os corruptos, os estupradores, os vagabundos. Nem sempre, porém, os espectadores parecem concordar com quem se enquadra em cada categoria. Se Datena afirmava a inocência do homem que furtou um pedaço de carne no supermercado e foi torturado pelo segurança (este sim descrito pelo narrador-apresentador como bandido), alguns dos espectadores que comentaram a reportagem viam nesse homem o criminoso, e em seu torturador, o herói. A

dissidência na mediação talvez se dê pela semelhança entre a ação do segurança e as ações policiais defendidas em *Brasil Urgente*. A violência e a arbitrariedade das ações são semelhantes, e assim, ainda que o discurso do programa defenda apenas a violência do Estado, tida como legítima, os espectadores não têm necessariamente o mesmo posicionamento. Defendem punições, apenas, sem se importarem que sejam justificações.

Vera Lúcia Follain de Figueiredo (2012) aponta para a aproximação entre o melodrama e os gêneros de narrativa policial em telejornais, já que o tom maniqueísta do melodrama ajuda a dar sentido a uma violência indiscriminada. Ela afirma que

os telejornais apropriam-se cada vez mais das convenções de representação da realidade cunhadas pelos relatos ficcionais, acentuando a tendência que já estava presente na imprensa de massa, desde o século XIX, quando esta lançava mão de recursos compositivos da literatura e da ficção (FIGUEIREDO, 2012, p.128).

A autora, ao observar a tendência realista das reportagens policiais, embasa nossas observações sobre Datena como um narrador onisciente: ela afirma que a "realidade brutal" dos programas policiais (assim como a realidade cotidiana dos *reality shows*) cria sensações de transparência para um público que vê com desconfiança as opacidades das mediações.

Martín-Barbero (2015) também identifica essa tendência ao realismo (que ele denomina pseudorealismo) nos desdobramentos contemporâneos da matriz melodramática. Ele vê o melodrama como vértice do processo que leva do popular ao massivo, um

lugar de chegada de uma memória narrativa e gestual e o lugar de emergência de uma casa de massa, isto é, onde o popular começa a ser objeto de uma operação, de um apagamento das fronteiras que se desencadeia com a constituição de um discurso homogêneo e uma imagem unificada do popular, a primeira figura da massa. O apagamento da pluralidade de sinais nos relatos e nos gestos obstrui sua permeabilidade aos contextos, e o rebaixamento progressivo dos elementos mais fortemente caracterizadores do popular será acompanhado pela inclusão de temas e formas procedentes da outra estética, como o conflito de caracteres, a busca individual do êxito e a transformação do heroico e maravilhoso em pseudorealismo. (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.165)

Brasiliense (2014), por sua vez, atribui ao romance policial do século XIX, outra das muitas matrizes genéricas do programa estudado, a tendência do jornalismo policial a patologizar a criminalidade, já que os discursos psiquiátricos estavam em voga no período, e o "contágio semântico" que a autora defende seria responsável pela classificação de criminosos como monstros em programas como *Brasil Urgente*. Entre os vários exemplos que poderíamos citar para corroborar com a hipótese de Brasiliense (2014), optamos por uma fala de Datena no programa do dia 30 de junho de 2017, criticando o indulto humanitário³³ (que tinha acabado de ser revogado) concedido ao ex-médico Roger Abdelmassih, condenado por estupro de pacientes. O apresentador disse: “isso aí é dar moral para um bandido por razões humanitárias. Para um cara que não precisa de razões humanitárias porque nem humano é”. O tema do médico e do monstro é um *topos* literário, e essa fala (constantemente repetida em relação a diversos tipos de criminosos, não apenas médicos) é parte de um discurso que desumaniza as pessoas consideradas "bandidos" e permite que se apliquem a elas punições que não se submetem às noções de direitos humanos. Eles são tidos como monstros ou animais, em uma tentativa de, segundo Brasiliense (2014), despertar o interesse do público por meio de uma genética das descrições do monstruoso, perpetuando o senso comum.

Brasiliense (2014), aponta, ainda, para duas outras matrizes das formas de narrar crimes: os *pulp fictions* e os *fait divers*. Os *pulp fictions* são narrativas cuja qualidade reside no ato de violência em si. Como Tarantino bem exemplificou em seu filme nomeado em homenagem ao gênero, o *pulp fiction* é uma narrativa sobre violência explícita e sangue derramado. O início do filme traz uma promessa em forma de definição de dicionário (FIG. 15):

³³ Sobre o indulto humanitário de Roger Abdelmassih, revogado no dia 30 de julho, ver ZYLBERKAN, Mariana. **Ex-médico Abdelmassih, 73, cumprirá pena em prisão domiciliar**. Portal Folha de S.Paulo, 21 de julho de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1894866-roger-abdelmassih-consegue-direito-de-cumprir-pena-em-prisao-domiciliar.shtml>>. Último acesso em 01 de julho de 2017.

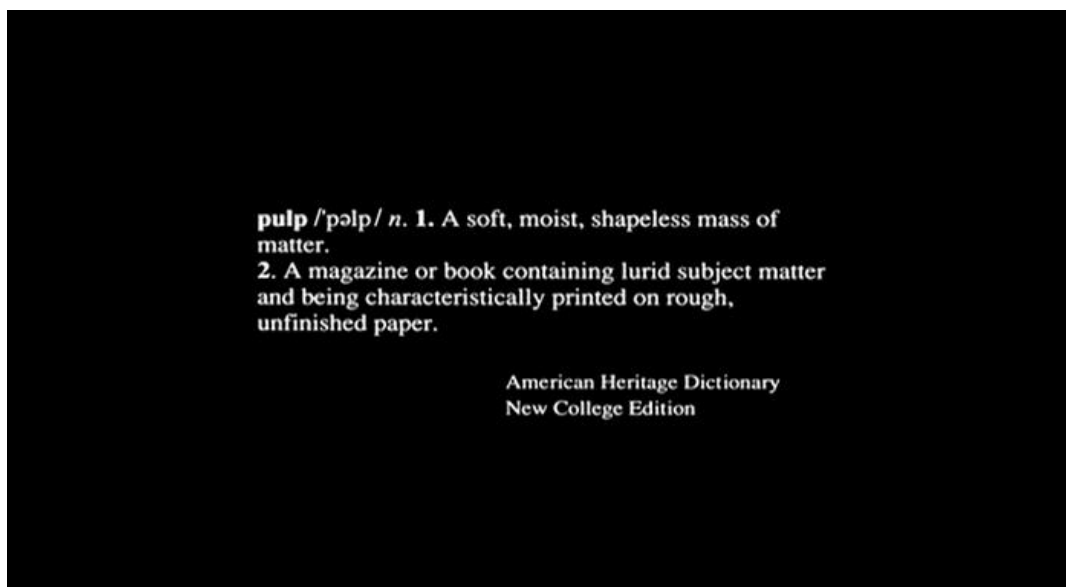


Figura 15: Frame de Pulp Fiction

Fonte: Filme Pulp Fiction

O texto diz, em livre tradução: "Pulp: 1. Uma massa de matéria macia, úmida, sem forma. 2. Uma revista ou livro que contém tema lúgubre e é por característica impresso em papel áspero e sem acabamento". Os *pulp fictions* são, portanto, matrizes das formas mais cruas de narrar a violência. As formas que, conforme citamos anteriormente, foram estudadas por Gomes (2012) como relatos sem redenção.

Os *fait divers*, por sua vez, são o que, para Brasiliense (2014), dá origem ao romance policial, e depois a diversos outros gêneros. Nessas narrativas diversas sobre casos insólitos, o que interessa é o desdobramento. Eles seguem a premissa de narrar o acontecimento por sua excentricidade, e a história vai se desfazendo como um romance, se revelando passo a passo. Para Barthes (1977) a definição de *fait divers* é a de um fato que se encerra em si: não é preciso nenhum conhecimento prévio de mundo para entendê-lo, ele é uma narrativa autossuficiente. Barthes afirma, ainda, que os *fait divers* estabelecem relações causais, buscam as razões do crime, o que relacionamos à noção de Brasiliense (2014) do desenrolar do romance. A esse tipo de narrativa a autora atribui o sucesso de público do jornalismo policial, ponto com o qual, observando *Brasil Urgente*, não concordamos integralmente³⁴.

³⁴ O objeto empírico sobre o qual Brasiliense (2014) se debruça é epistemologicamente muito diferente de *Brasil Urgente*: são reportagens sobre crimes na Revista Veja.

Ambas as matrizes identificadas pela autora estão presentes em *Brasil Urgente*. Há histórias em que os espectadores são levados, dia a dia, a acompanharem a investigação policial, como o já mencionado caso da Aline, a jovem mãe de 19 anos que foi assassinada em setembro de 2019 ao sair da farmácia onde foi comprar fraldas. O assassino era desconhecido e a investigação policial foi sendo noticiada pouco a pouco, evidência a evidência. As interações dos espectadores na página de *Brasil Urgente*, além de se solidarizarem com a vítima, especulavam sobre o assassino, levantando a possibilidade de que fosse o marido de Aline - o que acabou não sendo verdade.³⁵

Gomes (2012) afirma que essa narrativa sobre a violência, oposta ao relato cru, que é uma negação da empatia para o público, é uma espécie de mediação moral da violência. Essa mediação moral é constante em programas como *Brasil Urgente*. A simples promessa de realidade de um telejornal talvez baste para gerar empatia, e por isso essas representações terríveis, cruéis e sem redenção parecem, ao menos, improváveis.

Há momentos em que o crime é narrado e exibido de maneira mais crua, mas sempre com a fala do apresentador dando sentido, exigindo punição para o criminoso, expressando perplexidade e indignação. É importante pontuar que, apesar das cenas de violência constantes, *Brasil Urgente* não mostra sangue. Quando os corpos estão no chão, as agressões, tiros e torturas acontecem, o ponto que seria mais chocante das imagens é borrado pela edição de imagem. Ainda assim, a brutalidade por si só é atrativa, em diálogo com a matriz dos *pulp fictions*. A cena (também já mencionada anteriormente) do homem que furtou carne do supermercado sendo torturado por seguranças e repetida muitas vezes, descrita por Datena e comentada, mas ali não há mistério a ser resolvido. Há interação dos espectadores em torno da definição de vítima ou bandido, mas não há investigação a ser acompanhada, apenas imagens brutais de tortura. Essa combinação de formas entre a violência crua dos *pulp fictions* e o enredo dos *fait divers* parece funcionar comercialmente, pois vem sendo usada ao menos desde 2005.

³⁵ Cabe o questionamento ético quando um telejornal aborda um caso levantando suspeitos, da mesma forma que uma narrativa ficcional faria. Qual a responsabilidade de *Brasil Urgente* sobre as especulações dos espectadores que acusavam o marido da vítima? Há responsabilidade do programa sobre as possíveis consequências sofridas por este homem, que não é um personagem de ficção, mas uma pessoa real que vive um luto?

Em 2005 ainda existiam, em *Brasil Urgente*, dramatizações de crimes, recursos que foram abandonados em prol de mais transparência. A estética predominante em 2019 e 2020 é a do realismo e da sensação da menor mediação possível entre espectador e acontecimento, por isso são usadas imagens de câmeras de segurança (que sequer são operadas por seres humanos), drones, helicópteros e promessas, por vezes reais e por outras vezes não, de imagens ao vivo.

Ainda que as encenações dos crimes tenham deixado de existir, à estrutura do melodrama podemos atribuir, em *Brasil Urgente*, o tom exacerbado e a encenação das emoções feita pelo apresentador. Diferente da racionalidade lógica e científica do romance policial clássico, chamado de romance de enigma (FIGUEIREDO, 2013), a performance de Datena tem muito da forma-teatro dos espetáculos de feira de outrora. O melodrama é a encenação teatral popular, e em sua origem histórica é um escrito para um público que não sabe ler, por isso não procura palavras, mas emoções na cena. Para Martín-Barbero (2015), ele representa o oposto da educação burguesa, que envolve controle dos sentimentos e configuração de uma cena privada.

A história desse gênero-matriz, segundo Martín-Barbero (2015) passa pela proibição da fala em teatros populares na França, que durou de 1680 a 1806. A determinação tinha a intenção de não corromper o "verdadeiro teatro", o teatro da elite, mas seu efeito, em vez de eliminar essas manifestações populares, foi tirar o foco do verbal e despertar paixões. O autor chega a afirmar que os teatros precisavam ser redecorados de tempos em tempos, pois eram quebrados diante do afã que as emoções encenadas causavam no público.

Para Martín-Barbero (2015), portanto, a efetividade do melodrama passou a depender de uma atuação muito baseada na fisionomia, “uma correspondência entre figura corporal e tipo moral” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 166). É uma estilização metonímica que traduz a moral em termos de traços físicos, colocando valores e contravalores éticos na parte visível dos personagens.

A persistência (ou, de acordo com a nomenclatura que usamos nos operadores analíticos, *continuidade*) desse traço do melodrama em produtos como o telejornalismo vespertino policial é problemática, justamente por causa da promessa de real que qualquer gênero jornalístico traz em si. O estabelecimento de

traços físicos que apontam para valores morais, quando aplicado a pessoas reais, implica em casos de racismo, na culpabilização de pessoas marginalizadas e em julgamentos sem provas.

Embora o discurso de Datena, ao menos desde 2005, enfatize que a marginalidade social não é sinônimo de criminalidade, a contradição é que por diversas vezes o apresentador acaba por julgar se alguém tem ou não "cara de bandido" a partir de indícios de classe. No dia 1 de setembro de 2005, o apresentador faz a seguinte fala sobre uma operação policial em favelas de São Paulo:

A maioria das pessoas que mora em favela é gente de bem, é gente que não tem pra onde ir, excluída da sociedade pela falta de política habitacional, por uma política econômica que há muito tempo, há muitos anos oprime cada vez mais o pobre, deixa um abismo social neste país. Não é verdade? Então quem mora na favela já está marginalizado e esquecido pela sociedade. A maioria gritante de gente boa, de pessoas trabalhadoras que são usadas infelizmente como escudo, não é? Escudo humano por esses traficantes e marginais.

No dia 18 de setembro de 2019, 13 anos depois, em mais uma operação da polícia, desta vez no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, a fala é a mesma: "comunidade é de 99,9% de gente boa que bandido usa como escudo". No entanto, esse discurso é incompatível com as afirmações do apresentador sobre como algumas pessoas têm "cara de bandido" e outras não. Comentando uma matéria sobre a morte de uma assassina que trabalhava para o traficante mexicano El Chapo, o apresentador falou: "acho que é por isso que ela matava, o cara nunca ia imaginar que fosse ser morto por uma mulher bonita dessas". As fotos que passavam na tela mostravam uma mulher branca, de cabelos lisos, pele bem cuidada, silicone nos seios, sempre maquiada e em cenários como Dubai e Nova York. E a fala do apresentador, assim como a repercussão da reportagem no *Facebook*, apontava para o incômodo gerado por aquela inadequação entre traços físicos e valores morais.

Além do melodrama, Martín-Barbero (2015) aproxima o jornalismo popular do cordel: ambos pressupõem uma leitura oral, coletiva, diferente da leitura silenciosa do culto, em que o lido não é o ponto de chegada, mas o de partida. Essa aproximação enfatiza a importância da mediação - e, para nós, de seu estudo. Para o autor, ainda, os relatos de cordel também depõem sobre a popularidade temática

dos crimes. "Em alguns deles, o importante, o captado, é a brutalidade pura e sua força catártica. Mas existem outros nos quais o narrado aponta em outra direção, a da reparação de agravos como forma popular de regulação social" (MARTÍN-BARBERO, 2015, p.156).

Se até aqui tínhamos analisado matrizes em que traço popular rebelde dos relatos é contido, seja pela organização maniqueísta do melodrama, seja pelo traço burguês do romance, com essa aproximação proposta por Martín-Barbero (2015), vemos a possibilidade de abordar matrizes que vão em outra direção.

Foucault (2014) também aponta para um gênero literário diferente que pode ser entendido como origem das maneiras de narrar o crime. Segundo o autor, os suplícios medievais exigiam, para que se legitimassem, a confissão, a declaração dos crimes pelos próprios condenados, que eram forçados a proclamar o horror de suas ações. O gênero que Foucault (2014) chama de "As últimas palavras do condenado" surge daí, e dá origem a apócrifos que circulam com confissões e lições de moral. Um desses textos, atribuído a Marion Le Goff, condenada por ser chefe de uma quadrilha na Bretanha, diz o seguinte:

Pai e mãe que me ouvem, guardai e ensinaí bem vossos filhos; fui em minha infância mentirosa e preguiçosa; comecei roubando uma faquinha de seis réis (...) depois assaltei mascates, mercadores de gado; enfim comandeí uma quadrilha de ladrões e por isso estou aqui. Dizei isso aos vossos filhos e que ao menos vos sirva como exemplo (CORRE apud FOUCAULT, 2014, p.66)

O tom de moral desses escritos, o mesmo adotado em folhetins e na literatura popular, é uma das marcas do gênero que permanece no telejornalismo vespertino. O que Foucault (2014) considera de mais importante nele, porém, é a possibilidade que abre para que as pessoas comuns relatem seus crimes.

O folhetim é, de certo modo, um primeiro desdobramento do gênero "as últimas palavras do condenado". A partir do momento em surge, no século XIX, o romance policial burguês, as narrativas sobre crimes perdem muito do que tinham de comum, de popular.

Estamos muito longe daqueles relatos que detalhavam a vida e as más ações do criminoso, que o faziam confessar ele mesmo seus crimes e que contavam com minúcias o suplício sofrido: passou-se da exposição dos fatos ou da confissão ao lento processo de

descoberta. (...) A literatura policial transpõe para outra classe social aquele brilho de que o criminoso fora cercado. São os jornais que trarão à luz nas colunas dos crimes e ocorrências diárias a mornidão sem epopeia dos delitos e punições. Está feita a divisão: que o povo se despoje do antigo orgulho dos seus crimes: os grandes assassinatos se tornaram o jogo silencioso dos sábios (FOUCAULT, 2014, p. 69)

O autor opõe o criminoso requintado do romance policial, que esconde a autoria do assassinato, ao criminoso supliciado que confessa publicamente o horror dos seus crimes, e nos faz notar que a aproximação do jornalismo policial com o romance oculta uma característica importante: o criminoso do jornal raramente é o gênio assassino do romance, que desafia o detetive em um jogo de inteligência. Ao jornalismo policial estão relegados os criminosos comuns, os que, em que pese o horror de seus crimes, pertencem a uma outra classe social marginalizada e não são cercados pelo brilho dos gênios do crime burgueses.

2. Crime, castigo e violência urbana: a cidade e seus marginalizados

Atualmente, a tolerância liberal perante os outros, o respeito pela alteridade e a abertura a ela, é contrabalançada por um medo obsessivo de assédios. Em resumo: o Outro está muito bem, mas só na medida em que sua presença não seja intrusiva, na medida em que esse Outro não seja realmente outro.

Slavoj Žizek, Violência: seis reflexões laterais

Se buscamos, no último capítulo, as matrizes culturais *do gênero* do programa estudado, o esforço empreendido a partir deste ponto é o de busca pelas matrizes *das ideias* proferidas nos discursos de *Brasil Urgente*. Não abandonaremos, é claro, o gênero e a mediação como referenciais de codificação, que orientam a proposta deste estudo, e nem as categorias analíticas mobilizadas, mas para compreendermos a circulação dos discursos, especialmente a partir de nossa proposta materialista, precisamos sobrepor esses discursos a suas historicidades.

Este capítulo pretende aprofundar, assim, em assuntos da *temática* do programa, trazendo a violência urbana para a discussão. Se optamos por classificar o gênero como telejornalismo policial vespertino, justamente pela centralidade da temática da criminalidade, que mostramos ter sido crescente entre o início do programa e sua forma contemporânea, não podemos negligenciar em seu estudo a maneira como essa criminalidade é abordada. As discussões que propomos aqui passam, então, pelo sistema punitivo, a violência sistêmica, o medo dos assédios e a reivindicação constante de um estado de exceção.

2.1. Também é preciso falar das matrizes das ideias: discursos sobre a punição

Se foi a partir de Foucault (2014) que, no último capítulo, encerramos a discussão sobre as matrizes genéricas, é a partir do mesmo autor que começaremos o trabalho de investigação acerca das matrizes de pensamento sobre o crime e a maneira como essas ideias se expressam nos discursos de *Brasil Urgente*.

Foucault (2014) tematiza, em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, a mudança ocorrida nos espetáculos punitivos da Idade Média até a contemporaneidade para pensar a prisão, o poder e as maneiras de submissão. Para

o autor, nos séculos XIX e XX o corpo deixa de ser o alvo principal da ação penal, e a *pretexto* de uma humanização das penas, os suplícios públicos são substituídos por um espetáculo judiciário. A pena é cumprida longe dos olhos da população, atrás dos muros das prisões, e o que o público acompanha, nesta nova fase que o autor denomina modernidade, não são mais os castigos, mas os julgamentos, processos de afirmação do poder-saber. Em lugar dos suplícios, cerimônias punitivas em que o sofrimento físico é produzido de forma ostentosa, os julgamentos são ritos para iniciados, exercidos por técnicos que se distanciam totalmente da execução da pena. Estes, agora, são os espetáculos acompanhados pelo público.

A cultura televisiva estadunidense mostra claramente essa espetacularização do julgamento e a centralidade assumida por esse rito em detrimento do momento da punição. Desde o final da década de 1940 o gênero denominado *court show* leva a público a encenação, ou mesmo transmissão em estilo *reallity show* de audiências judiciais em programas como os pioneiros *Your Witness* (ABC, 1949–1950) e *The Black Robe* (NBC, 1949–50), e ainda *The Court of Last Resort* (NBC, 1957–58; ABC, 1959–60), *Day in Court* (ABC, 1958–65), *Arrest and Trial* (ABC, 1963–64), *Trial by Jury* (Exibido em vários canais, 1989–90), *Judge Judy* (CBS, 1996–presente), *Texas Justice* (Fox, 2001–05), *Family Court with Judge Penny* (Sony, 2008–09), *Judge Jerry* (NBC-Universal, 2019), entre muitos outros. Os espectadores são convidados a assistirem e fazerem parte destes processos.

É uma espetacularização que esconde uma falta: de acordo com o documentário estadunidense A 13ª emenda, de Ava DuVernay, 97% da população carcerária dos Estados Unidos não passou por julgamento, mas por um acordo judicial que propõe penas um pouco mais brandas em troca de uma confissão, nem sempre sincera. A ameaça, segundo a denúncia do filme, é a de que, se forem a julgamento, os réus não terão chances, e serão condenados a penas ainda piores. E assim se dá, segundo DuVernay, o lucrativo encarceramento em massa da população negra estadunidense.

No Brasil, país que importou a política de encarceramento em massa, mas não sua justificativa institucional, o gênero televisivo dos julgamentos não se tornou popular. Na cultura televisiva nacional, muito mais conhecidos do que os programas que exibem julgamentos, são os de temática policial, como *Brasil Urgente*, o

programa aqui em estudo, mas também *Balanço Geral* (Record, 1985-presente), *Cidade Alerta* (Record 1995-2005; 2011; 2012-presente), *Polícia 24h* (Band, 2010-presente), *Linha Direta* (Globo, 1999-2007), *Repórter Cidadão* (RedeTV!, 2002-2005), *Aqui Agora* (SBT, 1991-1997; 2008), *Na Rota do Crime* (Rede Manchete, 1996-1998), etc. O que se faz espetáculo na cultura midiática brasileira não é a aplicação da pena, como a descrição de Foucault (2014) dos suplícios medievais, mas também não é o julgamento. O espetáculo é a ação policial, a perseguição, a voz de prisão, a delegacia. O braço armado do Estado é o herói e protagonista, e não os criminosos ou a aplicação das leis. Ou, em outras palavras, da forma como colocamos a partir de nossos critérios de análise, a cultura midiática estadunidense parece reivindicar o AIE justiça como central para a justificativa do encarceramento em massa, enquanto no Brasil a centralidade é dada para o Aparelho Repressivo. O AIE mídia em sua dupla atuação, faz a justificativa ideológica necessária para a manutenção da repressão pela força policial.

A diferença entre gêneros populares na cultura estadunidense e na brasileira não se dá ao acaso. Pensamos aqui, em consonância com Martín-Barbero (2002), que o gênero é um lugar de interseção entre interesses comerciais e as matrizes culturais, que dizem sobre as tradições, os anseios e o cotidiano da população. A prevalência das temáticas policial e cotidiana na televisão brasileira diz sobre a força matriz melodramática presente na cultura latina, sobre a enorme demanda por jornalismo de serviços em um país grande e desigual, sobre a violência constitutiva da nossa sociedade brutalmente colonizada, sobre uma descrença generalizada a respeito do sistema judiciário, sobre uma educação que não inicia a população em temas jurídicos. Apesar da globalização crescente dos meios e do aumento proximidade entre a cultura midiática brasileira e a estadunidense, por meio do consumo de séries por serviços de *streaming* e mesmo da produção por emissoras brasileiras de franquias de *reality shows*, como *Big Brother Brasil*, *Masterchef*, entre outros, os regionalismos, as diferenças e as particularidades ficam demarcados nessas diferenças entre gêneros populares.

Os programas de temática policial não tratam da punição oculta e alienada dos juizes, como se vê nos tribunais. Com frequência vemos as prisões serem executadas, os criminosos algemados, deitados no chão ou sendo levados cobrindo o rosto. O que se mostra em geral não chega a ser, contudo, um espetáculo punitivo,

pois *precede o julgamento*. O que é constantemente reafirmado por Datena é que vemos na tela o trabalho policial, que, pelo discurso de disputa entre os AIE organizado pelo apresentador, é a parte eficiente do sistema. A suposta ineficiência do Estado, que estaria nos julgamentos e nas prisões, não é mostrada, mas constantemente alegada nos discursos de *Brasil Urgente*. A centralidade do papel da polícia e a defesa de policiais que atiram sem critérios, contudo, nos faz mesmo questionar até que ponto a retórica do programa se adequou ao sistema punitivo moderno ou o que se reivindica ali é mesmo a execução, a punição diante dos olhos da população.

De acordo com Foucault (2014), os vereditos modernos são quantificáveis: multas ou tempo de privação de liberdade, uma vez que a liberdade, a partir do século XIX, é tida como um direito, mas também como um bem. Como complementos da pena de privação de liberdade, há redução alimentar, privação sexual, expiação física, o isolamento da solitária, castigos sentidos no corpo. Não são consequências não intencionais, como poderiam pensar os que acreditam na humanização do sistema penal. Há mesmo, segundo Foucault (2014), críticas de que as prisões não são suficientemente punitivas, pois as privações do sistema para os pobres são igualmente severas. Se, de acordo com Foucault (2014), na Idade Média o castigo e o crime eram semelhantes e remetiam um ao outro, com a execução do suplício próximo ao local do crime, usando as mesmas armas ou mutilando partes do corpo que o condenado tenha usado para cometer o crime, a prisão moderna afasta totalmente crime e castigo, quantificando punições em anos.

No programa estudado as críticas, tanto do apresentador quanto dos espectadores que participam comentando nas redes sociais, parecem se voltar mais para a questão quantitativa do cumprimento das penas do que para a qualitativa, que não é exibida nas telas. A situação das prisões é ignorada, e nenhuma cena mostra seu interior, mas o tempo que os criminosos devem cumprir em reclusão é frequentemente questionado. Esses discursos reivindicam a atuação de um AIE, o jurídico, mas sempre *em função* do aparelho repressor: uma pena parece tanto mais justa quanto mais longa. Em repercussão à reportagem *Preso chefe do tráfico do PCC*, que foi exibida no programa da segunda-feira, dia 16 de setembro de 2019, e posteriormente divulgada na página de *Brasil Urgente* no Facebook, uma usuária da rede, cujo perfil afirma ser pedagoga, comentou: "Daqui 4 meses já está na ruas

pode ter certeza...". Um outro usuário, que tem o selo de superfã da página, indicando interações constantes, respondeu: "Só 15 anos que maravilha...kkkk".

O próprio apresentador frequentemente faz discursos inflamados acerca do tempo de cumprimento de pena das pessoas cuja detenção o programa acompanha. No dia 18 de setembro de 2019, por exemplo, o âncora comentou uma reportagem sobre a condenação de um homem que matou a ex-namorada com uma cotovelada: "Quantos anos de cadeia ele tomou? [pergunta com a mão no ponto eletrônico] Dezoito anos? Tá aí dezoito anos, se cumprir quatro anos vai ser muito. Não pode ter progressão de pena para quem mata mulher". Reações parecidas são observadas em diversas matérias: quando fala de um jovem jogador de basquete assassinado por um casal de adolescentes de 15 e 17 anos, o apresentador afirma indignado que menores de idade, quando detidos, não cumprem nem seis meses de reclusão, e que "essa molecada vai pra cadeia, fica seis meses, e sai da cadeia achando que é o super-homem, que pode matar". É importante ressaltar aqui que a idade penal mínima no Brasil é de 18 anos, e que por mais que o atendimento socioeducativo para o adolescente infrator seja qualitativamente parecido com o cárcere, a fala do apresentador está completamente equivocada.

Esse discurso de necessidade de penas mais longas (que Datena costuma postular como "mais duras") não aparece sem justificativa. É possível perceber a força da ideia de impossibilidade de reinserção social de criminosos. Ainda sobre o caso do jogador de basquete assassinado por dois adolescentes, Datena diz que já viu "gente de alta periculosidade aqui nessa Fundação Casa ser colocada na rua depois de falar com psiquiatra forense". Ele diz que psiquiatras já negaram o pedido de liberdade de jovens que, entretanto, foram soltos mesmo assim. Fala como se a reincidência fosse certa. Não explica, porém, qual é o caso mencionado, recorrendo apenas a sua autoridade de apresentador-narrador-onisciente.

Foucault (2014) observa que, regidas por técnicos como psiquiatras, médicos, pedagogos, psicólogos e carcereiros, as prisões se tornam laboratórios de estudo sobre a criminalidade, nos quais cobaias humanos são observados para a criação de um tipo de saber sobre a delinquência. Esse saber parece ser popularizado, apropriado e alimentado pelos programas de telejornalismo vespertino, que tratam da delinquência, e não do delito em seus discursos. A ideia

propagada por Datena é a de criminosos irrecuperáveis, do crime como um problema de caráter, uma questão moral, e não um acontecimento.

O que se pune não é mais o crime, mas a delinquência. Não mais o ato, mas a biografia. A ideia é controlar o indivíduo, moldar suas disposições, punir impulsos e desejos, julgar o futuro e o potencial. O juiz "faz uma apreciação da normalidade e uma prescrição técnica para a normalização possível" (FOUCAULT, 2014, p.25), e isso é necessário para que o sistema punitivo se mantenha sob o pretexto da cura - pretexto clinicamente aceito quando justifica sua manutenção, mas ampla e reconhecidamente rejeitado quando se pensa em reinserção social real. Datena defende o sistema prisional que se justifica a partir da ideia de cura, mas, em suas falas, sempre enfatiza a reincidência, seja real (quando noticia crimes cometidos por ex-detentos) ou apenas uma projeção (quando afirma que, caso seja solto, alguém *certamente* voltará a cometer crimes).

Brasil Urgente dá sustentação ao discurso da delinquência que separa sujeito e ação, mas culpabiliza o sujeito. O foco dos discursos de Datena não é o crime, mas o criminoso. Nesse ponto, ao menos, o discurso parece adequado ao que Foucault (2014) caracteriza como sistema punitivo moderno - que, vale destacar, *não é mais humanizado* do que o anterior, apenas opera sob uma forma diferente ao exercer poder.

Por fim, cabe destacar o papel do povo na execução penal, já que pensamos aqui sempre na participação do público. Foucault (2014) destaca que "nas cerimônias do suplício, o personagem principal é o povo, cuja presença real e imediata é requerida para sua realização" (FOUCAULT, 2014, p.58). O papel do povo nesses rituais é ambíguo: é de espectador porque a cerimônia é pensada para amedrontá-lo, mas também é testemunha, garantia e parte da punição. "Ser testemunhas é um direito que eles têm e reivindicam; um suplício escondido é um suplício de privilegiado, e muitas vezes suspeita-se que não se realize em toda sua severidade" (FOUCAULT, 2014, p.58).

O povo era convidado a participar das cerimônias quando o criminoso era oferecido a insultos, mas no século XVIII isso já parecia mais uma concessão do que a intenção original do suplício, uma vez que a participação poderia criar barbaridades ou ferir o monopólio de violência do Estado. O autor nota, ainda, que

neste momento se criava uma relação de proximidade entre povo e criminoso que não era possível em nenhuma outra circunstância da vida cotidiana. Em casos que envolviam questões de classe, como o furto doméstico, se tornava comum que os populares intervissem na aplicação das penas. O povo, assim, passa a perturbar e desorganizar o ritual dos suplícios, com ações como impedir uma execução considerada injusta, perseguir executores, maldizer juízes.

Neste ponto, novamente, os discursos de *Brasil Urgente* se afastam de uma concepção moderna de punição. Os criminosos são expostos, suas fotografias são colocadas na tela e Datena chegava a fazer enquetes perguntando para o público qual a punição adequada. No dia 20 de setembro de 2019, em um *link* ao vivo, a Guarda Municipal de São Paulo tira um homem que foi detido da viatura, exibindo seu rosto, *exatamente* na hora em que a imagem entra ao vivo no ar, em uma cena claramente combinada entre repórter e força policial. É uma forma de expor publicamente o acusado, como era feito nos suplícios, com a colaboração dos policiais. É também um exemplo de colaboração, uma ação coordenada entre os policiais que realizaram a prisão, representantes do Aparelho Repressor, e o repórter, representante do AIE mídia. A exposição do rosto do acusado, característica do suplício, também funciona para atrair espectadores para o programa, mostrar o sucesso de uma ação policial, desencadear discursos punitivistas que sustentam o programa e justificam ações de repressão.

A estrutura narrativa do programa, que reivindica o rígido lugar do bandido (e o culpa pelas mazelas da sociedade) é o que evita, embora *não com eficácia total*, que os espectadores se compadeçam dos acusados. Essa estrutura narrativa, assim, organiza o discurso sobre a punição. O problema que Foucault (2014) identifica como característico da participação do povo nos rituais punitivos do século XVIII, contudo, é o que Datena parece enfrentar em 2019: a participação no espetáculo abre espaço para que se questione o monopólio punitivo do Estado - daí a dissidência de opiniões a respeito da tortura executada pelo segurança do supermercado.

Para Foucault (2014), não há oposição entre violência e ideologia, mas um conjunto de elementos materiais e técnicas que submetem os corpos humanos. O autor chama esse conjunto de corpo político. As relações de submissão e exercício de poder estão sempre presentes, mas se dão de formas diferentes, com diferentes

medidas de violência e dominação ideológica, que se complementam e sobrepõem. Compartilhamos desse entendimento da complementaridade entre repressão e ideologia, formulado por Pêcheux (1996) como uma relação de continuidade entre o que chama de Aparelho Repressivo e Aparelhos Ideológicos de Estado. O próprio Althusser (1996), que segue uma tradição de pensamento completamente distinta da de Foucault (2014), postula que existe um duplo funcionamento dos Aparelhos estatais, de forma que o Aparelho Repressor não funciona sem uma justificativa ideológica que lhe dê coesão, e os AIE não prescindem da possibilidade ou ameaça do uso violência, castigos, censuras. Essa é a relação que buscamos apreender a partir da categoria *interpelação*: as maneiras como repressão e ideologia se encontram e se materializam em discurso.

Compreendemos, assim, que a crescente demanda pela atuação do Aparelho Repressivo, que vemos no discurso sustentado por *Brasil Urgente*, mas também nos discursos que cresceram na política partidária nacional não está só nas forças de segurança pública, mas, conforme indica Telles (2018), está nas redes de conexão de forças descentralizadas: discursos, estratégias, instituições, arquiteturas, performances, representações, e tudo aquilo que o autor chama de tecnologias de condução de subjetividades. Datena sempre reiterou, em suas falas e enquetes, o apoio à pena de morte, tanto abertamente nos *discursos*, quanto usando a *estratégia* de colocar a questão para o público por meio de enquetes, antevendo o apoio, quanto, ainda, a partir das *representações* dos bandidos violentos e incorrigíveis feitas pelo programa, que constantemente dá a eles o rótulo de monstros, tirando de qualquer característica suas representações qualquer característica de humanidade.

Lana (2007) cita uma fala de Datena se posicionando a respeito da pena de morte ao noticiar um sequestro no dia 31 de agosto de 2005: “Adianta ficar gastando dinheiro com isso aí na cadeia? Dinheiro do povo, dando o que comer para um sujeito que fala que mata um ser humano desse jeito? (...) Eles falam em direitos humanos, e os direitos humanos das vítimas?” (DATENA *apud* LANA, 2007).

Em 2007, conforme já mencionamos, *Brasil Urgente* faz uma enquete perguntando a pena que merecia o assassino de um casal no Morumbi, com as opções de prisão perpétua e pena de morte. Em 2012, as mesmas opções aparecem em uma outra enquete: “que pena merece quem agride idosos?” (FIG.16). Uma

matéria³⁶ no blog *Para entender Direito*, da Folha de S. Paulo, além de ressaltar o fato da proibição constitucional das penas de morte e prisão perpétua em tempos de paz, aponta para o fato de que as penas desproporcionais se tornam impossíveis de aplicar ou, por outro lado, levam a uma escalada da violência. Os votos do público em ambas as enquetes foram, porém, majoritariamente favoráveis à pena de morte - fato que apresentador e produção prevêm antes de propor a consulta.



Figura 16: Enquete 23 de julho de 2012

Fonte: Folha de S.Paulo - Para entender Direito

Em 1 de junho de 2020, menos de um mês depois da ruptura com Bolsonaro e durante a comoção pública pelo assassinato de George Floyd em Minnesota, nos Estados Unidos, Datena, que em geral defende ações policiais violentas, perguntou ao vivo no programa: “Mineápolis tem pena de morte? Faz uma hora que eu perguntei isso e ninguém me responde! Porque esse policial aí é um assassino, devia pegar pena de morte”. Há, neste momento, uma *ruptura* com os discursos costumeiros que justificam quaisquer ações policiais, mas uma *continuidade* do discurso punitivista com a defesa da pena de morte. Ou, ainda, o discurso é o mesmo, o que muda é o *alvo*, que deixa de ser o cidadão comum que no Brasil ele classificaria como “bandido” e passa a ser um policial que mata em serviço. Esta parece ser uma resposta *pontual* a uma comoção do público, recurso comum na linha editorial de *Brasil Urgente* e, ainda, um indicativo de certa readequação editorial após o conflito com Bolsonaro e as acusações de “comunismo” que o

³⁶ Datena e a pena de morte: leis irracionais, consequências óbvias. Para entender Direito, Folha de São Paulo, 25 de julho de 2012. Último acesso em 13 de agosto de 2020. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/datena-e-a-pena-de-morte-leis-irracionais-consequencias-bvias>>

apresentador passou a receber nas redes sociais. De qualquer forma, o policial assassino nos Estados Unidos aparece no discurso do programa não apenas como uma exceção, mas também como um caso distante. Acusar um policial estadunidense não fere a relação estreita entre *Brasil Urgente* e a polícia brasileira. Não afeta a amizade e a cordialidade de Datena com os generais que entrevista por telefone, ou com os delegados que fornecem pautas e espaço para os repórteres nas delegacias.

Há, ainda em 2020, e também no contexto de afastamento entre o apresentador e o presidente, mais uma discreta ruptura em relação às defesas de pena de morte. No dia 13 de agosto de 2020, Datena afirma, sobre o caso de feminicídio de uma mulher grávida: "Eu sou contra a pena de morte no Brasil porque a gente, a nossa justiça, tem muitos erros" e "você pode descobrir que de repente ele era inocente". Por outro lado e no mesmo discurso, celebra a pena de morte "em lugares onde a justiça funciona": "Se esse cara pega um estado dos Estados Unidos com pena de morte ele toma uma injeção letal". Para Datena, assim, o que dificultaria a necessária aplicação de uma medida repressiva extrema no Brasil é a ineficiência de um AIE: a justiça.

Para Zizek (2014) a percepção social da violência pressupõe um falso "grau zero" de violência que apaga a ação violenta do Estado. É muito claro, nos variados discursos de Datena sobre a pena de morte no programa ao longo dos anos, que *a pena* jamais é percebida como violenta. Esta é, dentre os nossos critérios de análise, uma *continuidade*. A violência do Estado pode ser justa ou injusta, de acordo com a culpa ou não do acusado (e com a orientação do programa no momento, que varia, mostrando *rupturas* ocasionais), mas sua existência mesma nunca é colocada em cheque. Zizek (2014) chama de violência subjetiva essa percepção que ignora a violência intrínseca ao sistema, considerando como violentas apenas as perturbações nas formas de vida estabelecidas. Nos discursos do programa persiste esse apontamento da violência subjetiva, já que olha-se sempre para a violência urbana, mas, mesmo nos momentos em que o apresentador revê os próprios posicionamentos, não há a percepção do que Zizek (2014) chama de violência objetiva, aquela que olha para o próprio funcionamento do sistema e percebe suas violências. Não há o questionamento real das violências simbólicas, que existem na linguagem, e nem da violência sistêmica, aquela que é consequente do

funcionamento regular dos nossos sistemas econômico e político, e não indicativa de sua perturbação.

Ainda para Zizek (2014), vivemos uma ilusão ética: as respostas ético-emocionais ainda são condicionadas pelas antigas reações instintivas de simpatia no contato direto. É mais fácil apertar um botão que mata mil pessoas do que matar uma à queima roupa. Entendemos, assim, o papel da mediação do programa de telejornalismo policial que borra as imagens de sangue e não mostra as consequências de lidar com corpo no chão. A dor do familiar do "bandido" não é expressa pelas imagens de *Brasil Urgente*. Seu extermínio é como um apertar de botão: uma notícia que passa sem nome, sem história, sem termos que lidar com o sangue espalhado. É apenas uma breve imagem borrada e distante, um helicóptero voando para o próximo crime e o discurso indignado de Datena.

Zizek (2008) enfatiza, citando Chomsky, que essa mesma ilusão ética funciona de acordo com a visibilidade ou invisibilidade midiática. Os critérios jornalísticos de noticiabilidade envolvem uma proximidade não só geográfica, mas cultural e de classe, que faz com que genocídios permaneçam invisíveis enquanto casos individuais de violação de direitos humanos causem revolta.

As imagens de ações policiais exibidas em *Brasil Urgente* lembram muito imagens de videogames, mecanismo que foi se aperfeiçoando ao longo dos anos em que o programa é exibido. Em 01 de fevereiro de 2018 uma transmissão ao vivo de ação policial no Morro do Sabão, na zona leste de São Paulo, a tela aparece dividida em duas partes (FIG 17): do lado esquerdo, imagens feitas por um cinegrafista que entra no morro à pé, junto com a força policial. Vemos, nessa parte da tela, tomadas feitas por cima do ombro dos soldados, mostrando as armas que eles carregam e os caminhos por onde passam, como se eles fossem personagens de jogos digitais que o jogador controla. Do lado direito, imagens feitas por helicóptero mostrando uma visão aérea do morro, da aterrissagem e decolagem de helicópteros da polícia que participam da ação. É como se essa segunda imagem fornecesse uma visão mais ampla do jogo, e a primeira, a do momento da ação.

Se as imagens das ações policiais *de verdade* tendem a se assemelhar, ao longo dos anos, cada vez mais³⁷ a imagens de videogames em que se mata (personagens do jogo) apertando um botão, como esperar que as respostas ético-emocionais (ZIZEK, 2014) sejam como as da morte olhos nos olhos? Quando se escolhe a perspectiva adotada - os olhos do policial ou do jogador de videogame, há, ali, uma escolha ética, mesmo que regida por critérios práticos.

É evidente para qualquer produtor de TV que a maneira menos perigosa e mais viável de garantir a entrada de uma equipe de filmagem em uma favela *no momento* em que ela está sendo invadida pela polícia é organizar a entrada do cinegrafista junto com os soldados. É o contato institucional que garante que a equipe saiba onde e quando conseguir as melhores imagens, e também é uma promessa de proteção pelo braço armado do Estado.

As consequências estéticas e éticas dessa escolha - que podem ou não ser intencionais, mas não cabe, aqui, julgar algo da ordem do inapreensível como a intencionalidade - levam a uma mediação que traça uma fronteira clara entre o "nós" e "os outros", desde a perspectiva da câmera, o "olho" do espectador sobre a ação. A divisão entre os mocinhos e os bandidos nunca é abandonada, nem na imagem, que adota um ponto de vista, nem no lettering, que o corrobora, demarcando que as pessoas-alvo daquela operação estão em uma categoria diferente, a do "bandido". Essa perspectiva traça uma linha que determina qual vida importa, e sobre qual vida nos sentimos responsáveis. O extermínio das outras aparece como um simples apertar de botão em um jogo, algo sobre o qual a imagem não precisa se deter.

“Não será até mesmo a ética mais universal obrigada a traçar linhas de exclusão, ignorando certos modos de sofrimento? (...) o esquecimento implica um gesto a que se chama negação fetichista: ‘Sei, mas não quero saber o que sei, e por isso não sei’. Sei, mas recuso-me a assumir inteiramente as consequências desse saber, pelo que posso continuar a agir como se não soubesse” (ZIZEK, 2008, p.54)

O espectador sabe, é claro, que invasões armadas são ações que matam. Ele vê as armas. Mas as consequências desse saber são atenuadas de formas diversas pela mediação estabelecida pelo programa.

³⁷ Conforme nos detivemos anteriormente, a divisão de telas é um recurso que se aprimora ao longo dos anos, assim como a temática policial do programa se intensifica.



Figura 17: Imagem como jogo de videogame

Fonte: Frame do programa exibido em 01 de fevereiro de 2018

Seria ingenuidade afirmar que a mediação televisiva é, em si, responsável pelas respostas ético-emocionais dos espectadores. Ressaltamos aqui que nossa análise de como as imagens do programa operam na criação de sentidos que corroboram essas respostas emocionais é, apenas, o estudo de um dos múltiplos fatores que apontam para a negação do valor de algumas vidas. Há, por trás dessa mediação, e conforme argumentamos em todo este trabalho, uma ideologia, uma práxis dominante que se repete em diversas manifestações e que identificamos, como um dos elementos que a sustenta como discurso, o medo da vitimização, da violência, do assédio. A mediação televisiva é, ao mesmo tempo, consequência e parte da sustentação dessa ideologia.

Zizek (2014) define a vida política contemporânea como “biopolítica pós-política”. O autor explica: chama de pós-política a renúncia às grandes causas ideológicas que moveram as disputas políticas do século XX. Mas a biopolítica, conceito que traz de Agamben (2004), e que também é marca do século XX, para o autor permanece em questão. A gestão das formas vida por especialistas, supostamente responsáveis pela manutenção das vidas humanas, é, para Zizek (2014), ainda marcante em nossa forma contemporânea de compreender o mundo e a organização política.

O que significa que, com a administração especializada, despolitizada e socialmente objetiva e com a coordenação dos interesses como nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo é através do medo, um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje. Por isso a biopolítica é em última instância uma política do medo que se centra na defesa contra o assédio ou a vitimização potenciais (ZIZEK, 2014, p.45)

A imagem real que parece um jogo de videogame em que o extermínio é permitido, portanto, se ancora no discurso da potencial vitimização. Apenas a violência generalizada, que, a qualquer momento, pode se voltar contra *você, espectador e cidadão de bem*, pode justificar essas práticas. E assim, a partir da *interpelação*, a vítima em potencial se converte em espectador ativo das ações violentas praticadas pelo Estado em conluio com o programa.

2.2. Repressão e participação - da biopolítica à psicopolítica

Até aqui apontamos para a maneira como se moldam, no discurso do programa, as reivindicações de atuação do Aparelho Repressivo, e como esse discurso oscila entre uma ideia moderna de punição (controlada por técnicos, com penas quantificadas e punição voltada para o sujeito, e não para seus atos) e uma matriz medieval, com características de suplício, como a exposição pública do criminoso, a busca pela confissão, a convocação da participação do público.

Nosso próximo movimento é indicar uma coexistência entre formas de exercício de poder presentes no discurso de *Brasil Urgente*. Se o discurso em relação aos "bandidos" é uma expressão do que Foucault (2014) chama de biopolítica, ou uma reivindicação do uso de tecnologia de controle dos corpos, as proposições de engajamento do público seguem uma técnica diferente de poder, característica da política neoliberal, que Han (2014) denomina psicopolítica. O que indicamos aqui é, portanto, que as formas de exercício de poder coincidem, se somam, e não substituem uma à outra como por vezes vemos postulado.

Para Han (2014) exercício do poder em um mundo neoliberal está relacionado à liberdade do "poder fazer", que gera tantas coerções quanto o disciplinário "dever". O exercício de poder deixa de se oferecer como uma imposição e se oferece como liberdade de participação, deixando de ser proibitório ou censor. Se o poder disciplinário é dominado pela negatividade, sendo inibitório,

essa categoria não funciona para a compreensão integral de fenômenos do neoliberalismo, cuja forma característica de exercício de poder é (também, pois as formas de exercício de poder se sobrepõem e se somam) sutil, flexível, inteligente e invisível, e, desta forma, nos presumimos livres. O psicopoder faz com que as pessoas "se submetam livremente" às tramas da dominação. Não faz das pessoas submissas, mas dependentes. Não opera contra as vontades do sujeito, mas dirige essa vontade a seu favor. Seduz, em vez de reprimir. Se ajusta aos indivíduos, em vez de moldá-los. Não impõe silêncio, mas exige participação, comunicação de histórias, desejos, preferências, compartilhamento. Assim ele contorna a resistência.

Nosso estudo de *rupturas e continuidades* na estrutura do programa, que busca apreender as mediações e alterações no gênero televisivo, nos indica essa tentativa, ainda que limitada, de moldar o discurso do programa aos desejos do público, não para atendê-los, pura e simplesmente, mas como um mecanismo de controle. O atendimento das demandas do público não deixa de ser uma forma de exercer poder sobre ele.

Uma das *rupturas* que percebemos no programa ao longo do período estudado é o fim das enquetes, que consultavam o espectador a partir de duas alternativas fechadas, e o início da interação entre produção e público por meio de mídias sociais, onde os espectadores têm mais espaço para se expressarem (embora essas expressões não variem tanto assim em forma, sendo pouco diversificadas). Essa mudança técnica da maneira como programa e público dialogam, orientada pelas tecnologias disponíveis, reflete também uma transformação qualitativa, pois, conforme apontamos a partir de Williams (2007), a mediação é também forma. As formas como o programa convida a participação trazem, em si, uma nova orientação na relação com o público.³⁸

³⁸ Este argumento, aqui, não é novo. Já vimos exemplos de maneiras como a mediação técnica e formal influencia o sentido que se imprime às imagens do programa. Quando debatemos a escolha (por critérios econômicos) de exibir, no programa nacional, matérias de interesse local, concluímos que ela corrobora com o discurso de uma sensação de violência generalizada. Ao analisar o enquadramento da matéria da invasão policial ao Morro do Sabão em fevereiro de 2018, observamos que o ângulo do cinegrafista também influencia o efeito da imagem, ainda que a escolha deste ângulo possivelmente seja por critérios práticos ligados à produção. Perpassa toda a tese, portanto, a noção de que a mediação também é forma, e que as tecnologias ou recursos disponíveis influenciam diretamente na criação de sentido.

Na figura 18, um frame da edição de 8 de novembro de 2013, cerca de cinco meses depois da enquete mal sucedida sobre as jornadas de junho³⁹, vemos o apresentador apontando para um *lettering* com o *Twitter* da emissora, convidando a participação dos espectadores (FIG. 18). É o início da mudança da forma do programa se relacionar com o público. Neste momento ainda não havia uma página na rede exclusiva do programa, e a página no *twitter* era de toda a emissora, o que dificultava o diálogo direto. O *Twitter*, rede social que comporta posts com no máximo 140 caracteres, também apresentava limitações neste diálogo em comparação com as redes *Facebook* e *Instagram*, usadas por *Brasil Urgente* a partir de 2016, em que os espectadores podem fazer comentários mais longos.

A própria forma de convocar os espectadores a participarem é diferente. Se em 2013 o convite à participação pelo *Twitter* acontecia apenas pela televisão, a partir de 2016, quando o programa passou a usar *Facebook* e *Instagram*, os assuntos do programa são propostos nas redes sociais de *Brasil Urgente*. Os vídeos das reportagens viram postagens no *Facebook*, de forma a convidar os espectadores a comentarem cada matéria especificamente (FIG.19), ainda que essa descentralização (várias postagens por edição) e a necessidade de acesso a internet tenham reduzido numericamente as participações em relação às antigas enquetes. Se as enquetes contavam, supostamente, com dezenas de milhares de telefonemas, de acordo com o que aparecia nas telas, as postagens na página de *Brasil Urgente* no *Facebook* raramente têm mais de mil curtidas e algumas centenas de comentários. São feitas, contudo, várias postagens por dia, uma com cada uma das principais reportagens do programa - ao contrário das enquetes, que repercutiam apenas um assunto por vez.

No *Instagram* do apresentador, o clima é mais descontraído. As postagens mostram fotografias de Datena, com tatuagens à mostra ou lembram o dia que ele apresentou o programa de cueca para pagar uma aposta pela vitória da Alemanha por 7x1 na Copa do Mundo, ou, ainda, mostram a programação esportiva da emissora, que também é narrada pelo apresentador de *Brasil Urgente*. Na figura 20 vemos uma fotografia de Datena postada no *Instagram* com a palavra "Cristo" tatuada no antebraço. A estética descontraída das mangas dobradas, anéis, pulseira e boina contrasta com a reafirmação de uma fé religiosa majoritária (de acordo com

³⁹ Caso que detalhamos na introdução

o censo de 2010, último realizado no Brasil, 86,8% dos brasileiros eram cristãos), que, no discurso do apresentador, se confunde com valores morais.

Em 15 de junho de 2019, o apresentador chegou a mostrar sua tatuagem no programa, em oposição à tatuagem de um investigado que dizia "Marginal, pra sempre marginal". "Eu tenho Cristo de um lado e paz de cristo em latim do outro lado (...) cada um leva a vida que quer e termina a vida do jeito que quer", diz Datena, construindo a relação de oposição entre religião e delinquência que ele constantemente fortalece em seus discursos, em uma reivindicação do AIE religião como um mecanismo de contenção de criminalidade. O posicionamento de afirmar os próprios valores morais é uma *continuidade*: da mesma forma que, ao noticiar a morte de Roberto Leal e dizer que o conhecia, Datena afirmou que quase não saía de casa e que, quando saía, o fazia na companhia da esposa, neste momento ele afirma sua religião. Há um personalismo nessas afirmações que condiz com a redução de questões políticas à moral individual. Se o "bandido" é retratado não como uma pessoa marginalizada socialmente, mas como alguém sem caráter, é necessário individualizar e personalizar a questão do caráter, e isso está em todo o discurso do apresentador sobre si.



Figura 18: Datena chama para twitter da emissora

Fonte: JAUREGUI, 2015, p.142

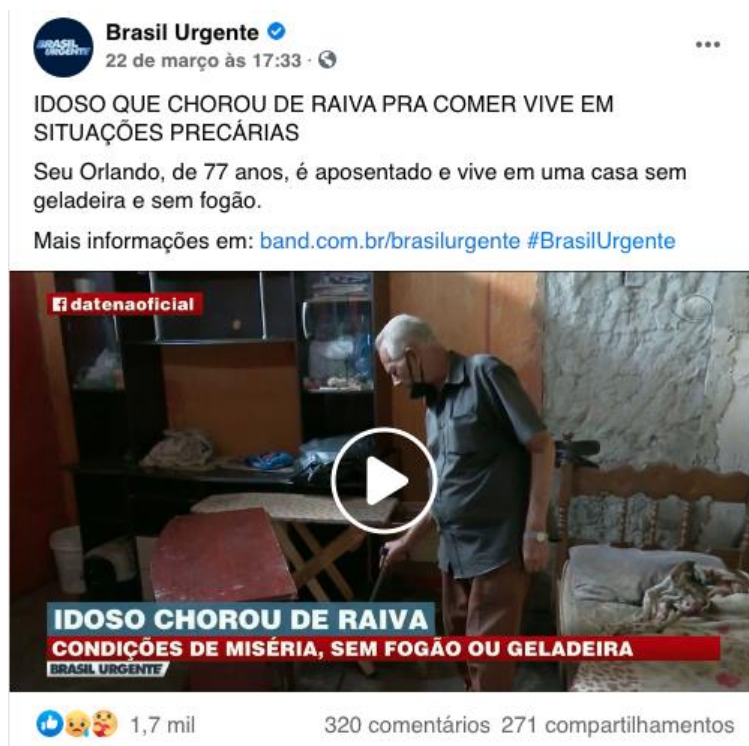


Figura 19: Matéria de *Brasil Urgente* postada no *Facebook*

Fonte: Facebook Brasil Urgente



Figura 20: *Instagram* de Datena, foto com tatuagem de Cristo

Fonte: Instagram @datenareal

Observamos, nas mudanças das formas de convocar a participação do público, *rupturas* no sentido de que há diferenças qualitativas nas possibilidades de interação oferecidas. Essas alterações são decorrentes de novas tecnologias, e dão origem a novas formas adotadas pelo programa. Ao contrário das possibilidades limitadas oferecidas pelas enquetes, as respostas são livres, mesmo no que diz respeito a críticas ao apresentador ou ao programa, que não são excluídas pela produção. Há, ainda, especialmente no *Instagram*, a exploração de novas possibilidades para fortalecer a imagem do apresentador, que aparece na rede como alguém acessível, que compartilha dos valores e moral do público, e que portanto merece credibilidade como narrador. O *Instagram* enfatiza os momentos de descontração que ocorrem no programa em torno do apresentador, enquanto o *Facebook* dá centralidade às matérias violentas.

Em confronto com essa ruptura das formas, há também uma *continuidade*. Se as enquetes limitavam as respostas dos espectadores a duas alternativas fechadas, e as redes sociais permitem que eles escrevam o que querem, a maior parte dos comentários apenas concorda com o que a matéria diz, culpa os criminosos, pede penas maiores ou aplaudem as ações policiais, assim como o discurso do apresentador. São excepcionais os casos em que há dissenso, como a reportagem sobre o caso de tortura pelo segurança do supermercado, que mencionamos anteriormente, ou a defesa do presidente Jair Bolsonaro por apoiadores quando Datena rompe com ele, conforme apontaremos adiante. Tendo ou não dissenso, não há, por parte do programa, uma resposta direta a qualquer comentário nas redes sociais e, assim como as enquetes, eles funcionam especialmente para orientar as falas de Datena quando ele dialoga indiretamente com os espectadores durante o programa. Assim, pontuamos que, embora tenha havido uma mudança relevante com o uso das redes sociais por *Brasil Urgente*, conforme desenvolveremos adiante, evitamos uma visão demasiado entusiasta o uso das redes sociais, como se elas fossem um meio de ouvir quem antes não tinha voz.

Se entendemos, a partir de Chadwick (2013), que a comunicação envolve ações coordenadas entre mídias, muito mais do que a diferenciação entre elas e a compreensão de cada uma delas em isolamento, observamos as redes sociais como continuidades, partes integrantes de *Brasil Urgente* e dos discursos ali proferidos.

Se argumentávamos que, mesmo antes das redes, a partir da mediação, o público tem força de significação, adesão ou rejeição de determinados discursos, a possibilidade de interagir na página do programa amplia essa voz - que não entra, necessariamente, em dissenso com o que é dito no programa, e não tem, necessariamente, conteúdo questionador.

As duas páginas oficiais usadas por *Brasil Urgente* no *Facebook* - a do programa e a do apresentador - datam de 2016. Em 18 de agosto de 2020, a página de *Brasil Urgente* contava com 839.576 curtidas, e a de Datena com 1.017.466. No *Instagram*, Datena tinha 661 mil seguidores. Entendemos, assim, que a audiência do programa é muito maior do que sua adesão nas redes sociais, mas as falas do apresentador no programa, em um tom não assumido de resposta, mostram como ele acompanha e se pauta nos comentários, ainda que não os responda nas redes. No dia 13 de agosto de 2020, ao noticiar os números de mortes por coronavírus, o apresentador diz que sabe que tem gente em casa que não acredita na subnotificação e que pensa que aqueles números são exagerados, mas que a diferença em relação ao número de mortes no ano passado indica, sim, subnotificação. Em um tom calmo, diferente do usado nos comentários de notícias de temática policial, o apresentador mostra que acompanha a repercussão das notícias, os comentários que são feitos nas redes a partir das postagens dessas reportagens, e usa o programa como um espaço para réplica aos comentários feitos nas redes sociais. Neste momento, diversos seguidores das redes sociais comentavam as notícias desacreditando dos números da pandemia, em consonância com a postura adotada pelo presidente. Datena, em seu momento de ruptura de relação com Bolsonaro, fazia uma resposta a aos argumentos de parte do público nas redes sociais, embora sem mencionar diretamente que está respondendo aos comentários. O tom comedido, que o apresentador não usa quando comenta as reportagens e nem mesmo quando se dirige aos funcionários da produção, parece se dar tanto pelo tema da pandemia quanto pelo fato dele estar se dirigindo a espectadores e seguidores do programa. É uma relação de enfrentamento, mas cordial.

No dia 19 de agosto de 2020, ao noticiar, junto com Eduardo Barão, correspondente da Band em Nova York, os avanços das pesquisas de uma vacina contra o coronavírus em Cuba, o apresentador fala para o correspondente em tom de brincadeira, se antecipando aos comentários nas redes: "você é comunista, você

vem com vacina de Cuba, você é comunista igual o Boechat, o Boechat era comunista. Você vem com vacina de Cuba, da Rússia, duas vacinas da China (...) nessa polarização do Brasil a direita vai te xingar". Esse tipo de fala de Datena, em tom de réplica, de crítica aos posicionamentos dos espectadores (que deixam de ser espectadores e passam a ser seguidores nas redes sociais) ou mesmo antecipação de determinados comentários, não existia nos programas de 2005, por exemplo. São adequações da retórica ao novo hibridismo de mídias, às novas formas de participação.

O já mencionado (e famoso) caso de junho de 2013⁴⁰, em que o público defende os manifestantes da jornadas de junho em duas enquetes formuladas pelo apresentador e pela equipe para chamá-los de vândalos, mostra um conflito gerado pela coexistência das formas de participação, um momento em que o hibridismo entre mídias não foi coordenado e escapou ao controle da produção do programa. Em 2013 as redes sociais já tinham força, mas ainda não tinham sido adotadas oficialmente pelo programa. *Brasil Urgente*, como boa parte da grande mídia, dos políticos e das grandes empresas, começou a se empenhar no que Mauro Isai (2014) reconhece como uma operação ideológica para separar, nas manifestações de junho de 2013, uma minoria vândala de uma maioria pacífica, de forma a justificar as ações policiais violentas para supostamente defender os manifestantes. E se *Brasil Urgente* ainda usava as enquetes com perguntas orientadas e respostas pré-determinadas como a principal maneira de ouvir os espectadores, nas redes e nas ruas essas pessoas tinham diversas outras possibilidades de expressão, que coexistiam com os discursos proferidos no programa e as possibilidades de interação limitadas. O que é dito na televisão não se encerra ali e não pode ser analisado como se circulasse em um ambiente fechado, estéril, que ignora as mediações. Havia, simultaneamente ao que era dito em *Brasil Urgente*, um espaço de deliberação e de dissenso em efervescência no país, e isso refletiu na reação contrária à esperada na enquete proposta pelo apresentador. Os participantes afirmavam, para aquele programa que os consultava de maneira fechada em um contexto aberto, que não concordavam com a abordagem que tratava determinados manifestantes como vândalos.

⁴⁰ Explicado em detalhes na introdução

É importante lembrar, ainda que tenhamos tratado das redes sociais no contexto de 2013 como um espaço de deliberação, que este espaço é privado e tem usos comerciais, o que o faz qualitativamente muito diferente da rua. É importante, assim, conter o entusiasmo irrestrito em relação às redes. Se *Brasil Urgente* demora a se apropriar deste lugar, não é por discordância ideológica ou por seus modos de funcionamento, mas talvez apenas por dificuldade de se adequar ao hibridismo, que exige equipes responsáveis, gera custos para a emissora e, por algum tempo, foi negligenciado pelas mídias tradicionais, que adotavam um modelo de negócios diferente, baseado em números de audiência e anunciantes.

A possibilidade de dissenso nas redes sociais - que, em 2013, eclodiu em um movimento nas ruas - não tende, contudo, a ser questionadora dos valores apresentados por Datena nas páginas oficiais do apresentador e do programa. A principal exceção a essa regra que conseguimos mapear se deu em maio de 2020, pouco depois do rompimento entre Datena e Jair Bolsonaro. A partir deste momento, vários usuários das redes passaram a questionar o apresentador em defesa do presidente em seus comentários. No programa do dia 28 de maio de 2020, conforme noticia a revista *Isto É*⁴¹, o apresentador mostrou um *meme* que circulou na internet com o cenário do programa todo vermelho e os dizeres "Moscou Urgente", e indagou diretamente o presidente, caso estivesse assistindo o programa: "O senhor acha isso legal? Quem produz isso aqui? É gente decente da rede social?". Ele atribui, assim, parte da repercussão negativa das redes sociais ao próprio Jair Bolsonaro, inferindo que o *meme* não teria sido feito pelos usuários das redes, mas pela equipe do presidente, e novamente usa o programa como um espaço de réplica.

Para Han (2014) a psicopolítica do capitalismo neoliberal está intimamente ligada à forma das redes sociais, à maneira como elas lidam com a emoção. Han afirma que, na psicopolítica, a entrega de dados que possibilitam o controle é voluntária e que, sendo as pessoas convidadas a opinarem, participarem e expressarem suas emoções pelas redes, elas são "livremente controladas". Criam-se relações afetivas com as empresas e com as redes, das quais os usuários se tornam dependentes.

⁴¹ Datena brinca com *meme*, mas desabafa sobre posição política: 'tô de saco cheio'. *Isto É*, 28 de maio de 2020. Último acesso em 19 de agosto do 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/datena-brinca-com-meme-mas-desabafa-sobre-posicao-politica-to-de-saco-cheio/>>

O autor afirma que nunca se falou tanto de sentimentos, em detrimento mesmo da racionalidade, que, antes, era o que definia o ser humano, separando-o dos outros animais. De repente, o homem deixou de ser um animal racional para ser um animal com sentimentos. No entanto, Han (2014) estabelece uma diferença: a emoção e o afeto (e não o sentimento, que é narrativo) estão mais presentes na linguagem das redes sociais. A informação que circula nas redes sem contexto - eliminando o segredo, a estranheza e a alteridade em nome de uma transparência total - não estimula a narrativa, pré-condição para o sentimento. O sentimento é constativo, permite a afirmação "sinto que...", enquanto a emoção é performativa, remete a ações, e não a afirmações. O sentimento, afirma Han (2014), é mais persistente, enquanto a emoção é mais fugaz. É justamente essa fugacidade e essa performatividade que o capitalismo das emoções explora, condicionando as ações a um nível pré reflexivo. Para o autor, a racionalidade está relacionada à constância, à regularidade, às relações estáveis e duráveis. A emocionalidade, por sua vez, é subjetiva, situacional e volátil. As emoções surgem com as mudanças de estado e de percepção. Essa volatilidade, essas mudanças constantes no estado de percepção são pré-condições para o neoliberalismo, sistema em que a inconstância e a falta de segurança são regra na organização do trabalho. A emoção está para a inconstância das redes sociais assim como o sentimento está para a continuidade das narrativas.

O que propomos, assim, é mais uma vez um apontamento da mediação da forma (WILLIAMS, 2007). A forma das redes - comentários breves, informações descontextualizadas, emoção como motivação - está intimamente ligada à inconstância da sociedade neoliberal, e ao que apontamos como uma segunda forma de controle proposta por *Brasil Urgente*: não a forma de controle proposta na relação com os "bandidos" (estes estão sujeitos à biopolítica, a política de controle dos corpos, ou, ainda, à ação do Aparelho Repressivo do Estado), mas na relação com o público. A emoção, componente central dos discursos indignados de Datena (JÁUREGUI, 2015), desde os primeiros anos de *Brasil Urgente*, encontrou ambiente propício no diálogo (ou hibridismo) entre TV e rede social, e dá repertório para a emoção que Han (2014) entende como característica dos discursos das redes, criando uma relação que o autor chama de *capitalismo do curtir*.

O diálogo que *Brasil Urgente* encontra nas redes, mesmo que numericamente limitado (já o número de seguidores de um telejornal não se

compara ao de um influencer⁴²) é importante para a orientação dos discursos do programa. Se Datena já *interpelava* diretamente o espectador desde os primeiros registros que temos do programa, agora ele o faz em forma de réplica, e com acesso a opiniões que, mesmo muito parecidas com as suas em tom, são mais livres do que as duas alternativas propostas pela produção nas enquetes. O que entendemos, a partir das redes, é, portanto, uma *discreta ruptura* na maneira do programa se dirigir ao público: agora, o *curtir* do público importa mais. Se antes o que observávamos era o maior controle possível do apresentador-narrador sobre a história veiculada na TV, sendo que ele é quem dava o tom de *emoção*, passa a importar também o *sentimento* do público. Se antes o público se expressava, entre outras formas, pelos números das pesquisas de audiência e números de telefonemas para votar nas enquetes, agora eles têm fotografias e nomes nas redes.

Em uma reflexão diferente, mas paralela, Zizek (2014) afirma que o senso de urgência que a exploração das emoções imprime aos atos de violência impede a reflexão, e por isso desmobiliza, leva a ações vazias. Os discursos que mostram a violência extrema e a indignação em relação a ela dão a sensação de que é necessário agir *agora*, o que impossibilita a organização, a análise das situações, o estudo. As "soluções" que aparecem, assim, são supérfluas e beneficiam o sistema, como o autor exemplifica:

É precisamente este tipo de pseudourgência que há alguns anos a Starbucks explorava ao colocar, na entrada de cada uma de suas lojas, cartazes agradecendo aos clientes e informando-lhes que quase metade do lucro da rede comercial seria investido em cuidados de saúde das crianças da Guatemala, país de onde provinha o seu café, inferindo que a cada xícara bebida estaríamos salvando a vida de uma criança (ZIZEK, 2008, p.21)

O sentido de urgência gerado pelos discursos indignados de Datena - e que começa com o nome do próprio programa, *Brasil Urgente* - convida a respostas rápidas. Se a forma mais rápida de ajudar uma criança da Guatemala parece ser tomar um café do Starbucks, porque o cliente aceita a proposta da empresa, que se coloca como o intermediário em posição mais propícia para tomar uma medida que propicie a justiça social, a resposta imediata para os casos de feminicídio violento, por exemplo, constantemente exibidos em *Brasil Urgente* são as que Datena

⁴² Apenas como referência, em dezembro de 2021, o jogador de futebol Neymar tinha 169 milhões de seguidores no instagram. Whinderson Nunes, influencer e comediante, tinha 57,2 milhões.

propõe: penas mais longas, pena de morte para os acusados. O discurso de indignação e urgência do apresentador encontra ecos nas redes, onde a maioria dos comentários o repete e, outros tantos, pedem a interferência de Datena. O apresentador se coloca na posição de mediador entre aquela injustiça urgente e a necessidade de remediá-la.

A proposta de Datena para seu público, assim, tanto por meio dos discursos indignados quanto pelos convites à participação na rede, é a de uma participação que não convida à reflexão, mas a evita, por meio do senso de urgência gerado pelas emoções e pela indignação. A violência acontece aqui e agora, e não há tempo para refletir, apenas para se indignar. O discurso escolhido é que aparece mais imediatamente. E mesmo que os casos se repitam por anos, como o próprio apresentador reconhece e reitera em suas falas, não há tempo de aprofundamento em suas causas. São urgentes, como o próprio nome do programa sugere.

Vemos abaixo (FIG. 21) as reações de alguns internautas a uma notícia de 19 de novembro de 2019 postada na página do *Facebook* de *Brasil Urgente*. A matéria trata de um feminício, que conforme já mencionamos é temática recorrente no programa. A vítima fez o boletim de ocorrência contra seu agressor e foi morta em seguida, em frente à delegacia, com quatro tiros. A matéria de 1 minuto e meio, postada sem os comentários do Datena em estúdio, dá origem a comentários muito parecidos feitos pelos usuários da rede social. A primeira usuária, em caixa alta, afirma estar indignada. A segunda pede misericórdia divina e supõe que o agressor não deve permanecer na prisão, exatamente como o apresentador costuma inferir. O terceiro diz que as pessoas perderam o respeito pela justiça brasileira, justamente como Datena faz ao rebaixar o AIE justiça em detrimento do Aparelho Repressor. O quarto pede presídio para o acusado, que considera satânico, e o quinto pede a eliminação de criminosos. Em comum entre todos os comentários, além de referências religiosas, vemos a reprodução de pontos recorrentes dos discursos de Datena nos comentários das matérias: indignação, uso de valores morais ou religiosos, demanda por justiça e, ao mesmo tempo, rebaixamento do AIE justiça, o que remeta a uma demanda por justiça, posicionamento favorável a pena de morte (que Datena, em alguns casos, relativiza, por afirmar não confiar na justiça brasileira). A emoção leva ao senso de urgência, e o senso de urgência, à repetição dos posicionamentos do apresentador-mediador.

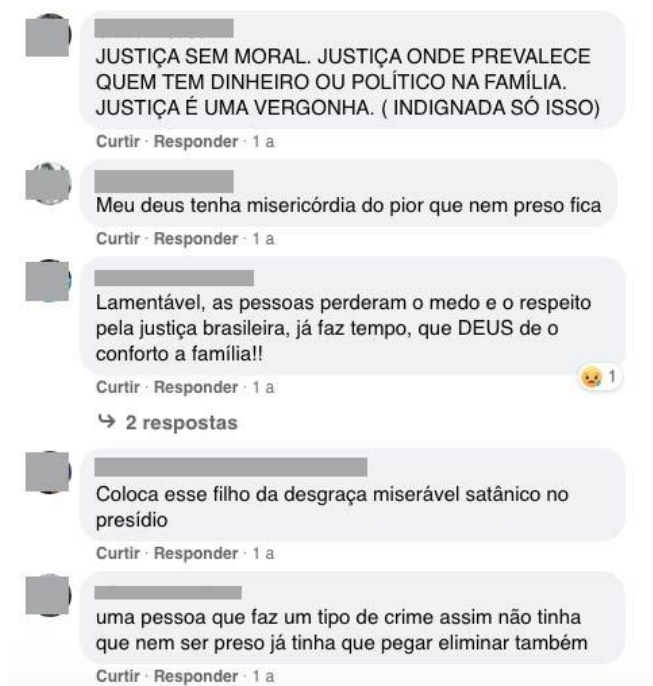


Figura 21: Comentários de matéria sobre feminicídio

Fonte: Facebook de Brasil Urgente

Vemos, assim, a emoção como motivação ser explorada na relação entre programa e espectadores. A indignação e a urgência são emoções recorrentes, que entram em confronto com a possibilidade de elaboração (ZIZEK, 2014), e mobilizam uma forma diferente de exercer poder. O que entendemos, portanto, sobre os discursos sobre o exercício de poder em *Brasil Urgente* é que uma coexistência entre um discurso extremamente voltado para o Aparelho Repressivo e para a biopolítica, mas que faz uso - principalmente após encontrar ecos nas redes - de uma trama de poder neoliberal e "voluntária"⁴³, que Han (2014) chama de psicopolítica, quando se volta para seu público. O próprio tom de Datena muda quando ele conversa com o público rebatendo comentários em redes sociais, mostrando como os tratamentos são diferentes.

Para os bandidos, prisão. Para os trabalhadores "de bem", emoção, sentimento, urgência. De qualquer forma, imperam formas diferentes e coexistentes de controle e exercício de poder. Se a mais imediata é o discurso defensor da negação da liberdade e da imposição por meio da violência (ainda que, segundo

⁴³ Usamos aspas ao citar Han que afirma uma entrega voluntária do poder por parte dos usuários das redes sociais por percebermos a necessidade de ponderar até que ponto o usuário tem consciência dessa entrega de dados ou algum tipo de controle sobre ela. Não seria parte da natureza do poder limitar as escolhas dos indivíduos subjugados?

Zizek (2014), essa violência sistêmica pareça invisível), há também, na mediação de *Brasil Urgente*, um exercício de poder mais sutil, disfarçado de liberdade e participação na relação com o espectador, que já estava presente na emoção do discurso indignado e ganha força com a interação nas redes sociais.

2.3. Polícia que mata

Se a violência sistêmica não é levada em consideração nos discursos de *Brasil Urgente*, a percepção subjetiva da violência, que se manifesta principalmente na forma de violência urbana e crimes como assaltos, estupros e assassinatos é o tema central das reportagens. O tráfico de drogas aparece como pano de fundo nas falas do apresentador, bem como a corrupção política, mas na maior parte do tempo não são pautas das reportagens, apenas falas moralizantes que funcionam como fios condutores entre matérias, expressando posicionamentos do apresentador a respeito de uma suposta criminalidade generalizada. As exceções são os momentos em que acontecem prisões ou solturas de políticos ou traficantes - nesses casos o pano de fundo se torna pauta.

O combate às drogas é colocado, nas falas de Datena, como um problema de segurança pública. Ao menos desde 2005 mapeamos, em *Brasil Urgente*, o discurso de que o policiamento é necessário contra a ameaça das drogas, que "racham a família no meio" (conforme fala de Datena de 2005 citada anteriormente). O combate ao tráfico é colocado como uma necessidade para garantir a segurança, e o uso de drogas aparece como crime e como imoralidade, mas nunca como questão de saúde pública. A droga seria uma ameaça ao AIE família, que o discurso do apresentador coloca, ao mesmo tempo, como o mais importante e o mais frágil dos Aparelhos: ele é ameaçado pela droga, pelo álcool, pela falta de religião e por qualquer comportamento desviante.

Isai (2014), ao refletir sobre as aplicações da obra *Violência* de Zizek ao contexto brasileiro, identifica que "a violência na guerra contra o narcotráfico, que criminaliza e ataca a população jovem e negra nas periferias das grandes cidades e nas favelas, se reveste de segurança pública" (ISAI, 2014, p.173), e essa percepção é uma das *continuidades* que podemos observar no discurso do programa. O apoio à guerra às drogas e o não questionamento dos assassinatos cometidos pela polícia

em invasões de favelas perpassam o programa ao menos nos 15 anos comportados pelo nosso corpus - entre 2005 e 2020.

As questões levantadas por *Brasil Urgente* como violência urbana são de naturezas distintas. Aparecem misturados crimes contra a vida e crimes contra o patrimônio privado. Homicídios, feminicídios⁴⁴, estupros, assaltos, roubos, furtos, além de casos inusitados como roubo de bebês e criminosos que não conseguiram executar os crimes e "se deram mal". Lana (2007) afirma que a fórmula do programa é uma combinação entre repetição e inusitado, e, em mais uma *continuidade*, a observação da autora sobre o programa em 2005 ainda se aplica às edições de 2020.

Os casos de violência urbana abordados nas reportagens são ligados um ao outro a partir das falas do apresentador que afirmam uma generalidade daqueles problemas, relacionando-os à corrupção política e ao tráfico de drogas. Essa generalização, que, conforme argumentamos no capítulo anterior, está relacionada também às condições de produção do programa (que não tem equipes em todo o Brasil) colabora para a observação de Edson Telles (2018) de que

A expressão sensação de insegurança tem se tornado o bordão mais ouvido e falado quando o assunto é segurança pública. Parece-nos que ela pode ser lida como a representação do medo instalado nas subjetividades e que as conduzem a desejarem medidas duras contra os perigos do cotidiano. Reverberando a violência naturalizada, demandam-se ações policiais fora dos padrões de dignidade humana e a criação de leis com ainda maior poder punitivo (TELLES, 2018, p. 67).

É justamente essa a sensação de insegurança, junto de um discurso indignado, que embasa as associações de Datena entre crime comum e corrupção política, roubos e tráfico de drogas. As reportagens sobre assaltos são perpassadas por um fio condutor que identifica como causas a imoralidade geral, a corrupção política, a suposta ineficiência da justiça, e o tom enfático, indignado e apaixonado do discurso orienta essas falas. Durante essas associações, o apresentador convoca o espectador, em uma postura de *interpelação*, apontando diretamente para a lente

⁴⁴ O termo feminicídio foi rapidamente apropriado pelo apresentador e pelos repórteres a partir de 2015, assim que o crime foi tipificado pela Lei 13.104/15. Entendemos essa apropriação mais como uma *continuidade* do que como uma *ruptura*, já que crimes contra a mulher sempre foram pauta em *Brasil Urgente*. Além disso, por ser uma lei que trata de estipular condições que qualificam um homicídio, aumentando penas, ela se adequa totalmente às reivindicações do discurso do apresentador.

da câmera ao falar sobre violência urbana. Jáuregui (2015), que analisa uma edição de *Brasil Urgente* que foi ao ar no dia 8 de novembro de 2013, observa que

como toda caricatura, a dramatização presente no programa não é nada sutil, estando longe de ser a simples insinuação de um estado *patêmico*. É uma performance excessiva, exagerada. Datena não apenas se indigna apenas com uma situação injusta (como a morte de uma criança no sistema de saúde ou um aumento supostamente injustificado dos impostos), mas também passa a expressar esse sentimento em relação a tudo e a todos." (JÁUREGUI, 2015, p. 147).

Se em 2013 Jáuregui (2015) observa que Datena já grita com a produção e extrapola a performance de indignação, em 2020, nas redes sociais, alguns espectadores começam a reclamar. Consideram falta de educação o discurso indignado do apresentador quando se volta para a produção, já que, quando age como um apresentador-diretor, Datena se coloca em uma posição de mandar em todos os funcionários do programa. O discurso indignado é mais aceito quando direcionado contra os "bandidos", mas os espectadores parecem sentir uma quebra de contrato quando ele se direciona contra a produção.

Essa performance generalizada faz parte do que buscamos compreender aqui a partir da categoria *interpelação*. Ao inflamar o discurso sobre crimes urbanos, relacioná-lo a outros temas considerados viciosos e extrapolar essa indignação na forma como lida com a produção, o apresentador interpela, convoca, fala diretamente com o público apontando para a lente da câmera, busca gerar efeitos ideológicos sobre os discursos que extrapolam o simples sentido das palavras. É isso que Pêcheux (1996) defende quando afirma que a teoria materialista do discurso evita tanto a ideia “evidente”, tácita, de que o sujeito se autoconstitui, quanto a evidência do sentido, a ideia de que uma palavra nomeia algo ou tem um significado, ignorando a ação dos efeitos ideológicos sobre os discursos. A expressão “cidadão de bem”, frequentemente repetida pelo apresentador em tom exaltado, significa muito além do sentido das palavras. Não está estritamente ligada a um conceito de cidadania, mas a um juízo moral, que será abordado em maior profundidade no próximo capítulo, que distancia o interlocutor da figura responsável pela violência urbana ali tratada.

É a *interpelação*, dada em grande parte pelo tom indignado do discurso, que estabelece um vínculo entre a constituição do sentido e a constituição do sujeito.

Pêcheux (1996), com base em Althusser (1996), pensa na interpelação como figura que torna palpável o vínculo superestrutural (determinado pela infraestrutura) entre o Aparelho Repressivo e os Aparelhos Ideológicos de Estado. A polícia interpela o sujeito, assim como a religião, como a escola e como Datena, quando diz indignado "você, cidadão de bem", separando retoricamente o espectador do criminoso urbano.

Pêcheux (1996) não diz que “o sujeito é interpelado pela ideologia”, pois entende a coletividade, e não o sujeito como preexistente. A figura do cidadão de bem, por exemplo, e os discursos que a cercam existem antes mesmo da determinação do sujeito e de sua identificação com essa figura. A tese do autor é a de que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, ou seja, o comum determina os espaços a serem ocupados pelos sujeitos. A interpelação é uma forma discursiva que permite enquadrar os sujeitos em categorias ideológicas preexistentes.

Essa interpelação é parte importante da forma de gestão da vida em sociedade. O discurso do inimigo interno, repetido à exaustão em *Brasil Urgente*, serve tanto para ampliar a demanda pelo uso do Aparelho Repressivo quanto como bode expiatório para problemas intrínsecos a uma forma de organização social. A polícia mata, no discurso de Datena, por culpa do bandido, que, segundo as falas do apresentador, sempre atira primeiro. Dessa forma o discurso legitimador não precisa encarar o fato de que, apenas em 2019 e no Rio de Janeiro, 1.814 pessoas foram mortas em ações da polícia, e 1.423 eram pretas ou pardas. 43% das vítimas tinham entre 14 e 30 anos de idade⁴⁵. Com a expiação da culpa a partir do discurso de um inimigo interno (o bandido, o traficante, o vagabundo), deixa de ser necessário apontar para um genocídio da juventude negra como política de segurança pública. O discurso é simplificado, individualizado, aponta a própria vítima como culpada.

O apagamento completo da violência policial como problema estrutural nos discursos proferidos em *Brasil Urgente* (continuidade observada desde 2005) ignora, por exemplo, que os assassinatos cometidos pela polícia brasileira não

⁴⁵Dados apurados pelo G1 a partir da Lei do Acesso à Informação. Último acesso em 25 de agosto de 2020, Disponíveis em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-aco-es-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml>>

acontecem apenas na forma de troca de tiros, mas também sob tortura. Para Maria Rita Khel (2010), a existência - e persistência, já que, segundo a abordagem da autora, a tortura cometida pela polícia brasileira é constante e crescente desde a ditadura militar - da tortura não é negada pela sociedade. O que se perdeu de vista foi a convicção básica de que ela é intolerável.

Para Telles (2018), "do ponto de vista da gestão da vida, é mais efetiva a desordem do que as relações harmônicas" (TELLES, 2018, p. 67). A criação de um inimigo interno contrário à ordem e à paz, característica da Guerra Fria, é a mesma estratégia usada pela Ditadura Militar brasileira para justificar a repressão, a censura, os exílios, neste momento sob a figura do comunista. Nos discursos de *Brasil Urgente*, percebemos que o inimigo interno é o bandido, o traficante, o responsável pela violência urbana, bem como o político corrupto que permite que essa violência aconteça, dando o exemplo de impunidade e não impondo "leis mais duras". O papel proeminente da violência urbana como pauta, uma *continuidade* ao longo dos anos estudados (embora, como já apontamos, em proporções distintas, já que os primeiros programas analisados tinham mais de cotidiano urbano e prestação de serviços), opera na construção e no fortalecimento dessa ideia de um inimigo interno que precisa ser combatido, e justifica as reivindicações do fortalecimento do Aparelho Repressivo (que entendemos como uma *disputa hierárquica*) por meio do incentivo a ações policiais, violentas ou não, e do discurso que defende o aumento da duração das penas.

Para Hall et al. (1993) o crime é, quase por definição, notícia. Isso porque a violência é um limiar crítico da sociedade, e sua transgressão reafirma a moralidade consensual existente. Os autores enfatizam, entretanto, que os jornalistas dependem de instituições para narrarem essas "notícias por excelência", e por isso elas são constituídas especialmente pela perspectiva dos definidores primários institucionais. É uma situação de quase monopólio da visão policial sobre o crime, pois o acesso que o jornalista tem a ele é mediado pela polícia. Isso gera imagens como a que vimos anteriormente, na figura 17, que mostra, por sobre os ombros de um policial, a invasão do Morro do Sabão em 2018.

“a razão porque os definidores primários de crime figuram tão proeminentemente nas reportagens de crime nos media não é uma função exclusiva do seu estatuto particularmente autorizado. Tem também a ver com o facto de que o crime está menos aberto

às definições concorrentes e alternativas do que a maior parte dos assuntos públicos. (...) Em geral o criminoso, pela sua conduta, é tido como ter sido privado, juntamente com outros direitos de cidadania, do seu 'direito de resposta', até ter pago sua dívida com a sociedade" (HALL ET AL, 2013, p. 240)

Para os autores, assim, o crime é uma das áreas em que os *mass media* são melhor sucedidos na mobilização da opinião pública dentro da estrutura dominante de ideias. É claro que relativizamos aqui tanto a ideia de *mass media*, como explicitamos no capítulo anterior ao historicizar o termo, quanto a noção de estrutura dominante de ideias, que preferimos entender como ideologia e observar sua relação com a práxis. É importante, contudo, para este momento do argumento, pontuar a profundidade da relação entre jornalista e policial e suas consequências na forma da notícia, e mostrar que ela não trata apenas de uma realidade brasileira.

Jessé Souza (2018) afirma, com precisão, que "nenhum jornalista *cria* as ideias que defende" (SOUZA, 2018, p.22)⁴⁶, e por isso o autor afirma que o questionamento que deve ser feito, quando pensamos na mediação dos discursos, é *a quem servem essas ideias*. Datena não criou e nem é o único responsável pelo discurso de que a falta de segurança pública e a violência urbana são as grandes ameaças do Brasil contemporâneo. Telles (2018) observa uma intensa militarização da vida política no Brasil, que indica como complementar a essa produção de um inimigo interno, que está presente tanto no programa estudado quanto em discursos políticos e em falas de determinados setores da população a respeito da violência urbana. Essa militarização ocorre, para o autor, de maneira mais pulverizada nas relações sociais atuais, o que seria uma sofisticação de sua estrutura em comparação ao período da Ditadura Militar, e não um desaparecimento ou perda de força.

Para Ronald E. Ahnen (2008), o uso da força pela polícia no Brasil é entendido como um sinal de eficiência. O autor afirma que a transição democrática não reduziu substancialmente as violações dos direitos humanos pela polícia por duas principais razões⁴⁷:

⁴⁶ Grifo nosso.

⁴⁷ Tradução nossa. Original: "First, underlying social conflict has continued to exert a significant impact on the lethal use of force by police officers. Second, pro-order political coalitions, generally represented by right-wing politicians, have blocked effective measures to control police violence and have implemented public safety measures that stress the use of force".

Em primeiro lugar, o conflito social subjacente continuou a exercer um impacto significativo sobre o uso letal da força por policiais. Em segundo lugar, coalizões políticas pró-ordem, geralmente representadas por políticos de direita, bloquearam medidas eficazes para controlar a violência policial e implementaram medidas de segurança pública que enfatizam o uso da força (AHNEN, 2008, p. 141)

Apontamos, assim, para diversos fatores externos ao programa estudado que legitimam e perpetuam a violência policial no Brasil. O argumento não é o de que *Brasil Urgente* é responsável por essa violência, mas de que é um elemento da circularidade da mediação que, sendo estudado em profundidade como aqui propomos, dá a ver aspectos da moralidade e do funcionamento social. Entendemos *Brasil Urgente* como parte do discurso que legitima a violência do Estado - não sendo sua origem e nem seu fim, apenas um lugar, um objeto da cultura em que esse discurso toma forma e se materializa.

Para Telles (2018), além do conflito social e da influência política de partidos de direita citados por Ahnen (2008), alguns dos fatores que colaboram para a manutenção da violência policial no Brasil são a descrença no sistema de justiça criminal, a percepção de impunidade, noção enviesada sobre direitos humanos, que são vistos como leniência com os criminosos. Todos esses fatores, presentes nos discursos do apresentador de *Brasil Urgente* desde os primeiros programas que analisamos, fortalecem na população a ideia de que a violência policial seria uma forma de “justiça” direta, que responderia de maneira mais eficaz aos problemas de criminalidade urbana, além de prevenir crimes futuros. Apontamos, aqui, em diversos momentos, a presença da desconfiança em relação ao sistema judiciário no discurso de Datena, que colocamos, sob os termos dos nossos critérios analíticos, como um rebaixamento do AIE justiça. A crítica aos direitos humanos vem como discurso indignado ou mesmo como “desumanização” de algumas pessoas na retórica do apresentador, já que ao falar de alguns acusados, Datena afirma que “nem humanos são”, portanto não faria sentido defender seus direitos.

Em 01 de fevereiro de 2018, comentando sobre a já mencionada ação policial no Morro do Sabão, na Grande São Paulo, Datena afirmou (como em muitos outros momentos ao longo dos anos de programas analisados) “existem bandidos perigosíssimos que são presos e logo em seguida colocados na rua”. Ao elogiar o delegado responsável pelo caso, que aparecia ao vivo no telão do estúdio

e era entrevistado, o apresentador diz: "tem que colocá-los na cadeia. Se eles ficam lá não é problema mais de vocês. Obrigado, doutor!". Assim, desqualificando o AIE justiça e exaltando o Aparelho Repressor, temos um exemplo de momento em que a descrença na justiça criminal e a percepção de impunidade são claras no discurso do apresentador. Uma *continuidade* que apontamos entre os programas ao longo dos anos é essa oposição entre uma suposta polícia eficaz (porque violenta) e um sistema judiciário ineficaz (porque voltado para os direitos humanos). Essa suposta eficácia da polícia brasileira, porém, precisa ser questionada em um exame mais cuidadoso.

Dentre as heranças da ditadura militar brasileira em nossas relações militarizadas, de acordo com Fernanda Mena (2015), está a divisão das polícias entre civil e militar, sendo a primeira responsável pelo serviço de inteligência e a segunda pelo patrulhamento e ações nas ruas. A manutenção dessa divisão, que a autora atribui a uma transição gradual e a uma dificuldade da constituição de 1988 para lidar com o tema da segurança pública, gera um espelhamento organizacional entre polícia militar e exército, além de uma dificuldade de comunicação entre patrulhamento e inteligência que dificulta (quase impossibilita) a solução de crimes quando não há flagrante. A autora afirma que a média brasileira de solução de homicídios é de 8%, o que indica que praticamente apenas os crimes pegos em flagrante são solucionados. A título de comparação, ela cita o Reino Unido, em que 90% dos homicídios são solucionados, a França, com a solução de 80% dos assassinatos, e os EUA, com 65%.

A partir desses dados, a necessidade da constante defesa das ações policiais feita por Datena fica mais compreensível. Em um país em que 92% dos casos de homicídio não são solucionados, a ação policial não se justifica por si. Se noventa e dois por cento das famílias de vítimas de homicídio no Brasil nunca vão saber a autoria do crime, como esse crime pode ser narrado, compreendido, gerar luto e pacificação?

Se no capítulo anterior fizemos uma abordagem da narrativa em *Brasil Urgente*, compreendendo os lugares do narrador, do herói e o lugar em disputa da vítima, é importante lembrar que narrar é *dar sentido* ao ocorrido. É contar o desencadeamento dos acontecimentos e as ações dos personagens, que caminham em direção a um fim. Esse fim possibilita a cognição dos acontecimentos e a

vivência do luto. E essa narrativa sobre a morte, a única maneira de permitir o luto e dar sentido à vida, só é possível para 8% das famílias das vítimas de homicídio no Brasil no que diz respeito à solução de crimes pela polícia. É fácil compreender, assim, a necessidade da busca por outras formas de narrar, de dar fim e sentido, que não a elucidação do crime.

O telejornalismo policial vespertino, da maneira como se configura no Brasil, com apresentadores criando relações entre diferentes casos a partir de um discurso moralizante, é uma forma disponível para dar sentido a todos esses crimes não resolvidos, uma vez que majoritariamente os assassinos e as circunstâncias jamais serão apontados. Por meio das palavras de Datena os heróis, os bandidos e as vítimas fazem parte de uma narrativa sobre a violência urbana que permite a cognição de crimes violentos que jamais serão explicados à família por meio da investigação policial. Aqui as generalizações dos discursos de Datena ganham sentido: a partir das falas sobre uma violência urbana generalizada, o apresentador oferece uma narrativa sobre *todos* os fins violentos que a polícia foi incapaz de oferecer individualmente - uma narrativa de guerra entre polícia e bandidos, de criminosos que assassinam cidadãos de bem porque não valorizam a vida, da responsabilidade dos políticos corruptos e dos bandidos violentos, da necessidade de penas maiores, da ineficácia do sistema judiciário. Tudo isso funciona como uma compensação a essa impunidade gerada pela falta de investigação e solução. Ao mesmo tempo, a defesa das ações violentas da polícia militar mostra o trabalho conjunto entre programa e patrulhamento, as entrevistas, a boa comunicação e a boa relação entre o apresentador e o alto escalão da polícia militar, indicados anteriormente nesta tese, mostram como *Brasil Urgente* se coloca no papel de explicar, de narrar, um papel que, com um funcionamento policial eficiente, seria ocupado pelo serviço de inteligência.

Enxergamos, nessa relação, uma *disputa hierárquica*. Nesses termos, um programa de televisão, parte do AIE mídia, reivindica seu lugar quase que como *parte* do Aparelho Repressivo. O quase monopólio midiático sobre a narrativa do crime, gerado pela insuficiência do serviço de inteligência da polícia, dá ao programa uma ação *complementar* à da polícia, uma vez que a elucidação do crime não acontece se não pela voz especulativa do apresentador. A violência urbana não ganha sentido a não ser por suas generalizações.

Mena (2015) indica ainda um reducionismo no conceito brasileiro de segurança pública, a partir da fala de José Mariano Beltrame, ex-secretário de segurança pública do Rio de Janeiro: a segurança pública é entendida como sinônimo de “polícia”, quando deveria englobar também controle de fronteiras, Ministério Público, tribunal de justiça e sistema carcerário. Nos discursos de Datena, podemos ir além: a segurança pública é entendida como o patrulhamento ostensivo realizado pela polícia militar e o tempo de cumprimento de pena determinado por lei. As falas do apresentador a respeito da segurança pública e a temática das reportagens apagam a atuação do ministério público, o tribunal judiciário, controle de fronteiras e têm uma relação dúbia com a investigação. Ao mesmo tempo que a narrativa do programa acompanha o desenrolar dos casos, de modo a fidelizar o público envolvê-lo em uma trama narrativa, conforme mencionamos ao estudar os *fait divers* como matrizes, também passa por cima da investigação, com as especulações e generalizações feitas como afirmações pelo apresentador. Datena afirma constantemente que é necessário esperar pela investigação dos casos, mas aponta possíveis culpados e, na maior parte das vezes, encerra o caso com um discurso sobre a universalidade daquele caso e a generalidade da violência urbana.

O fato de 92% dos casos de homicídios no Brasil não serem resolvidos não é bem representado em *Brasil Urgente*, uma vez que a maior parte das pautas sobre crimes que aparecem no programa vêm das delegacias. Os crimes noticiados são, majoritariamente, os divulgados pela polícia (ou, alternativamente, flagrantes de câmeras de segurança). Assim, bem mais do que 8% dos assassinatos noticiados aparecem como resolvidos, por uma seleção que não parece sequer proposital, mas consequência da forma de apuração, que, conforme apontamos a partir de Hall et al (1993), depende da instituição policial para ter contato com o acontecimento. Os repórteres de *Brasil Urgente* ficam nas delegacias durante a exibição do programa, prontos para entrarem em links ao vivo. Datena, do estúdio, entrevista por telefone delegados, maiores e outros membros do alto escalão da polícia e das forças armadas em todas as edições. Essas são as principais fontes das notícias sobre crimes do programa desde 2005, quando começamos a ter acesso ao material de estudo. Assim, o dado sobre a ineficácia das investigações policiais no Brasil não repercute sobre a seleção noticiosa de *Brasil Urgente*.

Crimes sem solução, quando aparecem no programa, são flagrantes de câmeras de segurança (que aumentaram muito em presença nas edições contemporâneas do programa em comparação com as mais antigas, provavelmente por questões técnicas relacionadas à qualidade dessas imagens e o formato digital, que facilita o envio). Essas imagens, contudo, não dão origem a matérias. Elas aparecem como notas cobertas, narradas pelo apresentador, que fica indignado com a violência, mas não aprofunda na história. Colocadas como *fait-divers*, essas imagens se encerram no momento em que saem da tela, não exigem explicação ou investigação. Se aparece a imagem, é como se o crime estivesse resolvido. O estatuto de prova que a imagem ganha em *Brasil Urgente* não dá margem a dúvidas ou questionamentos, e se a câmera mostra, não parece haver necessidade de investigação. Não se questiona sequer se aquele criminoso chegou a ser encontrado pela polícia: o discurso de Datena pula essa parte e vai direto para a suposta impunidade imposta pela ineficiência do judiciário, alimentando o discurso da violência generalizada.

2.4. Violência urbana e a ordem: o crime comum e o estado de exceção

Além da ineficiente divisão entre as polícias que estudamos a partir de Mena (2018), outra herança da Ditadura Militar brasileira é o legado autoritário do nosso sistema jurídico. De acordo com Telles (2018) o AI5 foi extinto em 1978, mas alguns de seus dispositivos foram inseridos na constituição e na Lei de Segurança Nacional. Telles aponta para o paradoxo da redemocratização brasileira por meio da anistia: há uma inclusão do sujeito na política, com o direito ao voto, mas sua exclusão por meio da violência institucionalizada.

Se o AI5 excluía de apreciação judicial qualquer ato praticado de acordo com o decreto, esta cláusula permaneceu sendo respeitada muito depois de sua extinção, com a anistia. Os crimes cometidos pelo Estado Brasileiro durante a ditadura não foram temas de discussão nem mesmo para serem objetivamente esquecidos. Os desaparecimentos não foram esclarecidos, não há túmulos dos mortos pela ditadura, o luto das famílias foi impedido. Para Telles (2018). “(...) a presença dessa memória na vida pública brasileira é signo da mudez da democracia em relação a sua herança autoritária” (TELLES, 2018, p.309)

De acordo com Sikkink e Walling (2007) os países que julgaram e puniram os criminosos dos regimes autoritários sofrem menos abusos de direitos humanos em suas democracias. As autoras analisam uma lista de países latino-americanos e comparam os dados da Political Terror Scale⁴⁸ antes e depois dos julgamentos. Países que tiveram oito anos ou mais de julgamentos pelos crimes políticos desde seus processos de democratização, como Argentina, Chile, Guatemala, Paraguai, Paraná, Honduras e Peru, têm uma melhora média de um ponto na escala PTS na comparação entre o período democrático e o não democrático. Países com seis anos ou menos de julgamentos dos crimes cometidos durante seus períodos ditatoriais, como Haiti, Equador, México, Nicarágua, El Salvador, Venezuela e Bolívia, têm uma melhora média de 0,3 PTS com a transição democrática. O Brasil, que além da Guiana é o único país que não teve julgamento dos crimes cometidos pelo Estado durante a Ditadura Militar, teve uma *piora* de 0,9 PTS na comparação entre período ditatorial e período democrático.

Se olharmos para o Brasil antes e depois da transição democrática em 1985, percebemos que a nota do Brasil na Political Terror Scale era 3,2 nos cinco anos antes da transição, e piorou para uma média de 4,1 nos dez anos seguintes. O Brasil experimentou o maior declínio nas práticas de direitos humanos entre todos os países da região que passaram pela transição. O caso do Brasil sugere que a transição democrática por si não garante uma melhoria nas práticas básicas de direitos humanos. (SIKKING, WALLING, 2007, p. 437)⁴⁹

Quando se fala em impunidade no Brasil, o lugar comum é que, como nos discursos de Datena, se pense na não punição de crimes comuns, ou, ainda, na corrupção política. É uma construção bem disseminada que invisibiliza a violência cometida pelo Estado. A impunidade que perpetua a violência e as violações de direitos humanos no país, entretanto, é outra, e podemos percebê-la quando questionamos o declínio das práticas de direitos humanos no país depois da transição democrática.

⁴⁸ Organização não governamental que mede, com base em dados da Anistia Internacional e do governo dos Estados Unidos, os assassinatos, torturas e prisões políticas sancionados pelo Estado em cada país. Disponível em: <politicalterroryscale.org>. Último acesso em 25 de março de 2021.

⁴⁹ Tradução nossa. Original: "If we look at Brazil before and after transition to democracy in 1985, we see that Brazil's average score on the Political Terror Scale was 3.2 in the five years before transition and worsened to an average of 4.1 for the ten years after transition. Brazil experienced a greater decline in its human rights practices than any other transitional country in the region. The Brazil case suggests that transition to democracy, in and of itself, does not guarantee an improvement in basic human rights practices".

Para Maria Rita Khel (2010), embora a ideia de sintoma social na psicanálise seja controversa, notam-se práticas e discursos automatizados em uma sociedade, que funcionam de forma independente das estruturas psíquicas de cada um dos seus agentes. A definição lembra o que tratamos aqui como ideologia, que está além de cada indivíduo e se manifesta na repetição da práxis. A psicanalista afirma, se referindo às torturas da ditadura militar brasileira, à anistia e ao *aumento* da violência do Estado brasileiro desde o fim da ditadura militar, que "quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras" (KHEL, 2010, p.126). Ela afirma, portanto, que a persistência, o aumento de casos e a aceitação social da tortura são um sintoma social, uma repetição na sociedade brasileira, que passou por uma anistia ampla, geral e irrestrita, não responsabilizando os militares pelos crimes cometidos durante a Ditadura.

Khel (2010) afirma que, ainda que as vítimas elaborem publicamente suas experiências, e que não falem testemunhos e produção cultural sobre a violência da Ditadura Militar, políticos remanescentes desta ditadura ainda ocupam posições de poder nas instituições brasileiras. Essa permanência é o que inviabiliza a elaboração completa do trauma, pois é perpassada por silenciamentos. Pela falta de elaboração, não percebemos, como sociedade, que é possível viver sem tortura, e que não aceitá-la é responsabilidade do cidadão. A manutenção dessa prática no Brasil é, assim, sintoma da nossa displicência histórica, que ignora que cada indivíduo é um agente social a quem cabe exterminar a tortura.

A autora se preocupa, ainda, com os possíveis efeitos da tortura sobre os próprios torturadores, ponto que nos interessa especialmente para pensar sobre a defesa da polícia feita nos discursos de Datena. Para Khel (2010),

Ocorre que a licença para abusar, torturar e matar, acaba por traumatizar *também* os agentes da barbárie. Não se ultrapassam certos limites impostos ao gozo impunemente. Assim como certas experiências extremas com a droga e com o álcool traumatizam o psiquismo pelo encontro que promovem com o gozo da pulsão de morte, o convívio "normal" com a crueldade traumatiza o sujeito que se autorizou a ser cruel e imagina beneficiar-se disso. O sentimento de realidade – que para o homem é sempre uma construção *social* – se desorganiza, assim como o sentimento de identidade do sujeito. Não é fácil efetivar

a passagem do “sou um homem” para “sou um assassino de outros homens” – ela tem um preço alto. O efeito, para o próprio sujeito, é tão aterrorizante que ele se vê impelido a repetir seu ato mortífero até assimilar de vez sua nova hedionda identidade (KHEL, 2010, p.130).

Zizek (2014), ao mencionar a ilusão ética que faz com que seja mais fácil apertar um botão que causa a morte de mil pessoas do que assassinar uma a sangue frio, afirma que é constante, pela indústria farmacêutica, a busca por drogas que torturam sem dar, ao torturador, tal sensação. Seria uma forma de evitar a desorganização da identidade descrita por Khel (2010), a assimilação da identidade do assassino ou torturador. Para Zizek (2014), essas drogas que causam tristeza ou angústia com a expressão de paz, seriam a abolição da dimensão do próximo, a possibilidade de obter os efeitos da tortura sem que o torturador seja obrigado a aceitar, para si, este título. Quase que uma solução para a questão levantada por Khel (2010), uma forma de poupar, ao menos, o agente da barbárie.

Essa busca de uma forma de torturar que não se pareça como tal para o próprio executor é tema recorrente em ficções. Charlie Brooker, roteirista e produtor da antologia distópica *Black Mirror*, propõe, no episódio *White Christmas*, o uso de tortura para uma tecnologia capaz de alterar a noção de tempo. Acompanhamos, no episódio, um homem preso em uma cabana com o mesmo companheiro há cinco anos. Eles, no entanto, nunca haviam se falado. O episódio se desdobra com o companheiro de isolamento contando sobre a vida e o crime que cometeu que fez com que fosse parar ali, e a sensação de tempo prolongado, morosidade e desesperança leva o protagonista a também assumir a autoria de um crime. Ao obter a confissão, a cabana se desfaz, e somos levados a uma delegacia, onde o personagem preso à cabana junto com o protagonista se revela um policial que conseguiu a informação que precisava em apenas cinco minutos. Percebemos, assim, que uma tecnologia que altera a percepção temporal foi usada no interrogatório, dando ao acusado a sensação de ter passado cinco anos preso e isolado - sem que isso fosse, sequer, considerado como parte da pena, apenas um método para obter a confissão. É uma tortura sem sangue, sem gritos, sem que o torturador precise sujar as mãos.

Essa busca por minimizar, para o torturador, o impacto dos atos, não existe, contudo, nos posicionamentos defendidos em *Brasil Urgente*. Se, no discurso de

Datena, defender a polícia é defender atos de violência e extermínio cometidos em nome do Estado, é importante diferenciar este posicionamento da defesa *dos policiais*. Não encontramos, nos discursos do apresentador, demandas por aumento salarial dos trabalhadores da Polícia Militar, por exemplo. Os baixos salários, quando mencionados, o são em tom de pintar atos heroicos de indivíduos que, apesar de mal remunerados, se arriscam pela segurança dos outros. Da mesma forma, o *direito* de não matar e não torturar é ignorado. O trauma, a desumanização de se tornar um assassino, explicados por Khel (2010), são impostos. Não se busca uma forma para que os policiais sofram menos o impacto da violência que cometem, mas, pelo contrário, se celebram os momentos em que essa violência se torna mais evidente, com a cobertura ao vivo de invasões policiais a favelas, por exemplo. Datena defende, em seu discurso, ao longo da história do programa, que a polícia tem o direito de matar. Ignora, contudo, que o policial tenha o direito de não fazê-lo. O direito de não incorporar o assassinato a sua identidade. A defesa feita pelo apresentador não é, assim, do policial, o trabalhador da segurança pública, mas do funcionamento violento da instituição. O que Datena defende é o Aparelho Repressivo.

Em argumento semelhante ao de Khel, mas pensando a partir do referencial da filosofia e não da psicanálise, Telles (2018) aponta para a anistia e para o silenciamento a respeito dos crimes cometidos pelo Estado durante a Ditadura Militar Brasileira como causas da violência policial contemporânea⁵⁰. Segundo o autor, o ônus da prova dos crimes cometidos pelo Estado durante a Ditadura Militar ficou a cargo das vítimas, e não se criou uma esfera institucional para o testemunho, em que as vítimas pudessem ser ouvidas. Não houve, assim, um único processo penal contra os criminosos da ditadura, e a herança dessa impunidade pode ser vista na forma como aceitamos, ainda hoje, os crimes cometidos nas delegacias e unidades de pacificação.

Resta algo da ditadura em nossa democracia que surge na forma do estado de exceção e expõe a uma indistinção entre o democrático e o autoritário no Estado de direito. A violência

⁵⁰ Cabe pontuar que não temos, aqui, a intenção de apontar a Ditadura Militar como origem única da violência do Estado no Brasil, pois este movimento apagaria a escravidão, a concentração fundiária, o genocídio indígena e toda a violência que surge de um modelo de colonização de exploração. O paralelo entre violência policial e Ditadura Militar é limitado a um recorte contemporâneo da história, e isso precisa ficar explícito.

originária de determinado contexto político mantém-se seja nos atos de ignóbeis de tortura ainda praticados nas delegacias, seja na suspensão dos atos de justiça contida no simbolismo da anistia, aceita pelas instituições do Estado como recíproca, agindo em favor das vítimas e dos opositores, bem como dos torturadores (TELLES, 2018, p.316).

A exceção brasileira é o combate ao crime, que permite o extermínio pelo Estado, da mesma forma que a ditadura exterminou sem que os responsáveis fossem penalizados. "Não eliminaremos as balas perdidas se não apurarmos a verdade dos anos de terror de Estado de modo a ultrapassarmos certa cultura da impunidade. Pois a bala perdida é, como o silêncio e o esquecimento, o ato sem assinatura pelo qual ninguém se responsabiliza" (TELLES, 2018, p. 318).

Se Telles (2018) chama os vestígios da ditadura de "a exceção brasileira" é porque Agamben (2004), ao definir estado de exceção, afirma que vivemos, mesmo nas sociedades democráticas, numa prática de criação voluntária de um estado de emergência permanente. Se nos totalitarismos do século XX o estado de exceção possibilitava a criação legal de uma guerra civil que permitia a eliminação física de, além de inimigos políticos, toda uma categoria de cidadãos, essas práticas permanecem de alguma forma e se tornaram essenciais nas democracias contemporâneas.

O estado de exceção descrito por Agamben (2004) é a suspensão da ordem jurídica que protege as liberdades individuais em nome de um estado de emergência criado a partir do pretexto de alguma ameaça externa. O autor usa como exemplo a política antiterror de Bush, que permitia anular judicialmente todo o estatuto de direito de um indivíduo acusado de terrorismo, produzindo um ser juridicamente inclassificável. O conceito de vida nua ou *Homo sacer*, cunhado pelo autor ao pensar em judeus nos campos de concentração da Segunda Guerra ou nos prisioneiros de Guantánamo, diz desses seres totalmente desprovidos de identidade jurídica e cidadania. Estão vivos, são humanos, mas não têm o estatuto jurídico de uma vida humana.

Zizek (2014) afirma que essa forma de tratar a alteridade, transformando-a em vida absolutamente desprovida de direitos ou humanidade, é um par paradoxal, mas complementar a uma noção que reconhece a vulnerabilidade humana a partir do Outro. A ideia de existirem pessoas privadas de direitos não é excludente em

relação à noção de que a vida humana é sagrada. O *Homo sacer*, “aquele ser chamado de sagrado que é objeto de um conhecimento tutelar especializado, mas que é excluído de todos os direitos” (ZIZEK, 2014, p. 46) é um ser tutelado, justamente por ser humano e reconhecido como tal. Essa noção não entra em conflito com a ideia de origem levinasiana de que, no encontro com a alteridade, nos reconhecemos como seres humanos, e portanto percebemos nossa vulnerabilidade. Se o Outro é vulnerável e o reconhecemos como tal, percebemos nossa própria vulnerabilidade constantemente exposta a uma série de “assédios potenciais”. Esses dois polos, duas formas diversas de pensamento, compartilham o entendimento de que o objetivo supremo de nossas vidas é a vida em si. “É por isso que não há contradição entre o respeito pelo Outro vulnerável e a disposição de justificar a tortura” (ZIZEK, 2014, p.47)

Agamben (2004), em contraste com o estado de exceção dos momentos de guerra, afirma que “a declaração do estado de exceção é progressivamente substituída por uma generalização sem precedentes do paradigma da segurança como técnica normal de governo” (AGAMBEN, 2004, p.27-28). A situação emergencial que possibilita criar vidas humanas desprovidas de direitos, assim, se descola dos momentos de guerra e passa a se tornar uma forma de governo nas ditas democracias. Como características dessa técnica de governo ele cita a ampliação do poder executivo, a criação de decretos com força de lei, o retorno a um estado original anterior à divisão do poder, plenos poderes ao líder de estado e a extensão do poder executivo no âmbito legislativo.

A relação do estado de exceção com a lei é dúbia, ele não é nem interior e nem exterior à ela: o estado de exceção não pretende ser a abolição da norma, apenas sua suspensão. Ele não age onde existem lacunas na lei, como alguns juristas afirmam, mas funciona como uma *suspensão* da lei. Isso porque a existência de lacunas, segundo Agamben (2004), é própria da natureza da relação entre lei e realidade. Há uma fratura essencial entre norma e realidade que os estados democráticos tentam preencher com o estado de exceção, no qual a lei em si permanece em vigor, mas sua aplicação é suspensa.

Embora trate do estado de exceção moderno como uma criação democrático-revolucionária, Agamben (2004) afirma que ele é um patamar de indefinição entre democracia e absolutismo. Esse argumento extremo nos permite

traçar um paralelo entre o estado de exceção definido por Agamben (2004) e o sistema punitivo brasileiro e sua representação no telejornal policial vespertino, como fizemos anteriormente a partir de Foucault (2014). Se na representação televisiva do sistema punitivo brasileiro podemos notar características do suplício medieval, conforme argumentamos anteriormente, como o convite a participação popular no momento da ação da força policial com a transmissão dessas ações e a *interpelação* do público, é porque nosso entendimento da lei passa pela possibilidade da suspensão de direitos. O patamar de indefinição entre democracia e absolutismo descrito por Agamben (2004), a suspensão das leis como técnica de governo, a criação de vidas humanas desprovidas de direitos são o que torna possível, aceitável, aos olhos de parcela considerável da população, punições que preservam características medievais.

Além da *interpelação* do público que funciona como um convite à participação nas ações policiais que, em *Brasil Urgente*, ocupam lugar central, a busca por confissões dos acusados é uma outra característica de suplício que observamos no programa. Embora *Brasil Urgente* dê prioridade às fontes institucionais para tratar dos crimes, e a polícia seja a principal fonte de informações para as reportagens, por vezes os repórteres falam diretamente com os acusados. O caso que usaremos aqui para tratar da abordagem do acusado em busca de confissão não é do programa veiculado em rede nacional, mas de *Brasil Urgente Bahia*. Ele foi escolhido para o estudo, embora esteja fora do recorte nacional que propomos, pela proporção que ganhou em matérias jornalísticas e nas redes sociais na época, tendo causado a demissão da repórter Mirella Cunha depois de uma carta aberta de repúdio assinada por mais de 500 jornalistas. Três anos depois da veiculação da reportagem em questão, denominada "Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência", de maio de 2012, a filial da Rede Bandeirantes da Bahia foi condenada a pagar 60 mil por dano moral coletivo por violação de direitos humanos no programa.

A reportagem, toda feita com base em uma entrevista na delegacia, trata da busca por uma confissão de um acusado, que se transformou em deboche e humilhação pública de um jovem negro. O rapaz, preso, se declarava culpado de um dos crimes dos quais havia sido acusado, mas inocente em outro: ele confessava o crime de roubo, mas negava enfaticamente o estupro do qual o acusavam.

O formato da matéria, como já citamos como marca do telejornalismo policial vespertino, simula uma transmissão ao vivo, trazendo até mesmo a falsa indicação "vivo" sobre o logotipo da emissora. Os cortes, porém, deixam clara a edição da entrevista, e assim, sob um olhar mais atento, é perceptível que se trata de uma entrevista gravada e editada. A repórter Mirella Cunha, na delegacia, finge conversar com Uziel Bueno, âncora de *Brasil Urgente Bahia* nos momentos em que não se volta diretamente para o entrevistado. Moschem (2018) descreve a cena da seguinte forma:

o jovem é acusado de roubo e estupro. Ele confirma o primeiro crime e nega o segundo. Ainda assim, após negar o crime, enquanto Paulo Sérgio está de costas para a parede da delegacia, acontece um close em seu rosto, e Mirella Cunha o questiona com tom incisivo “não estuprou mas queria estuprar?” e ele responde “eu não ia estuprar não”. Em seguida ela pergunta a Paulo Sérgio sobre a marca no rosto dele, e ele responde que havia sido espancado porque o pegaram roubando. (...) ocorre um corte de edição e outro enquadramento no rosto do garoto, e ele aparece chorando e reiterando, para os familiares que pudessem vir a assistir a reportagem, que ele não é estuprador. Esse corte representa uma naturalização na aceitação de agressão sofrida por ele, é um recurso técnico que dá sustentação a um posicionamento da reportagem. (...) Na sequência do vídeo, Paulo Sérgio diz: “pode fazer exame de ‘estropa’⁵¹ nela, em mim, que vão ver”, reforçando que não estuprou. A fala dele termina nesse ponto, e a jornalista começa a dizer várias vezes para o garoto: “fala aí o nome do exame de novo. Qual o nome do exame mesmo?”. Ela segue fazendo essas perguntas, encadeando-as com risos debochados. (...) Após um segundo corte, a jornalista questiona o que vai acontecer quando a mulher fizer o exame de corpo e delito. Paulo Sérgio diz: “vou tomar minha cadeia consciente”, e Mirella Cunha revida perguntando “vai é? Estuprador, Paulo Sérgio estuprador?” e ele responde contrariado que será preso como estuprador. Apesar da certeza que têm de não ter estuprado, o jovem cede à imposição. (...) Depois de um terceiro corte, ambos aparecem enquadrados na câmera, e Mirella Cunha diz a Paulo Sérgio: “só para deixar claro, exame de próstata é homem quem faz”, ao que ele pergunta se também tem que fazer, e ela responde rindo “se você quiser”. Então Paulo Sérgio diz que se necessário ele fará o exame de próstata de qualquer jeito, e ela retruca rindo: “você gosta? Você já fez?”. Após esses questionamentos, Mirella Cunha abaixa a cabeça rindo debochadamente, e depois indaga se Paulo Sérgio sabe onde fica a próstata. Acontece um quarto corte e Mirella Cunha retorna dizendo que ele vai ficar na delegacia a mercê da justiça e “vai tentar fazer o exame de próstata, né? você não disse que tava com vontade?”, e ele responde que não mais, pois “poxa, logo por trás, deixa quieto”. A entrevista acaba e uma câmera

⁵¹ Com esse termo, o jovem Paulo Sérgio se referia ao exame de corpo e delito.

enquadra o âncora Uziel Bueno no estúdio do programa, e ele começa dizendo: “o cara é acusado de estupro, está chorando né filho, é porque você não fez o exame de próstata, porque senão meu irmão, você iria chorar”. E continua “é metido a estuprador é? É o seguinte: nas horas vagas, eu sou urologista”. (MOSCHEM, 2018, p. 13)

Enfatizamos, na descrição, que há, por parte da repórter, uma busca de confissão, que seja ou não verdadeira, justamente como Foucault (2014) descreve como parte do rito de execução penal medieval. Mirella Cunha insiste em dizer que ele será considerado culpado, julga uma intencionalidade inapreensível quando afirma que ele *queria* estuprar, chega a proferir para a câmera as palavras "Paulo Sérgio estuprador", buscando a confirmação do acusado. Foucault (2014) explica que o papel da confissão nos julgamentos medievais era legitimador. "A confissão torna a coisa notória e manifesta" (FOUCAULT, 2014, p.41). Ela era, na maior parte das vezes, forçada, e podia ser obtida por meio do juramento ou da tortura, sendo que a segunda tende a produzir confissões falsas. Há, aqui, uma *interpelação* não do público, mas do entrevistado: Paulo Sérgio é colocado pela repórter em um lugar previamente estabelecido, do qual não é possível que ele se livre. Antes que o entrevistado-acusado possa falar, já se fala sobre ele e cria-se a categoria na qual ele será encaixado. Assim, a repórter repete "Paulo Sérgio estuprador" ainda que ele negue, que não tenha sido julgado, e que tente explicar.

O que se vê na reportagem de *Brasil Urgente Bahia* se aproxima dessa busca inquisitorial por confissões, e o método se aproxima da tortura. O ápice da reportagem, o momento enfatizado pelo apresentador no fim, é justamente quando o entrevistado não suporta mais aquela agressão e começa a chorar, tentando deixar clara para a família, que talvez tivesse assistindo, sua inocência em relação a acusação de estupro. A repórter, branca e loira, em contraste com a pele negra do acusado, humilha e ridiculariza o homem que não sabe o nome do exame de corpo de delito, e o lugar de superioridade adotado por ela é visível pela própria postura física. Mirella Cunha ri (assim como o apresentador em estúdio), mantém o queixo elevado e, assim, deixa clara a relação de hierarquia durante a entrevista (FIG. 22).



Figura 22: Frame de *Brasil Urgente Bahia*

Fonte: MOSCHEM, 2018, p.14.

A carta aberta dos jornalistas a respeito do caso enfatiza a ilegalidade da entrevista, o tom autoritário, a parceria entre jornalistas e agentes policiais, e o uso político eleitoral deste tipo de reportagem:

Sob a custódia do Estado, acusados de crimes são jogados à sanha de jornalistas ou pseudojornalistas de microfone à mão, em escandalosa parceria com agentes policiais, que permitem interrogatórios ilegais e autoritários, como o de que foi vítima o acusado de estupro Paulo Sérgio, escarnecido por não saber o que é um exame de próstata, o que deveria envergonhar mais profundamente o Estado e a própria mídia, as peças essenciais para a educação do povo brasileiro. (...) Há uma evidente vinculação entre esses programas e o campo político, com muitos dos apresentadores buscando, posteriormente, uma carreira pública, sendo portanto uma ferramenta de exploração popular com claros fins político-eleitorais. (Carta aberta de jornalistas sobre abusos de programas policiais na Bahia)

O que passa à margem da carta, entretanto, é o fato da mídia, nesse caso, assumir para si o papel da justiça. Se a investigação que buscava confissões para levar os acusados aos suplícios penais medievais, conforme descrito por Foucault (2014), era conduzida por juristas, a busca pela confissão no caso que mencionamos é feita por uma repórter. Se os discursos proferidos por Datena, o apresentador de *Brasil Urgente* nacional, se voltam para o questionamento da eficácia da justiça brasileira (e, por outro lado, exaltação da polícia) a repórter do programa local não age em desacordo com a linha editorial nacional ao tomar para si o papel de juíza, e arbitrariamente tentar forçar uma confissão por meio da exposição e

ridicularização do acusado. É, nos termos que colocamos nossas categorias analíticas, uma disputa hierárquica AIEs: como desdobramento de um discurso constantemente repetido, que afirma a suposta ineficiência do sistema judiciário, embora nunca seja ele, e sim o Aparelho Repressivo o foco das reportagens, o programa acaba por assumir para si o papel do julgamento, como se o fizesse de maneira mais eficaz.

Zizek (2014) afirma, com base em Lacan, que a linguagem é, em si, um ato de violência. Falar, por um lado, é reconhecer o outro, sua existência e o que o faz diferente de mim. Por outro lado, o próprio ato de simbolizar é violento, pois simplifica e busca, para a coisa, um conceito que lhe é exterior.

“A linguagem simplifica a coisa designada, reduzindo-a a um simples traço. Difere da coisa, destruindo sua unidade orgânica, tratando suas partes e propriedades como se fossem autônomas. Insere a coisa em um campo de significação que lhe é, em última instância, exterior” (ZIZEK, 2014, p. 59-60)

Falar do outro não é, assim, dar conta do abismo que me separa dele. É, em vez disso, reduzi-lo a traços que para mim parecem essenciais à sua descrição, mas que lhe são alheios. A esta reflexão, Zizek (2014) acrescenta a noção de Freud (*apud* Zizek, 2014) de que o próximo é originariamente um intruso traumático, e o desenvolvimento de Peter Sloterdijk (*apud* Zizek, 2014) de que é errônea a ideia de que a comunicação é uma forma de resolver conflitos. Quanto mais comunicação, na verdade, mais conflitos. Uma atitude de compreensão mútua respeitando diferenças seria, nos termos de Zizek e Sloterdijk, "não ficarmos no caminho uns dos outros". O afastamento, e não a comunicação, portanto.

Sendo o outro um intruso traumático, que causa, no indivíduo, o medo da violação, e sendo a aproximação pela comunicação uma potencial fonte de mais conflitos, compreendemos a crítica da Zizek (2014) a este encurtamento de tempo e espaço gerado pela comunicação mediada. A desintegração das barreiras simbólicas protetoras que mantinham o Outro a uma distância adequada causa medo e choques culturais. O autor cita como exemplo a publicação de charges de Maomé por jornais ocidentais, e as respostas violentas que essas publicações geraram em países muçulmanos. Para Zizek (2014), contudo, "o que explodiu com violência foi uma série de símbolos, imagens e atitudes abrangendo o imperialismo, o materialismo ateu e o hedonismo ocidentais, a par do sofrimento dos palestinos, e

foi a tudo isso que as caricaturas dinamarquesas foram associadas" (ZIZEK, 2014, p. 59). A questão, passa, assim, a apontar mais para uma incompatibilidade de formas de vida que foram forçadas, pela globalização, a entrarem em contato do que para uma charge, em si, seja ela desrespeitosa ou não.

Zizek aponta, assim, para a necessidade de uma certa alienação social para a convivência pacífica. A aproximação, pela comunicação, de formas de vida que, de outra maneira não conviveriam, gera atrito, conflito, violência. O exemplo de Zizek (2014) trata, adequadamente, de realidades geograficamente muito distantes para defender a alienação social para a convivência pacífica. Não há necessidade alguma de convivência entre cidadãos comuns palestinos e dinamarqueses, portanto, sem a comunicação globalizada, as charges de Maomé não seriam sequer uma questão.

O que vemos quando analisamos, em *Brasil Urgente*, uma convivência que leva a conflito, é que o programa trata de pessoas que vivem na mesma cidade, mas separadas por barreiras sócio-geográficas, criadas pela desigualdade e má distribuição de renda. O telejornal faz uma aproximação entre o espectador e a violência urbana, que pode estar geograficamente próxima ou, caso não esteja, o discurso sustentado pelo apresentador é o da generalidade daquela violência. Essa violência, de outra forma, seria percebida pelo espectador apenas quando ocorresse próxima de seus lugares de circulação cotidiana, ou seja, em uma frequência bem menor do que a que ele é exposto no programa. Entre as emoções que o discurso de *Brasil Urgente* reivindica está o medo decorrente da sensação de desintegração de barreiras protetoras.

Quando Mirella Cunha, assim, entrevista Paulo Sérgio sem ouvi-lo, buscando a confissão de um crime que o jovem nega ter cometido, ridicularizando seu uso da língua portuguesa e o desconhecimento de procedimentos médicos, o que podemos ver é uma violação dos direitos humanos básicos, um desenho da desigualdade social brasileira, mas também um produto do medo causado pela aproximação entre pessoas que, de outra forma, não conviveriam. Não há possibilidade de comunicação pacífica quando, a despeito de uma incompatibilidade completa de formas de vida causada pela desigualdade extrema, esses mundos se encontram. Não há possibilidade de comunicação, neste caso, que não seja colonizadora e violenta.

Zizek (2014) fala que o contato com a alteridade é violento porque temos uma necessidade constante de "descafeinar o outro", torná-lo desprovido de sua própria substância. Consumi-lo sem seus efeitos adversos. Isso, contudo, não é possível em hipótese alguma, e o que vemos é uma mídia que, ao aproximar, toma para si o papel de julgar. Ressaltamos, aqui, que Mirella Cunha, a repórter demitida, não agiu de maneira diferente do âncora Uziel, e nem de Datena e dos repórteres de *Brasil Urgente* nacional. Ela foi, no máximo, uma caricatura, exacerbando e reunindo traços que já existiam na postura dos jornalistas.

Por fim, cabe o dado: embora o medo do assédio descrito por Zizek (2014) ao tratar da violência intrínseca da comunicação entre diferentes, tenha sido aqui usado para pensar a relação de medo que o espectador do programa sente de jovens como Paulo Sérgio, os índices de homicídio no Brasil têm perfil territorial, socioeconômico e racial. Um jovem negro tem 147% mais chances de sofrer homicídio do que um branco, e Paulo Sérgio, certamente, estava muito mais vulnerável do que os espectadores que o temem.

3. Política e narrativa: classe, populismo e regimes de verdade

“a totalização hegemônica requer um investimento radical, isto é, um investimento não determinável a priori, além de um engajamento em jogos de significados que são muito diferentes da apreensão puramente conceitual. (...) A dimensão afetiva desempenha aqui um papel fundamental”

Ernesto Laclau, Crítica à razão populista.

Até aqui trouxemos, na análise de *Brasil Urgente*, separadas, mas sem muita demarcação, perspectivas teóricas que tratam de classe, de povo e de alteridade. Ao tratar da violência policial, explicitamos o perfil de pessoas exterminadas no Brasil pós-ditadura: jovens negros e pobres. Ao determinar nossos critérios de análise por uma perspectiva materialista, com base em Althusser (1996) e Pêcheux (1996), no que Pêcheux (1996) denominou uma análise materialista do discurso, apontamos para a necessidade de pensar o discurso de *Brasil Urgente* por uma perspectiva de classe, já que essa perspectiva o perpassa do início ao fim e não pode ser ignorada. Ao mesmo tempo, com a retomada dos Estudos Culturais no primeiro capítulo, especialmente com Martín-Barbero e o trabalho de resgate das matrizes culturais do telejornalismo policial vespertino, trabalhamos com um conceito de tradição popular, que trata de reminiscências de um popular legítimo em oposição ao massivo. Nesta última abordagem prevalece o conceito de povo, mais do que o de classe.

Se no fim do capítulo anterior, a partir de Žižek (2014), pensamos na violência intrínseca da comunicação entre diferentes, trazendo a noção de alteridade, não podemos perder de vista que, sendo o jovem Paulo Sérgio o "outro" de que falamos, o que tratamos é de uma marginalização social intensa, e não apenas do contato com o diferente intrínseco à comunicação humana. Precisamos, portanto, estudar essa marginalização social, que, argumentaremos adiante, está presente como *continuidade* nos programas estudados. Quando pede a redução da idade penal desde ao menos 2005 em seu programa, por exemplo, o que Datena não explicita é que os adolescentes que responderiam por crimes não são quaisquer jovens, mas os extremamente marginalizados.

3.1. Por que ainda falar de classe?

Para Jessé Souza (2017), compreender a questão de classe no Brasil exige uma visão menos economicista da sociedade. O autor afirma que a mera divisão por faixas de renda não dá conta do processo de socialização, o responsável pela manutenção do sistema de classes. Com base em Bourdieu, Souza (2017) afirma que as classes são estruturas rígidas que passam pela educação dos indivíduos desde crianças para o cumprimento de determinada função social - criando habilidades, disposições, gostos, moral.

Bourdieu (1987), fonte em que bebe Souza (2009, 2017) propõe, na França do século XX, que se pense a dominação de classes para além do critério econômico. O autor desloca o conceito de capital do âmbito estritamente econômico, pensando-o como produto acumulado do trabalho passado. Ele aplica, portanto, essa noção, também à acumulação de capital simbólico por determinadas classes entre gerações. O entendimento de Bourdieu (1987) torna possível a noção de que o capital simbólico, ou seja, o poder de construção da realidade, é acumulado e transmitido aos descendentes de determinada classe por meio da educação, da socialização. Na sociologia de Bourdieu, este poder de construção da realidade é tanto maior quanto maior o capital simbólico acumulado por determinada classe. A classe, assim, deixa de ser compreendida pela lógica estritamente marxista como um "lugar na produção econômica" e passa a indicar também fatores emocionais, morais, afetivos, que fazem com que determinados grupos de pessoas tenham origens e destinos semelhantes e que constroem as diferenças e desigualdades sociais.

O que Souza (2009) faz, assim, não é novo no sentido de mover o eixo do pensamento sobre classe dos critérios estritamente econômicos para pensar também a cultura, a educação, o reconhecimento. O que o autor traz de mais importante é a sistematização desse estudo na sociedade *brasileira* especificamente, sem que importemos as definições sobre classes sociais da literatura estrangeira. Isso porque o Brasil tem como marca uma marginalização extrema de um determinado grupo de pessoas, que não é sequer preparado para o trabalho produtivo. Há, no Brasil, uma classe abaixo da classe trabalhadora, e esta é a chave, para o autor, que precisamos usar para compreender a extrema desigualdade que existe em nosso país.

Ao argumentar *contra* o uso do critério de renda para a compreensão das classes sociais, Souza (2020) afirma, em entrevista⁵² à TV 247, que renda é algo que só se tem quando se é adulto. É muito antes disso, contudo, na infância e na adolescência, que se molda a classe, a partir da educação destinada ao cumprimento de um dado papel na sociedade e na divisão do trabalho. Para o autor, o papel dessa socialização é criar laços de solidariedade invisíveis, que passam por exemplo pela moral, pelo gosto estético, e também tem como função orientar para o trabalho.

Ao explicar o que acontece com a classe que provocativamente chama de ralé, Jessé Souza (2009) a define como "os escravos modernos". Compreender a existência dessa classe social na realidade brasileira é de suma importância, pois é a partir dessa noção que podemos compreender a abissal desigualdade que marca o país⁵³. O problema social do Brasil, ao contrário do que se afirma no senso comum, não é a corrupção, mas a desigualdade. Essa desigualdade se expressa na criação e reprodução de uma classe social absolutamente marginalizada, uma classe de pessoas abaixo da classe trabalhadora, pois não foi socializada de forma a adquirir conhecimento útil para a produção e, portanto, tem pouco a oferecer mesmo para a exploração do capital. Isso decorre de uma série de abandonos, que vão desde o abandono familiar até (e talvez principalmente) o abandono do poder público. Mas, combinado a um discurso meritocrático dominante, essa falta de recursos que leva quase que inevitavelmente à marginalização gera um sentimento de culpa individual, como se os próprios sujeitos excluídos não tivessem feito o suficiente por si.

Souza (2009) destrincha a falácia do argumento da culpa individual com um trabalho sociológico que mapeia e desvela a lógica da reprodução das classes sociais. O autor explica que o pensamento prospectivo e o auto-controle, que surgiram com o protestantismo e foram considerados pelos weberianos como impulsionadores do capitalismo, hoje são ensinados na escola e na educação doméstica das crianças de determinadas classes e ao redor do mundo, independente da religião. Já não é necessário ser protestante ou viver em um país

⁵² TV 247. **Debate sobre 'A ralé brasileira' - Com Jessé Souza e Juliana Borges**. 12 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oybzFEn5c7U>>.

⁵³ Souza explicita em todas três obras e duas entrevistas consultadas no desenvolvimento desta tese que o discurso que entende a corrupção como problema característico e histórico da sociedade brasileira é uma falácia. Para o autor esse discurso se destina apenas a omitir o real problema, que é a desigualdade, criando uma compreensão equivocada do panorama social no Brasil.

predominantemente protestante para ser socializado nesta lógica, que se espalhou com o capitalismo (embora de maneira desigual, como o autor afirma, entre os países católicos). O que Souza (2020) argumenta é que, na lógica de classes do Brasil, esta socialização básica para a vida e o trabalho no capitalismo só se dá em determinadas classes, pois ela demanda algumas pré-condições para acontecer.

Para Souza (2009) o que diferencia a ralé, que ele denomina os escravos modernos, da classe trabalhadora, é a ausência dessa perspectiva prospectiva em sua socialização. Na classe média, os pais compram o tempo livre dos filhos, de forma que eles possam ser estimulados ao pensamento abstrato e ao aprendizado de qualidades e recursos que serão úteis ao longo da vida produtiva, como o conhecimento de línguas estrangeiras. Esses aprendizados só são possíveis pois os jovens não precisam participar financeiramente na organização doméstica, portanto não são inseridos precocemente na lógica do trabalho e nem precisam realizar tarefas pesadas como limpeza, cuidado integral com os irmãos, etc. É com esse tempo livre que os filhos da classe média desenvolvem as habilidades para ocuparem cargos de trabalho intelectual quando forem adultos.

Os filhos da classe trabalhadora em geral são socializados para desenvolvimento técnico, e há, em sua educação, a noção de que a disciplina é um valor importante. "É digno quem é disciplinado", e os jovens da classe trabalhadora aprendem desde cedo que quem não tem controle de si (bebe, não pensa no futuro, engravida cedo, etc.) é desprezado pela sociedade. O aprendizado de habilidades úteis para o trabalho é valorizado tanto pela família quanto na escola - que os filhos da classe trabalhadora frequentam, com o esforço dos pais, por mais tempo e com maior aproveitamento do que os filhos da ralé.

Na ralé, por sua vez, raramente há mais de um adulto responsável em casa, e este adulto, em geral a mãe, precisa trabalhar por muitas horas, restando pouco ou nenhum tempo para dedicar aos filhos. As crianças da classe marginalizada são privadas de contato com os pais, e sua socialização é demarcada pelo abandono, carência afetiva e material extremas, abusos sexuais. É impossível, assim, a comparação com a socialização afetiva das outras classes, pois a própria constituição familiar impede que valores caros ao trabalho e às classes dominantes sejam introduzidos na educação das crianças por meio do afeto. Ela torna difícil o aprendizado de práticas que, mais tarde, serão demandadas por escola e trabalho, e

que em outras classes se dão de forma afetiva e pelo exemplo dos pais. Patrícia Mattos, uma das colaboradoras de Souza (2009) em *A Ralé Brasileira*, faz a pesquisa de campo com mulheres prostituídas, e define assim os traços comuns entre as mulheres que pesquisou:

O que há em comum na história de vida das mulheres entrevistadas é um tipo de socialização familiar disruptivo, que irá impedir a transmissão afetiva de valores como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, num contexto familiar marcado pela ausência da figura paterna e pela presença de relações instrumentais de todo tipo, a começar pela frequência e naturalização de abusos sexuais sofridos na infância por essas mulheres. (MATTOS, 2009, p. 205)

Essa série de carências na socialização não pode ser ignorada, ainda que haja, sobreposto a ela, um discurso auto-legitimador que fale de escolhas ou que aponte os próprios indivíduos como responsáveis por seus insucessos. Para Souza (2009), essas instabilidades na vida familiar levam a uma menor disposição para o aprendizado, e posterior dificuldade de inserção no mundo do trabalho. Mesmo com algum acesso ao ambiente escolar, já que há educação pública, em geral os filhos da ralé não desenvolveram as pré-condições necessárias para o aprendizado, e por isso têm dificuldade na incorporação do conhecimento exigido pela escola e, mais tarde, pelo trabalho. Falta, para que a educação escolar seja possível, um ambiente familiar seguro, estável e emocionalmente equilibrado.

Ainda que pais e mães da ralé, apesar da miséria econômica, também sonhem com o sucesso escolar dos filhos, o caminho tem mais entraves. Eles sabem que estudar é importante e se esforçam para que os filhos tenham condições materiais de frequentarem a escola, mas, devido à própria socialização, reproduzem com as crianças incentivos diferentes e estranhos aos que ocorrem nas escolas. É como se a educação escolar fosse oposta à "vida de verdade". Segundo Freitas (2009), também pesquisadora colaboradora de Souza (2009), "o universo escolar não tem espaço na maioria das famílias da ralé, seja nas brincadeiras que exigem pouco domínio de si e pouco esforço intelectual, seja nas atividades nas quais pais e filhos podem compartilhar os raros momentos juntos" (FREITAS, 2009, p.333).

Se os filhos da classe média têm os primeiros contatos com a disciplina em forma de "amor" e "cuidado", com os pais limitando o tempo de lazer em frente à televisão, por exemplo, o mesmo não acontece com as crianças da ralé, que,

segundo Freitas (2009), parecem aceitar uma certa liberdade natural das crianças, que naturalmente "gostam mesmo é de brincar". A disciplina, quando vem apenas de fora para dentro, apenas da escola para o indivíduo, como imposição e não como cuidado, chega como violência. Para as crianças da ralé, que por questões estruturais não tiveram os responsáveis em casa, ou cujos pais não tiveram o mesmo acesso à educação formal, os limites impostos pela educação escolar são mais desafiadores e violentos.

De acordo com Souza (2009),

para a “ralé” esse contexto é disruptivo e tende precisamente a reproduzir sua própria exclusão. O que a classe média aprende na escola é uma mera extensão das virtudes que já estavam sendo aprendidas desde o berço. Como esse aprendizado se dá por identificação afetiva com as figuras paternas (ou as que cumprem esse papel), ele adquire a forma de uma “segunda natureza”, a qual é percebida como óbvia, não consciente e já dada (...). O resultado desse processo pode ser percebido com toda a clareza na diferença de desempenho da classe média e da “ralé” na escola. A escola é uma das principais instituições para a produção dos indivíduos flexíveis e dóceis dos quais tanto o mercado quanto o Estado tanto necessitam para sua reprodução cotidiana. No caso da criança da classe média, a escola é, na realidade, uma mera continuação da formação familiar de pequenos seres humanos disciplinados e regidos pelo princípio do desempenho diferencial. Esse aprendizado não é necessariamente violento e explícito (SOUZA, 2009, p. 468).

O ambiente escolar, assim, *parece* muito mais natural a uma criança que foi educada na família a partir de noções de auto-controle e disciplina - embora não o seja, e tenha sido apenas apreendido antes, já que aparece como uma continuidade da relação familiar. E o que é colocado como propensão ou facilidade para a vida intelectual é, na verdade, socialização e estímulo precoce.

Se o essencial para o capitalismo é explorar o conhecimento incorporado por cada trabalhador, quando pensamos em uma classe marginalizada que não teve a possibilidade de dedicar aos estudos e sem a presença de adultos em casa, ou sem os exemplos de trabalhos intelectuais desenvolvidos pelos pais, compreendemos que os filhos da ralé ficam completamente excluídos dessa organização. Eles, devido à sua socialização marcada por abusos, carências e falta de estímulo ao pensamento prospectivo, não foram capazes de incorporar nem o conhecimento técnico, marca da classe trabalhadora, e nem o intelectual, marca da classe média.

A única coisa que resta é vender sua força muscular. Essa extrema marginalização social e sua reprodução são, para Souza (2009), um projeto político de escravidão moderna. Há, na sociedade brasileira, algo como um consenso social não admitido, que permite a existência de uma categoria de "subgente", naturalizando uma das maiores desigualdades sociais do mundo.

Ao definir a existência e manutenção da classe dos excluídos como um projeto político, Souza (2009) enfatiza que não há culpa individual, ainda que os entrevistados por vezes assim o digam. A falta de pré-condições objetivas não pode ser confundida com escolhas livres e autônomas, e o discurso auto-legitimador, ao qual todos estamos sujeitos, esconde essas carências. O primeiro discurso sobre si é, por vezes, pré-reflexivo, e tende a não apontar para a imobilidade social imposta. O que o autor afirma, contudo, é que é necessário superar esse discurso e olhar para além dele.

O ponto principal para que essa ideologia funcione é conseguir separar o indivíduo da sociedade. Nesse sentido, toda determinação social que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou ao fracasso tem que ser cuidadosamente silenciada. É isso que permite que se possa culpar os pobres pelo próprio fracasso (SOUZA, 2009, p.51-52).

A despeito de todo o um sistema criado para o fracasso da ralé, é frequente, nas entrevistas feitas para o estudo sociológico, a ideia de culpa individual. A despeito do ambiente escolar não ter sido criado para uma criança com determinado perfil, o adulto que passou por aquelas dificuldades atribui a si a culpa por não ter continuado os estudos. Essa culpa individual é complementar a um discurso auto-legitimador que existe em todas as classes: há uma crença exacerbada no poder das próprias decisões, a despeito de uma quase imobilidade social.

Muito semelhante ao discurso que Souza (2009) chama de auto-legitimador quando encontra nas entrevistas de seus colaboradores, temos, em *Brasil Urgente*, uma *continuidade* que já apontamos no estudo de mediação do primeiro capítulo. Os familiares das vítimas dos crimes exibidos em *Brasil Urgente* costumam dar entrevistas afirmando as virtudes dessas vítimas, encaixando-as em valores morais pré-estabelecidos e que, não por coincidência, os afastam da ralé, dessa classe de "subgente". Vimos, no primeiro capítulo, exemplos do ano de 2019 em que os familiares de vítimas de assassinato defendiam a moral dos mortos. No caso da

Aline, uma jovem mãe, os familiares diziam que ela não era de baladas, que tinha saído apenas para comprar fraldas. No caso do jovem jogador de basquete assassinado, diziam que era um menino que não ficava na rua procurando problemas. A afirmação, em outras palavras, é a de que são jovens educados de acordo com as normas sociais do pensamento prospectivo, que não têm pensamentos hedonistas, que são centrados e planejavam o futuro. Que não têm a educação da ralé. Isso fica mais claro (assim como a noção de que essa legitimação da conduta das vítimas é uma *continuidade* no programa), com um exemplo de 2005. Em uma reportagem sobre o assassinato a tiros de dois jovens, um familiar de um deles declara: "Ótima pessoa, nunca fez nada pra ninguém, ótima pessoa. Ótima mesmo. Estudava, trabalhava, normal, não sei como foi acontecer isso. E desde pequeno ele sempre foi um menino assim, sabe, trabalhador, honesto, não sei nem como foi acontecer isso com ele".

É como se estudar e trabalhar fossem afirmações de que aquele indivíduo não era, como tantos, subgente. Era integrado e útil à sociedade, não pertencia à ralé. Incorporava, por meio dos estudos, conhecimento útil à sociedade e devolvia para o capitalismo em forma de trabalho. É como se houvesse, por parte desses familiares ouvidos nas entrevistas - que, já argumentamos, nos falam da apreensão do gênero televisivo e da expressão da moralidade do público - uma internalização do processo que Dardot e Laval (2016) afirmam ser característico da racionalidade neoliberal: a noção de que a base do capitalismo é a concorrência, e que portanto os supranumerários são exterminados. Não acontece o questionamento do extermínio em si, apenas daquele que parece injusto: o indivíduo exterminado não teria sido um supranumerário, uma pessoa da ralé, mas um membro útil da sociedade. É aí que, na lógica dessas falas, reside a injustiça.

Se nossa pergunta de pesquisa é sobre a mediação, a circulação dos significados dos discursos proferidos em *Brasil Urgente*, e se entendemos que o tempo prolongado coberto pelo *corpus* serve para apreender mudanças, precisamos afirmar que, quanto aos discursos que afirmam o caráter da vítima, não há nada de novo. Nos mais de 15 anos pelos quais se estendem nosso *corpus* de pesquisa, é marcante que a lógica de justificação da vítima por parte dos familiares não tenha mudado. Isso se dá em parte pela razão que já apontamos: na narrativa melodramática construída pelo programa, que já foi compreendida pelos familiares,

é necessário reafirmar o papel de vítima para que ele não se desloque. Mas o conteúdo dessas falas revela mais uma *continuidade*: para ser considerado gente, útil à sociedade e digno de viver, é necessário afirmar que aquele indivíduo não pertencia à ralé, essa classe dispensável. É necessário afirmar que ele era gente. E a existência dessa subgente às quais os familiares entrevistados precisam opor às vítimas é uma continuidade. Ela existia em 2005, como em 2019, como muito antes disso, pois não se altera com a simples mudança de governos sem que haja uma mudança nas instituições. Isso indica a permanência das estruturas que Souza (2009) aponta como responsáveis pela quase impossibilidade de ascensão social no Brasil. Não há mudança no que o autor denomina como má fé institucional. E o indício que temos disso é a permanência dos mesmos discursos auto-legitimadores.

Frente à existência da ralé, os "incluídos" têm duas reações possíveis: compaixão ou desprezo. Elas são, para Souza (2009), duas faces da mesma moeda. A compaixão, por si, tem pouco poder de modificar a realidade, e o desprezo é o que faz com que o extermínio de pessoas da ralé seja amplamente aceito - não são, afinal, trabalhadores essenciais à produção técnica ou intelectual, apenas força muscular, como animais ou escravos. São parte da ralé a maior parte das pessoas assassinadas pela polícia, conforme aprofundamos no capítulo anterior - e quando não o foram, no passado, denominamos o nosso regime político de ditatorial e repressor, a despeito de o Estado brasileiro hoje assassinar mais do que durante a Ditadura Militar.

É por causa do desprezo que a sociedade tem pela ralé que cenas como a entrevista de Mirella Cunha com Paulo Sérgio são aceitas na televisão. É, ainda, devido a esse desprezo de classe, que Datena pode defender ações policiais na favela, que de acordo com seu discurso, abriga em sua maioria trabalhadores, mas também criminosos e, embora ele não coloque desta forma, membros da ralé: os alvos desses ataques policiais são desprezíveis e desprezados. As pessoas que não incorporaram, em sua socialização, os valores relacionados ao pensamento prospectivo e ao auto-controle são dispensáveis para a sociedade de classes brasileira.

Quando Datena defende a redução da idade penal, é dos jovens da ralé que está falando. Os jovens que "estão na rua em vez de estarem na escola", de acordo com o discurso que vemos repetido desde os primeiros programas mapeados, são

os que não foram socializados para a disciplina. Jovens para os quais a escola não foi feita. A percepção da existência de uma classe social absolutamente marginalizada no discurso do programa é borrada e bastante fragmentada: as falas do apresentador apontam muito para as questões da violência e da insegurança, por exemplo. Por vezes, criticam o assistencialismo. Expõem e ridicularizam o analfabetismo funcional, como vimos na reportagem de Mirella Cunha ao *Brasil Urgente Bahia*. Falam da dificuldade de acesso à formação escolar, embora sem aprofundar a questão, em geral usando bordões como "queremos mais saúde e mais educação, mas a corrupção não permite". Mas a existência de uma classe invisível de marginalizados é ignorada, como se não houvesse um vínculo interno ligando todas essas questões a um núcleo social comum. Quando o discurso do apresentador pretende apontar para um eixo central comum aos problemas sociais do Brasil ele tende a culpar a corrupção política e supostamente generalizada, e não a apontar para a marginalização social.

Se no primeiro capítulo desta tese citamos um caso de demanda por redução da idade penal do ano de 2019, quando Datena comentava uma reportagem sobre o assassinato de um jovem jogador de basquete, desta vez traremos, para mostrar a *continuidade* no discurso, a transcrição de um trecho do programa de 02 de setembro de 2005, quatorze anos antes. As falas do apresentador, é importante notar, têm o mesmo teor. Datena fala das instituições que abrigam adolescentes infratores (em 2005 a Febem, ou Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor, e em 2019 a Fundação Centro Atendimento Socioeducativo do Adolescente, ou Fundação Casa) como se fossem prisões, apenas "mais leves" e onde os adolescentes ficam por menos tempo e depois saem piores. A palavra usada para tratar de jovens e adolescentes é "menores", e o apresentador parece entender os jovens que cometem crimes como pessoas más e privilegiadas pelas leis, e não como vítimas de uma organização social que perpetua a desigualdade.

Se em 2019 a reportagem que fez Datena comentar que os jovens saem da Fundação Casa "se sentindo o super-homem" por estarem imunes às leis tratava de um assassinato de um jovem de 18 anos por um de 15, o caso de 2005 era semelhante: a reportagem tratava do assassinato de um adolescente de 15 anos por outro de 13. A causa seria uma aposta não cumprida em um jogo de dominó. O apresentador, então, discursa:

Primeiro: essa molecada aí que tá na Febem tem uns que já mataram dez, porque a lei protege muito mais esses bandidos assassinos menores, menores assassinos. Tem menor que rouba bicicleta, rouba pra comer, não é? Agora tem menor assassino malvado, que é protegido pela lei, a mesma lei que beneficia o coitado do garoto que roubou lá um pedaço de pão pra comer porque tem fome, beneficia o bandido que mata cinco, seis, o menor infrator bandido que eu defendo que tem que cumprir pena numa instituição penal para adultos, depois que cumprir na Febem. Matou alguém? Quinze, vinte anos de cadeia, e que cumpra o resto da pena quando atingir a maioridade e que não saia zerado como se tivesse matado uma mosca, entendeu? (DATENA, 2005)

Da mesma forma que o caso já citado de 2019, quando o apresentador dizia que "gente de alta periculosidade" era libertada da Fundação Casa, o apresentador extrapola o caso mostrado na reportagem. Neste exemplo de 2005, o apresentador, ao comentar a reportagem sobre um assassinato, dizia que alguns adolescentes já tinham matado dez pessoas⁵⁴, embora o caso em questão não tratasse de assassinatos em série. O apresentador, assim, usa a reportagem como uma ilustração, e a partir dela deriva para um discurso sem embasamento empírico, defendendo sempre o mesmo ponto da redução da idade mínima para que adolescentes possam cumprir penas.

No dia 30 de janeiro de 2018 foi ao ar uma reportagem sobre o assassinato de um bancário aposentado no sítio da família. O criminoso foi capturado pela polícia e confessou. Ele era ex-interno da Febem, e conheceu a vítima em um projeto de reintegração social feito pelo banco em que o aposentado trabalhava, 15 anos antes do ocorrido. Desde então, o acusado prestou pequenos serviços de reparos no sítio e na casa de praia da vítima. O motivo do assassinato, segundo a entrevista do acusado, foi uma discussão sobre a necessidade de materiais para a realização de um serviço.

É importante primeiro enfatizar que a seleção noticiosa de *Brasil Urgente* busca por esse tipo de crime, que dá sustentação ao discurso recorrente do apresentador. Para além disso, Datena compreende e resume, em sua fala, a dificuldade de integração social do ex-interno, a falta de estrutura familiar, e a própria narrativa da reportagem dá a ver a desigualdade. O apresentador, porém,

⁵⁴ É importante salientar que não consta em nosso *corpus* reportagens sobre assassinatos em série - nem cometidos por adultos e nem por adolescentes. O apresentador também não especifica os casos mencionados quando comenta as reportagens.

orienta sua fala como se a causa desse tipo de crime fosse uma simples questão de caráter individual. Ele discursa, sobre a vítima: "Ele deu, durante todo o tempo, toda a ajuda para esse cara se integrar à sociedade, e o cara continuava cometendo crimes. Ele fez o papel de pai que esse canalha não teve".

Os jovens que Datena defende que sejam presos - e, muitas vezes, também as suas vítimas - pertencem, porém, a uma classe social muito específica. Quando o apresentador afirma que eles não estão na escola, onde deveriam estar, mas na rua, percebemos a proximidade, que não é coincidência, entre essa afirmação e o estudo de Souza (2009) que aponta para como a escola não é pensada para todas as classes sociais - ainda que possa ser gratuita. Quando afirma que o homem que contratava um ex-interno da Febem para fazer reparos no sítio e na casa de praia fez o papel de um pai, reconhece a falta de um ambiente familiar estável e emocionalmente equilibrado, uma das características marcantes, segundo Souza (2009), da socialização da ralé.

A mãe da vítima da reportagem de 2005, o menino que foi morto depois da aposta de dominó, afirma em entrevista: "se meu filho fosse filho de um rico, no mesmo dia, na quarta-feira, eu lhe garanto que tinha helicóptero, tinha cachorro, tinha tudo aqui procurando". Ela reconhece, nesta fala, uma questão de classe na forma como os crimes são tratados. O filho e o rapaz que o matou, contudo, eram colegas. O tratamento indiferente dado ao crime pela polícia, e reconhecido e apontado pela mãe na reportagem, é uma face similar e complementar ao tratamento dado, pelo programa, ao criminoso: o de alguém dispensável, que, não sendo formado para o trabalho produtivo, é simplesmente um problema com o qual a sociedade não é capaz de lidar. Defende-se, então, a prisão *urgente*, antes de qualquer julgamento, acima de qualquer limite etário, pois, no discurso do programa, parece não haver outras opções. A marginalidade social se torna, na retórica de *Brasil Urgente*, um problema de caráter.

3.2. Classe e trabalho

Tratamos classe, até aqui, pela perspectiva bourdieusiana adotada por Souza (2009, 2014), que não se opõe ao marxismo, mas traz a educação e a socialização como chaves para a manutenção das classes sociais, e não o trabalho. Para

compreender a ralé, classe que o discurso de Datena parece ignorar, mas, ao mesmo tempo, contra a qual ele se volta, essa é uma perspectiva essencial. Não abordar o tema trabalho ou a noção de classe por essa perspectiva, contudo, seria um erro, tanto devido à nossa proposta de uma pesquisa materialista quanto, também, pelo fato do conceito de "trabalhador" estar constantemente em disputa por parte do programa. O trabalhador, no discurso de Datena, é ele mesmo, assim como seu público, o cidadão honesto, o policial herói e todos os que se opõem ao bandido, marginal ou corrupto. Essa palavra, contudo, não evoca direitos trabalhistas ou lugar na organização produtiva, mas valores morais. Ser trabalhador, nas falas do apresentador e mesmo dos entrevistados, é uma característica que diz respeito à dignidade e à honestidade. É preciso, então, pensar no lugar que a classe trabalhadora ocupa, tanto para o discurso do programa quanto para a nossa pergunta de pesquisa: como, afinal, o telejornalismo policial vespertino, excludente em sua premissa, pode continuar sendo aceito? Que tipo de uso o público e a sociedade fazem desses programas para que, em lugar de se sentirem ameaçados pela possibilidade de serem identificados como marginais e perseguidos, compreendam que não é contra eles que aquela violência se volta?

Ao tratar da psicopolítica e do neoliberalismo, Han (2014) faz uma observação importante, que recoloca um de nossos problemas de pesquisa. O autor aponta para o fato de que há, na contemporaneidade, uma ênfase enorme - e, acrescentamos, moralista - na figura do trabalhador, mas que ao mesmo tempo passamos pelo fim do senso de proletariado. Se o que se forma no senso comum é uma indistinção entre proletariado e burguesia, sob uma ilusão de produção autônoma ilimitada, a noção de classe parece distante do discurso hegemônico. A justificativa para esse fim do senso de proletariado passa por uma ruptura dos vínculos trabalhistas, de forma que os trabalhadores passem a ser vistos como prestadores de serviços e empreendedores de si. Para Han (2014), o que passa a acontecer com as novas relações de trabalho é a "auto-exploração" de classe, que ficaria alheia a qualquer leitura marxista da sociedade. Para o autor, quem fracassa nessa sociedade se coloca como responsável, e não ao sistema. Essa é a inteligência do regime neoliberal: não é possível que os explorados se reúnam contra o explorador, porque a figura do explorador se mistura à sua própria. E o explorado que se revolta contra si não é revolucionário, mas depressivo.

A afirmativa conflui, até certo ponto, com o apontamento de Souza (2009) para a culpa individual, que substitui a consciência de que o sistema é feito para que pessoas de determinadas classes não sejam bem-sucedidas. Souza (2009), contudo, dá um passo além ao apontar para a possibilidade de ruptura com essa lógica a partir do momento que afirma a necessidade de restituir a inteligência roubada do oprimido. Para Han (2014), com a dissolução das classes a partir da mudança nos regimes de trabalho, a consciência de classe se torna impossível.

Essa consideração precisa, é claro, ser relativizada. As declarações de fins são tentadoras, mas estão em disputa. A *uberização* do trabalho, contudo, é um fenômeno inquestionável, e que merece a atenção devida. Conforme apontam Filgueiras e Antunes (2020), há uma tendência cada vez maior de negação do assalariamento sob a aparência de autonomia, que na verdade é uma transferência de risco do patrão para o trabalhador. O trabalho sem vínculos, para empresas virtuais ou aplicativos que colocam o trabalhador na condição de "parceiro" que presta os serviços demandados pela empresa, gera uma recusa da condição de empregador. Os trabalhadores viram clientes na retórica das plataformas, como se a empresa fosse apenas um elo facilitador entre eles e a demanda pelos serviços que eles prestam. As novas empresas, assim, se colocam como aplicativos que fazem a intermediação entre oferta e demanda de serviços, apenas. Na retórica das plataformas, não são elas as responsáveis pela prestação do serviço e nem pelo trabalho dos "parceiros".

Há, nessa lógica uberizada, uma falsa democratização dos meios de produção. Se, em um primeiro momento, pode parecer que o meio de produção é o carro, a moto, o celular ou o computador (este último para os trabalhadores que prestam serviços de marketing, programação, etc., para plataformas, já que há, também, trabalho intelectual uberizado), que pertencem aos prestadores de serviços, a realidade é que o meio de produção é o aplicativo ou plataforma, e não a ferramenta de trabalho. A responsabilidade pelas ferramentas desconcentra, na verdade, os custos da produção, já que sua manutenção passa a ser compromisso e ônus do trabalhador. Além disso, Filgueiras e Antunes (2020) apontam para o fato de que as relações trabalhistas do trabalho uberizado parecem mais livres porque acontecem por demanda, na medida em que as empresas necessitam daquele trabalhador, e remuneradas por intervalos curtos de tempo, sem que essas empresas

precisem se responsabilizar por jornadas de trabalho. A retórica justificadora fala de um trabalho sem carga horária pré-definida, e por isso mais livre. Em casos de redução de demanda, porém, o que ocorre é a dispensa sem necessidade de justificativa. É o que Dardot e Laval (2016) entendem como a transferência dos riscos das empresas para os trabalhadores.

Se para Han (2014) esses fatores levam à uma dissolução da noção de proletariado, Filgueiras e Antunes (2020) argumentam que, sendo todo o trabalho rastreado e quantificado pelas plataformas, ele seria facilmente regularizável caso existisse essa proposta política. Há precedentes para reconhecer os direitos do proletariado digital, e leis nesse sentido existem no Reino Unido, na Argentina e na Espanha. A batalha se dá no simbólico, no entendimento do que é a classe trabalhadora, na manutenção da consciência de classe para a organização do novo proletariado digital.

Por mais forte que seja o discurso do empreendedorismo de si, a percepção da exploração externa não é completamente eliminada pelo trabalho precarizado, conforme percebemos, no Brasil, ao observar as constantes greves de motoristas de aplicativos de entregas, por exemplo. As próprias empresas demonstram ter essa consciência quando agem para tentar desmobilizar os trabalhadores, que, ao contrário do que afirma Han (2014), não abandonaram completamente a lógica da luta de classes.

Uma reportagem da Agência Pública⁵⁵ revelou que o *Ifood*, aplicativo de entrega, contratou uma agência de publicidade para criar perfis de falsos entregadores e desmobilizar a greve pelas redes sociais ou mesmo pela presença física nas manifestações, desviando a pauta da greve. As iniciativas envolviam, segundo a reportagem, implantar a pauta de vacinação prioritária na manifestação de rua, de forma a direcionar as demandas dos entregadores para o Estado e esvaziar o caráter grevista da organização, que se voltava, na verdade, contra a empresa, contra o afrouxamento dos vínculos trabalhistas e a má remuneração.

Ao mesmo tempo que infiltravam pautas na greve, os publicitários contratados pelo *Ifood* criavam e disseminavam memes e conteúdos virtuais virais

⁵⁵ LEVY, Clarissa. **A máquina oculta de propaganda do Ifood**. Agência Pública, 04 de abril de 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>> . Último acesso em 04 de maio de 2022.

não assinados nas redes sociais, que relacionavam a paralisação à uma suposta falta de necessidade de trabalhar, como vemos na figura 22. É como se o trabalhador grevista estivesse sendo bancado por alguma organização maior para que possa ficar parado. O trabalho aparece, assim, na propaganda antigrevistas do *Ifood* como no discurso do Datena, como um valor moral: os entregadores dignos continuam trabalhando. Os indignos, manipulados, sustentados por outras pessoas ou instituições, são os que estão parados. O apelo desta retórica é grande, já que, de fato, o trabalho é uma necessidade, e a greve é dificultada quando o pagamento pelo trabalho realizado se dá por intervalos de tempo muito pequenos. Não há garantia de salário, portanto não há pagamento durante a paralisação.

A estratégia de disseminação de material publicitário não assinado é chamada pela empresa de publicidade de *Marketing 4.0*, e, segundo a fonte que trabalhava na agência declarou para a jornalista Clarissa Levy, toda a campanha do *Ifood* se deu dessa forma: as peças não eram criadas para serem veiculadas pela empresa, mas para a disseminação anônima.



Figura 23: Postagem de página criada para dispersar greve

Fonte: Agência Pública

De acordo com o que desvela a reportagem, foram criadas, assim, pela agência de publicidade contratada pelo *Ifood*, páginas que imitavam a maneira dos entregadores de se comunicarem, a linguagem coloquial, as expressões usadas por eles (FIG. 24). O conteúdo das postagens, no entanto, era oposto à greve, que os entregadores chamavam de Breque dos Apps. A página Não Breca Meu Trampo, por exemplo, foi criada pela agência de publicidade oito dias depois da primeira paralisação, e trazia, embora imitando na forma a comunicação dos entregadores, um conteúdo muito diverso às suas pautas. A descrição da página no *Facebook* reproduzida na reportagem era: “A gente quer melhorar de vida e ganhar mais. SEM

patrão e salário mínimo. No corre bem feito a gente tira mais e não tem chefe pra encher o saco. A gente quer liberdade pra trampo pra quem a gente quiser!”.



Figura 24: Não Breca Meu Trampo

Fonte: Agência Pública

A campanha do *Ifood* se dava, assim, em duas frentes. Nas manifestações, os funcionários das agências de publicidade panfletavam a pauta da vacinação prioritária para entregadores, tentando direcionar as demandas do movimento para o Estado em lugar da empresa. Na internet, as páginas criadas como parte da campanha do *Ifood* acusavam a greve de política (como se fosse possível uma greve que não o fosse), e afirmavam que os entregadores grevistas serviam de palco ou massa de manobra para grupos mais poderosos.

O Estado ocupa um papel dúbio no discurso publicitário contratado para conter a greve: por um lado é ele, e não a empresa privada que deve se ocupar com garantias para os trabalhadores, conforme a pauta plantada da vacinação prioritária. Por outro, a luta e a deliberação políticas necessárias para seu funcionamento são

mal vistas, conforme as postagens em redes sociais apontam quando afirmam que a greve é de interesse político e sindical.

O discurso publicitário desmobilizador usado pelo *Ifood* para dispersar o Breque dos Apps é, não por coincidência, extremamente semelhante ao conteúdo das falas de Datena sobre o Estado. Conforme já apontamos, é uma *continuidade* nas falas de Datena o rebaixamento do AIE política. A política, no discurso de Datena, é o reino da corrupção, o mal maior, e, ao mesmo tempo, o lugar de onde se demanda, superficialmente, os direitos que onerariam as empresas privadas, de modo a desobrigá-las de qualquer contrapartida social.

Há, nas falas mapeadas do apresentador, uma ideia de ineficiência do Estado, que por vezes acontece em comparação com a iniciativa privada, como observa Jáuregui (2015) em relação ao um programa de 8 de novembro de 2013, quando o apresentador comentava o aumento do IPTU em São Paulo e afirmava que esse aumento dos impostos não é revertido em saúde e educação. Jáuregui (2015) observa que Datena defende um modelo de Estado em que os impostos são considerados indignos (ou dignos de revolta), e reivindica um entendimento de que o dinheiro público é mal aplicado por causa da corrupção. O dinheiro bom seria o que está na mão do cidadão, e o ruim o que está na mão do Estado. Esse discurso é, porém, construído de maneira complexa, fazendo parecer que o que se defende é um Estado de bem-estar social, com serviços de saúde e educação universais, gratuitos, e de qualidade, mesmo que a conta “menos impostos e mais serviços públicos” não feche. Essas reivindicações não poderiam ser mais próximas do que Jessé Souza (2009) identifica como um economicismo que perpassa as ciências sociais e desemboca em uma apropriação pelo senso comum, e que cria uma noção patrimonialista de

uma falsa oposição entre mercado como reino paradisíaco de todas as virtudes e o Estado identificado com a corrupção e o privilégio. Essa oposição simplista e absurda - que ignora a ambiguidade constitutiva de ambas as instituições -, (...) é o que permite, no Brasil de hoje, que a eternização dos privilégios econômicos de alguns poucos seja 'vendida' ao público como interesse de todos na luta contra uma corrupção pensada como 'mal de origem' e supostamente apenas estatal (SOUZA, 2009, p.17).

Para mostrar a continuidade desse discurso em *Brasil Urgente*, vale mencionar que oito anos antes, no dia 01 de setembro de 2005, Datena fazia os mesmos comentários indignados que dão a entender uma impossibilidade de funcionamento do Estado sobre um caso totalmente diverso: a deliberação do Conselho de Ética da Câmara em relação a Roberto Jefferson. O apresentador apontava, sem desenvolver ou aprofundar o assunto, apenas criticando a forma das discussões, para uma ineficiência no funcionamento da Comissão. O resumo da deliberação feito pelo apresentador foi voltado apenas para o tom dos congressistas: "essa é a Comissão de Ética da Câmara, não é? Esse povo eleito pra legislar em nome do cidadão brasileiro. E essas discussões, não é, um falando alto daqui, outro falando alto de lá". Prevalece, nessa fala de 2005, a ideia de que a política é apenas bate-boca, briga, e que o cidadão paga pela manutenção de um sistema de privilégios em que a deliberação não funciona por falta de punição. Em 20 de setembro de 2019, quando o líder do governo Bolsonaro no senado, Fernando Bezerra Coelho, colocou o cargo à disposição ao ser investigado pela Polícia Federal, Datena, então apoiador do governo, discursou sobre como era impossível separar o joio do trigo na política e, novamente, afirmou a importância maior do Aparelho Repressor frente ao AIE política. Nesse tom, o apresentador chega a afirmar: "houve exagero na Lava-Jato? Se houve, puna-se quem exagerou, mas não deixa bandido solto". Como solução para um punitivismo exagerado da operação Lava-Jato, então, a proposta do apresentador é mais punição. Há, em momentos diversos e sobre assuntos diversos, uma ideia de ineficiência total da política, em que só a punição é resposta possível.

A demanda é, assim, pela ênfase do Estado burguês, que funciona apenas como protetor dos direitos privados. Na propaganda do *Ifood*, politicagem e sindicatos aparecem como os vilões. Nas falas de Datena, políticos em geral o são, e a deliberação política é mal vista, é um bate-boca que gasta dinheiro público. A demanda de que o Estado funcione para que as demandas dos trabalhadores não se voltem para a iniciativa privada existe, no caso do *Ifood*, quando os publicitários plantam a demanda por vacinação prioritária, e no caso de Datena, na ênfase do Aparelho Repressor, que protege a propriedade. De acordo com a historicização das relações de trabalho desenvolvida por Regina Fontes (2014), surge no capitalismo moderno o deslocamento dos custos da contenção das tensões do patronato para o

Estado, que assumiu políticas de saúde, educação, moradia, etc., além da repressão policial. Essas são as demandas que vemos enfatizadas tanto na campanha do *Ifood* quanto em *Brasil Urgente*.

Althusser (1996), e antes dele o próprio Marx, já apontam para este funcionamento como o padrão do mundo capitalista. O Estado funciona, assim, como a máquina que possibilita a exploração, a reprodução das condições de produção e da mão-de-obra, enquanto o lucro gerado por essa exploração fica nas mãos da iniciativa privada. O que acontece nos discursos estudados (tanto o de *Brasil Urgente*, que estudamos aqui, quanto o da publicidade contratada pelo *Ifood*, sobre a qual fizemos este breve estudo de caso) é a demanda por uma ênfase neoliberal desse mecanismo de funcionamento. Ainda que haja o disfarce de uma fala em prol de um Estado de bem-estar social, como acontece quando Datena, em 2013, afirma que o dinheiro dos impostos não é revertido em saúde e educação, ou quando a o Marketing 4.0 afirma que "ganhar mais todo mundo quer", o que se defende, a fim e a cabo, é um Estado cada vez mais repressor, que dê conta de proteger a propriedade privada e oferecer as condições mínimas de reprodução da mão-de-obra. O Estado, nesses discursos, funciona como Dardot e Laval (2016) afirmam que a racionalidade liberal funciona: uma extensão do mercado.

Se a campanha publicitária do *Ifood* para a desmobilização da greve funciona de modo parecido com o discurso de Datena quando trata de difamar a política, mas demandar do Estado para poupar a iniciativa privada, conseguimos compreender que tipo de Estado se defende nessas falas. O que é próprio do funcionamento deliberativo da política, do debate e da disputa, é desqualificado. Na propaganda do *Ifood*, isso acontece por acusações de politicagem, envolvimento de sindicatos na greve, e da ideia de que os entregadores serviram como massa de manobra. Nas falas de Datena, passa por ridicularizar processos institucionais deliberativos, por demanda para que o Aparelho Repressivo se sobreponha à política, por acusações de corrupção do Estado e apontamento desta corrupção como raiz de todo o mal - que, conforme Souza (2017), é uma forma de apagamento do problema real da sociedade brasileira: a desigualdade.

No dia 30 de janeiro de 2018, por exemplo, Datena comenta, com Rodolfo Schneider, então diretor de jornalismo da Band do Rio de Janeiro (hoje diretor nacional de jornalismo da Band), a morte de um policial militar em serviço na Ilha

do Governador. Durante a mesma megaoperação também morreram, de acordo com a notícia dada por Schneider, três pessoas no Jacarezinho, e mais três na Rocinha: dois supostos bandidos e uma moradora atingida por uma bala perdida. A resposta de Datena à fala de Schneider, que aparece no telão na redação do Rio (FIG. 25), é a seguinte:

O governador Cabral tem hoje sua vigésima primeira acusação pela Lava-Jato. O Garotinho saiu da cadeia, a mulher dele também. Os dois ex-governadores do Rio de Janeiro. A gente cansa de falar aqui que os índices de criminalidade do Rio de Janeiro cresceram depois que saquearam - que o Cabral, por exemplo, ele e a turma dele, saqueou o Rio de Janeiro, quebrou o Rio de Janeiro. Polícia sem receber, servidor sem receber. Depois que políticos nacionais e locais aí quebraram a Petrobras, arrebutaram a Petrobras, os crimes todos cresceram. De vez em quando eu tenho vontade de ser político pra partir pra cima desses caras, ver quem é ladrão mesmo, quem não é ladrão. Começar a investigar esses institutos de pesquisa... (DATENA, 2018).

Ainda que a polícia seja tratada, na narrativa de programa, como o herói, o policial não é visto em nenhum momento como um trabalhador com direitos. A fala do apresentador chega a criticar o momento em que os salários dos policiais não estavam sendo pagos em dia pelo governo do estado, já que, conforme mencionamos, essas demandas superficiais por um bem-estar social permeiam o discurso. Mas o foco desta fala sobre atrasos de salários é o da incompetência do governador, e não o dos direitos dos servidores. A morte em serviço não é colocada como uma questão relativa ao mundo do trabalho. A culpa pela morte do policial em serviço é atribuída, sem justificativa, à corrupção do Estado, da mesma forma que a criminalidade. O discurso não passa pela desigualdade, mas pela demanda de um Aparelho Repressor que se sobreponha à política, pois essa esfera, segundo o que se diz em *Brasil Urgente*, é a responsável pelos problemas do país, que se resumem à desonestidade dos políticos. O próprio apresentador afirma, quando diz que "a gente cansa de falar aqui", a frequência com a qual esse discurso se repete.

As falas livres de Datena sobre as reportagens, indicamos anteriormente, são marca do gênero que chamamos de telejornalismo vespertino. O apresentador-diretor, que se coloca como figura central e transforma os próprios discursos no discurso do programa, tem uma autoridade no gênero. O que vemos aqui, para além disso, é uma chancela institucional ainda maior às falas de Datena: um diretor de jornalismo da emissora é quem aparece, no telão em segundo plano (FIG. 25),

dando as notícias do Rio de Janeiro em nota e dialogando com o apresentador enquanto ele faz suas conjecturas e afirmações.



Figura 25: Datena e Rodolfo Schneider

Fonte: gravação de *Brasil Urgente* de 30 de janeiro de 2018

Percebemos, assim, pela participação de Schneider como jornalista no Rio, que o que se diz no programa se mistura com um discurso institucional da emissora. Quem atribui a criminalidade à corrupção do Estado, é o Datena, *Brasil Urgente* e, em última instância, a Rede Bandeirantes.

Colocamos aqui em paralelo a campanha criada para desmobilizar a greve dos entregadores e o discurso de *Brasil Urgente* por duas principais razões: a primeira delas é que a agência de publicidade escolheu um discurso que fala ao senso comum de maneira muito próxima de *Brasil Urgente*, tanto em conteúdo, embora não trate de demandas por repressão, quanto na forma, com a linguagem coloquial. As acusações de politicagem são semelhantes, e o trabalho como valor máximo também. Isso nos indica a penetração social desses discursos. Se nossa pesquisa de mediação traz a pergunta sobre como os discursos proferidos no programa circulam, e se entendemos que eles não são criados nas falas de Datena e nem se limitam a elas, nos interessa perceber as afinidades entre as falas do apresentador e os acontecimentos políticos. Entendemos, assim, que quando Datena fala indignado sobre a corrupção, os problemas do funcionamento da estrutura deliberativa do Estado, se revolta contra impostos, mas faz demandas (sem propostas) em relação à saúde e à educação, o que ele faz é formalizar e organizar em discurso uma certa lógica neoliberal externa e anterior ao programa.

A segunda razão para trazermos a questão da greve dos entregadores para este estudo é que ela importa para rebater o argumento de que a questão de classe estaria ultrapassada. O ponto central do argumento aqui é o de que afirmar o fim do trabalho, do trabalhador ou da questão de classe no Brasil contemporâneo é precoce. Se há tentativas - pagas e caras - de dispersar a noção de classe ligada ao trabalho, como nos mostra o breve estudo de caso da contratação de uma agência de publicidade pelo *Ifood* para dispersar a greve dos entregadores, ainda há classe. E se há classe, é importante que ela, como chave de análise, esteja presente no estudo de um produto televisivo que afirma falar o tempo todo ao trabalhador.

Observamos, assim, que a fala de Datena *interpela* o espectador como trabalhador. Ao dizer "você, trabalhador que me assiste", o apresentador recorre a uma constituição externa do sujeito: o espectador, ao se indignar com os casos expostos pelo programa e assistir ao discurso do apresentador, é colocado em uma categoria moral que é a de trabalhador. Importa em alguma medida, como já argumentamos ao tratar da ralé, sua capacidade produtiva: o trabalhador não é o marginalizado da sociedade. Mas o que importa mais para que essa categorização pela *interpelação* possa acontecer é uma certa cumplicidade ou conluio em torno de valores defendidos no programa. Um certo consenso acerca de que a criminalidade e a corrupção são opostos diametrais às características morais de um trabalhador, uma separação entre "nós" e "eles", culpados e vítimas.

Han (2014) aponta certamente para o trabalhador como essa categoria moral contemporânea. Considerar como dada a impossibilidade de um movimento de classes, porém, é incoerente com o discurso desmobilizador que observamos em *Brasil Urgente*. Se existe necessidade de disputar pela desmobilização, é por que há, em alguma medida, uma disputa, um discurso contrário. Se, no já abordado caso das jornadas de junho de 2013, quando o resultado da enquete contrariou o apresentador, Datena insistia que era contra manifestações "com baderna", isso só ocorre porque a estabilidade da ordem social está sempre em disputa.

O uso das palavras "trabalhador" e "trabalho" ligados a uma categoria moral e desatrelados da questão de classe, por Datena, é mais uma das razões de classificarmos o discurso do apresentador como desmobilizador. Em 30 de janeiro de 2018, quando comenta uma reportagem da qual já tratamos aqui, o caso do assassinato de um aposentado por um ex-interno da Febem que prestava serviços

em seu sítio e em sua casa de praia, o apresentador usa repetidamente a palavra "canalha" para se referir ao prestador de serviços que cometeu o assassinato. Ao falar da vítima, porém, Datena escolhe as seguintes palavras: "o senhor que passou a vida inteira trabalhando, pagando seus impostos, criou um pequeno paraíso para passar os dias com a família e foi assassinado". Ser trabalhador ou canalha para o apresentador, portanto, não está relacionado a de fato realizar trabalho, mas a ser classificado como criminoso ou vítima. O prestador de pequenos serviços que matou o homem que o contratava não é classificado como trabalhador, ainda que o fosse. Trabalhador e assassino se tornam adjetivos incompatíveis. A vítima do assassinato, o aposentado dono do sítio e da casa de praia onde o assassino trabalhava, este sim é entendido como trabalhador - ainda que o fato de possuir um sítio que Datena descreveu como "pequeno paraíso" e uma casa de praia, em um país desigual como o Brasil, seja um forte indicativo de que o homem não pertencia à classe trabalhadora.

Virgínia Fontes (2014) reconhece que há um recuo contemporâneo na consciência de classe. Para a autora, (a) o funcionamento do Estado como organizador da precarização do trabalho é uma das principais causas para este fenômeno. Junto com isso, (b) a contemporaneidade traz uma confusão entre os conceitos de emprego e trabalho, e o apagamento dessa distinção torna aceita a realização de trabalhos sem a garantia do emprego. (c) Há, ainda, uma crença no fim do trabalho, decorrente da falsa ideia de que o capital financeiro pode se reproduzir sem ele. (d) Os processos de sujeição do trabalhador se tornam cada vez menos óbvios, pois a contemporaneidade traz a ocultação dos proprietários dos recursos sociais de produção. Isso acontece tanto pela concentração cada vez maior de riquezas, que torna os proprietários dos meios de produção cada vez mais inacessíveis, quanto pela uberização do trabalho, já que a mediação da plataforma elimina o contato com o patrão ou empregador.

(e) O apagamento da história de classes de movimentos feminista e anticolonialista também faz com que seja possível desvincular, ao menos a nível de discurso, algumas demandas por inclusão de grupos minoritários da luta contra a exploração do trabalho. (f) A aceitação tácita do capitalismo como insuperável, que é também parte de um apagamento da historicidade dos processos, é, como vemos na obra de Han (2014), componente da mentalidade - e mesmo da crítica -

contemporânea. Parece mais fácil aceitar a ideia de auto exploração do trabalhador do que vislumbrar um caminho para o fim dessa exploração. (g) A expropriação burguesa das conquistas populares ancoradas no Estado, que acontece em forma de retirada de direitos conquistados, como aconteceu no Brasil com as reformas trabalhista e da previdência. (h) A dessolidarização dos trabalhadores com a criação de uma hierarquia de direitos. (i) A insegurança social crescente pelo aumento da concorrência no interior da classe trabalhadora, com intensificação de políticas violentas do Estado para conter essas massas trabalhadoras.

O que a autora observa é que o Estado impõe como necessárias, naturais ou incontornáveis as exigências do capital frente ao restante da população, e assim consegue apoio para as políticas de retiradas de direitos dos trabalhadores. A retórica é a de que ou há reduções de direitos trabalhistas ou o desemprego - ainda que, na prática, aconteçam as duas coisas simultaneamente. Ao mesmo tempo, os trabalhadores, sem acesso a direitos e contratos de trabalho, passam a rejeitar o formato emprego devido às contradições expostas, ora denunciando-o como privilégio, ora aderindo a formatos que se colocam como libertação. E essas formas de trabalho são vantajosas para a iniciativa privada, mas também para o Estado, que esconde sua ineficiência em gerar empregos formais. Nosso papel aqui é entender como esses discursos se configuram e circulam no programa em estudo.

Quando Datena afirma que é necessário punir com mais rigor, apresentando o aumento de penas como a solução para qualquer problema exposto pelas reportagens - desde assassinatos passionais à corrupção política - o que se faz é uma defesa de políticas violentas de contenção por parte do Estado. A primeira e mais óbvia forma pela qual a política de contenção beneficia a organização burguesa do Estado é a proteção da propriedade privada. Furtos, assim como crimes violentos, são tratados no programa como problemas de moral, falta de punição, justificativas para a violência policial e provas de que penas mais longas são necessárias.

Para além da proteção da propriedade, a política de contenção é também uma maneira de lidar com o excedente de mão-de-obra e com as pessoas que não desenvolveram as habilidades necessárias para o trabalho contemporâneo, conforme abordamos ao tratar da ralé. Não há possibilidade de pleno emprego no capitalismo. São necessárias, assim, outras formas de lidar com a população desempregada - e o cárcere é uma delas. O punitivismo, assim como os trabalhos

intermitentes e sem direitos, serve como forma de ocultar o fracasso do Estado na geração de empregos, eliminando o excedente de mão-de-obra do convívio social. O capitalismo neoliberal, cuja ideia principal deixa de ser a troca e se transforma na concorrência, como apontam Dardot e Laval (2016), precisa de uma política eficiente de contenção dos supranumerários: essa é a serventia da política do encarceramento em massa.

A tradição marxista entende a classe como o lugar ocupado na divisão social do trabalho. Souza (2009), a partir de Bourdieu (1987), faz um estudo das classes sociais entendendo que, para além do lugar ocupado na divisão do trabalho, a classe diz da origem e do destino comuns a um determinado grupo de pessoas. Essa ideia de origem e destinos comuns fala, além da classe, da imobilidade social. Essas duas perspectivas são apagadas quando, na disputa por significados, o discurso de *Brasil Urgente* coloca a palavra "trabalhador" como sinônimo de vítima ou pessoa honesta. Esse afastamento entre trabalho e classe social desmobiliza, ainda, por tornar impossível enxergar que tipo de demanda em comum têm as pessoas classificadas como trabalhadoras.

Se entendermos o termo "trabalhador" sob a ótica marxista, compreendemos que há, entre pessoas deste grupo, demandas comuns: o fim da exploração, ou, ao menos, a conquista de direitos trabalhistas a serem assegurados pelo Estado. Redução de jornada, direito a férias e licenças remuneradas, aposentadoria, salários justos interessam a todas as pessoas deste grupo.

Se, por outro lado, entendermos a classe social dos trabalhadores partir da perspectiva de Souza (2009), de que são pessoas que compartilham origem e destino comuns, compreendemos que a demanda dos trabalhadores seria pela possibilidade de redução das desigualdades, ascensão social, acesso a um sistema educacional mais justo e a assistência da sociedade para que as famílias sem recursos possam criar seus filhos.

O entendimento moral de Datena do termo trabalhador, porém, dá origem a um grupo bem menos coeso. O aposentado assassinado pelo prestador de serviços, a jovem mãe assassinada pelo ex-marido, o dono do mercado que foi assaltado, o próprio Datena, o espectador, não têm, entre si, demandas comuns para além de um punitivismo exagerado. Não há lei ou medida de garantia de direitos que beneficie

a todos eles, pois são um grupo heterogêneo de pessoas que ocupam funções diferentes na divisão social do trabalho, e têm origens e destinos diversos. Ao deslocar para a moral o conceito de trabalhador, o que o discurso de Datena faz é criar uma afinidade entre trabalhador e vítima (ou potencial vítima) de um crime, pois trabalhador se transforma em sinônimo de "inocente". Desta forma, a única demanda comum possível é o aumento das penas e punições para os que não o são.

Retomamos, assim, uma das perguntas que orienta esta pesquisa: por que a cumplicidade e o conluio dos espectadores com discursos que podem se voltar contra eles mesmos? Aqui já se torna possível apontar para uma resposta: só entenderíamos que os espectadores de Datena são as mesmas pessoas que ele condena em sua fala se usarmos muito superficialmente a lógica de classes.

Em 2016, quando a Rede Bandeirantes disponibilizava em seu site, em uma aba para anunciantes, o perfil de espectadores de *Brasil Urgente* (que consta na nota de rodapé de número 4) era bem dividido em relação a classes sociais: 31% dos espectadores pertencem às classes A e B, 43% à classe C e 26% às classes D e E. Em comparação com os outros produtos da emissora, *Brasil Urgente* era um dos que tinha a audiência melhor distribuída.

A questão está na forma como a pesquisa de audiência é desenvolvida (que serve bem aos anunciantes): é uma pesquisa por renda. Se seguirmos a lógica de Souza (2009), compreendemos que o economicismo não resolve a questão da identificação da ralé, o grupo mais marginalizado da sociedade. O fato de Datena ter 26% de seus espectadores na faixa de renda considerada a das classes D e E não significa necessariamente que ele fale para o grupo marginalizado. Há, na compreensão das classes sociais por faixas de renda, uma imprecisão que não dá conta de questões intimamente relacionadas à marginalização, como a educação e a socialização. Elas estão, é claro, relacionadas à renda, mas não se resumem a ela.

Em um exemplo, o que faz com que Paulo Sérgio, o jovem ridicularizado pela repórter Mirella Cunha e o âncora Uziel Bueno em *Brasil Urgente Bahia*, tenha sido exposto como foi, e que isso seja aceito na televisão, não é apenas a sua renda. Há determinadas "virtudes do pobre honesto" que passam pela socialização para o trabalho e pela aquisição de conhecimentos úteis, que não podem ser medidas imediatamente pela faixa de renda. Paulo Sérgio não sabia a diferença entre um

exame de corpo de delito e um exame de próstata, mas o espectador modelo, espectador suposto pela produção do programa, sim - por isso o jovem se torna uma piada. Eles, apesar de possivelmente ocuparem a mesma faixa de renda, são partes de grupos diferentes. Para Souza (2009), é a diferença entre trabalhador e ralé. Para Datena, entre o trabalhador de bem e o canalha.

Rocha e Torres (2009), colaboradores de Souza (2009), apontam para um mecanismo de projeção simbólica dentro da própria ralé relacionado às igrejas neopentecostais: em seu discurso antagonizante, a religião, além de trabalhar a lógica prospectiva de pensamento, cria bodes expiatórios, que se tornam, na retórica responsáveis por todo o insucesso do pobre honesto. A forma de vida do "bandido", do "perdido" e do "delinquente" suja a vida do vizinho, que desenvolve o pensamento prospectivo e busca ascensão social mesmo com uma situação de classe desvantajosa. Por isso, tanto na retórica das igrejas quanto na de *Brasil Urgente*, eles precisam ser combatidos, e a diferenciação passa por uma questão de honestidade e moral individual.

3.3 Populismo e (é) discurso - o bandido, o cidadão de bem e a interpelação

O discurso antagonizante, além de estar em *Brasil Urgente* e nas igrejas, está em uma forma específica de se fazer política. Se argumentamos, no capítulo anterior, que o discurso de Datena é desmobilizador no sentido de classe, é importante questionar, sendo este um estudo de circulação, de que forma ele é criado para *mobilizar*.

Os antagonismos criados na fala do apresentador e na seleção noticiosa de *Brasil Urgente*, que funcionam como uma *interpelação* do público, orientam um caminho para a pesquisa. Se a interpelação é o momento em que o apresentador fala diretamente ao espectador, levando a ele um sistema classificatório externo e anterior ao indivíduo para a disputa de significados do ato de fala, compreendemos que a retórica que trabalha com conceitos fortes e antagônicos de bem e mal, mocinho e bandido, é uma abordagem potente. A mobilização passa pela *interpelação*, e a interpelação pelas categorias - que, vamos argumentar a razão,

entendemos como uma retórica populista - opostas de honesto e desonesto, cidadão de bem e bandido, decente ou canalha.

Apontamos, ao tratar de classe, para uma negativa: as falas de Datena não contribuem para que se crie laços entre pessoas que ocupam cargos comuns da divisão do trabalho, ou mesmo entre pessoas que têm origens e destinos semelhantes. Mas ao mesmo tempo é explícita, nas falas proferidas pelo apresentador e na seleção de reportagens do programa, a separação entre grupos. Há um "nós" e um "eles". Os "cidadãos de bem" contra os "bandidos". Os "trabalhadores" contra os "marginais". Há, assim, uma outra forma de mobilização, uma *interpelação* diferente da questão de classe, que ganha força no discurso de Datena, e que, conforme reforçamos constantemente no estudo de mediação, não está presente apenas em *Brasil Urgente*. Neste caso apontamos, com Rocha e Torres (2009), para a semelhança entre a retórica de Datena e a das igrejas neopenteostais.

Esta retórica de criação de um grupo inimigo, diferente, responsável, de alguma forma, por todas as mazelas sociais, é uma *continuidade* no programa. Desde as transcrições dos programas de 2005 até as últimas edições de *Brasil Urgente* que mapeamos, em 2020, a separação semântica da sociedade entre dois grupos, um de pessoas dignas e trabalhadoras e outro de bandidos, permanece.

Laclau (2013), ao tratar de populismo, afirma que seu discurso atua sob uma lógica de equivalência e diferença: é necessário criar um “nós”, buscando traços comuns entre grupos heterogêneos. A única forma possível para a criação dessa identidade é a criação de um “eles”, um grupo oposto, que delimita a fronteira de quem somos "nós". Essa separação, que só existe se há um contraponto, é essencial para a construção discursiva de uma unidade. É assim que se cria e se reforça a ideia de povo. Em palavras do autor:

Primeiro, se tivermos um conjunto puramente diferencial, sua totalidade tem de estar presente em cada ato individual de significação. Aprender conceitualmente essa totalidade é a condição da significação enquanto tal. Em segundo lugar, para apreender essa totalidade conceitualmente temos de apreender seus limites, isto é, temos de diferenciá-la de outra coisa que não é ela. Essa outra, porém, só pode ser outra diferença, e como estamos lidando com uma totalidade que engloba todas as diferenças, essa outra diferença – ela provê o fator externo que nos permite constituir a totalidade – seria interna, não externa a essa totalidade (LACLAU, 2013, p.118).

A construção de uma totalidade a partir de seus limites, ou seja, a ideia de que somos iguais por sermos diferentes de um terceiro, é uma das bases da retórica populista. A demonização de alguns setores do corpo social serve, assim, para que essa sociedade afirme sua própria coesão, estabelecendo significados compartilhados e reduzindo discursos antagonizantes em busca de uma hegemonia, que está sempre em disputa e nunca é alcançada plenamente:

o traço que possibilita a mútua identificação entre membros de um grupo é um ódio comum de algo ou de alguém. A equivalência, porém, é precisamente aquilo que subverte a diferença, e assim toda identidade é construída no bojo da tensão entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência (LACLAU, 2013, p. 119)

Percebemos, assim, que um dos principais traços da retórica de Datena em *Brasil Urgente* é colocado, pelo autor, como uma característica de um discurso político populista. O que tratamos como discurso indignado é, muitas vezes, uma forma de *interpelação* que direciona o ódio para um grupo de pessoas, não necessariamente coeso, que é considerado responsável pelas faltas da sociedade.

Pela lógica da equivalência e da diferença, pela criação circunstancial de grupos não exatamente coesos, mas que se entendem como tal a partir da criação de um "nós", que é diferente de em "eles", conseguimos entender, ainda, mais um apontamento relativo ao nosso problema de pesquisa: discursos abertamente violentos como os de *Brasil Urgente* são aceitos na televisão aberta porque cria-se, a partir da retórica populista e da formação de um povo, a ideia de que as pessoas que assistem o programa não são as mesmas atacadas por ele. Há a criação de uma identidade, a do cidadão honesto, em oposição a todo o resto, e o discurso se organiza de forma a dar coesão, uma ideia de "povo", a todo esse grupo que se entende como honesto ou "de bem".

Para Laclau (2013), apesar de toda a imprecisão conceitual acerca do populismo, e contanto este tenha se tornado um conceito acusatório, ele é, na verdade, apenas um modo de fazer política. Para o autor, a construção discursiva e a construção social são a mesma coisa. O discurso, para Laclau, é um agir político, então quando se investiga o discurso, se investiga a política. A abordagem de Laclau (2013) sobre populismo nos interessa, assim, especialmente, por ter uma lógica semelhante à da pesquisa de mediação: entendemos, neste trabalho, que a análise

do discurso como um agir político nos leva a uma investigação acerca da sua circulação, que é a prática política em si. O discurso do programa não existe separado do espectador, e seu estudo por um tempo estendido dá a ver essa relação, a partir das readequações da fala para que ela permaneça apelativa. A retórica do programa se adequa às expectativas do público ou, ao menos, ao que a produção é capaz de perceber e usar delas. O público, por sua vez, faz uso daquele discurso de formas diversas, seja para a cognição da vida cotidiana, para a sustentação de seus posicionamentos políticos, para o amparo de determinados valores morais, para entretenimento ou expiação.

Laclau (2013) não usa em seu estudo sobre populismo, como aqui também evitamos, a ideia simplificada de massa. A própria ideia de um populismo radical de esquerda na América Latina entusiasma o autor, pois ao contrário do que se entendia como populismo nos anos de 1950 a 1970, quando o fenômeno se tornou uma "obsessão acadêmica" (WAISBORD, 2013, p.28), a proposta de Laclau é que não se entenda o populismo como manipulação midiática das massas, ou mesmo como um sistema político autoritário, mas como uma organização discursiva característica do fazer político em si.

Sacramento e Roxo (2013) adotam uma perspectiva diferente da de Laclau (2013) ao classificar *Balanço Geral*, programa concorrente de *Brasil Urgente*, como populista. Para os autores, o populismo está voltado para a manipulação dos interesses do público. Os autores afirmam:

Na tradição política brasileira, popularização não rima com democratização e sim com populismo, termo símbolo de uma época definida como autoritária. Explorando as dimensões culturais desse conceito, identificamos as estratégias de *Balanço Geral* como populista, por manipular a vontade popular e/ou curvar a prática profissional dos jornalistas à tirania do público (SACRAMENTO, ROXO, 2013, p.3).

O populismo, sob essa perspectiva, estaria ligado a uma ideia de comunicação massiva, ao autoritarismo, e sua definição passa por fatores como apresentadores-jornalistas carismáticos, influência dos antigos programas de auditório, performance cênica verborrágica, recursos melodramáticos, ênfase na violência urbana. Falta uma diferenciação essencial: quando tratamos do populismo Latino Americano em seu tempo, entre os anos de 1930 e 1950, havia um controle

muito mais direto dos meios de comunicação pelo Estado. Por isso, entre outras razões, se perpetuava essa ideia de comunicação massiva manipuladora ou rebaixada à tirania do gosto popular. Para um estudo contemporâneo, em que o controle dos meios não é direto e está, também, sujeito a disputas políticas e econômicas, optamos pela perspectiva que compreende o populismo como uma retórica política, uma forma de disputa pelo discurso capaz de formar uma maioria política circunstancial para a conquista de uma hegemonia que está sempre em contestação.

Waisbord (2013), já compreende, em alinhamento com Laclau (2013), que o populismo é discurso. O autor, contudo, acredita que todo discurso midiático comercial, (especialmente na América Latina, onde apresentadores de TV e rádio frequentemente se candidatam a cargos eletivos, como é o caso de Datena) é um discurso populista. Isso porque a própria definição de comercial faz com que ela se volte para o gosto popular, e este "conteúdo social" é entendido pelo autor como definidor do populismo ou do neopopulismo. Para ele:

todas as sociedades de mídia comercial saturadas nutrem, glorificam e reforçam o discurso populista. A ideologia populista não existe incidentalmente nas palavras de oficiais públicos; ela impregna todos os cantos da vida pública que estão sob a potente vigília da mídia. Com um apetite implacável para o que choca e reúne grandes audiências, a obsessão da televisão comercial é ser amada pelas pessoas. Por definição, ela se curva aos gostos populares e rejeita a cultura elitista por completo (WAISBORD, 2013, p. 48).

O mesmo autor, contudo, percebe a falha neste conceito de populismo relacionado a um conteúdo que atrai o público e se adequa a seus gostos. Ele percebe que essa noção de populismo tem, como pressuposto, uma percepção da mídia quase como uma agulha hipodérmica

o conceito de populismo é construído sobre premissas questionáveis para estudar as relações entre mídia e organizações políticas, mídia e liderança, mídia e ideologia. Visões da irracionalidade da massa, audiências passivas e ingênuas, e dos efeitos da mídia como uma agulha hipodérmica que reinaram supremas nos estudos de opinião pública e de mídia nos anos 1950 e 1960, profundamente influentes no entendimento do populismo latino-americano. (...) Mesmo estudos recentes continuam a associar o populismo com o uso da mídia de cima para baixo para perpetuar a liderança carismática e a ideologia nacionalista em meio às massas irracionais e manipuladas (WAISBORD, 2013, p.35-36)

O que fica como elemento definidor do conceito de populismo e o une ao neopopulismo é portanto, para Waisbord (2013), a combinação de autoritarismo e personalismo. Ainda que aponte para as afeições entre populismo e discurso, o autor busca defini-lo como uma prática política, que, segundo ele, se afasta de elementos democráticos. Seria fácil, a partir dessa perspectiva, listar as características que fariam de *Brasil Urgente* um programa populista: a liderança de Datena, suas pretensões políticas - desde a escrita do projeto desta tese até sua conclusão, o apresentador chegou a anunciar que se candidataria nas eleições de 2016, 2018, 2020 e 2022 -, o conteúdo cada vez mais voltado para a temática policial. Esses apontamentos, contudo, seriam inférteis, já que dariam origem apenas a uma categorização, que nada nos diria das *interpelações* ou da circulação do programa.

Em contraponto a estes autores, e de acordo com a perspectiva que adotamos aqui de estudo de mediação, Laclau (2013) rejeita o uso do termo populismo como definidor de um "conteúdo social". Se o entendêssemos como uma defesa de interesses específicos, permaneceria a incógnita com relação aos motivos pelos quais o populismo como forma de expressão política e social se tornava "necessária" em determinados contextos históricos e culturais, resposta difícil de obter. A partir do momento em que colocamos o discurso como centro da análise, é possível abordá-lo como uma prática discursiva, e não como uma plataforma de governo. Essa compreensão de populismo proposta por Laclau (2013) não expressa, necessariamente, interesses de classe semelhantes. Seria possível, portanto, tanto um populismo de direita quanto um de esquerda.

O populismo pela definição de Laclau que adotamos aqui é, em última instância, o esforço de formação de maioria necessário à própria política. "O populismo é o caminho para se compreender algo sobre a constituição ontológica do político enquanto tal" (LACLAU, 2013, p.115). É um discurso, uma construção coletiva sintetizada na ideia de povo, que pode servir a interesses políticos distintos de acordo com o momento e o grupo que faz uso dessa construção.

A lógica da equivalência e da diferença, que observamos ser constante no discurso de Datena, é, para Laclau (2013), uma busca por hegemonia que se dá na tentativa de fixar significantes vazios. É, para usar o mesmo vocabulário que adotamos anteriormente, pela perspectiva dos Estudos Culturais, uma disputa de

significados, mas abertamente em forma de discurso político e focada em conceitos específicos.

O autor conceitua *significante vazio* como uma totalidade, palavra ou conceito, que é reconhecido pelos demais, mas cujo significado é diferente para cada grupo que ouve. Se falo, por exemplo, sobre soberania nacional, é possível entender, a partir deste conceito, uma diversidade de políticas de Estado. Defender a soberania nacional pode significar desde uma política xenófoba de controle de fronteiras até um argumento contra a privatização de empresas estatais. Sob essa expressão, posso argumentar a favor de mais armamentos para o Estado, aumentando sua força militar, ou contra o imperialismo estrangeiro, a partir de políticas econômicas protecionistas.

Cada ouvinte, de acordo com sua convicção, formação, posicionamento político, atribui um significado a um *significante vazio*. Os grupos que buscam poder político lutam para fixar esses significados de acordo com seus interesses, tentando estabelecer consensos acerca dos *significantes vazios*, transformando-os em discursos hegemônicos. A hegemonia, por fim, é obtida quando determinado significado atribuído a um *significante vazio* é abraçado pela maioria da população. O *significante vazio* é, portanto, a possibilidade de construção da hegemonia. Ela é conquistada a partir do momento em que determinados termos se tornam unívocos para um grupo.

Mais um exemplo de *significante vazio* onde se disputa a hegemonia no Brasil contemporâneo é, conforme já citamos a partir de uma leitura de Souza (2009), o de "corrupção". Este conceito é compreendido como o principal problema do país desde a tradição acadêmica, Souza (2009) afirma, enfatizando as leituras do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda, até as conversas cotidianas. É unanimemente algo ruim: não há quem defenda a corrupção. As diferenças se dão em torno de o que se classifica como corrupção, a que grupo ela é atribuída e, a principal questão para Souza (2009), o apontamento de que ela seria a origem de todos os males, a despeito do grande problema do país ser a desigualdade, e não a corrupção. É um *significante vazio*, um conceito em disputa, que ganhou uma leitura hegemônica contra a qual o autor se posiciona. É, também, um *significante vazio* com grande poder eleitoral: os partidos e candidatos lutam para que a ideia

de "corrupto" se cole à imagem do adversário, e fortalecem a retórica de que a corrupção é a razão de todos os males do país.

Nos discursos de Datena vemos o uso constante de significantes vazios. Bandido, por exemplo, é um significante vazio que está relacionado tanto à violência urbana, quanto a crimes de furto ou à própria corrupção política. No início do programa do dia 02 de fevereiro de 2018, por exemplo, Datena discorda de uma entrevistada e enfatiza que qualquer crime pode fazer com que ele classifique alguém como bandido. A senhora, entrevistada pela equipe de reportagem, dizia que um roubo de carro não seria um problema tão grave se não estivesse sentada uma criança no banco de trás sem que os ladrões vissem. O apresentador discursa, contemporizando e afirmando compreender e respeitar o ponto de vista da entrevistada, mas também dizendo que todo crime pode levar à violência, e que, para ele, "bandido é bandido". Não há diferença, pois são todos relacionados à mesma desonestidade e violência generalizada. Da mesma forma, o apresentador chama de bandidos (e xinga, dizendo "canalhas! Vagabundos!") políticos acusados de corrupção. Essa disputa pelo significante vazio em torno do conceito de bandido funciona de modo a classificar, nos mesmos termos, crimes violentos e não violentos, crimes contra a vida, contra a propriedade privada ou contra o Estado. Este significante vazio, nos termos que Datena o reivindica, é em parte responsável pela mistura retórica entre corrupção e crime comum, e pela responsabilização da corrupção por tudo o que pode existir de disfuncional na sociedade, já que a corrupção vai, no discurso, para o mesmo patamar que a tortura ou o assassinato.

O significante vazio é útil como discurso, em parte, porque estabelece uma lógica da diferença em relação aos que estão fora ou aos que discordam. Ou se é bandido, ou se é vítima. Assim, todos os crimes se misturam, dando origem a um discurso indignado que mobiliza nos termos apontados por Laclau (2013): cria-se a ideia de "nós", de povo, acerca de valores ligados à honestidade, em um discurso populista que funciona como *interpelação*.

Na mesma edição do programa, a do dia 02 de fevereiro de 2018, o apresentador traz outros significantes vazios ligados à mesma lógica de criação de um povo: ao comentar uma apreensão de armas pela Polícia Militar, o apresentador critica o referendo (que chama de plebiscito) sobre o desarmamento ocorrido em 2005, trazendo os significantes vazios "gente de bem" e "nordestino bom". Ele

afirma: “desarmou gente com coragem, como o nordestino, baiano bom, desarmou todo mundo de bem, mas esqueceu de desarmar o bandido”. Com isso o apresentador usa estereótipos para trazer para a categoria "nós" os nordestinos e baianos, vítimas de xenofobia no sudeste e especialmente em São Paulo, onde fica a Rede Bandeirantes e de onde fala Datena, enfatizando que há "nós" e "eles" de origens diversas, e o que une todas essas pessoas é uma vontade de se opor ao crime. Assim, os "nordestinos bons", sendo honestos, deveriam ter o direito de portar armas de fogo para se oporem ao "eles", os desonestos.

Há ainda, nas disputas por significantes vazios do discurso de Datena, uma ideia de povo que passa, na lógica da equivalência e da diferença, por uma constante necessidade de afirmar que o pobre trabalhador é o "nós", e não o "eles". Conforme já citamos, desde 2005 o apresentador afirmava que os bandidos usavam o trabalhador honesto da favela como escudo humano para se esconderem, posicionamento que classificamos como uma *continuidade*. No mesmo programa de 02 de fevereiro de 2018, que decupamos em busca de significantes vazios em disputa, o apresentador comenta uma reportagem sobre o assassinato de um dono de bar em uma tentativa de roubo. Os vizinhos da vítima teriam dito, sem comprovação, que a empregada doméstica contratada pela família do dono do bar contou aos bandidos que ele guardava 40 mil reais em casa. Essa seria a motivação da tentativa de assalto seguida de homicídio. A conclusão do apresentador sobre o caso enfatiza a linha assumida pelo discurso de que ser "de bem" e "honesto" é uma questão moral individual, e não uma questão de classe: “tome cuidado com quem você coloca dentro da sua casa. Tem gente que é melhor do que gente da família, mas tem gente que tem inveja”. Há, no discurso de Datena, assim, o pobre honesto. Aquele que não o é, age de forma criminosa por razões ligadas à moral individual, como a inveja, e não pela desigualdade abissal do país.

No dia 13 de agosto de 2020, ao atuar como diretor, falando para a produção do programa o que deveria ou não entrar no ar, e com um tom de voz muito indignado, Datena afirma que não quer ver mais no programa reportagens sobre bailes funk ou bares abertos na favela durante o isolamento social da pandemia de Covid-19, a menos que os repórteres tivessem feito matérias sobre "balada de bacana" também. "Eu não sou candidato a nada, eu posso falar!", ele diz, afirmando uma certa independência que estaria ligada à negação do AIE política. E continua,

com o discurso inflamado: "imagem de bar de pobre eu não deixo entrar, tira daqui. Durante 43 anos eu fiquei no cheque especial, mas chega. Só no pobre, não".

Com essa fala, assim, Datena afirma a existência do pobre honesto e se coloca no lugar, como uma pessoa que teria sido pobre no passado. A verdade desse breve discurso autobiográfico importa menos do que seu efeito: o apresentador organiza a fala, assim, criando uma identidade entre ele e o pobre, um senso de equivalência, e se coloca, assim, como um defensor. No caso citado, o que se defendia não era, em última instância, um interesse de classe, já que a fala não demandava acesso a bens e serviços públicos ou redução da desigualdade social de qualquer tipo, mas um tratamento ao menos superficialmente semelhante pela equipe de reportagem. A reivindicação populista de Datena, que reunia pessoas pobres ao "nós" do discurso que opõe "nós" e "eles", era a de que fosse mostrado no programa que todos descumpriam o isolamento social, e que a desobediência não era uma questão de classe social - como nada, no discurso de Datena, parece ser.

No dia 5 de setembro de 2020, na mesma linha de se posicionar pela defesa dos pobres, o apresentador fez uma postagem nas redes sociais (primeiro no *Twitter*, e depois compartilhou a captura de tela em forma de imagem no *Instagram* e no *Facebook*) afirmando que, se pudesse, mandaria prender quem sobre o preço de cesta básica durante a pandemia (FIG. 26). O posicionamento expressa uma *continuidade* da linha retórica do apresentador: estão presentes, nele, o punitivismo, o discurso indignado e uma visão muito reduzida da política e da economia. Quem é, afinal, o responsável pelo aumento do preço da cesta básica que precisa ser preso? O dono do supermercado? O produtor? O ministro da economia? O discurso indignado fica, assim, sem direcionamento. Aponta-se para o problema, mas não para as causas, e a solução apresentada é sempre a punição. Há, ainda, uma *continuidade* na retórica sobre o pobre honesto: entende-se que há uma parcela da população sem acesso a um determinado bem por causa de um crime cometido por um outro grupo de pessoas, embora não seja explicitado quem é o grupo que se critica e por quê.



Figura 26: Preço da cesta básica

Fonte: *Instagram* oficial de Datena

Há contudo, nesta postagem, uma *ruptura*: neste momento de 2020, o apresentador começa a se distanciar politicamente de Jair Bolsonaro, contanto o discurso armamentista de ambos seja semelhante. A postagem, que parece à primeira vista, ser uma defesa, mesmo que superficial, do interesse da classe trabalhadora, é lida por parte dos seguidores da rede social apenas como uma afronta ao presidente.

Um dos usuários (FIG. 27) afirma que a emissora foi vendida e o caráter do apresentador também. Ele faz referência a uma notícia falsa que circulou em junho de 2020 de que a Rede Bandeirantes teria sido comprada pelo Partido Comunista Chinês, que estaria empenhado em um projeto de comprar todo o Brasil. A notícia falsa⁵⁶ circulou após a assinatura de um acordo de compartilhamento de conteúdo entre a Band e a China Media Group, em 2019, mas também logo após o posicionamento de Datena contrário a Jair Bolsonaro na gestão da pandemia de Covid-19 e a ruptura de relação entre o apresentador e o presidente, com a

⁵⁶ RÔMANI, Ítalo. Verificamos: é falso que TV Bandeirantes foi comprada pelo Partido Comunista Chinês. Agência Lupa, 06 de junho de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/06/26/verificamos-bandeirantes-comunista-chines/>>. Último acesso em 24 de maio de 2022.

divulgação, em 22 de maio de 2020, do vídeo da reunião ministerial que comprometia vários nomes do governo e o próprio presidente.

Outra usuária da rede social, após a postagem punitivista sobre o aumento de preços da cesta básica, chama Datena de "Judas" e "vira casaca", e diz para ele voltar para o PT. A *ruptura* do discurso, com o afastamento temporário entre Datena e Bolsonaro, concluímos, é percebida por parte do público, e se sobrepõe ao que parece uma defesa de interesses populares. Há, por parte de Datena, uma *interpelação*, uma tentativa de retomar um discurso de "nós" que coloca classes diversas no mesmo patamar: o do cidadão honesto que se dá mal por causa de outros, desonestos e bandidos. Essa interpelação, porém, não é eficaz com todo o público. Há, assim, uma dificuldade na disputa por significantes vazios. Mesmo o discurso punitivista, continuidade que funciona desde o início do programa para a criação de um "nós", um grupo de equivalências, parece não ter o mesmo resultado que em outros momentos, pois entra em confronto com uma outra identidade: a dos apoiadores do presidente, grupo em que Datena, antes, parecia estar. A *ruptura* no posicionamento do apresentador, portanto, gerou reação.

Outra usuária explicita a questão: ela afirma que Datena estava se achando melhor que o presidente. Essa fala ilustra a disputa de dois grupos por hegemonia em torno de um significante vazio, e a circunstancialidade de cada apoio. A disputa pelos significantes vazios é constante, e o que funciona uma vez, como é o caso do discurso de Datena sobre "mandar prender", não funciona sempre.

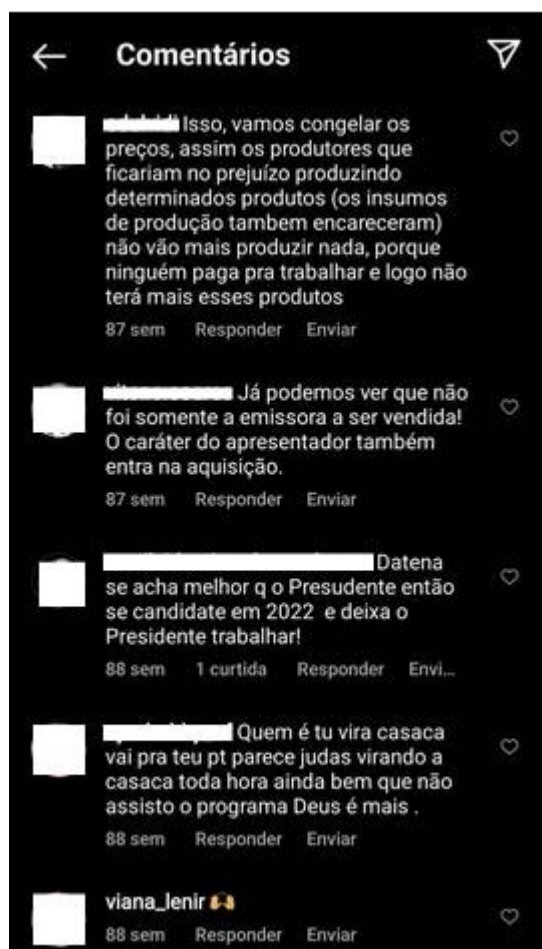


Figura 27: Repercussão postagem cesta básica

Fonte: *Instagram* oficial de Datena

Posteriormente, o apresentador modera o discurso de enfrentamento a Jair Bolsonaro, volta a entrevistá-lo, mesmo tendo afirmado, em maio de 2020, que não o faria mais. Datena chega a receber, como trataremos adiante, o pagamento de um cachê da secretaria de comunicação da presidência por *merchan* durante a crise da pandemia.

O primeiro movimento no sentido de reconciliação entre o apresentador e o presidente parece ter acontecido depois da pesquisa do Datafolha publicada na noite do dia 13 de agosto de 2020. Na mesma semana, Datena ameniza o tom das críticas a Bolsonaro que tinha começado a fazer de maneira incisiva durante a queda de popularidade do presidente, devida à condução das políticas de saúde durante a pandemia de Coronavírus. A pesquisa indicava a aprovação do presidente subindo de 32 para 37%, e a reprovação caindo de 44 para 34%⁵⁷. Essas alterações foram

⁵⁷ **Datafolha: aprovação de Bolsonaro sobe para 37%, a melhor do mandato, e reprovação cai para 34%.** G1, 13 de agosto de 2020, Disponível em:

atribuídas especialmente à distribuição do auxílio emergencial durante a pandemia do coronavírus - COVID 19, um benefício financeiro instituído no Brasil pela Lei de nº 13.982/2020 destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados. Em 19 de agosto de 2020, três meses depois de afirmar que não entrevistaria mais o presidente, e seis dias depois da pesquisa da Datafolha em que a popularidade de Bolsonaro volta a subir depois do auxílio emergencial, Datena dedica vários minutos do programa para defender o auxílio, dizer que é importante para quem não tem nada, e se coloca por várias vezes na situação hipotética de ser o presidente: “se eu fosse ele eu não tinha dúvida dava parcela até o final do ano de 600 reais”. Ele readequa, assim, o discurso à demanda, cria uma pequena *ruptura* e mostra como sua adesão a determinados posicionamentos político-partidários é ocasional - mas não impensada.

Se disputam e elaboram significantes vazios, para Laclau (2013), porque as sociedades se encontram permanentemente frente a demandas e necessidades. Há algo de marxista neste pensamento, mas a hegemonia de Laclau (2013) se diferencia da de Gramsci (2000) - e é mais adequada ao que pensamos aqui, sobre *Brasil Urgente* - por não focar o conceito na questão da classe social, como o discurso de Datena, em geral, também não faz. A hegemonia, no pensamento de Laclau (2013), é bem mais circunstancial, e por isso a necessidade de se criar discursivamente a equivalência: a aproximação popular com os governantes é fluida, intensa e sujeita ao jogo das identificações. A formação da maioria precisa ser trabalhada cotidianamente - como se faz na igreja, no trabalho de base dos partidos políticos, e, no caso que nos interessa aqui, no noticiário cotidiano.

O povo, então, é uma maioria circunstancial, e a razão populista está na construção de significantes vazios que são capazes de assumir a legitimidade mais ampla para enfrentar as demandas sociais. Isso é o populismo, é o discurso e, também, a política. Essas afinidades ficam claras quando observamos as *rupturas* do programa no que diz respeito ao posicionamento político-partidário, e essa observação é importante pois as disputas acerca dos significantes vazios são definidoras de escolhas políticas.

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/13/bolsonaro-tem-aprovacao-de-37percent-e-reprovacao-de-34percent-diz-datafolha.ghtml>>. Último acesso em 19 de agosto de 2020.

Datena tem, ao longo do período analisado, posicionamentos político-partidários diversos. Ele se aproxima e se afasta dos governos de acordo com a popularidade dos governantes ou, ainda, com a adequação ou não das políticas públicas com as *continuidades* de seus discursos. Governos que fazem um discurso armamentista, por exemplo, ganham este apoio circunstancial do programa. O apresentador gosta, assim, de afirmar sua independência, sempre relacionada a valores morais e honestidade: ele afirma se alinhar ao que acredita.

Foi sob este discurso que, em agosto de 2015, em meio à crise que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, o apresentador pediu sua desfiliação do PT, partido ao qual era filiado desde 1992. Segundo Jorge Parada, presidente do partido em Ribeirão Preto, cidade onde Datena se filiou, o apresentador, além de não ter o perfil do partido, nunca frequentou as reuniões, apesar de ter permanecido por 23 anos como membro⁵⁸. Um mês depois, em setembro de 2015, Datena se filiou ao PP, e indicou a intenção de se candidatar à prefeitura de São Paulo em 2016. A sequência de partidos aos quais o apresentador se filiou a partir disso foram: PRP, DEM, MDB, PSL, União Brasil e, em 2022, está filiado ao PSC, partido pelo qual sinalizou que se candidataria ao senado, plano que não se concretizou⁵⁹. O PSL, em 2021, indicou querer lançar o nome do apresentador à presidência em 2022, após o presidente em exercício Jair Bolsonaro ter deixado o partido em 2019, com menos de um ano de mandato, e Datena ter rompido o caminho de aproximação que trilhava com o presidente em 2020. Em 2021, o apresentador declarou também que gostaria de ser vice de Ciro Gomes (PDT). Em março de 2022, Datena afirmou nunca ter votado em Bolsonaro. Afirmou que seu último voto para presidente foi em Lula, e que depois só justificou, em entrevista para o portal UOL. Em maio de 2022, recebeu o apoio de Bolsonaro (então no PL) para a candidatura ao senado, da qual desistiu e voltou para a televisão.

Desde a desfiliação do PT até 2022, o apresentador, que antes afirmava não se interessar por política partidária, foi pré-candidato em todas as eleições.

⁵⁸ **Datena pede desfiliação ao PT; partido diz que 'não fará falta'**. Gazeta do Povo, 26 de agosto de 2015. Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/datena-pede-desfiliacao-do-pt-partido-diz-que-ele-nao-fara-falta-4of28pl5seqwhvo3z8o07bt4r/>>. Último acesso em 20 de maio de 2022.

⁵⁹ **Datena acerta filiação ao PSL e partido quer lançá-lo à presidência**. Valor Econômico, 29 de junho de 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/06/29/datena-acerta-filiao-ao-psl-e-partido-quer-lan-lo-presidencia.ghtml>> Último acesso em 20 de maio de 2022.

Observamos, aí, uma *ruptura*: em 2012, Datena deu entrevista ao jornalista Mauricio Stycer⁶⁰ e, comentando sobre Celso Russomano, que era repórter especializado em direito do consumidor no SBT e depois na RedeTV! e se candidatou à prefeitura de São Paulo, falou que era injusto um comunicador entrar para a política. Ele afirmou, ainda, que ele mesmo seria um péssimo administrador, pois não era isso que sabia fazer. A partir de 2016, contudo, foi mencionado como pré-candidato em quatro eleições, obedecendo aos prazos de filiação partidária, embora sem nunca dar prosseguimento à candidatura.

Há, nas redes sociais de Datena, uma demanda constante pela candidatura do apresentador a cargos eletivos. A partir disso, compreendemos que o discurso de Datena na televisão é interpretado, ao menos por parte da audiência, como um discurso político salvador, apesar do constante rebaixamento do AIE política - e talvez, em parte, por causa dele. O estilo do apresentador, ao rebaixar o AIE política, anda na mesma direção que a disputa por significantes vazios que se dá no Brasil contemporâneo em torno da "velha política": todos dizem não participar dela, embora para cada grupo isso signifique algo diferente.

Na figura 28 vemos, em 2016, uma usuária comentando uma fotografia sem legenda do apresentador, pedindo que ele se candidate à presidência para "cuidar desse nosso povo sofrido e guerreiro". A imagem passada pelo discurso do apresentador é, assim, de alguma maneira, o de alguém que "cuida do povo", mostrando que o discurso populista (LACLAU, 2013) criado por Datena em *Brasil Urgente*, que constrói a ideia de povo em oposição a um vilão, encontra terreno para prosperar para além da televisão. Percebemos, assim, que a retórica populista de *Brasil Urgente* tem, em sua circulação, que investigamos aqui, algum efeito político-eleitoral.

⁶⁰ STYCER, Maurício. Em 2012, Datena achava injusto apresentador de TV virar político. Uol, 22 de julho de 2015. Disponível em: <<https://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2015/07/22/em-2012-datena-achava-injusto-apresentador-de-tv-virar-politico/>>. Último acesso em 24 de maio de 2022.



Figura 28: Datena presidente

Fonte: *Facebook* de Datena

As aproximações entre Datena e os partidos são muito circunstanciais. Mesmo durante a longa filiação ao PT, o apresentador não comparecia às reuniões e não se alinhava aos posicionamentos do partido, além de ter apoiado as manifestações contrárias à presidenta Dilma Rousseff. Datena parece ter consciência de uma capacidade de angariar votos a partir de sua imagem de autenticidade, que é disputada por partidos, mas não a coloca à prova em eleições, sempre desistindo das candidaturas.

É difícil quantificar quanto do apoio ao discurso de *Brasil Urgente* o apresentador conseguiria converter em votos, a despeito das apostas de partidos e do próprio Bolsonaro, que optou por apoiá-lo mesmo depois do apresentador afirmar publicamente não ter votado nele e nunca ter "sido amigo" dele.

A possibilidade de quantificação mais real à qual temos acesso é uma pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas divulgada pela Carta Capital no dia 02 de maio de 2022⁶¹, antes que Datena desistisse de se candidatar ao Senado. A pesquisa mostrava o apresentador como líder, com 29% dos votos, para o senado por São

⁶¹ **Paraná Pesquisas: Datena lidera a disputa pelo senado em São Paulo e Moro aparece em segundo lugar.** Carta Capital, 02 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/parana-pesquisas-datena-lidera-disputa-pelo-senado-em-sp-e-moro-aparece-em-segundo-lugar/>>. Último acesso em 23 de maio de 2022.

Paulo, seguido por Sérgio Moro, que tinha 21,8%. Entendemos este dado como uma confirmação da influência política do apresentador e do eco social que encontram seus discursos. O Estado de São Paulo tem o maior colégio eleitoral do Brasil, e em 2020 contava com 33 milhões de eleitores, segundo a EBC Serviços. Atingir o primeiro lugar nas pesquisas para o senado em São Paulo mostra como, apesar do declínio da influência da televisão aberta em comparação com a internet, o discurso do apresentador tem alcance e relevância social.

Para Waisbord (2013), que compreende o populismo não apenas por uma chave discursiva, mas também como um fenômeno político ligado a uma liderança forte e uma estética popularesca, essas incursões de apresentadores de televisão na política latino-americana são sinais de que o populismo (ou, como denomina, neopopulismo) permanece vivo e em funcionamento, não sendo circunscrito a uma época específica.

Não surpreende que intérpretes populares e os anfitriões da televisão na Argentina, no Brasil, na Bolívia e no Peru foram considerados potenciais figuras políticas e alguns foram eleitos nos anos 1990. Sua enorme popularidade entre as populações oprimidas e marginais, e, em alguns casos, imagens públicas de sensibilidade às demandas populares forneceram não apenas o reconhecimento do seu nome, mas também credenciais populistas. (...) Intermináveis matérias sobre a difícil situação dos cidadãos médios, assim como ininterruptas histórias de esporte e sexo indicam o triunfo da sensibilidade populista (WAISBORD, 2013, p.49).

Para nós, que entendemos o populismo a partir de Laclau (2013) como um discurso político e uma tentativa de criação de hegemonias circunstanciais, as pretensões eleitorais de Datena indicam a potência política de sua retórica. Observamos, por meio dos frequentes anúncios de candidaturas por Datena, que muitos significantes vazios disputados por ele estão, com sucesso, se tornando hegemônicos. Suas *interpelações* encontram, na mediação, terreno fértil para mobilizar indivíduos.

Em entrevista ao portal Uol, Datena afirmou ter recebido convites para ser vice nas chapas de diversos candidatos à presidência em 2022.

Recebi propostas do Bolsonaro, do Ciro [Gomes], Alckmin, Márcio França, recebi também do Patriota, do Kassab. São ideologias diferentes, mas significa que estou certo, pois meto pau em todo mundo e recebo propostas. Tem proposta que você

recebe, mas não pode aceitar por questão de princípio⁶² (DATENA, Uol, 2022).

Nessa fala o apresentador mostra que atribui o fato de ser disputado entre partidos de diferentes ideologias à uma certa independência, alimentando a ideia de que se opõe a todos. É como se o discurso indignado fosse mais autêntico, mais verdadeiro e correto. Ele ainda enfatiza a questão da honestidade, frequente em suas falas em *Brasil Urgente*, ao afirmar que são seus princípios morais que o fazem rejeitar algumas propostas.

Segundo o jornalista Guilherme Mazieiro, do The Intercept Brasil⁶³, contudo, a Secom, Secretaria de Comunicação Especial da Presidência, entregou à CPI da Covid em 2021, notas fiscais de "pagamento de cachê" para artistas, jornalistas⁶⁴ e influencers, que totalizavam R\$4,3 milhões. Desse valor, R\$174,7 mil teriam sido pagos a Datena, o quarto maior cachê entre as personalidades citadas. O pagamento teria sido feito por meio da Rede Bandeirantes, ainda que o discurso de autenticidade do apresentador fale, constantemente, contra a política institucional (que apontamos, para ser fiel a nossos critérios de análise, como o rebaixamento do AIE política).

De acordo com a Secom, a verba seria para a prática de *merchan*, que a própria secretaria classifica como

a contratação deste formato de mídia, no qual se utiliza da imagem/credibilidade do apresentador para divulgar um produto, marca ou serviço, implica além do custo de veiculação, conforme práticas comerciais dos veículos de comunicação, pagamento de valores referentes a direitos autorais/correlatos/cachês, normalmente estabelecido pela determinação percentual sobre o valor de veiculação (SECOM apud MAZIEIRO, n.p., 2021).

⁶² **Datena: 'apoiei Bolsonaro é o cacete, o último cara em que eu votei foi Lula'.** Uol, eleições 2022, 28 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/03/28/datena-sobre-candidatura-ao-senado-enfrentar-os-demonios-que-tem-por-ai/>>. Último acesso em 23 de maio de 2022.

⁶³ MAZIEIRO, Guilherme. De Ana Hickmann a Otavio Mesquita: celebridades receberam 43 milhões para fazer propaganda de Bolsonaro. The Intercept Brasil, 11 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://theintercept.com/2021/08/11/de-ana-hickmann-a-otavio-mesquita-celebridades-receberam-r-43-milhoes-para-fazer-propaganda-para-bolsonaro/>>. Último acesso em 23 de maio de 2022.

⁶⁴ De acordo com o código de ética dos jornalistas, no Artigo 11, o jornalista não pode divulgar informações visando vantagem econômica. É importante ressaltar que pagamento de cachê a jornalistas por posicionamentos favoráveis, assim, fere a ética da profissão.

Percebemos, assim, que ao mesmo tempo que o apresentador reforça a independência de seu discurso, ao afirmar que "mete o pau em todo mundo", e mesmo que rebaixe constantemente a política partidária, ele se compromete financeiramente com uma orientação política e com um governante. Persiste no discurso, apesar de ser pública a informação do pagamento do cachê, a versão de que a indignação dá autenticidade e uma suposta independência política à fala do apresentador.

Essa ideia de independência relacionada ao tom indignado da enunciação é uma *continuidade*. Em 2015 o discurso institucional da Band sobre o apresentador reafirmava seu "estilo polêmico" e a força de sua voz (FIG.29). A página reservada para *Brasil Urgente* no site da emissora trazia um pequeno perfil de Datena, e a primeira frase do texto dizia que era "impossível ficar indiferente" ao apresentador, mostrando, desde a primeira definição, a intenção de *interpelação* da fala de Datena. A própria pose do apresentador na fotografia, apontando para a lente da câmera na fotografia escolhida, evidencia a postura de *interpelação*, como se ele dialogasse diretamente com quem vê a imagem, convocando para participar de sua revolta.

Embora seja definido pela emissora como polêmico, Datena com frequência repete posicionamentos hegemônicos, e é por essa hegemonia que disputa. Quando seu discurso entra em conflito com o que percebe como tendência entre os espectadores, o apresentador frequentemente contemporiza e ajusta suas falas. Percebemos, assim, que o tom da fala de Datena se confunde, talvez propositadamente, com seu conteúdo: "não ter papas na língua", como afirmava site da Band em 2015, ou "meter o pau em todo mundo", como definiu o próprio apresentador em 2022, parecem posturas independentes, mas dizem, na verdade, mais da forma do que do conteúdo das falas. Não ter papas na língua é uma postura que não exclui receber verba de merchan da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência.



Figura 29: Página de *Brasil Urgente* no site da Band em 2015.

Fonte: JÁUREGUI, 2015.

No discurso do apresentador, em que pese ter recebido dinheiro do governo, ele nunca foi um apoiador de Jair Bolsonaro. Tudo o que fez, ele afirma, foi entrevistar Bolsonaro, e a imprensa teria entendido isso como um sinal de aproximação. Quando optou por se afastar do presidente, em 2020, na circunstância da divulgação de vídeos de uma reunião ministerial em que diversos nomes do gabinete do presidente apareciam de forma controversa, o que o apresentador falou é que não entrevistaria mais o presidente. A entrevista, assim, não era vista apenas "pela imprensa", mas pelo próprio Datena como um sinal de aproximação. Deixar de entrevistá-lo seria uma resposta ao que o apresentador considerou uma prova de desonestidade, uma afinidade de Jair Bolsonaro não mais com o "nós", cidadãos honestos do discurso de Datena, mas com o "eles": os corruptos, desonestos, ladrões.

Em 2018, dois anos antes dessa ruptura, quando o ainda candidato à presidência Jair Bolsonaro faltou aos debates organizados pelas emissoras de televisão alegando problemas de saúde decorrentes de uma facada dada por um opositor em um ato de campanha, Datena foi até o hospital para uma entrevista exclusiva com ele (FIG. 30). A entrevista, com 45 minutos de duração, foi exibida em *Brasil Urgente*. O tom de pouco enfrentamento é predominante, e as perguntas

do apresentador dão liberdade para que o candidato fale livremente. É marcante, ainda, que a entrevista exibida em *Brasil Urgente* tenha sido feita pelo próprio Datena, e não por um repórter, já que no formato mais comum das edições do programa é o que o apresentador não sai do estúdio. Jair Bolsonaro, então candidato é, assim, tratado como um entrevistado especial. A entrevista, que Datena afirmou (não sem razão) não ser um sinal de aproximação, apenas seu dever como jornalista, foi, contudo, um tratamento diferenciado entre candidatos.



Figura 30: Datena entrevista Bolsonaro em UTI

Fonte: Página de Brasil Urgente no Youtube

Abordamos, ao tratar de populismo, um pouco da trajetória político-partidária do apresentador cuja imagem não se desvincula de *Brasil Urgente*. Suas aproximações e distanciamentos de partidos e personalidades políticas, inclusive do presidente Jair Bolsonaro, dizem de reorientações no discurso do programa - algumas que pareceram bem aceitas pelo público, outras menos. As que não o foram, deram origem a novas reorientações e *rupturas*, em uma constante reorganização de certos pontos do discurso a partir de necessidades criadas pela fluidez e circunstancialidade dos jogos de identificação. A continuidade, que é a criação de um "nós" na retórica baseada na equivalência e na diferença (LACLAU, 2013), é o que faz com que Datena crie, em *Brasil Urgente*, um discurso populista

poderoso, que, na disputa por hegemonia, dá sentido e orientação política a significantes vazios do cotidiano. O "nós" em questão nunca mudou, desde as primeiras edições analisadas. O discurso é sempre o do cidadão honesto contra o bandido e o corrupto. No "eles", há a inclusão ou a exclusão de nomes de políticos na lista dos que não são bem quistos, e se juntam ao ladrão, ao assassino, ao traficante e todos os outros considerados por Datena como "canalhas".

Há, ao longo do período estudado, uma *ruptura* que analisamos, na lógica da mediação, como algo que vai além do discurso em si: as pretensões político-eleitorais do apresentador. Em um primeiro momento, Datena não parecia interessado em dar direcionamento eleitoral ao potente discurso do "nós" e "eles" que desenvolveu durante um tempo de exibição prolongado em uma emissora de TV aberta - à frente do programa desde 2003, o apresentador só foi pré-candidato pela primeira vez em 2016. A ideia, contudo, existia, ainda que parecesse não partir dele. Se em 2012 ele afirmava que seria um péssimo administrador, por isso jamais se candidataria, isso só acontece porque a pergunta lhe foi feita por um jornalista que o entrevistava. As próprias decisões de Datena, assim, são peças no jogo da mediação, e não podem ser entendidas de forma separada da circulação social de seu discurso, tanto quanto de sua imagem.

Ainda que nossa concepção sobre populismo seja, aqui, orientada para uma análise discursiva, pois nos alinhamos à ideia de Laclau (2013) de que populismo é discurso, é impossível deixar de apontar para a figura de liderança carismática que o apresentador representa. Datena, assim, entre pedidos para que se candidate, disputa dos partidos, recebimento de dinheiro de *merchan*, é o organizador de um discurso que disputa, retoricamente, quem é o povo honesto brasileiro.

3.4. Verdade e narrativa

Se apontamos, até aqui, para a criação e circulação de um discurso com determinada orientação política em *Brasil Urgente*, é importante pontuar que os direcionamentos das narrativas não passam impunes à racionalidade contemporânea. A organização dos fatos em narrativas é um ato político, e a compreensão disso, embora não seja completamente elaborada no senso comum, é esboçada por parte do público. Desde 2016, quando, em vez das enquetes, a

participação dos espectadores nos discursos de *Brasil Urgente* começa ser mediada pelas redes sociais, percebemos que, entre os poucos casos de comentários que discordam da orientação do programa, como os que acontecem no momento de ruptura entre Datena e Bolsonaro, as acusações do público passam muitas vezes pela mentira e manipulação dos fatos.

Conforme apontamos ao abordar o gênero televisivo anteriormente, *Brasil Urgente* propõe à audiência, desde o primeiro contato, por ser um telejornal, um contrato de leitura baseado na verdade dos fatos. O gênero, a partir de seu formato, promete que as histórias ali veiculadas são relativas a uma realidade extra televisiva. Os personagens não são ficcionais, os crimes não são inventados, e a mentira, no programa, é passível mesmo de punição judicial, por abuso no exercício da liberdade de imprensa e/ou danos morais aos envolvidos.

São muitos os processos contra o apresentador e contra o programa ao longo dos quase vinte anos em que Datena está à frente de *Brasil Urgente*. Em 2017, o apresentador somava 42 processos em andamento por danos morais, de acordo com reportagem do jornal Extra, do grupo Globo⁶⁵. Em 23 de junho de 2021, Datena recebeu duas condenações no mesmo dia, segundo a revista Isto É⁶⁶: uma das acusações foi por uma reportagem que acusava injustamente uma enfermeira, identificada erroneamente como médica, de ter obrigado funcionários de um hospital a trabalharem mesmo depois de testarem positivo para Covid-19. Outra por acusar uma escola de idiomas de São Paulo de aplicar golpe financeiro em uma aluna. Em seus comentários sobre a reportagem exibida em *Brasil Urgente* que tratava da escola de idiomas, Datena chamou a escola de estelionatária, afirmando que “A pessoa só paga e não existe nada. Não tem curso, não tem nada”. Em outro momento, o apresentador chegou a dizer: “Criminosos usam o nome do governo do estado para tirar dinheiro de pessoas de baixa renda, até de uma senhorinha cega, aplicando o golpe de um curso falso em cima das pessoas que estão sem estudar,

⁶⁵ Datena é condenado a pagar R\$50 mil e acumula outros 42 processos por danos morais. Extra, 14 de julho de 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/famosos/datena-condenado-pagar-50-mil-acumula-outros-42-processos-por-danos-morais-21589672.html>>. Último acesso em 25 de maio de 2022.

⁶⁶ Datena é condenado duas vezes no mesmo dia em processos por danos morais. Isto É, 29 de junho de 2021. Disponível em: <<https://istoe.com.br/datena-e-condenado-duas-vezes-no-mesmo-dia-em-processos-por-danos-morais/>>. Último acesso em 25 de maio de 2022.

jovens, adolescentes e tal”, associando o nome da escola a práticas criminosas que ela não teria realizado.

Há, entre os processos perdidos por Datena, casos ainda mais graves: em 2019 saiu a decisão judicial que condenou o apresentador a pagar 60 mil reais por danos morais a um homem acusado injustamente por estupro em 2011⁶⁷. O mérito da condenação é o abuso do exercício da liberdade de imprensa. O homem falsamente acusado, um operador de telemarketing, teve seu nome, imagem e placa do carro divulgados em *Brasil Urgente*, sem ter passado por julgamento. Ao ser julgado e inocentado, processou Datena e a Rede Bandeirantes pelo conteúdo divulgado, que envolvia a acusação da suposta vítima e uma declaração do delegado responsável pelo caso. Com o constante rebaixamento do AIE justiça em sua retórica, Datena não expõe o julgamento, o que faz com que cada um dos acusados passe por culpado. Há, ainda, na construção discursiva, que privilegia o Aparelho Repressor em detrimento do poder judiciário, a ideia de que a não condenação é uma falha no sistema, uma ineficiência da justiça, e não um sinal de inocência.

Contanto a reportagem sobre este caso no site JusBrasil fale em *mentira*, com o título "Condenação de Datena e Bandeirantes por acusação mentirosa de estupro", não há, na decisão judicial publicada, essa palavra. O apresentador e a emissora respondem, neste caso, por abuso da liberdade de expressão e violação à honra do autor do processo. Ao tratar de outro processo perdido por Datena em sua coluna⁶⁸, o jornalista Rogério Gentile menciona, como causa, um *erro* de reportagem. O erro citado por Gentile, caso já mencionado aqui, é a exposição do nome e imagem de uma enfermeira contratada emergencialmente para a testagem de pacientes para Covid-19 na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. Ela foi falsamente identificada como médica e acusada de orientar pacientes que testaram positivo a não se afastarem do trabalho.

Se a reportagem de JusBrasil usa a palavra "mentira" e a coluna de Rogério Gentile a palavra "erro", essa é uma escolha mais política do que técnica. Para

⁶⁷ Condenação de Datena e Bandeirantes por acusação mentirosa de estupro. JusBrasil, 14 de maio de 2019. Disponível em: <<https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/715815647/condenacao-de-datena-e-bandeirantes-por-acusacao-mentirosa-de-estupro>>. Último acesso em: 26 de maio de 2022.

⁶⁸ GENTILE, Rogério. Datena é condenado a pagar 20 mil por erro em reportagem. Uol, 24 de maio de 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rogerio-gentile/2022/05/24/datena-e-condenado-a-pagar-r-20-mil-por-erro-em-reportagem.htm>>. Último acesso em: 26 de maio de 2022.

Derrida (1996), é impossível acusar corretamente alguém de mentir, pois a mentira exige uma intencionalidade que, em última instância, é inapreensível a quem analisa de fora. O autor pensa a mentira diferindo-a do erro, da inverdade, da fabulação, da ignorância, pois a mentira só existe quando alguém conhece a verdade e age intencionalmente contra ela, buscando enganar. Assim, Derrida (1996) aponta para a impossibilidade de acusar alguém de mentir, pois exigiria um juízo de intenção. Posso dizer, com precisão, que eu menti. Não posso, contudo, acusar outra pessoa de mentira, pois sua intenção é inapreensível para mim.

Da forma como entendemos aqui o conceito de ideologia, a intenção importa pouco para a disputa de significados. Se concluímos que o exercício político do discurso é a busca pela fixação, ao menos temporária, de significados para significantes vazios, entendemos que o papel da afirmação e da repetição é maior do que o da intenção. Em outras palavras, a ideologia é a reprodução da práxis, e não apenas um sistema de ideias. A validade e a força política de um discurso estão muito mais em um plano material do que na crença de quem o profere. Pouco importa, politicamente, se minto, erro, confabulo, ou ignoro um fato: se profiro um discurso sobre ele, meu discurso é mais político do que minha inapreensível intenção.

Datena chega a dar uma declaração em 2015, em entrevista a Rafinha Bastos⁶⁹, afirmando que “antigamente eu fazia humor na televisão brasileira. Hoje estou fazendo terror”. A autocrítica contida nesta declaração, contudo, não repercute contra a credibilidade do programa. Ainda que transpareça, por meio desta fala - que não foi única, ao longo dos anos à frente de *Brasil Urgente*, assim como as tentativas do apresentador de se desvincular do programa e da temática policial - um certo descrédito do apresentador em relação ao que faz, seus discursos na televisão não perdem força e nem mudam o tom. A intenção, que podemos apenas supor, de criticar o “jornalismo do terror” contida nesta declaração de Datena, não é suficiente para esvaziá-lo, pois a prática e a repetição se sobrepõem a qualquer intenção que não seja levada ao campo material.

Embora, conforme apontamos, a definição de mentira seja escorregadia, pois traz um juízo de valor colado a si, a noção de verdade continua sendo muito

⁶⁹ **8 minutos – Datena.** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=7wHnZE8RnwU>>. Último acesso em 07 de maio de 2015.

cara às ciências sociais aplicadas, como o jornalismo e o direito. É a dicotomia entre verdade e mentira, embora não necessariamente colocada judicialmente com essas palavras, que determina o resultado dos processos contra Datena, *Brasil Urgente* e a emissora, por exemplo. É a promessa de verdade implícita no contrato de espetatorialidade do programa que faz com que ele tenha audiência, seja considerado informativo de alguma forma e permaneça no ar.

Em que pese a importância do conceito de verdade na justificativa do programa, já não se entende que a Verdade sem interferências seja possível em uma narrativa, mesmo que jornalística. Faz parte do ofício este processo de seleção dos jornalistas sobre o que mostrar e o que omitir - processo que discutimos de maneira mais aprofundada do primeiro capítulo, quando argumentamos que os valores-notícia de *Brasil Urgente* não passam, necessariamente, por critérios de atualidade ou proximidade. Não se acredita, apesar dos potentes efeitos de verdade das imagens, na possibilidade de uma mediação neutra, na exposição da verdade sem interferência.

Para Han (2014), a narrativa, na racionalidade contemporânea, está superada. A era da internet trouxe consigo a ideia de que a Verdade está contida nos números, nos dados, e que há, por meio deles, a possibilidade do conhecimento integral da dinâmica da sociedade de comunicação. O Big Data, ou, em outras palavras, o enorme volume de dados acumulados por algumas empresas sobre quase qualquer ação ou comportamento humanos, dá acesso ao conhecimento do arbítrio subjetivo. A sociedade da vigilância centralizada discutida por Foucault (2014) é, para Han (2014), substituída por uma vigilância primária, intrínseca aos meios de comunicação virtuais: um vigia o outro, como moderadores invisíveis, mais forte e mais difícil de contornar do que a vigilância centralizada.

Han (2014) afirma que, na sociedade contemporânea, prevalece a ideia de que, "quando há dados suficientes, a teoria é pura ideologia" (HAN, 2014, p.89). A construção do argumento, assim, fica em segundo plano, pois acontece uma renúncia às tramas de sentido em detrimento do levantamento de dados. O autor afirma que "os dados e os números não são narrativos, mas aditivos. O sentido, pelo contrário, reside em uma narração. Os dados são vazios de sentido" (HAN, 2014, p.90). A quantificação dos dados substitui, na contemporaneidade, o espírito do

conhecimento, e a ideia que começa a se instaurar é a de que a verdade *está* neles, e não no argumento.

Nos afastamos, aqui, em muitos sentidos do argumento do autor, embora reconheçamos sua importância para a compreensão de que a possibilidade de uma narrativa neutra seja socialmente refutada na contemporaneidade. As próprias escolhas metodológicas desta tese privilegiam a construção de um argumento em detrimento de um levantamento exaustivo de dados: se optamos por categorias analíticas amplas e transversais (o gênero televisivo, a interpelação, as continuidades e rupturas, as disputas discursivas de poder entre os AIEs e o AR), e por uma análise qualitativa, e não quantitativa, é porque privilegiamos a teoria ao levantamento de dados. Se optamos por dialogar com correntes de pensamento que vão do marxismo de Althusser (2006) ao pós-estruturalismo de Derrida (2006), em vez de construir uma tabela de levantamento de temáticas de reportagens de *Brasil Urgente* ao longo dos anos, assumimos um posicionamento de que há verdade no argumento, para além dos dados. Nos importa mais ter exemplos específicos e narrativos de determinados momentos do programa para ordenar uma linha argumentativa do que tentar apreender suas mudanças por meio de números.

Há, contudo, uma contribuição inquestionável na noção de que as narrativas, na contemporaneidade, não são aceitas com a mesma hegemonia que já tiveram. A racionalidade contemporânea envolve uma suspeita sobre a organização narrativa. Esse questionamento das narrativas existe nas discussões acadêmicas, mas chega, também, ao senso comum e ao consumo midiático: a audiência de *Brasil Urgente*, programa que organiza uma narrativa longa e moralizante, em que há um claro exercício de poder, envelhece⁷⁰. Paralelamente, os novos formatos de mídia privilegiam, com a internet, imagens rápidas e descontextualizadas em vez de histórias longas, e relatos pessoais em vez de narrativas generalizantes.

Em uma reflexão sobre os critérios de verdade das narrativas, Vera Lúcia Follain de Figueiredo (2016) afirma que a autorreferencialidade se torna central na contemporaneidade, marcada pela crescente desconfiança em torno do ato de narrar. Para a autora, a descrença na possibilidade de se atingir uma verdade última,

⁷⁰ Conforme apontamos, em 2016, quando a Rede Bandeirantes disponibilizava números de audiência para os anunciantes, o levantamento era de que 32% dos espectadores de *Brasil Urgente* tinham entre 25 e 49 anos, 53% mais de 50 anos e os outros 15% distribuíam-se nas faixas etárias inferiores a 24 anos.

somada ao medo de uma narrativização do mundo pela mídia e uma angústia decorrente de uma percepção fragmentada da realidade faz com que os sujeitos contemporâneos se voltem cada vez mais para as narrativas pessoais, testemunhais e memorialísticas. Essa virada dos relatos, que já não buscam dar conta de uma universalidade, pode ser verificada na literatura, no cinema, na mídia. As frases assertivas de Datena, que buscam generalizar acontecimentos específicos para extrair deles uma moral, uma forma normativa de agir, uma indignação com o mundo e uma demanda por mudança nas leis, são, assim, característicos de um modelo narrativo e midiático muito mais relacionado a uma lógica do século XX - daí entendemos, também, o envelhecimento da audiência.

A argumentação de Figueiredo (2016) passa pela ideia de que o ideal moderno de Verdade fica desacreditado a partir dos totalitarismos do século XX, e a percepção da história como uma construção narrativa pode, em seu extremo, equiparar história e ficção. A autora parece, assim, reivindicar o espaço de resistência que a ficção e as narrativas podem ocupar, e criticar a perspectiva que equivale narrativas e totalizações, compreendendo que isso é mais relativo ao lugar de poder do que ao ato, em si, de criar um relato organizador.

A narrativa no sentido de relato organizador interessado não é, por si só, boa ou ruim, progressista ou reacionária. Para que possamos entrar nesse tipo de classificação, a questão que se coloca é quem detém esse poder de organizar acontecimentos em explicações, visões de mundo, encadeamentos de causas e consequências, e que uso se faz desse poder.

Mesmo o conceito de mentira não parece absoluto. Se Derrida (1996) aponta para o fato de que acusar alguém de mentir pressupõe ciência de uma intencionalidade insondável, o filósofo também afirma que as fronteiras são tênues. Ele propõe, portanto, que, para além do juízo insuficiente entre verdade e mentira, é necessária uma outra maneira de valoração dos enunciados além de sua simples classificação como verdadeiro ou falso. Não basta, para ele, que um relato fale da realidade.

o valor de um enunciado a respeito de fatos reais (pois a verdade não é a realidade, mas antes de tudo um enunciado em conformidade com aquilo que pensamos) poderia depender de uma interpretação política no tocante a valores, heterogêneos,

aliás (possibilidade, oportunidade, necessidade, justeza ou justiça) (DERRIDA, 1996, p. 18).

Piglia (2001), autor que, assim como Figueiredo (2016) busca voltar a valorizar as narrativas frente ao descrédito contemporâneo, procura, como alternativa a classificar as narrativas como verdadeiras ou falsas, outro critério. O autor acredita que o problema do exercício de poder relativo às narrativas é que o Estado detém o poder de narrar, e que o faz tanto criando histórias de violência quanto histórias que servem para ocultá-la. Para ele, as narrativas do poder são narrativas didáticas, histórias com moral, e também histórias de terror. O autor se refere, quando trata de narrativas de poder, a organizações muito parecidas às de *Brasil Urgente*, que traz histórias de violência e às relaciona, pelo fio condutor do discurso do apresentador, à uma conduta moral - como as fábulas, que trazem uma moral universalizante ao fim das histórias. Essa *continuidade* na forma do programa o aproxima das narrativas que o autor chama de ficções do Estado, embora sejam, no caso de *Brasil Urgente*, produzidas não diretamente pelo Estado, mas por um grupo privado de mídia.

Piglia (2001) fala das metáforas usadas pelo poder como ficções do Estado, pois criam alegorias. Ele afirma que a metáfora médica que a Ditadura Militar Argentina usava para se referir à repressão exemplifica perfeitamente como essas ficções são criadas. Segundo o autor, os militares falavam da Argentina como um corpo enfermo, com tumores, e que era necessário mutilar para salvar. Criava-se, assim, uma narrativa, um relato asséptico sobre a repressão, falando sobre cirurgias sem anestesia. E esse discurso era como uma versão ficcional por meio da qual o Estado enunciava a repressão, os assassinatos e as torturas, mas de um modo encoberto e alegórico.

O relato asséptico sobre a repressão exposto por Piglia (2001) se assemelha, em muitos pontos, à organização discursiva de *Brasil Urgente*. Muito se fala, no programa, sobre a necessidade de justiça: penas mais longas contra a violência urbana, defesa de abordagens violentas feitas pela polícia, etc. Esse discurso não esconde a violência do Estado, que está enunciada, mas a encobre de outras formas. O espectador de *Brasil Urgente* não vê, por meio do programa, o que acontece em uma prisão brasileira. Não vê de perto a tortura policial. Não lida com a dor dos parentes das vítimas da polícia.

A busca de Piglia (2001), como uma resistência possível para as narrativas de poder, é por uma voz popular, por relatos dispersos, fragmentados, parciais, que podem, somados, dar conta de enfrentar essas ficções oficiais. O autor equipara, de certa forma, narrativa, ficção e mentira ao falar sobre as narrativas do Estado. A ideia de narrativa, para o autor, se aproxima de um discurso oficial. O contra-discurso popular, para ele, aparece de maneira mais fragmentada. Ambos os discursos, tanto a narrativa oficial quanto os relatos populares, são pensados para além do texto, como algo vivo que circula na cultura.

Neste processo, fica evidente que os critérios de verdade das narrativas se alteram com o tempo, passando da busca por uma verdade universal para a busca por verdades menores, testemunhais, ligadas à experiência. A questão colocada por Figueiredo (2016) (2017), porém, é que essa fragmentação do narrar *também* pode servir ao poder e aos discursos excludentes, tanto quanto as narrativas que buscavam dar conta de verdades maiores. A forma, para a autora, não garante o posicionamento político da narrativa.

Há, na forma como se organiza o discurso de *Brasil Urgente*, uma oscilação entre o específico e o generalizante. Ao tratar dos *fait-divers* como matrizes culturais, apontamos para a especificidade como um critério para algumas reportagens exibidas no telejornal. Se a definição de *fait-divers*, contudo, é a de um fato que se encerra em si, e não exige contexto para a sua compreensão, paradoxalmente a maior parte dessas pequenas narrativas vêm seguidas de um discurso generalizante do apresentador, que serve como fio condutor entre cada caso. Essa é uma *continuidade* do programa desde as primeiras edições analisadas - embora, ao longo do tempo e com o aumento do tempo de duração do programa, tenha havido uma diferença, que foi a ampliação do tempo ocupado por esse fio condutor.

As falas de Datena, assim como as reportagens, não pertencem ao mundo da ficção, embora não tenham como proposta ser expositivas como as reportagens. Esses comentários pertencem ao mundo do argumento e da opinião - o que não implica o abandono de uma promessa de verdade. As falas do apresentador são, tanto quanto as reportagens, sujeitas a alguns parâmetros de verdade, embora não sejam narrativas como as reportagens.

Em todas as reportagens sobre processos judiciais envolvendo Datena consultadas para a realização desta pesquisa, a defesa do apresentador e da emissora afirma que "não houve qualquer equívoco ou emissão de juízo de valor, restando configurado o exercício regular do direito de informação". A emissão de juízos de valor, contudo, é a base dessas falas que funcionam como fio-condutor entre as reportagens, pois, conforme já apontamos, é em grande parte nesses momentos que se cria o discurso moralizante e generalizante de Datena. O próprio uso de adjetivos, que os manuais de jornalismo mais tradicionais vêem como marca de um jornalismo opinativo, é frequente, e o apresentador muitas vezes opta por adjetivos que se aproximam de xingamentos e ofensas, como "canalha" e "vagabundo". Essas falas não são parte das reportagens, mas sendo parte de um telejornal, estão sob determinados regimes de verdade que faz com que sejam, também, passíveis de processos judiciais.

Em 2010 o Ministério Público Federal moveu uma ação contra a TV Bandeirantes e a União (já que a TV é uma concessão pública) por ofensas proferidas contra cidadãos ateus em *Brasil Urgente*. De acordo com a acusação, as ofensas teriam durado cinquenta minutos. A defesa da emissora afirmou, sobre Datena, que "sua crítica não era generalizada, posto que, no seu entendimento, determinados indivíduos, ainda que não tementes a Deus, jamais seriam capazes de operar qualquer conduta criminosa e que são pessoas de bem"⁷¹. A sentença determinou direito de resposta, com a mesma duração do tempo das ofensas, com a veiculação de material produzido pelo próprio Ministério Público contendo esclarecimentos sobre a liberdade religiosa no Brasil. Ficou prevista multa apenas em caso de descumprimento.

O que foi lido no processo como ofensa a um determinado grupo, é parte do que entendemos como a disputa de significados, a busca por hegemonia tentando dar determinados sentidos a significantes vazios. É o posicionamento político da narrativa. A avaliação sobre o outro, conforme argumenta Souza (2009), é a dimensão moral, e é ela que define o comportamento do sujeito. Essa avaliação

⁷¹ BRASIL, 5a Vara Federal Cível de São Paulo. Ação Civil Pública – “A”. Processo n. 0023966-54.2012.403.610. Ministério Público Federal versus Rádio e televisão Bandeirantes Ltda e União. 01 de março de 2012. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Senten%C3%A7a_ACP_Datena.pdf>. Último acesso em 30 de maio de 2022.

sobre determinados grupos é repetida constantemente nas falas do apresentador entre as reportagens e, sob um contrato de espetatorialidade de um telejornal, que prevê tratar da verdade, ganha força. Para além de ofensas aos ateus, e principalmente, o que o discurso do apresentador fazia era reivindicar uma importância moral para a religião, disputando um efeito de verdade. A questão que levantamos aqui é menos sobre quem se sente ofendido, e mais sobre a relação que os discursos opinativos de Datena têm com uma promessa de verdade. Nos importa, então, a construção de uma grande narrativa moralizante, que disputa por hegemonia e é, assim, política.

Para Hannah Arendt (2016), o discurso sobre a verdade é despótico, pois a insistência na aceitação universal faz com que ela se oponha à pluralidade de opiniões. A ideia de verdade carrega, em si, uma coerção, eliminando a diversidade de perspectivas. Em palavras da autora,

Todas as verdades - não apenas as diferentes espécies de verdade racional, mas também de verdade de facto - são opostas à opinião no seu modo de asserção da validade. A verdade contém em si mesma um elemento de coerção e as tendências frequentemente tirânicas que tão deploravelmente se manifestam nos que dizem a verdade por profissão podem dever-se menos a uma falta de carácter que ao seu esforço para viver habitualmente sob uma espécie de constrangimento (ARENDT, 2016, p. 297).

Ainda que reconheça os efeitos negativos do discurso de verdade na política, Arendt (2016) defende a importância de uma verdade factual para a preservação da memória. Sem o passado, é impossível que haja, mesmo, a política. Essa verdade factual descrita por Arendt (2016) é múltipla, ou, ao menos, apresenta duas principais faces. Há a *verdade da razão*, aquela que não é vista de forma dada, tampouco revelada à humanidade, mas, sim, como um produto do tempo e de seus esforços. É uma verdade construída a partir de teorias, e matemática, ciência e filosofia são alguns exemplos.

Existe, por outro lado, a *verdade do fato*, que é composta de fatos e acontecimentos “incontestáveis”. Essa verdade é passada de pessoa para pessoa por meio do relato de quem viveu determinados acontecimentos. Ainda que esse relato esteja ligado a uma interpretação, a história não é livre para modificar uma verdade factual. Como exemplo dessa verdade do fato, Arendt afirma sobre as interpretações possíveis da Primeira Guerra Mundial: “tenho certeza que não dirão que a Bélgica

invadiu a Alemanha” (ARENDT, 2016, p. 357). Quando tratamos aqui da *verdade do fato*, a entendemos a partir do conceito de Arendt (2016), que é útil à compreensão do direito e do jornalismo.

Se a reportagem tem obrigações com a *verdade do fato*, o discurso de Datena que serve como fio condutor do programa, por ser opinativo, é uma perspectiva. Arendt (2016) afirma que o discurso político se afasta da verdade factual, pois esta não suporta opiniões e pluralidade, e, conforme argumentamos aqui, a construção deste discurso é política. A falta com a verdade dos fatos em uma reportagem é passível de punição jurídica; a ofensa a um determinado grupo pode gerar um direito de resposta; a construção de um argumento opinativo em um telejornal, contudo, é apenas a orientação política de seu discurso. E por política, é importante deixar claro, não entendemos que seja necessariamente livre ou democrática, já que o espaço midiático está sujeito a diversos poderes e constrangimentos. Entendemos, apenas, seguindo a lógica de Arendt (2016), que o argumento político extrapola a *verdade do fato*.

Há, na leitura de Arendt (2016) sobre a verdade, uma ideia de que ela prevalece sobre a mentira, de que há algo de incontestável no fato que se sobrepõe a qualquer confabulação. A autora entende que a mentira é uma das ferramentas mais antigas da política, mas afirma que ela é relativamente bem vista por não ser um fim em si, mas um meio que por vezes pode evitar formas mais violentas de conflito. A mentira política, no passado, costumava se validar em sua semelhança e aproximação com a verdade. A mentira política moderna, por sua vez, se diferencia da anterior justamente por não buscar essa legitimação na verdade ou no acontecimento. Para a Arendt (2016), que tem como referências os totalitarismos, a modernidade mente “em plena luz do dia”, sobre fenômenos que a população viveu, e não sobre segredos de Estado.

Se a referência de Arendt (2016) para falar da mentira “em plena luz do dia” é o extermínio executado pelos totalitarismos e oculto no discurso, podemos dizer o mesmo sobre as ações policiais televisionadas em *Brasil Urgente*. Apesar dos dados sobre a violência policial no Brasil que expusemos mais detalhadamente no capítulo anterior, as falas do apresentador sempre mencionam “troca de tiros entre polícia e bandidos” e sempre afirmam que os bandidos atiraram primeiro. O discurso que *Brasil Urgente* sustenta sobre ações policiais violentas é uma dessas

mentiras políticas que Hannah Arendt afirma não serem sobre segredos de Estado, mas sobre o cotidiano da população.

Derrida (1996), citando Arendt (2016), fala sobre a capacidade dos meios de comunicação de massas de falsearem verdades por meio de imagens. As mentiras políticas modernas, diferentes das anteriores, tratam de coisas que não são segredos de forma alguma, de fatos conhecidos por todos, mas falseiam essas realidades, *substituindo-as* por imagens. Para Arendt (2016), portanto, ainda que exista uma verdade factual, a produção das narrativas que ganham o status de verdade se dá através de relatos. Ela destaca, ainda, o papel das imagens como responsáveis por *carregar* a verdade. As imagens podem endossar esses relatos mentirosos, trazendo veracidade.

A construção narrativa de *Brasil Urgente* aproxima as imagens reais dos discursos generalizantes do apresentador. É frequente o uso da nota coberta como um recurso que sustenta e "prova" as interferências opinativas do apresentador - e o efeito deste recurso se intensifica com a mudança de cenário que indicamos no primeiro capítulo. Passamos, ao longo da história do programa, a ver, *ao mesmo tempo*, as imagens de crimes em um telão e o apresentador à frente, fazendo seu discurso e pedindo para que a produção mostre as cenas às quais se refere. O apresentador pode, assim, construir o discurso opinativo com base em imagens que reivindicam a *verdade dos fatos*, mas suas falas extrapolam essas imagens. Desta forma, enquanto vemos crimes violentos no telão, ouvimos o apresentador relacioná-los, sem embasamento, à corrupção política, por exemplo. A imagem dá efeito de verdade ao discurso, pois aproxima uma *verdade do fato*, por pontual que seja, à generalização do apresentador. O relato menor ganha um fio condutor moralizante, e a imagem substitui a verdade no argumento.

Para Rancière (2014) um problema na representação se dá quando passamos a entender as imagens como provas, e não como um testemunho ou uma versão do acontecimento. O autor ressalta que “a imagem não é o duplo de uma coisa. É um jogo complexo de relações entre o visível e o invisível, o visível e a palavra, o dito e o não dito” (RANCIÈRE, 2014, p. 92). Ela é, porém, em muitos casos, lida como equivalente ao objeto representado.

Essa ideia de imagem-prova é forte em nossa sociedade, e fica bem demarcada quando pensamos na profusão de vídeos de câmeras de segurança, transmissões televisivas ao vivo, e até mesmo na arbitragem de vídeo, recentemente adotada pelo futebol. Em *Brasil Urgente*, a ideia de imagem-prova fica evidente desde o bordão mais famoso do apresentador: "eu quero imagens!". A organização do discurso se baseia na noção de que, se existem imagens de determinado acontecimento na tela, não há contra-argumento possível. O crime aconteceu, foi tal como foi narrado, e o bandido mereceu sua pena, a despeito do enquadramento, do que se fez para a obtenção das imagens, do que ficou de fora da tela. O entendimento da imagem como prova, em seu desdobramento último, substitui o julgamento. As imagens de crimes, somadas às imagens de pessoas detidas, funcionam como sinônimo de culpa.



Figura 31: Suspeitos algemados no chão em *Brasil Urgente*

Fonte: *Brasil Urgente* de 2 de Fevereiro de 2018 - imagem alterada por nós para preservar a identidade das pessoas envolvidas

4. Considerações finais

Para concluir, partiremos do início, retomando as críticas de Eliane Brum na coluna *O morto que denunciou o repórter*, provocação que deu origem a esta pesquisa e com a qual abrimos esta tese. O caso a que a jornalista se referia era uma reportagem exibida no programa *Tolerância Zero* em que um colega tentava entrevistar um jovem morto depois de um roubo com perseguição policial. O repórter do programa policial perguntou aos outros dois rapazes, deitados no chão, a idade deles e, quando chegou ao terceiro, riu, tendo percebido que tentava entrevistar uma pessoa morta, assassinada por tiros da polícia.

As críticas de Eliane Brum não se voltavam para *Brasil Urgente*, até porque a reportagem era de um outro telejornal policial vespertino, mas a todo o gênero televisivo que, nas palavras da jornalista, "se permite desumanizar". Os questionamentos de Brum (2015), então, passam pelo não valor atribuído por esses programas a algumas vidas.

Que alquimia política e social faz com que a morte de alguns se torne "natural", a ponto de o fato, e então a notícia, ser o "mico" do repórter?" Um repórter entrevistar um morto não é mesmo algo banal. Pode provocar várias questões, a começar pelo que faz um repórter de programa policial não reconhecer um morto quando está diante de um, tão acostumado está a ver corpos submetidos no chão e a submetê-los com seu microfone. Mas por que essas questões foram apagadas e o episódio se tornou apenas "curioso" ou "bizarro" ou "ridículo"? Se este morto no chão fosse branco, vestido com roupas caras, numa área "nobre" de Aracaju, estas ainda seriam as perguntas do repórter? E esta morte ainda seria um não fato? Se a resposta sobre o território de origem dos garotos imobilizados fosse um endereço de classe média, a "gafe" do repórter ainda seria a notícia sobre a notícia? Se fosse um jovem rico, as imagens do seu corpo estirado ainda seriam exibidas, reproduzidas e replicadas sem nenhum clamor sobre o desrespeito com o morto e com aqueles que o amam? (BRUM, 2015, n.p.)

A alquimia política e social a que se refere a jornalista é, aqui, o que investigamos a partir da noção de mediação. Compreendemos, a partir de Williams (2007), que a mediação é ideologia e forma. Ela é social, mas também está no objeto em si. É, conforme definimos ideologia, a reprodução da práxis, a repetição de rituais materiais que, à revelia das intenções, reproduz estruturas. Mas é, também, um sistema de resposta: não existe como imposição, sem exigir, ao menos, cumplicidade (SILVERSTONE, 2002) do público, ou seu envolvimento ativo.

Assim, pesquisar a mediação em *Brasil Urgente* é buscar as estruturas sobre as quais o discurso do programa se baseia, a relação de classes, a moralidade, a retórica populista e o histórico de violências dessa sociedade. Se o programa é capaz, ao longo do tempo, de fazer ajustes em seu discurso, de forma a se adequar a determinadas demandas do público, o rompimento com o discurso excludente não é parte nem das mudanças e nem das demandas.

A partir da categoria analítica que denominamos *rupturas*, observamos pontos de readequação de *Brasil Urgente* desde os primeiros registros que estudamos (transcrições de trechos de programas de 2003 e gravações de 2005) até 2020. Essas *rupturas* apontam, contudo, em uma direção oposta à que Brum (2015) demanda: não tornam o programa menos excludente, mas até enfatizam as características violentas do discurso e submetem as pessoas representadas a mais julgamentos.

A temática do programa, primeira *ruptura* que observamos, se redireciona, ao longo dos anos, para dar mais ênfase às reportagens policiais. Se nos primeiros anos *Brasil Urgente* trazia, junto à cobertura policial, reportagens especiais que abordavam serviços e até mesmo matérias agendadas sobre efemérides, o que fez com que Lana (2007) classificasse o gênero como telejornalismo cotidiano, ao longo dos anos o programa passa a investir mais em coberturas de crimes, em geral pela perspectiva da polícia, já que os repórteres estão sempre em delegacias ou acompanhando ações policiais. Essa ênfase nas ações policiais reforça o discurso de violência generalizada sustentado pelo apresentador, e reforça, também, a demanda por um estado securitário (AGAMBEN, 2004), em que os direitos individuais - de alguns indivíduos, é claro - são suprimidos em nome de um senso de urgência, uma exceção que se torna regra.

O programa, ao longo dos anos, ganha mais tempo de exibição, o que é outra *ruptura*. O cenário, ao mesmo tempo, ganha mais telas em funcionamento: o espectador passa a ver, em muitos dos *takes*, simultaneamente, a reportagem exibida e o apresentador-diretor-narrador em estúdio. Datena aparece voltado para o telão assistindo e comentando a reportagem, e o novo enquadramento propicia que ele interrompa a exibição para fazer comentários. Essas interrupções do apresentador, que ganham mais espaço ao longo do tempo, corroboram o senso de urgência do título do programa. É como se não houvesse tempo para assistir a uma

reportagem completa, mesmo que outra reportagem sobre a mesma temática seja exibida logo depois. Essa ideia de urgência da temática policial, muito ampliada com as novidades do cenário e com o tempo de exibição aumentado, é, de acordo com Zizek (2014), oposta à reflexão que leva à ação e à mudança social. Os recursos do programa que se voltam para ampliar o senso de urgência fortalecem, assim, a centralidade do discurso do apresentador: não há tempo para reestruturar a sociedade, é necessário punir os culpados *agora*!

Ainda como *ruptura*, observamos novas orientações político-eleitorais do apresentador ao longo dos anos. Entendemos as pré-candidaturas de Datena a diferentes cargos como expressões da convicção de que o discurso que ele representa tem um eleitorado fiel. Se a figura do apresentador não se descola da do programa, toda a retórica punitivista e populista que ele organiza em *Brasil Urgente* é a retórica que teria, de acordo com o Instituto Paraná, 29% dos votos para o senado em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país. Essa *continuidade* do discurso punitivista de Datena, que fideliza um público, vem com *rupturas*: o engajamento do apresentador e do programa com partidos e personalidades políticas é circunstancial. Na política, que é tratada como uma questão de honestidade e princípios, os nomes que o apresentador deixa de apoiar são imediatamente colocados na lista de "o outro": bandidos, corruptos, canalhas. O apoio de Datena está ligado a um discurso sobre honestidade, e as personalidades da política entram e saem com facilidade da lista de desonestos. Entre 2018 e 2021 observamos movimentos claros de aproximação e distanciamento entre o apresentador e Jair Bolsonaro, por exemplo. E a razão citada pelo apresentador é sempre voltada para a integridade pessoal.

Em 2013, quando o discurso de Datena foi confrontado pelos espectadores na enquete sobre as *jornadas de junho*, o apresentador orientava suas falas em um sentido de desmobilizar as manifestações: afirmava que eram baderneiras, violentas, não eram coisa de "gente de bem". Atribuía, assim, a mobilização política nas ruas ao grupo que reivindica como "o outro", diferente do grupo para o qual falava. A proporção que as manifestações ganharam, contudo, não era esperada pelo apresentador, que foi surpreendido pelo resultado das duas enquetes que promoveu em uma edição do programa, em que o público afirmou ser favorável às manifestações. O discurso do apresentador, então, passa por uma nova orientação,

muito parecida à que ele faz quando se afasta ou se aproxima de políticos: Datena passou a dizer que havia, entre aquele grupo de manifestantes, "pessoas de bem" e "vândalos". Há, ali, um "nós" e um "os outros". Resta, então, o esforço de *separar o joio do trigo*, expressão muito usada pelo apresentador.

Em 2013, *Brasil Urgente* ainda se comunicava com os espectadores por meio de enquetes. As manifestações das *jornadas de junho*, contudo, já eram organizadas pelas redes sociais, e essa mediação das formas tem participação no momento de dificuldade de comunicação entre programa e público. Foi tardia a mudança da comunicação das enquetes para redes sociais: só em 2016 o programa ganhou páginas próprias no *Instagram* e no *Facebook*.

Essa possibilidade de interação dos espectadores pelas mídias sociais do programa é, também, uma *ruptura*. Embora a maior parte dos comentários nas postagens de *Brasil Urgente* e de Datena corrobore com as falas do apresentador, que funcionam como fio-condutor do programa, e ainda que o alcance de *Brasil Urgente* nas redes sociais seja limitado, elas abrem muito mais possibilidades do que as enquetes, formas de participação anteriores, que contavam com duas opções previamente estabelecidas de respostas e exigiam chamadas telefônicas. Datena mostra, em seu discurso, que lê os comentários das redes sociais. Ele se comporta, quando trata de temas em que discorda dos comentários feitos nas redes, como aconteceu em 2020, durante a pandemia de Covid-19, como quem tem um espaço para réplica, mesmo sem citar diretamente os internautas. O tom indignado não está presente quando o apresentador se volta para os comentários do público, de modo que a relação de cumplicidade entre apresentador e audiência seja preservada. É uma discordância entre "nós", sem que ninguém, por causa dela, seja classificado como "outro".

Outra grande influência da *ruptura* criada pelas redes sociais é a possibilidade de dissenso acerca da classificação de um personagem como vítima ou bandido. Se, antes, apenas a voz de Datena agia como um tribunal, ao substituir a justiça, que ele considera desqualificada, agora as redes sociais são como um júri popular. Os comentários nas redes julgam a adequação da personagem aos traços caricatos e melodramáticos que separam mocinhos e bandidos, e reivindicam, por vezes, a classificação de um personagem em um grupo diferente do que Datena e o programa colocavam.

Neste momento de *ruptura*, vemos uma relação de conluio (SILVERSTONE, 2002) entre público e telejornal: há um engajamento ativo dos espectadores em reivindicar posicionamentos próprios a partir do que é apresentado pelo programa. Esses significados, contudo, apontam para um sentido ainda mais violento e excludente, classificando novos personagens como "bandidos" e rompendo com a noção de monopólio estatal da violência, justificando justificações. O discurso de Datena, talvez mais comedido, oscila entre a defesa do armamento da população civil e o argumento de que a polícia, que é treinada para conter bandidos, pode realizar ações violentas, mas outros indivíduos, não.

A construção de uma narrativa de matriz melodramática, que classifica os personagens, é, sem dúvidas, uma *continuidade*. Na ficção, o melodrama (MARTÍN-BARBERO, 2015) traz os lugares bem definidos do herói, da vítima e do bandido, e atribui características físicas a cada um desses papéis sem que isso se torne, em si, um problema ético imediato⁷². Nos relatos sobre o "real", como o contrato de espetatorialidade do telejornalismo policial vespertino propõe, contudo, este ato de narrar tem implicações práticas para os sujeitos representados, que existem para além daquela narrativa. Se Foucault (2014) afirma que a maneira de narrar crimes comuns na contemporaneidade tem como matriz *as últimas palavras do condenado*, é porque identifica, no tom moralizante dos relatos, um exercício de poder de quem narra (o jornalista, escritor ou executor da pena) sobre o que é dito. Há, ali, um relato popular, de um crime banal, com uma narrativa de poder, um tom moralizante em sua veiculação, já que as matrizes narrativas não se separam das matrizes sociais. A própria noção de mediação, como definimos conforme Williams (2007), Silverstone (2002a) e Martín-Barbero (2015), aponta para o fato da forma não se separar do contexto social em que ela surge.

O recurso da repetição para a fixação do significado usado por *Brasil Urgente* e por Datena é, também, uma *continuidade*, embora, com o aumento da duração de cada edição do telejornal, tenha ganhado mais força ao longo do período analisado, uma pequena *ruptura*. Com a duração prolongada, reportagens sobre o mesmo tema com abordagens muito semelhantes vão ao ar no mesmo dia. Os *takes* de câmera mostrando, por exemplo, locais do crime, se repetem, o que não acontece

⁷² Reconhecemos, contudo, que o regime estético (Rancière, 2014) sustentado pelas ficções tem, também, implicações sociais e éticas.

no telejornalismo tradicional. O apresentador, em uma mesma edição do programa, repete falas inteiras - isso acontece ao menos desde 2005, embora cada vez mais à medida que o programa ganha mais tempo na grade. Entendemos, pela repetição, um esforço de reiterar interpretações: é uma lógica discursiva que busca reivindicar significantes vazios, conforme entendemos por Laclau (2013) como um discurso populista - ou político. Datena afirma muitas vezes que classifica determinado personagem como um bandido, usando sinônimos como "canalha" e "vagabundo", reivindica penas, cria conexões discursivas entre crime comum e corrupção que passam pela moral e pelo exemplo. Tudo isso é feito repetidamente.

O próprio apresentador reitera, em suas falas, que repete as mesmas reivindicações há anos, desde o início do programa. Quando aborda operações policiais em favelas, sempre fala sobre as comunidades serem habitadas, majoritariamente, por trabalhadores e gente de bem, pessoas que seriam usadas pelos bandidos para se esconder da polícia. Com essas falas, o apresentador disputa uma imagem a respeito de quem é o povo brasileiro e quem é *o outro*, o indigno, o inimigo comum deste povo. Na criação de identidade reivindicada pela retórica de *Brasil Urgente*, há espaço para o pobre honesto, o "nordestino bom", o trabalhador, que é, na fala de Datena, um conceito descolado da classe.

Ao mesmo tempo que o apresentador se empenha, e esta é outra continuidade no programa, em se colocar como um trabalhador, como referência moral, e afirmar seu lugar dentro do conceito de povo que reivindica, há, neste tipo de fala, um deslocamento importante do conceito de trabalhador. Ele deixa de estar atrelado ao lugar ocupado na divisão social do trabalho, e passa a se relacionar à honestidade e inocência. O trabalhador deixa de ser quem realiza trabalho, e passa a ser a vítima - real ou, como o discurso faz crer, potencial - da violência urbana. Se um homem rico aposentado é assassinado por um prestador de serviços de reparos, o trabalhador, no discurso de Datena, é a vítima, a despeito de quem, de fato, estava trabalhando. Há, assim, um potente discurso desmobilizador no sentido de classe, embora as falas de Datena estejam permeadas por questões que dão a ver de alguma forma a marginalização social.

Como *continuidade*, as falas do apresentador apontam para questões relativas à existência de uma classe de pessoas extremamente marginalizadas no Brasil, que Souza (2009) chama, provocativamente, de ralé. A violência urbana, o

analfabetismo (ridicularizado pelo programa), a falta de acesso à educação escolar, a falta de estrutura de suporte familiar de alguns jovens, todas questões levantadas por Souza (2009) ao descrever a marginalização extrema, aparecem representadas no programa ou percebidas pelas falas de Datena. Não há, contudo, a construção retórica de um vínculo entre estes problemas. Quando o apresentador constrói um fio-condutor que relaciona os temas menores das reportagens, ele fala de desonestidade, moral e aponta a corrupção política como principal problema, apagando a desigualdade extrema do discurso, ainda que ela não seja invisível nas reportagens.

Quando a marginalização é apagada como causa dos problemas sociais apontados em *Brasil Urgente*, resta, à retórica de Datena, interpretar cada desvio como uma falha individual de caráter. A defesa do caráter de alguém, assim, se torna um ponto importante da retórica, e os familiares das vítimas de crimes violentos, quando são entrevistados, mostram conhecimento do funcionamento desse discurso: para que a vítima não seja entendida como culpada pela violência que sofreu, os familiares afirmam, sempre, que se tratava de uma pessoa trabalhadora, que saía pouco de casa, não estava envolvida com crime, estudava, era boa mãe, etc.

No momento da entrevista de um familiar é possível perceber a força da *interpelação* do discurso de *Brasil Urgente*: entrevistados, mesmo em um momento de dor e sem estarem preparados, mostram uma compreensão daquele gênero midiático e se esforçam para que a vítima tenha a representação que julgam correta. Se Pêcheux (1996) define a interpelação como um vínculo entre a constituição de sentido e a constituição do indivíduo, afirmando que há uma constituição prévia do sujeito, com a atribuição de um lugar social antes mesmo que ele possa ter consciência disso, durante a entrevista dos familiares das vítimas observamos que este lugar também é reivindicado *depois* do fim desta consciência, pela família. A *interpelação*, assim, este potente vínculo entre ideologia e repressão, permite ver a mediação pelo aspecto da ideologia.

A partir da categoria *interpelação* entendemos, ainda, que o discurso populista (LACLAU, 2013) construído por Datena interpela o espectador como "trabalhador", colocando-o, retoricamente, junto do grupo "nós", o povo brasileiro honesto, que se opõe ao bandido, ao canalha, ao corrupto. Essa separação, com a

convocação do espectador para que faça parte do grupo cuja identidade está sendo reivindicada no discurso, é, junto com uma separação de classe (e não de renda), a promessa feita pelo programa de que aquele discurso violento e excludente não vai se voltar contra o próprio público. A vida do espectador, interpelado como um trabalhador honesto, tem valor, ao contrário da do jovem morto entrevistado pelo repórter de *Tolerância Zero*. Assim, o lugar de cumplicidade social entre público e programa fica protegido.

Com este contrato firmado, vem a convocação para que o público ocupe o papel de juiz, ou, ao menos, que seja cúmplice de Datena enquanto ele julga culpa e pena. Datena oscila entre juiz e narrador onisciente, fazendo afirmações sobre as reincidências *futuras* de um crime. Ao atuar como diretor, o apresentador coordena as imagens, que são tidas como sinônimos de verdade (DERRIDA, 2002), (RANCIÈRE, 2014) e, assim, reitera, somando isso a seus anos de experiência, a capacidade de narrar "sabendo" o final.

A partir da nossa proposta da observação das disputas hierárquicas entre *Aparelhos Ideológicos de Estado (e Aparelho Repressor)* (ALTHUSSER, 2006), observamos que a reivindicação mais frequente no discurso é pela desqualificação do judiciário, que é tido como poder que, além de ineficaz, esvazia a atuação do *Aparelho Repressor*, colocando em liberdade, por ineficiência do sistema, indivíduos que deveriam estar no cárcere.

Datena divide com o espectador o papel de juiz, convidando o público para que aja em conluio (SILVERSTONE, 2002) com seus discursos. Desde a época em que se realizavam enquetes, o apresentador perguntava aos espectadores quais seriam as penas adequadas para determinados crimes, ainda que (a) nem público e nem apresentador tivessem o poder de julgar e (b) o programa sugerisse penas que não são previstas pela legislação brasileira, como a pena de morte e a de prisão perpétua. A violência é vista como sinônimo de eficiência, e é este argumento que sustenta tanto a sugestão de penas ilegais quanto a organização hierárquica que coloca a polícia acima da justiça.

O AIE política, assim como a justiça, é frequentemente desacreditado pelo discurso do apresentador. A retórica relaciona a política institucional à corrupção, a uma desonestidade que é, ao mesmo tempo, individual e quase generalizada na

classe política. Como consequência, o *AIE* política se torna o único responsável por todos os problemas sociais do país, que são atribuídos discursivamente a esta corrupção. A política, mais do que legislar ou governar, precisa, na retórica do programa, servir como exemplo para o cidadão comum, para que ele entenda que crimes são punidos e não podem ser cometidos. Ela, contudo, fracassa nessa tarefa, e o apresentador, a partir dessa falha, se coloca como um mediador mais confiável entre povo e poder público: em alguns momentos, ele afirma que levará uma demanda a um deputado que conhece. Em outros, lança a própria pré-candidatura a um cargo eletivo. Parte do público parece endossar esses direcionamentos do apresentador para a política, e além de haver, nas redes sociais de Datena e do programa, muitos comentários com essa demanda, a pesquisa eleitoral a que tivemos acesso antes que o apresentador desistisse de se candidatar ao senado por São Paulo mostrava que ele estava na liderança das intenções de voto.

Parte do próprio discurso eleitoral de Datena está na afinidade com o discurso religioso. A religião aparece, nas falas do apresentador, de maneira a ocultar seu poder institucional: é claro que a entendemos, aqui, como um *AIE* que ocupa papel privilegiado na disputa hierárquica criada pela retórica de *Brasil Urgente*, mas parte deste poder está no fato dela aparecer, nas falas do apresentador, mais como um adjetivo do que como uma instituição. Pouco se fala das igrejas, mas seguir uma religião cristã é, na concepção estabelecida por Datena, um indicativo de valor moral. O apresentador mostra a tatuagem escrito "Cristo" para se contrapor à de alguém que ele considera bandido, onde se lê "marginal". Com seu caráter institucional ocultado pelo discurso, a religião aparece como indicativo moral e até mesmo mecanismo possível de combate à criminalidade. Ou se está com Deus, ou com o crime, como apontam Rocha e Torres (2009).

O discurso de combate à criminalidade de *Brasil Urgente* chega, mesmo, a ocupar um dos papéis da polícia, Aparelho considerado o mais eficiente pela retórica do programa. O papel da polícia disputado por Datena não é, contudo, o da violência (que ele apenas narra), mas o da investigação. Mena (2015) aponta para uma ineficiência investigativa estrutural na polícia brasileira, que atribui à divisão entre as polícias civil e militar. Segundo a autora, apenas 8% dos casos de homicídios no Brasil são solucionados. Entendemos, assim, que mais de 9 entre 10 famílias de vítimas de homicídio no país ficam impossibilitadas de viver um

processo completo de luto, que envolve a elucidação para a cognição do acontecimento. Se a narrativa, o processo de dar sentido, envolve um desencadeamento de acontecimentos em relações de causa e consequência, rumo a um fim, é este fim, a narrativa sobre a morte, que ajuda a dar sentido à vida.

O discurso sobre a violência generalizada, então, aparece como uma alternativa possível à elucidação. É uma forma de narrar, dar sentido e, assim, atribuir um fim, não a um caso, mas a todos. Parte do contrato tácito estabelecido entre *Brasil Urgente* e público é a criação de uma narrativa que possibilite a cognição de uma violência que não é resolvida nem do ponto de vista social, por políticas públicas efetivas de redução da desigualdade e da criminalidade, e nem do individual, pela investigação e solução de crimes violentos.

Quando questionamos o engajamento do espectador ativo em discursos excludentes como o de *Brasil Urgente*, é necessário compreender, também, as carências que esses discursos se propõem a suprir. Além de oferecer heróis, bandidos, modelos de conduta e validação social, o discurso de Datena oferece fins.

5. Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção: homo sacer, II, I**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AHNEN, Ronald E. **The Politics of Police Violence in Democratic Brazil**. Latin America Politics and Society. 2008. Disponível em:
<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1548-2456.2007.tb00377.x>>.
Último acesso em 23 de março de 2021.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação)**. In: ZIZEK, S. (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALVES, Poliana Sales; SILVA, Silviano Alves Bezerra da. **Imagens da violência: a dinâmica do controle social contemporâneo nos programas policiais da televisão brasileira**. CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. 2012. Niterói, RJ. Anais... Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2012.

ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BARTHES, Roland. **A estrutura dos fait-divers**. In: Ensaaios Críticos. Tradução: Antônio Massano e Isabel Pascoal. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. 1955. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1563569/mod_resource/content/1/A%20obra%20de%20arte%20na%20era%20da%20sua%20reprodutibilidade%20t%C3%A9cnica.pdf>. Último acesso em 26 de setembro de 2019.

BRASILIENSE, Danielle. **As contribuições dos romances policiais do século XIX para as narrativas jornalísticas dos crimes contemporâneos**. Ecopós, v.17, n.3, 2014.

BRASIL, 5a Vara Federal Cível de São Paulo. Ação Civil Pública – “A”. Processo n. 0023966-54.2012.403.610. Ministério Público Federal versus Rádio e televisão Bandeirantes Ltda e União. 01 de março de 2012. Disponível em:
<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Senten%C3%A7a_ACP_Datena.pdf>.
Último acesso em 30 de maio de 2022.

BRUM, Eliane. **O morto que denunciou o repórter**. El País Brasil, 08 de jun. de 2015. Disponível em:
<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/08/opinion/1433772930_534514.html>.
Último acesso em 08 de junho de 2022.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARDOSO VILAÇA DE FREITAS, A. **Punitivismo não-neoliberal: Controle social e moralidade em programas policiais televisivos.** Controversias y Concurrencias Latinoamericanas, v. 10, n. 17, p. 55-71, 10 out. 2018.

Carta aberta de jornalistas sobre abusos de programas policiais na Bahia. Disponível em: <
<https://www.bahianoticias.com.br/holofote/noticia/24336-jornalistas-repudiam-atitude-da-reporter-mirella-cunha-em-carta-aberta.html>> . Último acesso em 31 de março de 2021.

CHADWICK, Andrew. **The hybrid media system: politics and power.** Oxford University Press, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

CORRE, A. **Documents de criminologie rétrospective.** 1896, p. 257.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DERRIDA, Jacques. **História da mentira: prolegômenos.** Estudos Avançados, vol.10, n.º 27, 1996.

FECHINE, Yvana. **Televisão, digitalização e produção de conteúdos: a importância dos gêneros.** IN: PINHEIRO, Najara Ferrari; SEIXAS, Lia (orgs). **Gêneros: um diálogo entre comunicação e linguística aplicada.** Florianópolis: Insular, 2013.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. **A narrativa sob suspeita: primeira pessoa e declínio da perspectiva utópica.** In: DUARTE, Maria Rosa Duarte M. R.; PALO, , Maria José Palo..M. J. (Org.). **Impasses do narrador e da narrativa.** 1ed.São Paulo: EDUC, 2016, v. 1, p. 50-65.

_____. **Ficção e resistência na cultura de arquivo.** In: XXVI ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017. **Anais....**

_____. **Novos realismos, novos ilusionismos.** In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. **Novos realismos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. **O gênero policial como máquina de narrar.** Revista Dispositiva, V.2, n.1, 2013.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo.** Contracampo, v.39, n.1, 2020.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo em tempo de uberização: do emprego ao trabalho.** Marx e o Marxismo, v.5, n.8, jan/jun 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FREITAS, Lorena. **A instituição do fracasso: a educação da ralé**. In: SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GOMES, Itania Maria Mota; ARAÚJO, Valéria Maria S. Vilas Boas. **Ai que infortúnio! Disputas de gênero em um produto da indústria pop**. In: SÁ, Simone Pereira; CARREIRO, Rodrigo; FERRARAZ, Rogério (Orgs.). *Cultura pop*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2015.

GOMES, Renato Cordeiro. **Por um realismo brutal e cruel**. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. *Novos realismos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOMIDE, Glória. **Das páginas policiais à literatura de massa**. In: PINTO, Julio; SERELLE, Marcio (orgs.). *Interações midiáticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: neoliberalismo e nuevas técnicas de poder**. Barcelona: Herder, 2014.

HALL, Stuart et al. **A produção social das notícias : o ‘mugging’ nos media**. 1993

ISAI, Mauro. **Violência, esta velha parteira: um samba enredo**. In: ZIZEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

JÁUREGUI, Carlos Fernando. **Cães, indignados e indignos: o pathos da indignação no discurso jornalístico**. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

KHEL, Maria Rita. **Tortura e sintoma social**. In: TELES, E. SAFATLE, V. (Orgs.). *O que resta da Ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LANA, Lígia. **Denúncia e dramatização do cotidiano em Brasil Urgente**. In: FRANÇA, Vera (org.). *Narrativas televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

_____. **Telejornalismo dramático e vida cotidiana: Estudo de caso do programa Brasil Urgente**. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

LACLAU, E. **A Razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LÉVINAS E. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

_____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

_____. **Ofício de cartógrafo: travesías latino-americanas de la comunicaci3n en la cultura**. Santiago: Fondo de Cultura Econ3mica, 2002.

MATTOS, Patrícia. **A dor e o estigma da puta pobre**. In: SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MAYER, Vicki. **A vida como ela é/pode ser/deve ser? O programa *Aqui Agora* e cidadania no Brasil**. INTERCOM - Revista brasileira de ciências da comunicação. V.29, n.1, 2006.

MENA, Fernanda. **Um modelo violento e ineficaz de política**. In: *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIGUEL, L.F. **A reemergência da direita brasileira**. In: SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MITTEL, J. **Genre and television**. London, New York: Routledge, 2004.

MORIN, E. **El cine o el hombre imaginario**. Barcelona, 2001. Disponível em: <<http://bcn.gob.ar/uploads/ElCineOElhombreImaginario.pdf>>. Último acesso em 26 de setembro de 2019.

MOSCHEM, Mariana. **Violências e ética: um estudo de caso da reportagem "chororô na delegacia"**. Monografia (graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de ciências sociais aplicadas, Departamento de Ciências sociais, Jornalismo e Serviço Social, Mariana, 2018.

NEGRINI, Michele. **Autoridades sob o olhar do Datena: uma análise do discurso do programa Brasil Urgente**. Revista Rumores, v.1, n.2, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O mecanismo do (des)conhecimento ideológico**. In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A imagem intolerável**. In: RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ROCHA, Emerson; TORRES, Roberto. **O crente e o delinquente**. In: SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: o que é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ROCHA, Simone Maria; SILVEIRA, Letícia Lopes da. **Gênero televisivo como mediação: possibilidades metodológicas para a análise cultural da televisão**. *Revista Ecompós*, Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 2012.

RODRIGUES, Sílvia Viana. **Rituais de Sofrimento**. São Paulo: USP, 2011. Tese de doutorado, Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, São Paulo, 2011.

SACRAMENTO, Igor; ROXO Marco. **O populismo e neopopulismo no jornalismo televisivo brasileiro**. In: ANAIS DO 22º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2013, Salvador. *Anais eletrônicos...* Campinas, Galoá, 2013. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos-2013/papers/o-populismo-e-neopopulismo-no-jornalismo-televisivo-brasileiro?lang=pt-br>> Acesso em: 06 abr. 2022.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **O engodo do combate à corrupção**. In: SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael. *Resgatar o Brasil*. São Paulo, Editora Contracorrente/Boitempo, 2018.

_____. **A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais**. *Interesse Nacional*. Ano 7, n. 7, p. 35-57, 2014. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/outubro/14.10-Cegueira-Classes-Sociais.pdf>>. Acesso em: 02 dezembro 2017.

SIKKINK, Katharyn, WALLING, Carrie. **The impact of human rights trials in Latin America**. *Journal of Peace Research*, Los Angeles, Sage Publications, V.44, n.4, 2007.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia**. 3ª. ed. São Paulo: Loyola, 2002a.

_____. **Complicity and collusion in the mediation of everyday life**. *New Literary History*, 2002b.

TELLES, Edson. **Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul**. In: SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção**. In: SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

TV 247. **Debate sobre 'A ralé brasileira' - Com Jessé Souza e Juliana Borges**. 12 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oybzFEn5c7U>>.

WAISBORD, Silvio. **Populismo e Mídia: o neopopulismo na América Latina**. In: Contracampo, v.28, n.3, 2013.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

ZIZEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Referências audiovisuais

A 13a EMENDA. Direção: Ava DuVernay. Produção: Ava DuVernay; Ben Cotner. Estados Unidos: Netflix, 2016. (100min.)

BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho, Juliano Dornelles. Pernambuco: Vitrine Filmes, 2019. (132 min).

BLACK MIRROR: White Christmas. Direção: Charlie Brooker. Reino Unido: Netflix, 2014. (73min).

BRASIL URGENTE. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 01 de fevereiro de 2018. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 01 de fevereiro de 2018. 12,1 cm, 4,7 GB

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas 01 de setembro de 2005. 1 fita de vídeo (30 min), VHS, son., color.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas 01 de setembro de 2005. 1 fita de vídeo (30 min), VHS, son., color.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas 02 de setembro de 2005. 1 fita de vídeo (30 min), VHS, son., color.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 05 de setembro de 2019. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 01 de junho de 2020. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 11 de fevereiro de 2019. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 13 de agosto de 2020. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 13 de junho de 2013. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 15 de junho de 2019. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 16 de setembro de 2019. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 17 de setembro de 2019. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 18 de setembro de 2019. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 19 de agosto de 2020. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 19 de novembro de 2019. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 19 de setembro de 2019. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 20 de setembro de 2019. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 22 de maio de 2020. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 28 de maio de 2020. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 29 de janeiro de 2018. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 30 de janeiro de 2018. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 30 de junho de 2017. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 31 de janeiro de 2018. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 04 de maio de 2017. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de Jornal de TV. Minas Gerais: Band-Minas, 08 de novembro de 2013. 12,1 cm, 4,7 GB.

_____. Gravação de VHS. Minas Gerais: Band-Minas, 29 de agosto de 2005. 1 fita de vídeo (30 min), VHS, son., color.

_____. Gravação de VHS. Minas Gerais: Band-Minas, 30 de agosto de 2005. 1 fita de vídeo (30 min), VHS, son., color.

_____. Gravação de VHS. Minas Gerais: Band-Minas, 31 de agosto de 2005. 1 fita de vídeo (30 min), VHS, son., color.

IMPAKTONATV. Acusado de estupro quer fazer exame de próstata.

YouTube, 25 maio. 2012. Disponível em

<<https://www.youtube.com/watch?v=zM-6pLzUGFk>> Último acesso em 07 de maio de 2015.

PULP FICTION. Direção e Roteiro: Quentin Tarantino. Los Angeles: Warner Film: Dist. Warner Bros. Brasil, 1998. (96 min.)

RAFINHA BASTOS. 8 minutos – Datena. Disponível em

<<https://www.youtube.com/watch?v=7wHnZE8RnwU>>. Último acesso em 07 de maio de 2015.

TV 247. Debate sobre 'A ralé brasileira' - Com Jessé Souza e Juliana Borges.

12 de agosto de 2020. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=oybzFEn5c7U>> Último acesso em 07 de maio de 2015.